



#MROSC

MARCO REGULATÓRIO
DAS ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVIL

***II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DO MARCO REGULATÓRIO DAS
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL
(2014)***

Memória

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO MARCO REGULATÓRIO DAS OSCS (2014)



1. Metodologia da relatoria

O processo de relatoria de conteúdo do II Seminário Internacional do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil foi estruturado a partir da registro presencial de relatores em todos os momento do evento e posterior edição do material coletado.

O princípio adotado foi o de relatoria compartilhada, uma metodologia a partir da qual a descrição dos fatos, diálogos, propostas e avanços alcançados durante o seminário é feita de forma coletiva. Assim, o olhar de cada relator contribuiu para uma visão ampla do evento como um todo e tornou possível a confecção do presente relatório descritivo das discussões e falas apresentadas durante o seminário. Para além da confecção do relatório, essa metodologia teve como objetivo o intercâmbio de experiências entre os relatores participantes e a composição de visões multilaterais sobre os conteúdos apresentados.

Para tal, contou-se com uma equipe de relatores voluntários composta por 14 estudantes de graduação e pós graduação das áreas de ciência política, gestão pública, direito, ciências sociais, relações internacionais, comunicação e história, e 7 relatores contratados que já possuíam experiência nesta atividade. Os relatores voluntários foram selecionados após um chamamento público, receberam material de apoio para a produção do conteúdo, participaram de oficina coletiva de capacitação e, ao final, receberam um certificado de participação como relator com a carga horária respectiva.

A metodologia da relatoria compartilhada do seminário foi realizada a partir das seguintes atividades:

- 1.** Chamamento público de relatores voluntários e contratação de relatores profissionais.
- 2.** Seleção dos relatores voluntários.
- 3.** Capacitação da equipe relatora por meio de Workshop realizado no dia anterior ao evento (20 de Maio) em sala da Secretaria-Geral da Presidência. Durante a capacitação houve a apresentação da equipe relatora, discussão em torno dos modelos de relatoria existentes, troca de experiências, apresentação dos formulários de relatoria, apresentação da metodologia de trabalho, esclarecimento de dúvidas e organização técnica do trabalho.
- 4.** Distribuição dos relatores nos painéis e atividades paralelas de acordo com afinidades aos temas e debates. Para esta etapa foi organizado um esquema de revezamento para que todos pudessem participar das diferentes atividades e a escolha para atuação nas mesas ficou a critério de cada relator, tendo sido feitas realocações para manter a cobertura total das atividades.

5. Acompanhamento do trabalho durante as atividades por parte da equipe coordenadora.

6. Produção dos relatórios presenciais. Todos os relatores tiveram a mesma responsabilidade de buscar maior fidedignidade na relatoria e cumprir com a função do relator – recolher as falas, depoimentos e discussões entre participantes e as transcrever para um documento digital. A relatoria pode ser feita de forma digitada ou escrita. Em ambos os casos foi entregue documento em formato digital.

6. Confeção dos relatórios individuais à distância por parte dos relatores. Ao final do evento, os relatores produziram relatórios individuais sobre as atividades que ficaram responsáveis, houve a troca de matérias e, entrega da versão final para a coordenadora da relatoria.

7. Edição do relatório final. Esta etapa consistiu na agregação dos relatórios individuais, padronização dos textos e formatos recebidos, organização do conteúdo, edição dos textos, complementação de informações e redação final do relatório.

8. Avaliação final do processo de trabalho por parte de toda a equipe participante.

Na maior parte dos casos, a relatoria procurou cobrir a fala integral de todos os participantes – sobretudo dos palestrantes – sendo o discurso posteriormente editado para tornar o texto inteligível e facilitar a leitura sem que fosse alterado o conteúdo e sentido das falas procurando a maior fidedignidade possível. Na maior parte dos casos, em função da metodologia adotada, não foi possível cobrir o debate do público a não ser nas atividades paralelas cuja participação geral era um princípio da oficina proposta. Nesses casos, como poderá se observar, a relatoria se deteve aos principais pontos de debate apresentados em forma de itens. Mesmo que a prerrogativa fosse a de cobertura integral das falas, isso nem sempre foi possível, razão pela qual em alguns casos elas foram apresentadas de forma resumida. Isso ocorreu, sobretudo, quando não era possível compreender o texto recebido pelo relator ou mesmo quando a fala não foi compreendida (o que aconteceu de forma mais evidente no caso dos participantes internacionais que fizeram apresentações em outros idiomas). Quando possível, procuramos cobrir estas lacunas pesquisando nas apresentações de Power Point solicitadas aos palestrantes – o que não pode ser estendido a todos. Nos painéis e atividades paralelas procuramos identificar as lacunas da relatoria, alertando o leitor sobre as questões aqui colocadas.

Apesar destas dificuldades e lacunas – já previstas em um processo de relatoria – Os resultados obtidos a partir desta metodologia foram bastante satisfatórios o que tornou possível a confecção do presente relatório. Como parte intrínseca do modo como esteve organizada a relatoria, no entanto, o material coletado foi também bastante

heterogêneo – os relatórios parciais tiveram qualidades diferentes – o que pode ser observado na apresentação a seguir, mas que não comprometeram o resultado final da cobertura de conteúdo do evento. As possíveis falhas presentes são inerentes ao processo de escuta, de relatoria e de edição dos textos. Procuramos ao máximo identificar os pontos cegos da relatoria (frases mal compreendidas, trechos ininteligíveis) e esperamos poder ter os minimizado ao máximo essas lacunas.

2. Objetivos e programação do Seminário

A Secretaria-Geral da Presidência da República promoveu entre os dias 21 a 23 de maio no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), a Arena da Participação Social que reuniu representantes da sociedade civil, gestores públicos, especialistas e convidados internacionais nos Diálogos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a Construção da Agenda Pós-2015 e no II Seminário Internacional do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. O encontro coroou agendas prioritárias da sociedade civil, construídas por meio da participação social.

Na abertura do evento houve o lançamento do 5º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), que reúne informações atualizadas sobre a situação dos ODM nas diversas regiões brasileiras. No último dia (23 de maio de 2014), a Presidenta Dilma Rousseff fez o lançamento da Política Nacional de Participação Social e do Compromisso Nacional pela Participação Social, que visam fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo entre Estado e sociedade civil. Na ocasião, está ocorreu a assinatura da alteração do Decreto nº 6.170/07, trazendo o aperfeiçoamento da prestação de contas das parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil. No mesmo dia ocorreu a Cerimônia de Premiação da 5ª Edição do Prêmio ODM Brasil, que reconheceu as melhores práticas de gestão municipal e projetos sociais que contribuem para o alcance das metas do milênio, a melhoria da qualidade de vida da população e as transformações sociais de nosso país.

O II Seminário Internacional do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil reuniu representantes do governo, estudiosos, especialistas brasileiros e estrangeiros e representantes de centenas de organizações da sociedade civil de todo país.

O objetivo do seminário foi a discussão do processo de construção da agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC), que busca aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional sobre as organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado. Durante o evento, os participantes debateram os desafios para o futuro e realizaram um balanço da agenda, das lutas e das conquistas dos últimos anos na ampliação da participação da sociedade civil na incidência e desenvolvimento de políticas públicas.

Existem hoje, no Brasil, quase 300 mil organizações da sociedade civil, a maioria atuando nas áreas como educação, saúde, direitos humanos, assistência social - setores relevantes para o desenvolvimento social, econômico e cultural do País. Estas organizações colaboram com o Estado em diversos projetos de interesse público. No entanto, faltam parâmetros claros que regule esta relação entre esses dois atores, o que gera um cenário de extrema instabilidade.

O Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, que está em discussão no Congresso Nacional, tem o objetivo de suprir as lacunas existentes na normativa e nas práticas que regulam a relação de parcerias, por meio da criação de instrumentos e mecanismos que ofereçam segurança jurídica, reconheçam as especificidades, assegurem a autonomia política e a sustentabilidade econômica das organizações. Este processo é resultado de um trabalho iniciado em 2010, que envolve mais de 50 mil organizações, movimentos sociais e redes.

O II Seminário foi organizado pela Secretaria Geral da Presidência da República, com apoio da União Europeia (Projeto Diálogos Setoriais União Europeia/Brasil) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A seguir é apresentada a Programação completa II Seminário Internacional do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. O objetivo das mesas e nome dos participantes estão apresentados nos itens 4, 5, 6 e 7 deste relatório.

Quarta-feira, 21 de maio de 2014

14h. Maratona Hacker das organizações da sociedade civil

18h. Abertura da Arena da Participação Social

Quinta-feira, 22 de maio de 2014

Painéis

9h. Balanço da agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil

9h30. Por uma nova relação de parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil

11h30. Economias e sustentabilidade das OSCs

19h. (Des)construção de narrativas sobre as organizações da sociedade civil

Atividades paralelas

14h às 18h. Experiências e diretrizes para as parcerias entre Estado e OSCs

14h às 18h. Experiências de fundos no universo das OSCs

14h às 18h. Relatoria especial da ONU sobre liberdade de associação, reunião e manifestação pacíficas

17h. As organizações da sociedade civil e o Movimento Global por Transparência e Participação Social

14h às 18h. Oficina de criação de interface própria do SICONV para as OSCs

14h às 18h. Oficina da Lei de Incentivo ao Esporte

14h às 18h. Cenários futuros da sociedade civil organizada no Brasil - 2023

10h. Cerimônia de Lançamento da Política Nacional de Participação Social

14h. Lançamento da Revista Democracia e Participação

Painéis

14h30. Certificações das OSCs: por que e por quem?

16h. Panorama global sobre as organizações da sociedade civil

Atividades paralelas

14h às 18h. Pensando as organizações da sociedade civil: a formação de uma rede de pesquisa

14h às 15h30. Apresentação de propostas para a Maratona Hacker das OSCs

3. Relatoria da abertura do evento “Arena da Participação social”

3.1 Apresentação/objetivos

A abertura da Arena da Participação Social foi realizada no dia 21 de maio de 2014 com início às 18h52, reunindo grande público. A cerimônia iniciou-se com a apresentação do coral "Primo Canto". Em seguida, foram convocados os participantes da mesa de abertura sendo feita uma breve apresentação, por parte do cerimonialista, a respeito da importância da Arena da Participação Social e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em seguida, foi apresentado um vídeo que contou a trajetória histórica da participação social no Brasil demonstrando sua importância desde as primeiras constituições.

A cerimônia seguiu com a entrega de placas comemorativas aos representantes de algumas entidades tais como: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás/Furnas, Petrobrás, Sebrae, Sesi, Embrapa, Enap e Ipea. Em seguida, foi lançado o 5.º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) sendo entregues placas comemorativas àqueles que contribuíram com as diferentes causas. Dando continuidade foram feitas as falas de abertura que serão descritas a seguir.

3.2 Participantes da mesa de abertura (somente alguns tiveram o direito à palavra)

Jorge Chediek - Coordenador residente do sistema Nações Unidas no Brasil e representante residente do PNUD

Francisco Fontan Pardo - Chefe de Delegação Adjunto da Missão da União Europeia do Brasil

Marcelo Neri - Ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Sérgio Pinheiro Rodrigues - Vice-presidente de Gestão de Pessoas da Caixa Econômica Federal

Beatriz Barboza - Coletivo Intervenções de Comunicação Social

Odilon Faccio - Secretário-adjunto do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

Paulo Maldos - Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República

Diogo de Sant'ana - Secretário Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República

Wagner Caetano - Secretário Nacional de Relações Político-Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República

Artur Chioro - Ministro da Saúde

Eduardo dos Santos - Ministro-interino do Ministério das Relações Exteriores

Sergei Soares - Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Aurigele Alves - Agência de Desenvolvimento Econômico local do Projeto Jovem Empreendedor Rural de Pentecostes/Ceará (representando os Projetos premiados)

3.4 Seleção de falas

Odilon Faccio - Secretário-adjunto do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

“Temos que comemorar a participação da sociedade como exemplo continental e mundial”

Sergei Soares - presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

“Não foi apenas a ação governamental que cumpriu as Metas dos Objetivos do Milênio, foi ação governamental e a sociedade como um todo”

Beatriz Barbosa - Coletivo Intervozes de Comunicação Social

“A gente quer discutir política econômica, a gente quer discutir política de relações internacionais, a gente quer discutir orçamentos de fato e ter uma política nacional que oriente o Poder Público com um todo”.

“Se o Estado se quiser de fato ser democrático na sua plenitude, precisa ser construído cotidianamente com a participação da Sociedade Civil”.

Ministro Gilberto Carvalho

“É extremamente significativo que nós consigamos juntar um grupo tão amplo e ao mesmo tempo tão representativo e significativo, representando a Sociedade Civil juntamente com o Governo, para celebrarmos aquilo que já é uma caminhada vitoriosa, da conquista de espaços de participação efetiva, progressiva, dentro da nossa forma de governar”.

“Que nós possamos aprofundar e discutir essas novas formas e as táticas que nós temos que adotar para fazer com que essa participação social se amplie, se universalize e de fato se transforme cada vez mais, numa cultura irremovível. Uma cultura daqui para frente, que nunca mais poderá voltar atrás”.

“Que para efetivamente governar o país, um país como o Brasil, nas instâncias federal, estadual e municipal, não pode ser dar a não ser com uma efetiva participação, em que a participação seja de fato e definitivamente um método de governo”.

3.5 Relatoria das falas

Odilon Faccio

Senhores e senhoras, em nome das quatrocentas organizações que compõem o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade nos 26 estados do país e Distrito Federal, queremos saudar o evento, saudar o Dr. Chediek e em nome dele todas as autoridades aqui da mesa, por este importante evento para fortalecer a democracia e os avanços sociais desse país. É um evento para comemorar, confraternizar, mas também é um momento de refletir sobre nossos desafios, sobre o fortalecimento da democracia e trazer um exemplo de uma sociedade plural democrática onde a sociedade participa. Então temos que comemorar a participação da sociedade como exemplo continental e mundial, queremos comemorar e saudar a decisão política do Governo Brasileiro de incluir os objetivos do milênio como política pública, como estratégia governamental.

A adesão do Brasil nos ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), não ficou na gaveta, não ficou discurso nas Nações Unidas, então nós queremos saudar o governo brasileiro por esta importante decisão. Queremos saudar centenas e milhares de empresas no Brasil que fazem e desenvolvem ações para melhorar a vida dos trabalhadores, de seus funcionários, das comunidades, e que se engajaram também nos ODMs. Mas queremos comemorar também milhares de voluntários que não poupam finais de semanas sem dinheiro, mas com muita paixão e amor pensaram no bem da sociedade e se engajaram em prol dos ODMs. Milhares de brasileiros abraçaram desde 2004 uma causa comum que é melhorar a vida do país, a vida de seus conterrâneos nos estados e municípios. Parabéns ao povo brasileiro, parabéns aos voluntários, que não poupam energia em nome de uma causa comum. Queria parabenizar também os premiados que na sexta-feira terão a honra de receber um prêmio, pelo exemplo que fazem com projetos sociais das suas comunidades em nome da melhoria da vida das pessoas.

Para finalizar, temos que comemorar que o Brasil quase atingiu ou atingiu todas as metas dos objetivos do milênio - e vou deixar ao IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) comentar sobre isso - mas já sei de antemão que o Brasil é exemplo e vai alcançar todas as metas. Mas temos mais desafios e os ODMs não acabam em 2015, precisamos continuar erradicar a pobreza, precisamos diminuir a desigualdade de renda que ainda persiste no Brasil e no mundo, precisamos alinhar o social econômico ao meio ambiente, precisamos enfrentar as mudanças climáticas. Esses desafios que se colocarão até 2050 - quando seremos 9 bilhões de habitantes no mundo - só

serão resolvidos com políticas públicas, com governos comprometidos, com a democracia e com a parceria entre empresas, Sociedade Civil e a valorização do trabalho dos cidadãos. Então essa é a nossa mensagem, é a nossa essa nossa história de quase dez anos de compromisso com a solidariedade e com a cidadania. Muito obrigado e sucesso com esse evento. Já essa abertura é um exemplo de um evento vitorioso.

Sergei Soares

Boa noite. Eu gostaria de saudar o ministro Gilberto Carvalho e saudar as demais autoridades também, e gostaria de saudar a todos vocês que estão aqui e estão tirando seu tempo pra vir e participar dessa importante solenidade. Eu trabalho no IPEA há vinte anos, há vinte anos trabalho em pesquisa para o planejamento, então sei a importância do planejamento para atingir diferentes metas, vocês devem estar pensando: *“poxa, nós somos aqui da Sociedade Civil e vem esse burocrata de gravatinha falar para mim de planejamento”*. Mais que tipo de planejamento que eu estou falando? Não é apenas fazer planilhas com *numerinhos* que a gente tem que atingir de orçamento e não sei o que. É aquele planejamento que mobiliza não só o governo, mobiliza o Estado, mobiliza a sociedade, mobiliza as pessoas. E para esse tipo de planejamento, objetivos e metas são fundamentais, pois elas estabelecem uma métrica e também ajudam a mobilização que vai além do governo, além das planilhazinhas, envolvem a Sociedade Civil e envolvem vocês que estão aqui. Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são um sucesso total, não apenas por que o Brasil atingiu êxito – eu não vou dar nenhum número porque eu não quero ser *spoiler* [desmancha prazeres] e vamos ver isso quando o relatório for lançado amanhã –, não só porque a gente atingiu, de modo até espetacular alguns dos objetivos, como [a erradicação da pobreza], redução do trabalho infantil, mas também outros objetivos, mas principalmente pelo modo que isso foi feito. Não foi apenas a ação governamental que fez isso, foi ação governamental e a sociedade como um todo e, nesse sentido, coisas como metas codificadas, ainda que sejam nove metas relativamente simples, metas codificadas ajudam imensamente a mobilizar e a coordenar.

Então, eu gostaria de saldar as Nações Unidas na figura do Jorge Chediek, pela iniciativa e vou também fazer uma confissão. Eu era daqueles que era um pouco cético inicialmente com os ODMs. Por que meu ceticismo? Por que eu sou um daqueles caras que passou a vida toda fazendo doutorado, estudando não sei o quê, e eu achava, *“pô, mas esses números as vezes são um pouco simplistas, essas metas não sei não, podia ser um pouco mais sofisticado”*. Mas, uma meta para ter o resultado e a eficácia que tiveram os ODMs, ela tem que ser relativamente simples, tem que ser facilmente compreendida. E, nesse sentido, as Nações Unidas estão de parabéns e obviamente o governo brasileiro também está de parabéns, de ter encampado e

abraçado essas metas já há um bom tempo, e que nos levou a atingir boa parte delas.

Há uma única coisa que eu queria destacar antes de terminar que é que a gente nunca deve confundir a meta com a realidade, isso é um crime, é um pecado, e é especialmente comum em pessoas com a minha formação: a gente começa a olhar o indicador como se aquilo fosse a realidade. Nenhuma dessas metas é exatamente a realidade, são medidas com imprecisão, através de censos ou de pesquisas amostrais, e a gente não deve se deixar levar pela complacência também. Ok, reduzimos a pobreza, não a metade, mais ou menos a um quarto do que o nível inicial, ótimo, estamos todos de parabéns, mas isso tem que ser simplesmente um incentivo para a gente fazer ainda mais, pra a gente conseguir levar a pobreza extrema a um nível verdadeiramente residual. A gente conseguir levar a pobreza não extrema, também, a níveis muito mais baixos do que são, a gente conseguir reduzir o trabalho infantil a níveis ainda menores dos níveis dos quais a gente se encontra.

Então, antes de terminar, eu só queria deixar essas três mensagens. Da importância de metas como os ODMs pra a mobilização, para o planejamento de toda uma sociedade, não apenas do governo. Isso é uma coisa que a gente vai ter que ter agora que os ODMs estão perto do final: a gente vai ter um novo conjunto de metas que está sendo discutido e eu espero que seja ainda melhor que os ODMs, a gente não pode prescindir disso. Porque talvez sem os ODMs, a gente tivesse tido um grande sucesso no combate às desigualdades, mas talvez ele não tivesse sido tão bom quanto foi, graças a esse mecanismo de coordenação.

E por último, gostaria de dizer que o fato da gente ter atingido grande parte das metas dos ODMs, não é razão para nossa complacência. Este deveria ser só o começo, o começo de mais e mais esforços para a gente conseguir construir um Brasil cada vez melhor, cada vez mais justo, cada vez mais igualitário. Obrigado.

Marcelo Cortis Neri

Na verdade, Sergei [que acaba de fazer uma fala] estava me substituindo, mas eu fiz questão de falar diante desse público porque eu estou muito feliz em comunicar que o Sergei, que hoje é nosso presidente substituto do IPEA, amanhã entrará como titular. Gostaria de dividir [essa notícia] com vocês, pois pra mim é um momento de muita emoção, já que ele é a pessoa que mais contribuiu para minha gestão na IPEA. Estou muito feliz e eu queria aproveitar esse público aqui mobilizado para fazer esse comunicado e dividir com vocês essa alegria.

Para vocês que têm essa causa social como norte, assim como nós, é sempre uma tranquilidade saber que o IPEA vai estar como a bússola apontada para a melhoria das condições de vida das pessoas. Eu não

penso em melhor pessoa para esse cargo. Não tenho nem muito mais palavras para falar de metas do milênio agora, mas eu acho que ele é a variável fundamental para os objetivos que estamos aqui discutindo. Então eu queria fazer esse comunicado e agradecer ao ministro Gilberto Carvalho, ao Jorge Chediek, Fábio Caetano, Diogo de Sant'Ana, do secretário-geral do Itamarati Eduardo Santos e todos aqui presentes, transmitir a vocês esse momento de alegria. Estou ainda sob impacto, porque a decisão acabou de ser tomada. Muito obrigado.

Beatriz Barbosa

Boa noite a todos e todas. Queria dizer que é uma responsabilidade muito grande estar aqui para fazer uma fala pela Sociedade Civil com um auditório repleto como esse, com uma diversidade como a nossa. Eu acho que são os homens, mulheres, negros, negras, brancos, indígenas, idosos, a juventude, pessoas com deficiência, população LGBT, que estão aí que deveriam estar aqui fazendo essa fala e não eu. Então eu já queria contar com apoio de vocês para que a gente possa fazer desse rápido momento uma construção colaborativa.

O Interozes é uma organização que há dez anos luta pela democratização dos meios de comunicação e pelo exercício de liberdade de expressão no País, e a gente está muito feliz em poder trazer uma reflexão aqui para a abertura do Arena que é um espaço que consolida uma visão de Estado sobre a importância da participação social, não só na elaboração e no desenvolvimento de políticas públicas, mas na gestão do Estado, e essa é uma demanda histórica nossa.

O Brasil, ao contrário do algumas pessoas dizem, não acordou em 2013, nós lutamos há muito tempo já, e esse resultado, e aí eu vou me permitir fazer uma pequena correção no vídeo que passou, esse resultado não [ocorreu] em função da nossa contribuição, mas em função da nossa ação. Nós que conseguimos, isso é, a organização histórica da Sociedade Civil que permitiu que a gente chegasse nesse momento. Porque nada nos foi dado de graça, foi tudo construído com muita luta e com muito esforço. Mas nós devemos saudar a existência de um espaço como esse, de um evento como esse, que consolida essa visão sobre a participação popular. E uma das iniciativas que foi destacada aqui, que é o participa.br, tem muita a ver com uma luta recente que a gente participou e que eu queria compartilhar sobre ela rapidamente, que foi a aprovação do Marco Civil da internet. Acho que o exemplo do Marco Civil da internet é um exemplo de política pública que foi construído, desde a sua origem, com a participação. Na verdade, ela foi uma demanda da Sociedade Civil e, a partir de várias consultas públicas, se chegou no texto que foi enviado no Congresso Nacional. E aí, uma interlocução foi feita, tanto no Parlamento como no Governo Federal, (principalmente no Ministério da Justiça), tornando possível a gente chegar numa legislação que possa atender e proteger os direitos dos usuários na Internet. Se

vamos construir um mecanismo de participação que vai ser essencialmente online, nada como a gente defender os direitos dos usuários na rede e defender a universalização do acesso à internet no país. Agora, a gente ao mesmo tempo tem um evento tão positivo como do Marco Civil da Internet, uma política pública que foi de fato construída com a participação popular, mas que ainda traz desafios pro processo de regulamentação dessa legislação.

Eu não posso deixar de dizer que venho de uma área, de uma luta pela democratização da comunicação que, historicamente, carece de espaço de participação popular. Se o movimento de Saúde está indo para décima quinta conferência, a comunicação teve apenas uma conferência até hoje. Se [existem] várias organizações, conselhos deliberativos de participação social em que a sociedade pode ser ouvida, na área de comunicação não tem nenhum conselho. A Política Nacional de Banda Larga, por exemplo, que é o segundo pilar do acesso à Internet no país junto com a questão do Marco Civil, não tem nenhum espaço de participação social e de interlocução com a Sociedade Civil. Então isso mostra o tamanho dos desafios que a gente tem pela frente, e aí eu acho que aprovação do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil – e nós estamos trabalhando duramente pra isso no Congresso Nacional – vai ser um espaço, um mecanismo fundamental para reconhecimento do nosso papel enquanto organizações da sociedade civil. Não só para o reconhecimento, mas para estimular a possibilidade de podermos participar cada vez mais da gestão e do desenvolvimento das políticas públicas. Me somo ao protesto da colega ali atrás, “Pela aprovação do Marco Regulatório Já!” na Câmara dos Deputados.

Eu queria saudar também o lançamento da Política Nacional de Participação Social que vai ser feita aqui com a presença da presidenta Dilma, pra que a gente de fato consiga dar institucionalidade à participação social. Acho que esse é um grande desafio que temos pela frente. A participação social não pode mais depender da vontade ou do compromisso de um governante ou de um ministro ou de um secretário, ela precisa ser algo que faça parte não só do desenvolvimento das políticas públicas, mas da tomada de qualquer decisão de gestão do Estado. A gente quer discutir política econômica, a gente quer discutir política de relações internacionais, a gente quer discutir orçamentos de fato e ter uma política nacional que oriente o Poder Público com um todo. Pra [facilitar] esses mecanismos, eu acho que é um avanço enorme que estamos dando. A gente precisa fazer com que a participação social não dependa dos ventos que levem um determinado governo, do sabor que determinado governante tenha, do apreço e a valorização que tenha por isso. Que a gente consiga sair de um discurso e coloque a participação social de fato em prática, como uma ferramenta de construção de um Estado que, se quiser de fato ser democrático na sua plenitude, precisa ser construído cotidianamente com a participação da Sociedade Civil. Nós não podemos – e vivemos

desafios grandes em relação a isso como eu dei alguns exemplos— não podemos correr o risco de, por exemplo, aprovar uma legislação no Congresso Nacional que entende a manifestação como uma atitude criminosa. Nós precisamos combater esse projeto de lei e precisamos entender que manifestação e protesto são parte do nosso exercício de reivindicação de direito e de exercício da nossa liberdade de expressão. Então, que esses dias que vamos estar juntos aqui, seja um espaço não só de saudar essas iniciativas que estão colocadas aqui, mas que seja um espaço para a gente se articular, se fortalecer e construir novas reivindicações e novas alianças para essa luta nossa agora que ainda tem muito chão pela frente. Obrigada.

Ministro Gilberto Carvalho

Meus amigos, minhas amigas. Eu trago em nome da presidenta Dilma, um fraterno e carinhoso abraço para cada uma e cada um de vocês. A presidenta está nesse momento em um compromisso em Goiânia, mas ela estará aqui conosco, na sexta-feira, esperamos às 10hs da manhã, para importantes atos que vão marcar sem dúvida alguma essa nossa Arena.

Queria cumprimentar os colegas ministros, o Jorge Chediek pela representação do PNUD, os companheiros funcionários do governo federal e, acima de tudo, eu queria dar um abraço muito caloroso e valorizar muito a presença de cada um e de cada uma de vocês que atenderam de uma maneira generosa essa nossa convocação, e conformam nesse momento, esse belíssimo plenário que constitui a nossa Arena de Participação Social. Vocês que são conselheiros, que participam, que constroem a nossa política de participação social, que deram contribuição fundamental nesse debate e atuam na prática, contribuindo para aquilo que é uma prática, uma realidade entre nós, que é a participação nas conferências, nos conselhos, nas audiências públicas, nas mesas de negociações, enfim, em todas as formas que nós temos criados, de participação social e, agora, ainda mais, em toda questão da rede, através do Participa.br, através do Participatório da Juventude, enfim, das mais diversas formas.

Queria também cumprimentar carinhosamente as pessoas que aqui estão, representando toda a nossa mobilização em torno dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os ODMs. Aqueles que representam as experiências que foram selecionadas, as experiências que serão premiadas, mas a cada um e cada uma que nos cantos mais remotos desse Brasil, constroem de maneira concreta, muito prática, soluções fundamentais para que, construindo uma verdadeira teia e rede de sustentabilidade social, façamos a verdadeira mudança que ocorre nesse país.

Quero cumprimentar também os representantes das entidades da Sociedade Civil que, de maneira tão ardorosa, generosa, batalham conosco pela construção dessa nova forma de relação entre Governo e Sociedade Civil, na construção do famoso Marco Regulatório das

organizações da sociedade civil. E nós estamos de fato muito felizes, porque graças a essa síntese entre nós, a essa articulação de esforços, Sociedade e Governo, a gente conseguiu fazer tramitar [o projeto de Lei] no Senado, tramitar na Comissão e Justiça da Câmara, e agora a Plenário. Esperamos a próxima semana a aprovação desse Marco, que vai ser sem dúvida nenhuma a concretização de uma nova forma estável e adequada de relação entre Governo, Estado e Sociedade Civil.

Queria cumprimentar particularmente os jovens que estão aqui, que estão presentes. É fundamental a presença de jovens aqui nesse plenário. Eles que fazem também o Hackathon, estão nos ajudando a fazer toda divulgação e ampliação da assistência, da presença virtual em nossa Arena. É preciso dar boas-vindas com muito carinho aos nossos convidados internacionais, é muito importante para nós a presença dos senhores, de vocês, que sejam muito bem-vindos a essa Arena, a esse país. Nesse tempo que o Brasil se prepara para receber esse grande evento, chamado Copa do Mundo, em que nós temos uma vocação de fato sermos irmãos universais, de termos relações adequadas, com toda a humanidade, nós interessa muito ouvir de vocês, as experiências, os ensinamentos e ao mesmo tempo partilhar com vocês a nossa caminhada. Sejam muito bem-vindos.

Eu preciso também agradecer aos patrocinadores que tornam possível esse evento, a sua parceria, para nós é fundamental. E digo a vocês também, pessoal, que essa Arena, é, digamos assim, a concretização de um sonho desenvolvido dentro do Governo, particularmente da Secretaria Geral, mas com muitas parcerias com outros ministérios. Com uma gente muito generosa, uma equipe da qual eu me orgulho profundamente, que tem o mérito total por isso que está acontecendo aqui hoje, eu menciono, na figura do Diogo de Sant'Ana, do Wagner que acabei de entregar essa placa, mas também do Paulo Maldas, do Pedro Pontual, do [...] e da Laís do Marco Regulatório. Nessas pessoas eu quero mencionar uma equipe enorme de pessoas que trabalharam muito para que essa Arena, para que esse sonho, se concretizasse. Eu tenho certeza que estão com o coração pulando de alegria, por ver concretizado esse sonho.

[Pausa: Eu queria convidar, chamar para que ocupe a mesa conosco, o Ministro da Saúde o Arthur Chioro. Arthur, a sua presença é muito importante pra gente].

Retomando, eu queria dizer a vocês que nós entendemos que essa Arena é um ponto de chegada e um ponto de partida. Um ponto de chegada porque ela tem um aspecto celebrativo muito importante. É extremamente significativo que nós consigamos juntar um grupo tão amplo e ao mesmo tempo tão representativo e significativo, representando a Sociedade Civil juntamente com o Governo, para celebrarmos aquilo que já é uma caminhada vitoriosa, da conquista de espaços de participação efetiva, progressiva, dentro da nossa forma de governar.

A adoção da participação social como método de governo, é na verdade uma batalha que vem de há muito tempo, que efetivamente se aprofunda nos últimos dez, doze anos do nosso trabalho no governo. Mas é ainda, ao mesmo tempo, uma cultura que nós precisamos implantar, trabalhar dentro do próprio governo e dentro da sociedade.

Nesse momento que a sociedade brasileira se manifesta de formas cada vez mais múltiplas e diversas, em que as ruas voltam a ser um palco importante da presença, da militância, da manifestação do cidadão, em que as redes sociais se colocam como novo palco, novo cenário e novo instrumento de participação e presença da cidadania, é fundamental que nós nos reunamos nessa Arena e que nós possamos aprofundar e discutir essas novas formas e as táticas que nós temos que adotar para fazer com que essa participação social se amplie, se universalize e de fato se transforme cada vez mais, numa cultura irremovível. Uma cultura daqui para frente, que nunca mais poderá voltar atrás. Que para efetivamente governar o país, um país como o Brasil, nas instâncias federal, estadual e municipal, não pode ser dar a não ser com uma efetiva participação, em que a participação seja de fato e definitivamente um método de governo.

Nós enxergamos nisso, em todo esse conjunto de expressões – seja das conferências, dos conselhos, das manifestações das redes e das manifestações das ruas, das suas múltiplas formas – nós enxergamos o amadurecimento necessário e extremamente rico e bem-vindo da democracia brasileira. Por isso o aspecto celebrativo, mas, ao mesmo tempo, e a oradora que me antecedeu já levantou alguns pontos, nós temos perfeita consciência, ou ampla consciência do que nós temos ainda para caminhar. Nós sabemos, ainda, que essa cultura é uma cultura que encontra muita resistência, dentro do Governo Federal, dentro dos governos estaduais, sobretudo nos governos municipais, onde práticas que poderiam ter sido adotadas há muito tempo, como o Orçamento Participativo, seguem encontrando enormes resistências. Onde nem sempre os conselhos conseguem ter uma atuação efetiva, onde há resistência de uma mentalidade verticalizada e autoritária contra esse tipo de participação. E nós sabemos também que há áreas dentro dos nossos governos, onde esses processos se dão de maneira muito mais difícil.

Nesse momento em que, como eu já dizia, nós nos sentimos no limiar de um novo processo democrático, é fundamental que essa Arena, na sua multiplicidade, na sua diversidade, tenha a coragem e a ousadia de propor novos caminhos para isso que nós estamos chamando de concretização, de ampliação da participação social. Nesse sentido, ganha uma enorme importância o decreto que a Presidenta vai assinar conosco aqui na sexta-feira, o decreto que institui o Sistema Nacional de Participação e, ao mesmo tempo, juntamente com ele, o decreto também que cria a possibilidade de adesão dos estados e municípios a essa política. Um processo de indução que nós queremos

fazer, e aqui eu saúdo os dez estados que já assinaram a sua adesão a esse sistema nacional e dezenas de municípios também que já o fizeram. Mas ainda há um grande campo de trabalho indutivo, que nós temos que fazer para que se universalize esse processo.

Também ganha importância o projeto que a presidenta vai assinar, que dialoga com a aprovação do Marco Regulatório: o decreto do novo sistema que reorganiza o processo de prestação de contas das entidades parceiras que conveniam com o Governo Federal. Da mesma forma será importante aqui na sexta-feira a apresentação do relatório que nós faremos com o avanço do nosso país na questão dos ODMs e verificaremos como o Brasil deu passos importantes, o que já foi dito aqui pelo Odilon e nosso companheiro do IPEA, mas o quanto ainda nós temos que avançar mais para consolidar na sua totalidade os objetivos do milênio em nosso país.

E ganha importância também o seminário que nós faremos sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, já numa transição dos ODMs para os chamados ODSs, onde o Brasil deve projetar, o nosso país deve projetar um novo programa, um novo projeto de desenvolvimento que dê conta das novas necessidades, das novas dimensões que nós temos que observar na construção de um verdadeiro projeto democrático e popular no Brasil.

E eu quero já finalizar, dizendo que tudo isso é muito importante. Agora há passos que a sociedade brasileira deverá dar onde o governo é parceiro, mas onde a primazia da ação cidadã é fundamental. Quero me referir aqui a necessidade de uma ampla reforma política que dê estatuto definitivo para a participação popular. Nós estamos, digamos assim, chegando nas franjas do limite do possível, dessas mudanças internas dos estados brasileiros, do aparelho do Estado, criando esses mecanismos, mas é fundamental que nós possamos de fato ter uma reforma política para além da reforma eleitoral com o fim necessário do financiamento empresarial de campanha, com a extinção do voto em lista, que trabalhe também o estabelecimento da participação social definitivamente como método de governo.

Por tudo isso eu quero mais uma vez agradecer a presença de cada um, de cada uma de vocês, e desejar que essa nossa Arena seja de fato um momento em que nós compareçamos com muita de vontade de contribuir, mas também de ouvir o diferente, ouvir a voz do outro. E é com essa disposição que o governo comparece a essa Arena. Nós viemos aqui, acima de tudo, para ouvir, para produzir com vocês sínteses produtivas, porque é nesse processo democrático e só nele que nós acreditamos. Na criação de um projeto que de fato traga a democracia real, a fraternidade e a solidariedade para nossa sociedade. Muito obrigado e mais uma vez parabéns a todos vocês que estão aqui presentes.

4. Relatoria dos painéis

4.1. Balanço da agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil e Por uma nova relação de parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil

Por motivos de organização do evento, esses dois painéis foram agregados, razão pela qual são apresentados em um bloco conjunto.

4.1.1 Apresentação/ objetivos

Uma das ações prioritárias para a Secretaria-Geral da Presidência da República, a agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, busca aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional das organizações e suas relações de parceria com o Estado. No painel “Balanço da agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil” foram apresentadas as principais ações desenvolvidas em torno da agenda nos últimos anos. Também foi feita a acolhida dos participantes e a apresentação dos objetivos e da programação do II Seminário Internacional do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Em seguida, dando continuidade a este momento introdutório, houve a realização do painel “Por uma nova relação de parceria entre Estado e organizações da sociedade civil”. As parcerias entre o Estado e as organizações da Sociedade Civil refletem o direito à participação social e fortalecem os vínculos entre esses dois atores na implementação de políticas públicas. Os instrumentos e as práticas por meio das quais se formalizam as relações de parceria constituem um dos temas centrais da agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. Neste painel, foram discutidas as premissas dessa relação e os avanços e desafios em torno da criação de um novo instrumento jurídico para as relações de fomento e colaboração.

4.1.2 Participantes

Jerome Possielgue - Ministro Conselheiro da União Europeia no Brasil

Maria do Rosário - Deputada Federal (PT/RS)

Maristela Baione - Diretora do Programa das Nações Unidas no Brasil

Laís de Figueiredo Lopes - Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República

Vera Masagão Ribeiro - Diretora Executiva da Abong, membro do comitê facilitador da Plataforma por um MROSC

Rodrigo Rollemberg - Senador da República (PSB/DF)

José Eduardo Romão - Ouvidor Geral da União

Pedro Pontual - Diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República

4.1.3 Resumo das apresentações

As falas dos participantes destes dois painéis enfatizaram de forma unânime o papel essencial das organizações da sociedade civil na sustentabilidade das ações políticas e, sobretudo, no fortalecimento e aprofundamento da democracia. Reforçaram essa importância no âmbito nacional, e revelaram também que esta questão está não só no centro do debate brasileiro, como também se desenvolve na agenda internacional, fato apontado por Jérôme Possielgue, da União Europeia.

Para que a relação entre as organizações da sociedade civil e o Estado contribuam para este aprimoramento democrático, é necessário, como aponta a deputada Maria do Rosário, consolidar as reformas democráticas ainda inconclusas desde a promulgação da Constituição de 1988 de forma a reestabelecer a conexão entre a política e a participação.

Sobre este fato, Pedro Pontual - Diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República - entende que hoje estamos convergindo com a política de participação da sociedade brasileira e o Marco Regulatório que contribuem, juntas, para uma redefinição das relações entre governo e Sociedade Civil.

Isto é necessário para que a administração pública possa se reestruturar tomando como princípio a voz ativa e a perspectiva da sociedade o que, para Eduardo Romão, tem sido o norte das ações recentes neste campo que tentam superar o desafio de traduzir para dentro das instituições formais os anseios da sociedade.

Nesse sentido, as falas enfatizaram o histórico de ações da agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil mostrando as como ocorreram, ao longo desta trajetória, as formulações em torno da criação de mecanismos de aprimoramento das relações de parceria entre Estado e Sociedade Civil com o objetivo de contribuir com as políticas públicas e criar um ambiente de maior segurança jurídica e institucional para as OSCs. São essas formulações e conquistas que culminam na luta política de aprovação do projeto de Lei 7168, que representa a conquista e ação concreta nesse histórico, como enfatizou Vera Masagão, da Abong.

Ficou clara a necessidade de garantir a autonomia das organizações da sociedade civil que, revela, é o principal bem do país para se renovar democraticamente.

4.1.4 Destaque de falas

Jérôme Poussielgue

“As organizações da sociedade civil estão presente na vida pública, empenhando-se em iniciativas destinadas a reforçar uma democracia mais participativa e personificam uma procura crescente em prol de um governo transparente e responsável”.

“A problemática tanto no Brasil quanto na Europa é sempre a mesma, é a questão da cidadania, a questão da dignidade, dos direitos humanos, isso é fundamental para entendermos que o processo que está aqui em debate, não é só um processo brasileiro”.

Deputada Maria do Rosário

“A agenda de trabalho que nós estamos realizando em torno do Marco Regulatório é um agenda da democracia Brasileira, e é isso que precisa estar muito claro”.

“(…) nos dias atuais, estamos vivendo a necessidade de uma nova conexão entre a política e a participação especialmente nas instituições formais do país”.

“As instituições têm que estruturar sua governança, (…) a partir da perspectiva da posição da sociedade”.

“(…)uma Sociedade Civil ativa no Brasil, e com autonomia, que é o principal bem que o Brasil tem para renovar-se democraticamente a cada período”.

“O Marco institui a capacidade melhor de enfrentarmos um dos fenômenos mais perversos que existem com a Sociedade Civil, que é a criminalização dos movimentos”.

“Não pode haver dúvida da legitimidade de que recursos públicos sejam gerenciados diretamente também pela Sociedade Civil”.

“Boa parte das políticas de proteção e de direitos humanos no Brasil estão e estarão ainda mais ameaçadas (…) se nós não tivermos o Marco Regulatório das Organizações das Sociedade Civil”.

Maristela Baione

“Queria dizer, em primeiro lugar, que para a ONU, para o PNUD, a participação social é uma questão de direitos humanos”.

“A Sociedade Civil tem um papel de construção de políticas de Estado e não só de governo, porque ela permite a continuidade, ela permite a sustentabilidade das ações políticas”.

Laís Lopes

“Agir de forma participativa é agir sempre com muita humildade, com olhos e ouvidos muito abertos”

“As organizações são tratadas como verdadeiras prefeituras, sem que se faça uma diferenciação entre suas peculiaridades como entidades privadas, de iniciativa autônoma da Sociedade Civil”.

“Nunca estivemos tão perto de avançar na multiplicação de novas práticas nessa relação de parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil. Mas não nos furtamos de reconhecer que é preciso mais. E por isso o MROSC”.

“Apenas uma nova lei não irá resolver todos os problemas colocados nessa relação. Será preciso desenvolver e implementar uma série de outras medidas para essa mudança cultural que se pretende, que recoloca as organizações como parte do processo de desenvolvimento e cidadania plena do país”.

“Para que as premissas que alicerçam essa agenda sejam parte do senso comum de nossa sociedade temos que cada vez mais construir informações e contrainformações que ajudem a pautar o novo diálogo que se buscou empreender até aqui e que se quer dar continuidade, aprofundar e por que não, radicalizar”.

Vera Masagão

“Nossa presença neste seminário é uma presença de luta, nós estamos aqui com o objetivo muito claro de exigir a pronta aprovação do projeto de lei 7168/2014”.

Deputado Rodrigo Rollemberg

“Não tenho dúvida que a partir da aprovação deste projeto vamos criar um ambiente de tranquilidade e de segurança jurídica, de respeito e de reconhecimento do trabalho extremamente importante que as OSCs desempenham para o Brasil”.

José Eduardo Romão

“A administração deve reconhecer a legitimidade das organizações da sociedade civil. A partir da perspectiva da CGU, o MROSC já introduz mudanças significativas, reconhecendo a legitimidade e aumentando a qualidade da participação das organizações da sociedade civil com o Estado”.

“É indispensável que o Estado reconheça que as pessoas vivem em situações reais. Efetividade como uma distinção entre eficiência e o modelo eficaz de Estado que olha para o impacto que teve na vida das pessoas”.

Pedro de Carvalho Pontual

“Estamos convergindo com a política de participação da sociedade brasileira e com o Marco Regulatório. É para o fortalecimento da democracia da participação social e da institucionalização e de uma redefinição das relações entre governo e Sociedade Civil”.

“Devemos trazer as contribuições das Organizações da Sociedade Civil numa agenda de conhecimento, de educação para a cidadania ativa, da ampliação e fortalecimento da formação de lideranças, gestores, públicos e conselheiros para transformar novas atitudes, valores e comportamentos indispensáveis para determinar uma democracia de Estado”.

4.1.5 Relatoria das falas

Jerome Possielgue

Bom dia a todos e todas. Para mim é um prazer estar aqui com vocês hoje e, para União Europeia, este é um momento muito importante. Esperamos que o projeto do Marco Regulatório seja aprovado finalmente, depois de muito tempo de luta e de trabalho sobre esse tema.

Com o Brasil temos uma relação cada dia mais forte. Temos uma parceria estratégica desde 2007 e estamos trabalhando juntos sobre questões de interesse comum, como o Marco Regulatório e também sobre outros desafios globais. Nós somos cientes da importância de consolidar os instrumentos democráticos de participação da Sociedade Civil, em particular das instituições que representam as organizações da sociedade civil nas esferas econômica, política e social, porque acreditamos que é necessário que essas organizações se fortaleçam e possam cada vez mais estar presentes nas transformações políticas, sociais, econômicas em curso no Brasil e no mundo, e possam contribuir também para o amadurecimento das instituições e da democracia.

As organizações da sociedade civil estão presente na vida pública, empenhando-se em iniciativas destinadas a reforçar uma democracia mais participativa e personificam uma procura crescente em prol de um governo transparente e responsável.

A União Europeia está empenhada em reforçar as relações com as organizações da sociedade civil em nível global – adaptando-as aos desafios atuais e futuros – e em contribuir para uma Sociedade Civil dinâmica e competente. Hoje no Brasil todo debate que acontece em torno do Marco Regulatório, posso seguramente dizer que é o mesmo debate que acontece na Europa, tanto nos países mais avançados como nos menos avançados. A problemática tanto no Brasil quanto na Europa é sempre a mesma, é a questão da cidadania, a questão da dignidade, dos direitos humanos, isso é fundamental para entendermos que o processo que está aqui em debate, não é só um

processo brasileiro. É necessário que ele seja implementado e seja levado adiante pelos cidadãos e pelas instituições que tentem proteger também aquilo que chamamos em um ambiente favorável que assegure a autonomia das organizações da sociedade civil, que promova a sua capacidade de se financiarem, mas que também haja uma metodologia para averiguar as suas responsabilidades.

Acredito que a experiência da União Europeia possa ajudar e é por este motivo que tomamos a decisão de apoiar esse seminário hoje, e apoiamos outras ações que possam ajudar nesta reflexão que estamos fazendo hoje. Uma Sociedade Civil dotada de meios de ação constitui um componente fundamental de qualquer sistema democrático, e é uma vantagem imensa, representa e promove o pluralismo, podendo contribuir para políticas mais eficazes, um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, e um crescimento inclusivo. É por isso que, principalmente, nos Estados desenvolvidos e nos governos democráticos, as sinergias que criam entre si e com as organizações da sociedade civil podem contribuir para abortar os desafios da pobreza, do aumento das desigualdades, da exclusão social de um desenvolvimento não sustentável. A participação das organizações da sociedade civil, nos processos políticos, é fundamental para elaborar políticas inclusivas e eficazes. Por conseguinte, as organizações da sociedade civil, contribuem para a construção de Estados mais responsáveis e legítimos, conduzindo para a coesão social reforçada e a democracia mais aberta e mais forte. Isso é o que entende a União Europeia.

Neste contexto, reconhecendo a importância do papel da Sociedade Civil, a União Europeia tem estabelecido três prioridades para trabalhar nesse campo. A primeira é reforçar os esforços para promover um ambiente favorável às organizações da sociedade civil. A segunda é promover uma participação construtiva e estruturada das organizações da sociedade civil nas políticas nacionais. E a terceira prioridade é aumentar a capacidade das organizações locais para desempenharem eficazmente os seu papel enquanto atores independentes do desenvolvimento na realização, por exemplo, de projetos locais. Por isso, no campo da cooperação com os governantes parceiros no mundo inteiro, a União Europeia procura reforçar as capacidades, colaborando de forma construtiva com a Sociedade Civil, melhorando a confiança e as competências que permitem desenvolver o diálogo e as possibilidades de parcerias. Nós continuaremos a prestar assistência e apoio para reforçar as instituições democráticas e as reformas, reforçar e melhorar as capacidades para cooperar com a organizações da sociedade civil. Também achamos essencial o papel dos meios de comunicação independentes, os meios de comunicação social, que contribuem para uma sociedade aberta, baseada no diálogo, na diversidade cultural e na reflexão crítica. Também, reforçar a responsabilização incumbida aos governos e as organizações da sociedade civil, cada vez que essas questões são muito complicadas e exigem ações integradas. A

Sociedade Civil cumpre um papel fundamental para o controle social, a defesa dos direitos humanos e também tem influenciado na formulação de políticas públicas voltadas para o bem estar da coletividade. Trata-se de somar os esforços para enfrentar os desafios da redução da pobreza, da construção de uma sociedade mais inclusiva, com mais justiça social, também na construção de Estados que sejam mais responsáveis, legítimos e que conduzam a uma coesão social reforçada, uma democracia mais aberta e mais forte em todo o mundo, que é o que todos queremos. Muito obrigado pela sua atenção e esperamos contar com o seu apoio sempre.

Maria do Rosário

Bom dia. Fico muito honrada de estar aqui com vocês na condição de parlamentar. Hoje pela manhã nós temos uma reunião na Comissão de Justiça onde eu tenho trabalhado e muitas vezes encontrado à Vera Masagão [presente no painel] na agenda de votação que conquistamos na semana passada. Votar na Comissão de Justiça pra levarmos finalmente ao plenário da Câmara dos deputados esse projeto de lei que foi constituído pela Sociedade Civil, que pode ter suas contradições, mas que é tão importante como ponto de partida do trabalho que nós pretendemos realizar. Eu quero cumprimentar além da Vera, da Sociedade Civil, a Secretaria-Geral da Presidência, na figura da Laís e do Pedro, e queria deixar um abraço afetuoso e de reconhecimento ao Ministro Gilberto Carvalho. Cumprimentar o PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento], a CGU [Controladoria Geral da União], cumprimentar a União Europeia pela parceria com o Brasil e a todos vocês senhores e senhoras.

A agenda de trabalho que nós estamos realizando em torno do Marco Regulatório é um agenda da democracia Brasileira, e é isso que precisa estar muito claro. Porque nós não fomos capazes, no país, de consolidar as reformas democráticas das instituições políticas como deveríamos ter feito posteriormente a 1988. A democracia não é algo parado, as ditaduras são paradas, estáticas são as ditaduras. As democracias exigem movimento, complementariedade, possibilidade permanente de diálogo sobre o seu aprofundamento, e nós aprendemos isso. Porque a democracia no Brasil foi conquistada, tendo como marco 1988, com uma participação espetacular da própria Sociedade Civil, e é por isso que a Constituição de 1988 trouxe aspectos tão importantes que exigem de nós a renovação permanente, novos métodos, propostas e formas de existência. Como exemplo, vou citar a Helena Bolívar. Eu lembro das experiências do Orçamento Participativo, das experiências de consolidação das conferências e tudo que a sociedade brasileira estabeleceu ao longo dos últimos anos. Mas eu não digo que nós completamos as reformas de caráter da vida política do país, porque as instituições políticas, particularmente o Congresso Nacional, não estiveram atentas à necessidade da reforma política, também de caráter político e eleitoral, do sistema eleitoral brasileiro. Isso faz com que nos dias

atuais, estejamos vivendo a necessidade de uma nova conexão entre a política e a participação especialmente nas instituições formais do país. E para a sociedade brasileira, a ausência de reforma política das instituições, particularmente do sistema eleitoral e político do Congresso Nacional, está afastando as pessoas da participação. Quando esse encontro é realizado, ele significa muito para a democracia brasileira, porque ele oferece ao país uma reflexão necessária para o governo, para a sociedade, para as instituições, para o parlamento também (onde eu me encontro nesse momento). A perspectiva de estabelecer o princípio da governança democrática a partir da instalação nas instituições da perspectiva da sociedade brasileira, é isso que nós temos que fazer. As instituições têm que estruturar sua governança, através de diferentes mecanismos, a partir da perspectiva da posição da sociedade permanentemente mobilizada e particularmente através de uma Sociedade Civil ativa no Brasil, e com autonomia, que é o principal bem que o Brasil tem, para renovar-se democraticamente a cada período.

Nós dissemos ao longo dos últimos anos que o Brasil, durante muito tempo, não pensou estrategicamente em relação a sua economia, seu desenvolvimento social, e é verdade, nós somos sempre reféns do curto prazo, em todos os sentidos. Não há nenhuma dúvida. No entanto, ao longo do período de governo do presidente Lula e no período de governo atual, nós rompemos essa lógica no país. Estamos produzindo dentro do Estado brasileiro, uma nova visão de planejamento. O Brasil hoje vai em busca da superação da miséria, das desigualdades regionais, de todas as mazelas que compõem a nossa formação cultural e histórica e as contradições que compõem o tecido social brasileiro e a estrutura do poder, mas nós precisamos fazer isso também do ponto de vista da democracia.

Eu queria reforçar a existência deste desafio a parte de alguns aspectos presentes no nosso dia a dia, não apenas nas necessidades do Marco Regulatório que é o que se discute aqui. O Marco institui a capacidade melhor de enfrentarmos um dos fenômenos mais perversos que existem com a Sociedade Civil, que é a criminalização dos movimentos. Não vamos esquecer que a criminalização dos movimentos sociais que se vê quando o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra ou movimento da luta pela reforma urbana, quando estes segmentos lutam e são colocados na ilegalidade, antes disso, a primeira ilegalidade a que foi jogado movimento, foi a forma desrespeitosa com que as organizações da sociedade civil foram tratadas, forçando o rompimento de relações que estruturavam políticas no país e que deixaram um vácuo na relação entre o Estado e sociedade ao longo dos anos 2000.

Agora eu vejo que nós estamos diante de questões conceituais no âmbito dos direitos humanos que exigem uma abordagem profunda de todos os que são ativistas, militantes e participantes da Sociedade Civil, e dos que participam de um governo democrático, ou que

atuam como democratas no parlamento, ou nas instituições do país. É uma movimentação que articula, de um lado, a criminalização dos movimentos e, de outro, a construção de um discurso que estrutura a violência como um caminho natural nas relações interpessoais e nas relações sociais do país. Trata-se do isolamento da Sociedade Civil. Ou melhor, da tentativa de isolamento porque essa Sociedade Civil resistiu e dá respostas. O que nós presenciamos – os linchamentos, a utilização dos espaços públicos, dos meios de comunicação, a sustentação dessas reações absurdas de violações dos direitos humanos no último período – são parte de um processo que marca negativamente o caminho que nós trilhamos de busca de aprofundamento da democracia e de direitos humanos no Brasil, a democracia que nós construímos. Portanto ela nos coloca diante de novos desafios pra que seja mais desenvolvida no próximo período, e isso significa especialmente nesse momento, produzirmos um Marco legal. Marco legal que seja baseado, do meu ponto de vista, em três aspectos que estão presentes no projeto de lei e que devem ser analisados de forma a serem sempre reforçados. Um deles é a questão da segurança na relação entre o Estado e à Sociedade Civil e da Sociedade Civil para com o Estado. Não interessa aos agentes de Estado, que a Sociedade Civil seja marcada permanentemente pela desconfiança do uso dos recursos e a desconsideração ao trabalho que era realizado. Não interessa isso ao Estado, mas não interessa à Sociedade Civil que exista uma diminuição da sua autonomia de decidir sobre os seus rumos porque tem um financiamento público assegurado. Como um direito da própria sociedade, pensemos que nós estamos trabalhando com recursos públicos, com orçamentos pela sociedade brasileira, e que, portanto, quando estamos aqui, trabalhando com esses recursos, também para serem utilizados do ponto de vista financiamento de políticas, através da relação com a Sociedade Civil é apenas uma forma de trabalharmos com recursos que são públicos e que não há ilegalidade, não pode haver ilegalidade. Não pode haver dúvida da legitimidade de que recursos públicos sejam gerenciados diretamente também pela Sociedade Civil, com lastro de legalidade que assegure a essas organizações não serem jogadas na clandestinidade ou na situação de insolvência, como muitas vezes são colocadas. Por outro lado, se coloca a questão da transparência. Sem dúvida, todos os atos de Estado ou da sociedade, devem ser movidos pela transparência, então uma visão global do orçamento público, como se pensou num Orçamento Participativo, é absolutamente importante, um princípio que é relevante de ser trazido.

As organizações da sociedade civil não têm o direito somente a estarem trabalhando uma determinada política, como se tivessem numa relação específica com o tema, na especificidade de uma proposta, de uma ação ou de um nicho de direitos. É preciso também que as organizações da sociedade civil tenham uma visão global de orçamento público e das políticas governamentais. Incidindo permanentemente na redemocratização das estruturas democráticas

como a Secretaria-Geral da Presidência tem feito. Como, por exemplo, a renovação das conferências – que podem também ser um caminho desaguadouro desses desafios – que são pensadas e modificadas na sua estrutura. E, por último, efetivamente, a autonomia, porque autonomia constitui transparência, autonomia e segurança jurídica, estrutura ao necessário fortalecimento de controle das ações do Estado, particularmente no Brasil. É verdade que na América Latina e em todos os lugares do mundo, os Estados tem uma tendência a uma perspectiva autoritária, mesmo gestões que assumem uma visão democrática de caráter popular. Quando for necessário ao presidente Lula, quanto é necessário ao governo atual com a presidenta Dilma. Estamos permanentemente buscando uma agenda, porque as estruturas burocráticas do Estado – isso não vai de uma crítica a um governo ou a outro – estão montadas numa burocracia estruturada para responder às necessidades próprias da burocracia estatal e não as necessidades da participação da sociedade. E essa perspectiva, essa compreensão, é necessária para os governos democráticos para verificarem que, quando a Sociedade Civil crítica, ela critica porque o diálogo democrático é a base da relação democrática e esse diálogo tem que ser estruturado com regras, como a própria democracia exige.

Por último, pra não me estender, eu gostaria de dar um exemplo no âmbito das políticas de direitos humanos. Como vocês sabem, o Brasil está no terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH 3, que é uma referência de construção a partir de conferências da sociedade. Houve um enfrentamento muito forte para que o PNDH 3 fosse assumido, com algumas missões importantes. Uma delas é construir para o Brasil (no que o PNUD tem sido parceiro essencial), os indicadores de direitos humanos para o Brasil. Eu digo, diante da União Europeia e do PNUD, que o Brasil não pode simplesmente fazer a leitura dos indicadores das agências norte americanas ou europeias. Isso porque assim, não terá uma avaliação, ele próprio, dos avanços que nós vamos consolidando em direitos humanos e os desafios que nós temos, considerando direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais, as relações internacionais, enfim os tratados que nós somos signatários e responsáveis por implementar, tanto pela sociedade como pelo Estado. Devemos considerar aspectos que são muito próprios e desafiadores da nossa época como, por exemplo, o tema Estado laico – nós sabemos o quanto isso é caro para a democracia no mundo inteiro. Nós devemos reforçar aspectos que signifiquem o respeito à diversidade religiosa, a todas as manifestações religiosas e, ao mesmo tempo, a premissa fundamental da democracia constitucional do Brasil, do Estado laico, que fere o próprio princípio das nossas relações, as escolhas, as decisões políticas. E nós estamos (perigosamente na minha opinião), flertando com os aspectos controversos e que podem comprometer a democracia se não estivermos atentos a isso. Eu queria me referir aqui, além dos indicadores, sobre o desafio do PNDH 3, do Sistema Nacional de Direitos Humanos. Esse sistema tem um exemplo muito

importante que é como nós conseguimos implementar no Brasil os programas de proteção às vítimas e testemunhos, o Programa Nacional de Defensores dos Direitos Humanos, o Programa Nacional de Apoio a Vítimas e testemunhas, o PROVITA, e o próprio Programa Nacional de Defesa das Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, que são fundamentais para nós no Brasil para salvar vidas. Todos esses programas foram estruturados pela Sociedade Civil, com a concepção da Sociedade Civil e são apoiados, são realizados, são executados efetivamente pela Sociedade Civil. Isso exige um debate conceitual. Em primeiro lugar, no Rio Grande do Sul - numa perspectiva diferente do Brasil inteiro - só o Rio Grande do Sul é que há um programa de Estado para proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas de morte. Nos demais estados brasileiros, a Sociedade Civil que realiza [esses programas], também com atuação do governo. Porque na realidade brasileira, é preciso enfrentar as estruturas policiais, também marcadas pela corrupção, pela violência: proteger a família do Amarildo, para Secretaria de Direitos Humanos, significava enfrentar a atuação dos policiais militares envolvidos na possível morte e desaparecimento do Amarildo e como nós poderíamos entregar a sua família, os seus vizinhos, as testemunhas para a mesma corporação? Então as agendas que o Brasil consegue realizar, realiza com coragem e com a Sociedade Civil. Agora eu preciso dizer pra vocês, a organização que até bem pouco tempo era parceira do governo no estado do Rio de Janeiro, realizando a política de atendimento as vítimas e testemunha ameaçados de morte, foi colocada em uma situação de ilegalidade, porque ela não tinha todas as possibilidades [de prestação de contas]. Como é que ela presta contas (e me desculpe se eu vou ao detalhe) mas como é que ela presta contas das notas fiscais de onde ela escondeu uma pessoa, se as notas fiscais podem revelar o caminho onde essa pessoa está? Para nós e os dirigentes do TCU, estabelecemos as marcas diferenciadas, buscamos pareceres na AGU, nós trabalhamos permanentemente para solucionar isso, mas de fato, nos dias atuais, boa parte das políticas de proteção e de direitos humanos no Brasil estão e estarão ainda mais ameaçadas e pessoas que dependem de proteção estarão mais e mais ameaçadas, se nós não tivermos o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Eu queria que o Brasil tivesse essa consciência. Me coloco à disposição do ministro Gilberto [Carvalho], de vocês, como militante dentro da Câmara dos Deputados e acredito que isso precisa sensibilizar o país, para a importância da democracia da Sociedade Civil e a clareza que nós devemos ter que, na democracia, ou a gente a profunda, ou a gente começa a voltar pra trás, e é o que nós todos não merecemos e não queremos. Um abraço aos representantes do governo e da Sociedade Civil, me perdoem por me retirar, mas é por motivos efetivamente de trabalhos na nova jornada do desempenho no país. Muito obrigada.

Maristela Baione

Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar meus colegas de mesa, agradecer essa oportunidade de estar aqui, e obviamente eu vou fazer uma fala muito mais curta do que a ex-ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, mas eu acho que talvez com alguma empolgação também.

Queria dizer, em primeiro lugar, que para a ONU, para o PNUD, a participação social é uma questão de direitos humanos. Isso está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 20, que define que todo homem tem direito a liberdade reunião e associação pacíficas e que ninguém pode ser obrigado a fazer parte da associação.

A Constituição Federal de 1988 também garante a plena liberdade de associação. Para o PNUD, que é uma organização que faz parte da ONU, que é defensora dos direitos humanos e promotora dos direitos humanos, isso, para a gente, está no nosso DNA, faz parte do nosso trabalho, faz parte do nosso mandato, e para nós isso reforça a pertinência, a importância de um evento como este, desse seminário que vai discutir O Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. Nós entendemos que a Sociedade Civil tem um papel fundamental no controle social, nas expressões dos anseios da sociedade como um todo, nas lutas pelas causas que ultrapassam mandatos governamentais. Então quando a gente conversa sobre eleições, processos eleitorais, reforma política, são vitórias que a Sociedade Civil vai conquistando gradativamente e elas ultrapassam mandatos de governos, porque a sociedade também tem seu dinamismo, sua evolução, os anseios, as necessidades vão se alterando ao longo do tempo. A Sociedade Civil tem um papel fundamental e tem a capilaridade necessária [para atuar] em situações locais, em situação de riscos, em situações de difícil acesso. A ex-ministra Maria do Rosário, hoje deputada, mencionava a questão de acesso as pessoas vítimas de violência e ameaçadas de morte, então você tem realmente um grupo que tem acesso, tem capacidade, que tem a capilaridade de estar lá, ela tem um papel fundamental na formulação e no apoio a implementação de políticas públicas. E eu acho que também um papel muito diferenciado na questão da inovação, das experiências inovadoras e na construção de novas tecnologias sociais, de tecnologias que talvez dentro da máquina pública, não seriam possíveis de serem desenvolvidas.

Essa importância da participação social, é cada vez mais reconhecida e mesmo para esse papel da Sociedade Civil, é extremamente importante para sustentabilidade, para a continuidade de políticas públicas. Eu sempre penso que a Sociedade Civil tem um papel de construção de políticas de Estado e não só de governo, porque ela permite a continuidade, ela permite a sustentabilidade das ações políticas. É fundamental o que vocês fazem para o desenvolvimento e o crescimento do país. A própria ONU vem aprendendo com a Sociedade Civil, e a reflexão que eu faço é sobre os ODMs, que

estamos lá na sala a lado comemorando, apresentando o relatório, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os progressos alcançados do Brasil. Nós sabemos que por mais importantes que eles forem e são, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio foi uma plataforma construída com os governos, foi uma plataforma construída com consenso de governos, e hoje nós estamos em um processo muito mais complexo, mas muito mais legítimo que é a construção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mas com uma escuta, uma participação da Sociedade Civil muito mais atuante do que foi, pois, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Eu acho que a própria ONU, o próprio PNUD, vêm aprendendo com esse processo e vem encontrando, buscando os mecanismos de cada vez mais incluir a Sociedade Civil, incluir a participação social dos nossos processos, que são processos já complexos, com os governos e que se tornam mais complexos, mas mais ricos com a Sociedade Civil participando.

No Brasil, como nós vimos no vídeo, nós temos cerca de 300.000 organizações da sociedade civil. Acho que cabe mencionar que houve um crescimento muito grande até logo após a Constituição, mas que houve uma queda nesse crescimento no período de 2006 a 2010, e a gente sabe muito bem o porquê que isso aconteceu. No Brasil, nós também temos um dado o que é extremamente relevante, que o setor privado, o investimento social privado, mobiliza cerca de 4.6 milhões de reais, e o financiamento das Organizações da Sociedade Civil representaram apenas 3% desse recurso no período de 2003 a 2011. Acho esses dados extremamente relevantes, quando comparados com outros países e considerando as devidas proporções, dimensões e tamanho da economia. Os Estados Unidos, por exemplo, tem mais de 1 milhão de ONGs, de Organizações Sociais, com o orçamento de 240 bilhões.

O Brasil vem avançando, vem crescendo, mas ainda tem um caminho muito importante para percorrer e o relatório da ONU sobre liberdade de reunião pacífica e liberdade de associação, em julho de 2012, constatou que o direito de liberdade de associação está ligado à capacidade das associações de acessar fundos e recursos. E diz mais: se a Sociedade Civil não acessa fundos e recursos, o direito é nulo. Eu acho *super* importante essa fala desse relator, porque é necessário que existam mecanismos muito claros, muito estruturados, para que você possa acessar fundos e recursos. E para além da questão do financiamento, como já foi dito pela ministra e no próprio vídeo [de apresentação do MROSC], que traz a questão da insegurança jurídica, a questão dos questionamentos que foram feitos sobre a prestação de contas, sobre a transparência das ONGs, a questão que ser usar um instrumento não adequado (o instrumento de convênio), a questão relacionada ao fato de que as análises são feitas muito mais com dados de processos e não de resultados. Há um conjunto de situações que no atual Marco Regulatório que dificulta, impede e

criminaliza e que, de alguma forma, desacredita na capacidade e na seriedade das ONGs.

Eu acredito na seriedade das ONGs, das entidades e das organizações da sociedade civil e por isso é extremamente importante trazer a questão da aprovação do novo Marco Regulatório. Nós temos a expectativa de que esses temas, essas dificuldades, vão ser superadas, e essa aprovação que é urgente vai representar mais uma vitória da Sociedade Civil, uma vitória importantíssima para estabelecer as condições de um ambiente favorável para participação social, com crescimento e fortalecimento da Sociedade Civil. Essa vitória é de vocês que estão aqui, é uma vitória que a gente espera dentro breve estar comemorando, e é uma vitória que vai permitir que as condições estejam favoráveis para que vocês possam crescer, possam contribuir para o desenvolvimento humano do país e para uma sociedade mais justa.

Queria apenas terminar agradecendo a Secretaria-Geral e parabenizá-la pelo trabalho que vem fazendo, tratando desse tema das suas diversas dimensões –normativa, do conhecimento, do desenvolvimento de capacidades. Aproveito para informar que o PNUD está extremamente contente e feliz de poder ser parte de uma parceria com a Secretaria-Geral no que trata do fortalecimento e apoio da Sociedade Civil. Vocês vão estar discutindo ao longo do dia, inclusive uma proposta nova de construção de pesquisas e estudos que será [a atividade] “Pensando as organizações da sociedade civil”, uma nova parceria também que o PNUD inicia com a Secretaria-Geral, para que a gente possa colocar esses temas que são levantes para a Sociedade Civil como objeto de estudo do nosso trabalho. E gostaria de dizer para vocês mais uma vez parabéns e espero que dentro em breve o PNUD possa estar comemorando com vocês a aprovação desse Marco Regulatório. Muito obrigada.

Laís de Figueiredo Lopes

Bom Dia. Nós juntamos as duas mesas aqui – a mesa do Balanço da agenda do MROSC com a mesa das Relações de parceria. Meu papel aqui vai ser, antes de mais nada, fazer um balanço da agenda inicial e depois abrir para as próximas falas que vão tratar mais especificamente da relação de parcerias. Eu resolvi escrever, não costumo fazer isso, mas acho que vale a pena para não esquecer de nenhum dos pontos que foram necessários e que foram trabalhados durante esse tempo. Vocês me desculpem, e espero que não se cansem, mas eu vou ler o que eu escrevi durante essa madrugada para o dia de hoje.

O que estamos vivendo aqui hoje, é parte de uma história, da história do nosso país, da história do nosso presente.

Cada um de nós que estamos aqui hoje, presencial ou virtualmente, faz parte desse grande mosaico de interação, que ajudou a construir esse momento.

Isso porque TODOS estamos envolvidos com as organizações da Sociedade Civil, nas mais diferentes atuações, sejam os gestores públicos aqui presentes que trabalham diretamente com as organizações em parceria ou aqueles que atuam dentro do Estado no suporte as atividades políticas e administrativas fundamentais para que os processos aconteçam. Sejam os acadêmicos que estudam os fenômenos de inventividade e ação das organizações, e suas relações de parceria com o Estado. Sejam os especialistas que apoiam as organizações com seu trabalho especialmente dedicado ao tema. Sejam os interlocutores de outros países da América latina, Caribe e Europa também aqui presentes por meio de parcerias como a da União Europeia, do PNUD e da ICNL. Sejam as próprias organizações da Sociedade Civil.

Esse universo é o aqui presente, é o aqui representado, é o universo que eu cumprimento hoje. Muita gente deixou suas atividades para atender a esta convocatória de debates. Para participar da reflexão sobre essa agenda que começou lá trás. Quando o grupo que conformou a Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da sociedade Civil se reuniu em 2010 e decidiu apresentar uma pauta comum de fortalecimento das organizações e revisão do ambiente jurídico e institucional onde as mesmas estavam inseridas, foi de forma estratégica e assertiva que o fizeram. Buscaram na centralidade do governo apoio para tratar das questões que são afetas a sua institucionalidade.

No início do Governo Dilma, quando o Ministro Gilberto Carvalho assumiu a titularidade da pasta da Secretaria-Geral, seu primeiro compromisso assumido foi justo de tratar o tema do marco regulatório das organizações da Sociedade Civil. Com essa disposição, tratou de reunir um time do qual tenho muito orgulho de fazer parte, e nos conduziu com sua liderança e sabedoria política a interagir com o conjunto dos ministérios e com as organizações da Sociedade Civil em prol dessa construção.

No início, nas primeiras tratativas, para muitos era necessário explicar o porquê e como fazer. Hoje, não há dúvida de que se avançou bastante. Já se sabe que a justificativa está alicerçada na importância e na força da Sociedade Civil, e que nada deve ser feito sem o diálogo permanente com as mesmas. Agir de forma participativa é agir sempre com muita humildade, com olhos e ouvidos muito abertos, como diz nosso incansável entusiasta do tema, o Secretário-Executivo Diogo de Sant'Ana.

Essa escuta nessa agenda aconteceu desde o começo com a formação do grupo de trabalho interministerial e com participação da Sociedade Civil, que trouxe ao processo o diagnóstico dos consensos

e dos dissensos, das prioridades e das dificuldades. A Secretaria-Geral coordenou por 8 meses um grupo que tinha representação da Casa Civil, do Ministério da Justiça, da Controladoria Geral da União, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e da Advocacia Geral da União. Com os dados nos ajudou o IPEA como observador atuante e presente. Da Sociedade Civil foram 14 organizações nacionais que conformaram o grupo. Escolhidas pela plataforma de diálogo criada, tivemos representação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, da Cáritas, do Inesc, da Cese, do Grupo de Institutos Fundações e Empresas, do Ethos, da Cebraf, MAB, MST, da Fenapae, FBOMS, Esquel, da Unicafe, da Visão Mundial /Renas...

Tanta gente boa reunida começou a trabalhar justo a partir de um seminário como esse, o I Seminário Internacional do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. Muitos de vocês que estão aqui hoje estavam aqui há 3 anos atrás, trazendo para o processo, propostas, temas, inquietações e reflexões. As propostas que foram resultado desse seminário geraram um plano de ação, robusto, recheado de ideias de quem tinha ali a vontade e a certeza da necessidade de que era preciso maturar o consenso da mudança.

O grupo trabalhou em cima das propostas e agrupou nos eixos que hoje conformam a agenda:

Contratualização - relações de parceria

Sustentabilidade - econômica

Certificação - outorgada pelo Estado

O decorrer das atividades apresentou muitas formas de trabalhar cada uma das questões e a conclusão dos membros foi de que o primeiro eixo que deveria ser foco das atenções antes de qualquer outra coisa era o que tratava das parcerias entre o Estado e as organizações da Sociedade Civil.

Isso porque, há muito, já se notava a insegurança do arcabouço legal vigente. Usando da institucionalidade dos convênios que foram criados para descentralização de recursos entre entes públicos, as organizações são tratadas como verdadeiras prefeituras, sem que se faça uma diferenciação entre suas peculiaridades como entidades privadas, de iniciativa autônoma da Sociedade Civil, e que têm diferentes formas de se relacionar. Suas relações de trabalho, por exemplo, não são da mesma natureza que os servidores públicos e por isso qualquer analogia que se faça sem circunscrever as diferenças existentes, gera distorções.

Numa mesa de balanço da agenda, tenho que aqui reconhecer que o ano de 2011 foi particularmente difícil. Era o primeiro ano de governo e essa fragilidade da legislação das parcerias das organizações com o Estado foi sentida na pele do governo e das organizações por uma

série de denúncias públicas referentes ao tema. Na maioria delas, as questões se centravam nos processos de escolha das organizações e na ausência de legitimidade das mesmas para a execução de políticas públicas. Utilizando-se de organizações como fachadas jurídicas para interesses escusos de uma minoria, a sociedade passou a cada vez mais clamar por maior rigor no controle dos recursos públicos nessas relações.

Como resultado imediato e providencial, o governo instituiu novas regras para modificar essa situação: chamamento público obrigatório, três anos de existência e experiência, ficha limpa para as organizações, criação do cadastro de entidades impedidas e ainda a suspensão dos repasses por um mês para avaliar a situação de cada parceria dentro dos ministérios. Nesse mesmo momento foi que se criou o grupo de trabalho. Com essa janela de oportunidade conquistada para o aprimoramento desse ambiente em conjunto com a sociedade, que nos agarramos com unhas e dentes. Tanto as organizações quanto os gestores públicos envolvidos nesse processo passaram a diuturnamente trabalhar.

O grupo resolveu avançar para além do diagnóstico. Decidiu escrever uma minuta, fazer uma contribuição concreta de uma nova lei que pudesse alicerçar essa relação. Foram muitas reuniões, muitas redações, muitas explicações, muitas considerações, muitas ponderações. Ao final, se consolidou um relatório que está disponível na internet, na página da Secretaria Geral da Presidência, e que se soma aos anais dessa história que conto hoje.

Em agosto de 2012, quando o relatório do GT foi apresentado, no âmbito de um projeto de lei em andamento no Congresso, um requerimento para a realização de audiência pública foi aprovado. A audiência, pedida pelo senador Rodrigo Rollemberg que era o relator a época, foi realizada em novembro do mesmo ano e os subsídios do projeto desenhado pelo grupo foram debatidos. Na ocasião, a SG esteve presente, junto com a ABONG, a CGU e o TCU. O referido projeto era o 649/2011, de autoria do senador Aloysio Nunes, que o apresentou inspirado pela segunda CPI das ONGS no Congresso.

No mesmo mês de novembro de 2012, na Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Barbosa apresentou um substitutivo ao PL 3877/2004 que ia na mesma direção do GT: a nova relação entre Sociedade Civil e Estado deveria se pautar por uma relação de fomento e colaboração. O PL 3877/2004 era fruto da primeira CPI das ONGs.

No final desse ano de 2012, já estávamos em outra situação: havia uma proposta para ser discutida concretamente e que já começava a dialogar com as iniciativas legislativas do Congresso.

No ano seguinte, o PLS 649/2011 em sua tramitação convocou novamente todos a discussão: uma audiência realizada em abril com

mais tempo e aprofundamento, em formato de seminário. Em outubro o senador apresentou o seu relatório sobre o qual se discutiu avanços concretos. Em dezembro de 2013, o projeto já tinha sido aprovado na CMA, na CAE e na CCJ do Senado.

Da mesma forma o PL 3877 caminhou na Câmara. Foi aprovado em agosto na CFT e chegou na CCJ, última comissão da Casa. Foi nessa comissão que, em 2014, os dois projetos se juntaram e passaram a se constituir em um só, hoje materializado no PL 7168/2014, aprovado na referida comissão, pronto para a pauta no Plenário da Câmara.

Nesse segundo seminário, os termos de uma lei própria não só estão consolidados como o projeto em si encontra-se em estágio de tramitação muito avançado. É também nesse segundo seminário que a Presidenta assina outro decreto que aperfeiçoa o sistema de prestação de contas e regula o pagamento da equipe de trabalho das organizações da Sociedade Civil. Os temas que se identificaram como necessários de serem antecipados para o âmbito do Governo Federal via decreto tem um processo concluído amanhã. A nova lei, esperamos, que seja um processo concluído na semana que vem, tema que debateremos daqui a pouco na mesa sobre as relações de parceria.

Do nosso ponto de observação, nunca estivemos tão perto de avançar na multiplicação de novas práticas nessa relação de parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil. Mas não nos furtamos de reconhecer que é preciso mais. E por isso o MROSC.

MROSC para nos identifica um time, um tema, a agenda. Mas claro que MROSC não é um nome facilmente deduzido (a equipe MROSC que o diga!). Foi a forma que concebemos a sigla que resume Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. A expressão confunde todo mundo. Quantas vezes não atendemos o telefone ou respondemos um e-mail que busca contato com o Sr. Marco. Marco? Que Marco? Não é desse setor o Senhor Marco Regulatório? Para esse evento chegamos a pensar em criar uma mascote que seria o Marquito.

Trabalhar de maneira lúdica e buscar mais que a mudança normativa, é entender que apenas uma nova lei não irá resolver todos os problemas colocados nessa relação. Será preciso desenvolver e implementar uma série de outras medidas para essa mudança cultural que se pretende, que recoloca as organizações como parte do processo de desenvolvimento e cidadania plena do país. É o que vimos trabalhando nesses anos dentro da agenda no que chamamos de dimensão do conhecimento. Além da dimensão normativa, entendemos que é preciso modificar as camadas de informações que a sociedade em geral tem sobre as organizações.

Nesse balanço, é preciso mencionar que uma das primeiras ações em relação a compreensão do universo foi a atualização do número de

organizações existentes no país. Isso foi feito com o esforço de reunir novamente o grupo que já realizava uma importante pesquisa existente - a FASFIL - Fundações e Associações sem Fins Lucrativos e que desde 2005 não era atualizada.

O ano de 2012 nos demandou um tempo importante para que ao final fossem publicados os novos dados. IBGE, IPEA, ABONG e GIFE revelou o resultado de 291 mil organizações existentes no Brasil. A autora de suas análises e seus resultados, Anna Pelliano, fará parte de importante mesa que se realiza esta noite que trata da desconstrução de narrativas sobre as OSCs. Sem dado é muito mais difícil construir narrativas!

Em 2013 decidimos descer mais a fundo e passamos a desenvolver com a FGV uma pesquisa que buscou apurar o universo das parcerias no SICONV e a mapear bases de dados públicos referentes a organizações da Sociedade Civil. No decorrer, fizemos um diálogo intersetorial que ajudou a melhor definir rumos para o projeto. O resultado hoje será trabalhado durante esse seminário pelos hackers que foram selecionados para a 1ª Maratona Hacker da Presidência da República agora em 2014 e que acontece durante essa Arena. O II Seminário é sua etapa formativa e no fim de semana será a sua etapa de execução. Até o final do ano, devemos ter mais essa contribuição a sociedade.

O IPEA desenvolveu uma série de estudos sobre o tema e aqui também faço um agradecimento especial ao Felix Lopes que se dedica quase que integralmente ao assunto dentro da instituição e acabou de lançar uma pesquisa sobre a percepção dos gestores públicos acerca da cooperação com as organizações concluindo que para os gestores as organizações captam de forma mais próxima e segura as demandas dos beneficiários, desenvolvem métodos e formas originais para alcançar os objetivos definidos nas ações governamentais e, com isto, alimentam a inovação nas políticas públicas.

Nessa agenda, também passamos a trabalhar ações de formação, desenvolvendo uma proposta modular que poderá ser implementada por universidades, escolas de governo, ministérios ou organizações e que tem como premissa a necessidade de reunião de públicos: gestores públicos e de organizações devem ter a oportunidade de participar de processos formativos conjuntos. Isso tende a desmitificar o outro.

Nesse encontro, estamos reunindo um grupo importante de pesquisadores de todo o país para discutir pesquisa e formação. Pensando as OSCs é justo o nome da atividade, um convite aos maiores núcleos de pensamento do país para a formação de uma rede.

O debate não para, assim como a maturação das propostas e o arejar das ideias sobre elas.

No tocante a certificação, estivemos sempre em diálogo com os ministérios temáticos que aqui no Brasil são os responsáveis. A nova lei da filantropia criada em 2009 foi revista em 2012 e 2013 e a discussão liderada pela CC com MDS, Saúde e Educação tocou em pontos fundamentais para o aprimoramento do processo burocrático e de reconhecimento. Demanda antiga das organizações de retirada de vedação da remuneração de dirigentes foi conquistada no processo traduzindo a profissionalização das organizações como um bem comum e não ilícito.

No período, o Ministério da Justiça também trabalhou aprimoramentos em seu sistema de outorga de títulos, reduzindo os tempos de espera e otimizando seus procedimentos. Ainda com o diagnóstico identificado de que a revogação da titulação de utilidade pública poderia ser uma simplificação no sistema, tem trabalhado conosco a solução para os benefícios fiscais atrelados, visando não causar nenhum prejuízo ao cotidiano das organizações. Se por um lado há medidas a serem tomadas, por outro, o não fazer também se torna igualmente relevante num cenário em que o esforço coletivo em disputa é a valorização das organizações. O sentido das certificações também será tema de debate amanhã à tarde.

Essa agenda se conecta com o que se refere à sustentabilidade econômica das organizações, uma vez que justo o benefício fiscal atrelado ao título de utilidade pública federal é um incentivo fiscal que só pode se valer o doador pessoa jurídica. Aumentar a capacidade de investimento e o estímulo a doação de indivíduos é o estudo de impacto que se busca nesse momento como medida de aprimoramento da sustentabilidade e legitimidade social das organizações.

Falar de sustentabilidade econômica é falar de fortalecimento institucional. No debate sobre fundos públicos sempre esteve no cenário a criação de linhas programáticas de fortalecimento das organizações nos fundos existentes, para além de fundo específico que possa ser criado nesse sentido. A atividade de hoje à tarde sistematizará experiências de fundos e buscará trazer em suas orientações posteriores legados que deem diretrizes concretas para essa necessidade de desenvolvimento institucional das organizações.

O mapeamento das propostas gerou uma série de frentes e estivemos em todos os espaços de diálogo que foram possíveis para além do que proporcionamos para buscar construir uma agenda próxima da necessidade e realidade das organizações. Foi nesse sentido que surgiu de maneira mais contundente o debate sobre fundo patrimonial e sobre os fundos solidários, agendas importantes de captação de recursos e de utilização para as organizações como alternativa de sustentabilidade e para as comunidades com forma de

empoderamento local, respectivamente. A última mesa dessa manhã trata sobre isso.

Um outro estudo aprofundado que se desenvolveu ao longo e que poderá se materializar como resultado é o simples social. Pesquisa convocada pelo programa Pensando o Direito da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça foi realizada e está sendo entregue em 2014. Racionalizar pagamento de tributos de forma mais simplificada certamente ajuda a gestão das organizações da Sociedade Civil no Brasil.

Por fim gostaria de sublinhar que nesse espectro também se percebe que um *locus* institucional permanente dentro do Estado pode ajudar a agenda a alçar voos maiores e mais sistemáticos. Nesse meio do caminho, visitamos outros países para conhecer experiências e nos chama a atenção o trabalho desenvolvido pela Charity Commission no Reino Unido, cujo representante que está aqui conosco falará na sexta próxima. Temos sistemas jurídicos distintos, assim como lógicas de sociedades distintas. Não se pretende aqui importar nenhum modelo estrangeiro, mas sim intercambiar com experiências que nos inspirem a pensar os avanços necessários que se deve almejar. Um espaço já foi criado de escuta dentro do governo, com participação social e que se constituiu com o tempo de maturação da agenda. O projeto de lei em tramite no Congresso prevê a criação de um Conselho Nacional de Fomento e Colaboração de OSCs que pode resultar num espaço de diálogo importante para manutenção dessa chama acesa.

Em nossa realidade brasileira o SICONV é uma ferramenta da transparência da qual não podemos abrir mão. Construir uma interface que tenha uma linguagem própria e adequada para as organizações é também tema de debate nessa Arena.

Quando oferecemos essa agenda hoje para debate, o que entregamos na verdade é um conjunto de esforços, propostas e ações que foram construídas junto com a Sociedade Civil e que estão aqui por que vocês estão aqui para debatê-las. Por isso queremos escutar, falar e pensar junto.

No final do mandato, esse processo deixará um importante legado. Mas não será suficiente, já sabemos. Pelo muito que há para fazer, fica aqui o convite, não só para as discussões desses dias, mas para a manutenção desse espírito provocativo, propositivo e construtivo, típico da nossa sociedade brasileira que, consciente de seus direitos, quer mais.

É legítimo pois que as organizações da Sociedade Civil acessem recursos públicos para colaborar em ações de interesse público. É legítimo que as organizações sejam fomentadas pelo Estado. É legítimo que haja mecanismo de estímulo a sociedade para que apoiem organizações da Sociedade Civil. É legítimo que as organizações tenham autonomia para criticar ações do Estado

independentemente de serem parceiras do mesmo. É legítimo que participem dos espaços onde se formula e se avaliam as políticas. É legítimo que as organizações sejam consideradas atores fundamentais da participação social e da nossa democracia.

O maior desafio desse processo é entender que a liberdade de associação é um direito humano e que deve ser vedada a interferência estatal em seu funcionamento, como apregou a nossa Constituição brasileira. Para que as premissas que alicerçam essa agenda sejam parte do senso comum de nossa sociedade temos que cada vez mais construir informações e contrainformações que ajudem a pautar o novo diálogo que se buscou empreender até aqui e que se quer dar continuidade, aprofundar e por que não, radicalizar.

Nelson Mandela nos inspira a pensar que, “Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração”. Espero que nesse espaço possamos falar uns aos corações dos outros.

Vera Masagão

Bom dia. Meu discurso preparado, eu vou deixar para amanhã (não percam a presença da nossa presidenta Dilma Rousseff, tão esperada). Hoje vou fazer uma apresentação mais singela sobre o tema da contratualização. Uma apresentação que sintetiza e ilustra a agenda da contratualização.

A primeira coisa que queria dizer e que de alguma forma o plenário já está dizendo, que esse seminário não é um seminário para debater, para refletir, a nossa presença neste seminário é uma presença de luta, nós estamos aqui com o objetivo muito claro de exigir a pronta aprovação do projeto de lei 7168/2014. Esta é a principal motivação que nos traz aqui hoje. Nós discutimos, como a Laís mostrou, durante quatro anos intensamente, mas agora a gente quer algo concreto, e o que temos de concreto é a aprovação dessa Lei. Então a nossa presença representa uma bandeira, uma luta, com a esperança de ver muito em breve, no máximo semana que vem, esse sonho concretizado.

Mas vou então fazer esse panorama, muito mais abreviado do que a Laís Lopes fez, mas ilustrado, sobre a nossa trajetória no campo da contratualização. Mostrar um pouco da amplitude da nossa plataforma em termos de representação dos diversos segmentos de organizações da sociedade civil. A plataforma está representando a Abong, a Cáritas, a Cebraf, a Fundação Esquel, o Gife, o MAB, o MST, Instituto Ethos, CLAI, UNICAFS, INESC (Plataforma da Reforma Política), o ISA (FBOMS), Visão Mundial (Renas) e a APAES, todas as associações laicas inspiradas pela fé tanto nas Igrejas Católicas quanto nas Evangélicas. Temos movimentos de organizações mundiais, fundações. Diversos setores concordam que construir esse

Marco Regulatório é fundamental para as Organizações e para a Democracia.

[Reforço aqui] o compromisso da presidenta Dilma com a nossa plataforma. Ainda na campanha presidencial, a presidenta Dilma prometeu montar um GT com participação da Sociedade Civil para elaborar o novo Marco Regulatório e políticas de fomento para o setor num documento assinado por ela junto com a participação da Sociedade Civil. Comprometeu-se a fazer isso no primeiro ano do governo. Graças ao empenho da Secretaria Nacional da República um grupo de trabalho foi montado a fim de construir uma série de dados. Foi decidido que seria dada prioridade ao tema da contratualização, a fim de ter um instrumento mais seguro e adequado para fazer as parcerias do Governo com a Sociedade Civil, pois é entendido que este é o ponto crucial para enfrentar a criminalização das OSCs. Assim, portanto, foi elaborado esse projeto de Lei.

Terminamos o primeiro semestre de 2012 e não tivemos uma resposta oficial da presidenta sobre o teor do documento. Nós estávamos abertos a possíveis negociações. Foi tentado realizar diversas audiências, em torno de seis meses tentando, para que fossemos ouvidos pela Presidência, que recebêssemos um parecer sobre o que a presidenta achava. Ficamos muito preocupados com a demora de um posicionamento da presidenta. Faltava uma notícia concreta.

Cansados de esperar fomos fazer uma estratégia no Congresso nacional, onde essa lógica fechada pudesse se abrir. Apresento aqui um álbum de figurinhas do MROSC no Congresso Nacional [mostra apresentação de PPT com os nomes e fotografias dos deputados e senadores envolvidos neste processo]. Foi necessário fazer uma estratégia no Congresso.

A primeira proposta de projeto de Lei foi feita pelo PSDB, inspirado na segunda CPI das ONGs. O senador Rodrigo Rollemberg assumiu a relatoria e intensificou um diálogo com a Sociedade Civil e a Procuradoria Geral da União. Foram alguns meses de franco diálogo com assessores do Senado.

Precisamos romper com a ideia corrente é a de que as ONGs querem abocanhar o dinheiro público, de que as ONGs são espécies de seres excluídos que estão loucos para abocanhar o dinheiro público e o papel dos servidores era proteger o dinheiro público destes malvados.

Conseguimos uma proposta [de projeto de Lei] que consideramos boa, mesmo que ainda precise de alguns ajustes. Na forma como relatou o Senador Rodrigo Rollemberg, essa proposta passou para o Congresso e se juntou a outro projeto (3.877) de autoria de Evandro Barbosa. A relatoria passou para o deputado Décio Lima, e houveram diversos atores que não foram relatores, mas que se empenharam e se envolveram neste processo. Ao mesmo tempo em que decidiu ir

para o Congresso Nacional, a plataforma foi fortalecer também as ações do Estado. Entendemos que é necessário fortalecer as ações do Estado e das políticas de fomento para uma relação mais respeitosa e transparente entre a Sociedade Civil e todos os níveis e instâncias do governo.

O IPEA divulgou um estudo que mostra que existe uma tendência de diminuir o repasse de recursos federais para as organizações enquanto que tem aumentado os recursos repassados pelas organizações da sociedade civil por estados e municípios. Uma tendência desta década é mostrar o quanto é importante levar a agenda também para os estados e municípios. Um esforço que a plataforma está tentando fazer é fluir esta mobilização. Temos avanços importantes na Bahia e Rio Grande do Sul que estão gestando um fundo de apoio as organizações da sociedade civil que vão servir de referência.

Acabei de receber a informação de que conseguimos uma audiência com o deputado Henrique Alves para hoje às 16h. Esta é uma pessoa decisiva, pois é quem pauta a plenária na semana que vem. Também recebemos a notícia de que o Plano Nacional de Educação será pautado semana que vem. Será uma grande conquista da Sociedade Civil na área da Educação, da Saúde e dos Direitos Humanos e da participação social a aprovação destes dois projetos na semana que vem.

A plataforma fez uma síntese dos 15 pontos que são essenciais para as mudanças necessárias. Estes 15 pontos estão contemplados no PL, não de forma perfeita, mas podemos melhorar depois, avançar agora e depois avançar em novas legislações. Esta é a lógica ideal, mudar o passo e caminhar. Destaco dos quinze pontos, sete que são importantes.

- Instrumento próprio. Não somos prefeitura, portanto não iremos usar convênio. Não somos órgão público, não somos um braço do governo, precisamos de um instrumento próprio para realizar parcerias.

- Legislação abrangendo todos os níveis de governo. Trata-se de um avanço do projeto, a descentralização das políticas. É preciso melhorar as parcerias também para municípios e estados.

- Instrumento para fomento e colaboração. Tanto as organizações podem colaborar com políticas públicas como serem fomentadas para sua atuação de forma a serem mais autônomas e criativas, inclusive para criticar as políticas públicas, exercer o controle social e inventar novos direitos, invenção social que caracterize a democracia.

- Apoio a pequenas organizações populares. É necessário que a Sociedade Civil tenha apoio para inventar novos direitos. A lógica das desigualdades perpassa toda a sociedade. É necessário reconhecer a importância do trabalho em rede e das iniciativas, organizações e movimentos populares.

- Chamamento público.
- Sistema de controle e transparência adequado. Criar uma ferramenta ágil para o controle e transparência. Um sistema aos moldes do sistema de cobrança do imposto de renda: é necessário termos também um Sistema informatizado para doar e recolher já que o nosso recurso que é o recurso público.
- Criação de um conselho ou espaço institucional equivalente. A Sociedade Civil se cria e se recria e novas demandas vão surgindo, é necessário repensar as fronteiras do que é lucrativo e não lucrativo e repensar novas legislações. Por isso é necessário criar um espaço institucional onde possamos estar atento às novas criações e fazermos uma atualização constante.

Hoje nós temos um quadro legislativo que é uma sobreposição de leis antigas, desatualizado que não servem mais e que se contradizem e que criam ambiente inseguro para a atuação da sociedade cidadã. Por isso a luta pela aprovação da PL. Obrigada.

Rodrigo Rollemberg [participação por meio de vídeo gravado].

Bom dia a todos, gostaria de dar o meu abraço a cada participante deste seminário. Infelizmente, compromissos fora do Distrito Federal, não me permitiram estar presente, mas gostaria de dizer da minha expectativa para a aprovação do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. Entendo que isso será um avanço significativo para o país, dando tranquilidade, segurança jurídica e transparência na relação do Estado, do Poder Público, com as organizações da sociedade civil.

As organizações da sociedade civil cumprem um papel fundamental, muitas vezes chegando onde o Estado não chega, permitindo a construção de parcerias de interesse público em benefício do conjunto da população, especialmente da população mais pobre.

Com esse Marco Regulatório, nós estamos instituindo o chamamento público, nós estamos dando transparência a essa relação entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil, nós estamos regulamentando o pagamento de pessoas que fazem parte das organizações da sociedade civil, nós estamos permitindo o trabalho em rede e garantindo o princípio da ficha limpa que foi uma conquista da sociedade brasileira e agora também para as organizações da sociedade civil. Esse processo foi extremamente rico onde tive a oportunidade de relatar em todas as comissões pelas quais o projeto tramitou no âmbito do Senado federal, sempre ouvindo a Sociedade Civil. Contamos com a colaboração da Secretaria Geral da Presidência da República e dos órgãos de controle especialmente a CGU e o TCU, mas sobretudo das organizações da sociedade civil que trouxeram a sua colaboração mostrando sua responsabilidade e o seu compromisso com o Brasil. Não tenho dúvida que a partir da aprovação deste projeto vamos criar um ambiente de tranquilidade e

de segurança jurídica, de respeito e de reconhecimento do trabalho extremamente importante que as OSCs desempenham para o Brasil. Desejo muito sucesso nesse seminário e me coloco à disposição para dar continuidade às ações em benefício das relações do fortalecimento das organizações da sociedade civil no Brasil. Forte abraço.

José Eduardo Romão

Bom dia a todos e a todas. Tenho aqui a impossível missão de representar o ministro Jorge Hage Sobrinho, da Controladoria Geral da União, e sobretudo, a exposição de um compromisso e contribuir com o aprofundamento da participação social no estado de todos os servidores da SGU e da instituição em seu conjunto. Então é bastante difícil. Essa tem sido uma semana difícil, como foi o processo aqui relatado pela Vera, pela Laís, será, de certo, pelo Pedro. Tem sido uma semana em que todo o governo se mobiliza, o governo federal, para resultado, para concluir, para finalizar esses processos iniciados em 2011, alguns em 2003, 2004, um processo que vai aprofundar e radicalizar a administração participativa ou a participação social no Estado.

E nessa semana difícil, ainda na SGU, houve um momento, em tantas tarefas a se concluir, houve um momento que nós recebemos uma delegação da Controladoria Geral da União de Moçambique, que veio ao Brasil para conhecer um pouco do nosso trabalho e como se dá essa articulação e esse controle de participação. E tendo que explicar para eles em tão pouco tempo, ao menos oferecer um panorama, me ocorreu, e aqui digo o mesmo a vocês, um trecho do livro do Mia Couto, que é um moçambicano, biólogo, radicado [inaudível], que no “O último voo do flamingo” conta a história de um inspetor da ONU que vai a Moçambique para investigar a exclusão dos capacetes azuis. Os soldados da ONU chegam logo depois da guerra civil em Moçambique, e no livro de Mia Couto começam a explodir sem que ninguém saiba explicar exatamente o que se passa. Bom, esse inspetor da ONU italiano fala português, e isso parece ser o suficiente para compreender o que se passava, mas ainda assim escalaram um tradutor moçambicano. Um tradutor capaz de oferecer ao italiano não apenas uma ponte com as pessoas, ou as falas e as linguagens, mas com a cultura daquele lugar, as peculiaridades, as particularidades que eles apresentavam. Não vou contar o final do livro, mas o inspetor não consegue entender bulhufas do que se passava, mesmo com o esforço exemplar do tradutor ele não consegue entender ou produzir explicações para os fenômenos. Ele vê, em uma das cenas mais bonitas do livro, o pai do tradutor cheirando os ossos do próprio corpo para engolir, mostrando que aquela cultura se apresenta de uma forma tão mais grandiosa, versátil e diversa do que a nossa capacidade de compreender. E eu digo isso tudo para vocês para dizer que parte do que aqui está em jogo, são meios e modos de relação.

A ouvidoria tem um papel dentro da estrutura do Estado de contribuir e auxiliar as pessoas a traduzirem os seus problemas e suas necessidades e expectativas para dentro da administração. Por mais democrático que se apresente um governo, por melhor que tenham sido os compromissos finais apresentados pela presidenta Dilma e pelo presidente Lula, é muito difícil para a administração internalizar as expectativas e as necessidades da sociedade. A linguagem que prevalece não é a do autoritarismo, não é ditatorial, é a gramática da legalidade, é o código do Direito que reconhece o que é lícito e não ilícito, legal e não legal, por mais bem intencionado que esteja o servidor público.

Nos últimos 20 anos tivemos um avanço na qualidade do ingresso de novos servidores com trajetória e significação em movimentos da sociedade e mesmo assim a administração tem dificuldades para traduzir as necessidades que se trazem. Na relação entre as ONGs, organizações da sociedade civil, entidades filantrópicas e Estado, estas dificuldades ficam mais evidentes. Cito a questão da exigência da necessidade da nota fiscal que, dependendo da situação, em muitos casos, pode dificultar e prejudicar a obtenção de resultados. São inúmeros os exemplos que identificam essa dificuldade de tradução.

Além da legalidade, estes últimos 12 anos têm ensinado a administração [pública] que além da legalidade deve a administração se organizar e fiscalizar, legalizar e reconhecer a legitimidade da Sociedade Civil, das demandas dirigidas ao Estado, conforme Art. 70 da Constituição Federal que trata do controle *stricto sensu* que envolve TCU e CGU. Desde a promulgação da Constituição, a legalidade foi relegada a um segundo plano. No entanto, há meios e modos de fazê-la prosperar e fazer prevalecer.

O que quero garantir a vocês da perspectiva da CGU é sublinhar que o decreto que será assinado pela Presidenta Dilma que altera [o artigo] 670 das prestações de contas, já introduz novidades e mecanismos indispensáveis ao reconhecimento da Sociedade Civil Organizada e dispõe sobre a legitimidade. Esse decreto que será assinado tem como linhas centrais permitir ao Estado reconhecer da legalidade e a qualidade da participação da sociedade e da parceria indispensável com o Estado. Cito três exemplos. Legitimidade quando se reconhece a história das pessoas com as quais estamos tratando e das organizações. Cito a criação das Oscips, que afastavam a exigência de se ter uma história, trabalhos realizados e reconhecimento das pessoas as quais se dirigem. Isso foi modificado de uns anos para cá. Está consagrado nos textos e não se restringe a publicação de atuação somente. Há neste decreto elementos e condições objetivas para que a sociedade reconheça e faça valer a sua legitimidade. Passo decisivo entre sociedade e Estado.

Outro exemplo é a exigência que em cada plano de trabalho no chamamento público sejam negociadas as formas de

acompanhamento da execução ou da realização daquela política ou ação. Não basta ajustar apenas os fins a que nos propomos ou os fins a serem alcançados, e sim, é importante que se aponte o aprendizado dos acertos e dos erros. Pela primeira vez, de forma categórica, o controle interno terá de observar o processo interno e os modos de organização das sociedades. Procedimentos e processos não poderão levar o gestor a lavar as mãos ao final do processo. Há condições para que isto não ocorra e é necessário a capacitação neste momento e definir quais acompanhamentos deverão acontecer. Outro exemplo é a verificação da produção dos resultados produzidos. Não é só a preocupação com a eficiência. Não se trata apenas de saber a quantidade de certificados expedidos. É indispensável que o Estado reconheça que as pessoas vivem em situações reais. Efetividade como uma distinção entre eficiência e o modelo eficaz de Estado que olha para o impacto que teve na vida das pessoas. Considera o relato, e nos exige que perguntemos às pessoas como se sentem. Pontos indispensáveis para o reconhecimento de quão estas parcerias são indispensáveis para a realização plena do Estado Democrático de Direito.

Os órgãos de controle não se submetem a esta senha moralizadora e conservadora que prevalece ainda na sociedade. Nós não nos submetemos a esta demanda pela criminalização dos movimentos. Mais no que tem feito a CGU, os processos devem ser observados e fiscalizados pela sociedade. Queremos um sistema de ouvidoria que represente melhor a sociedade brasileira. Essa reorganização que nós aqui representamos deve responder essencialmente não a senha moralizadora. Por isso é necessário celebrar a iniciativa da Secretaria-Geral e o esforço de todos para a democratização do Estado Brasileiro.

Pedro de Carvalho Pontual

Gostaria de começar a minha fala dizendo que ainda não temos consciência sobre o acontecimento histórico que estamos vivendo nesta semana. Em segundo lugar, saúdo a todos os presentes e companheiros que simbolizam a união de esforços para que cheguemos a esse Marco Regulatório.

Por que a minha presença nesta mesa? Tenho o entendimento de que o que será assinado pela Presidenta Dilma, o Decreto, o lançamento do Termo por Adesão de Estados e Municípios ao fortalecimento da participação social, o nosso Participa.br, são irmãos gêmeos do Marco Regulatório. Chegamos a pensar e a sonhar, inclusive, em colocar no Decreto da Política Nacional de Participação Social, as relações de parcerias com as organizações da sociedade civil. Não conseguimos tudo, mas à frente nós chegaremos lá. Nós somos irmãos gêmeos, pois ambos [os marcos regulatórios] reconhecem um direito e legitimam e institucionalizam um direito que é fruto de uma longa luta pela democratização da sociedade brasileira.

Ao institucionalizar a política de participação social e o Marco Regulatório, nós estamos transformando [essas políticas] em políticas de Estado, esperamos não ficar mais reféns da política de governo de plantão, é necessário que se efetivem ações do Estado. Nós queremos que tanto uma nova forma de relação com a Sociedade Civil, como novas formas de colaboração e fomento e novas formas de contratualização e novos mecanismos de participação social se constituam em método de governo. E o que significa se constituir em meta de governo? Significa se constituir em metas de governo que todos os programas, políticas e ações devem passar pelo processo de interlocução, participação e diálogo de cogestão com a sociedade civil brasileira.

Estamos convergindo com a política de participação da sociedade brasileira e com o Marco Regulatório. É para o fortalecimento da democracia da participação social e da institucionalização e de uma redefinição das relações entre governo e Sociedade Civil.

Um dos objetivos contemplados é aprimorar as relações do Governo Federal com a Sociedade Civil, respeitando a autonomia entre as partes. Institucionalizar significa respeitar, fortalecer a autonomia da Sociedade Civil e consolidar os mecanismos de participação da Sociedade Civil nas políticas e programas do Governo Federal.

Como esta associação entre a participação e o Marco Regulatório se constitui de maneira mais orgânica? Destaco quatro pontos. Primeiro, ao fortalecer institucionalmente as organizações da sociedade civil, ao fomentar o seu desenvolvimento, nós estamos contribuindo para que elas possam ter uma participação mais efetiva nos diversos mecanismos e instâncias sociais. É importante a participação dos conselhos, audiências públicas, nas ouvidorias públicas, nas mesas de diálogo, nos fóruns inter-conselhos, nas consultas públicas, nos ambientes virtuais de participação.

Em segundo lugar, contribuir para o fomento e desenvolvimento institucional das ONGs significa a possibilidade de contribuir para aquilo que é fundamental. Se queremos mudar as políticas de participação há muito a avançar. Devemos trazer as contribuições das Organizações da Sociedade Civil numa agenda de conhecimento, de educação para a cidadania ativa, da ampliação e fortalecimento da formação de lideranças, gestores, públicos e conselheiros para transformar novas atitudes, valores e comportamentos indispensáveis para determinar uma democracia de Estado.

Em terceiro lugar, acreditamos que é fundamental, através do fomento das organizações da sociedade civil, permitir que elas trabalhem conosco numa relação de interdependência e respeito à autonomia das partes para a implementação de vários programas e ações do Governo Federal. Reconhecemos que estas organizações possam chegar onde o Estado não chega, como no caso do programa "Brasil Sem Miséria". A busca ativa que caracteriza a estratégia do

Brasil Sem Miséria se transforma em realidade. É fundamental a contribuição da Sociedade Civil no sentido de ajudar a moldar os procedimentos, a forma de implementação dos programas de acordo com o contexto e com cada realidade concreta que caracterizam a diversidade regional, territorial, a pluralidade de sujeitos de identidades e que recuperem o saber popular que é capaz de fazer com todo este programa, chegue à vida das pessoas.

Colaboração se refere ao fortalecimento das organizações da sociedade civil na ajuda para um progressivo e maior do fortalecimento do sistema de monitoramento e de avaliação das políticas e dos programas. Daquilo que a gente chama dos controles sociais das políticas e programas. Fortalecimento daquilo que é a espinha dorsal destas políticas, que expressa a prioridade destas políticas, que é o planejamento e o orçamento público. A criação do fórum inter-conselho é a expressão mais clara da contribuição que as organizações têm dado para que a gente possa iniciar e avançar cada vez mais na democratização do Orçamento Público Brasileiro.

Os pontos de cultura que estão reunidos nestes dias em Natal, a Teia de cultura, é o que vai assegurar a capilaridade da política de participação social. É ali onde o sujeito vive, onde o sujeito mora, onde ele consegue expressar a sua diversidade e identidade através de múltiplas formas de cultura. É ali que fazemos chegar às políticas aos territórios.

Somos irmãos gêmeos e não podemos parar aqui. Como diz Gilberto Carvalho, este mutirão que nos permite chegar ao Marco Regulatório tem que continuar numa grande tarefa que é capaz de ampliar e de dar densidade e institucionalidade definida as políticas de participação social que é a reforma política deste país - entendida não apenas como a reforma no sistema eleitoral, mas como aquela reforma que institucionaliza definitivamente uma nova forma de relação entre Estado e Sociedade Civil, que incorpora os mecanismos de democracia participativa no âmbito do Estado como política que democratiza os meios e formas de comunicação com a sociedade brasileira e possa ter circulação de informação, circulação de pensamento crítico, ampliação das redes sociais. Somos irmãos gêmeos de uma mesma utopia. A utopia da construção de um modelo de país socialista entendido como Boaventura de Sousa Santos no processo da construção de uma democracia sem fim.

4.2. Painel. Economias de Sustentabilidade das OSCs

4.2.1 Apresentação/ objetivos

A sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil é um dos fatores que mais incide em seu fortalecimento institucional. Para garanti-la é necessário fomentar o acesso a recursos, sejam eles

públicos ou privados, fortalecer mecanismos de geração de renda baseados em arranjos solidários de produção e distribuição de recursos e estimular uma cultura de doação que engaje cada vez mais a própria sociedade. Neste painel, foram debatidas algumas experiências e propostas para inspirar a discussão sobre o tema.

4.2.2 Participantes

Adam Pickering - Gerente de Política Internacional da Charities Aid Foundation (CAF)

Eduardo Szazi - Advogado e autor do livro “Terceiro Setor: regulação no Brasil”

Marcos Kisil - Diretor presidente e fundador do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)

Paul Singer - Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

Silvio Sant’Ana - Diretor da Fundação Grupo Esquel e da Pastoral da Criança e membro do Comitê Facilitador da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil

Moderação: Bianca dos Santos - Consultora da Secretaria-Geral da Presidência da República

4.2.3 Resumo das apresentações

Neste painel foram colocadas questões sobre as possibilidades atuais de acesso a diferentes fontes de financiamento por parte das OSCs e quais os seus principais desafios. As falas contestaram a hegemonia que tem se dado ao papel do Estado neste processo mostrando que o foco das atuais reivindicações deve ser deslocado da discussão em torno da participação governamental, como afirma Silvio Sant’Ana. Ainda que reconheçam que os governos podem e devem contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade das organizações já que, em muitos casos, como aponta o debatedor Paul Singer, dependem delas para realizar importantes políticas sociais, esta mudança de olhar ficou presente em todas as falas do painel.

Os debatedores reforçaram unanimemente a importância da diversificação das fontes de recursos e, sobretudo, da participação da própria Sociedade Civil no financiamento das OSCs. Isso tanto do ponto de vista de recursos como da construção de suas legitimidade – elementos absolutamente imbricados, como mostrou Eduardo Szazi. É se auto-sustentando que as OSCs serão capazes de manter a agenda crítica e os programas, atores e causas que pretendem apoiar deixando de se submeter às decisões de seus financiadores. Também é por meio deste mecanismo que as OSCs podem favorecer a sua institucionalidade e desenvolvimento.

Em termos de mecanismos por meio dos quais esse fortalecimento da Sociedade Civil como sua própria financiadora, Marcos Kisil reforçou o potencial dos *endowments* como mecanismo de autosustentação, revelando experiências exitosas nesse campo. O panorama global das doações individuais – mecanismo mais comum para o fortalecimento da Sociedade Civil como financiadora e citado em todas as falas – foi apresentado por Adam Pickering que mostrou tendências fortes de crescimento do volume de doadores dos países emergentes e, sobretudo, na classe média.

Em contrapartida à esta participação as falas reforçaram, também, os compromissos que as OSCs devem passar a assumir para com a sociedade. Isso ocorre tanto por meio de uma maior adesão de suas agendas de trabalho com as agendas da Sociedade Civil, por meio de prestação de contas de resultados mais transparentes e efetivas e melhores mecanismos de governança. São esses mecanismos que podem fazer com que a sociedade se reconheça mais nas organizações e passe, em função desta confiança, a ampliar suas formas de apoio.

4.2.4 Destaque de falas

Eduardo Szazi

“Há um processo de prestação de contas para quem tem o poder. O que causa uma submissão, um desnível de autoridade”.

“A prestação de contas de resultados se tornou muito importante. O desejo do financiador não é a prestação de contas aritmética, é a de propósitos, planos, metas, estratégias, resultados”.

“A ampliação das fontes para as organizações da Sociedade Civil depende de uma governança eficiente, não se pode focar apenas no dinheiro”.

“A sustentabilidade econômica depende do financiamento da Sociedade Civil”.

“As organizações não vão ser independentes enquanto tiverem poucas fontes de financiamento e financiadores majoritários”

“Se as OSCs derem as costas à Sociedade Civil, sempre serão reféns do financiador”.

Silvio Sant’Ana

“O que financia a Sociedade Civil é a própria Sociedade Civil. Não dependemos apenas do governo, dependemos também da Sociedade Civil”.

“O que garante a sustentabilidade, a economia, é a participação do cidadão. Deve-se criar incentivos para que o cidadão possa doar e ser reconhecido pelo ato”.

“Quando discutimos sobre sustentabilidade, discutimos a sociedade em si mesmo, ou seja, o nosso desejo e a nossa condição como sociedade humana de progredir, e se reproduzir”.

Marcos Kisil

“Se eu sou uma organização social eu tenho que responder a essa sociedade de uma maneira inteligente, de modo que faça com que a sociedade me veja como uma organização que ajuda a transformá-la”.

“Ter fundo patrimonial permite o planejamento e a capacidade de olhar para o futuro”.

“O Estado pode também legislar de tal maneira a criar certos benefícios sociais pra aquele doador privado colocar o recurso no fundo patrimonial”.

Paul Singer

“É [preciso] remunerar as nossas entidades da Sociedade Civil dentro, do mínimo que o mercado paga, e o mercado paga bem as atividades, não há motivo nenhum para não pagar”.

“O fato de essas pessoas serem voluntárias, filantrópicas, não é motivo para que as pessoas passem fome, ou necessidade ou tenha que usar seus refúgios”.

“Nos últimos anos, nos anos do governo Dilma, quase que exclusivamente a luta contra a miséria, é feita por organizações da sociedade civil”.

Adam Pickering

(Não foi feita a transcrição literal das falas).

4.2.5 Relatoria das falas

Eduardo Szazi

Bom dia a todas e a todos. É um prazer estar aqui com vocês. Nós vamos falar sobre sustentabilidade, e eu gostaria de começar minha intervenção reportando a essa pesquisa bem rápida que foi feita aqui com vocês sobre o entendimento de que as múltiplas fontes de financiamento seriam o melhor modelo para a sustentabilidade de entidades sem fins lucrativos. Só que quando a gente fala do uso das fontes, na verdade nós não estamos citando que fontes são mais relevantes, falamos todas. Mas então, se nós olharmos para as três

primeiras hipóteses, nós vamos ver que a doação de indivíduos para as entidades da sociedade civil teve, individualmente, o maior número de votos, e é justamente sobre isso que eu gostaria de falar com vocês. Para pensar sobre o financiamento das organizações da sociedade civil é necessário levar em conta o componente da própria sociedade civil. A legitimidade das OSCs - que não se dá apenas pela causa que abraçam, ainda que seja de interesse público - não é suficiente para manter as organizações vivas do ponto de vista de sua sustentabilidade, já que sociedade civil é a origem e o destinatário da própria causa que a entidade abraçou.

Muitas organizações se dedicam a captar recursos de grandes doadores, sejam corporativos ou governamentais, por que acham que é mais fácil pegar R\$ 1.000.000 (um milhão) de uma fonte, do que R\$ 100,00 (cem) de 10 mil fontes. No entanto, em termos de segurança jurídica, esse sistema cria a dependência junto a este grande doador que, se resolver cortar o financiamento, pode acabar subitamente com a organização. Esta dependência atrela, mesmo que inconscientemente, a forma de fazer e interagir das OSCs aos interesses do financiador. As organizações não vão ser independentes enquanto tiverem poucas fontes de financiamento e financiadores majoritários. A forma de adquirir independência ocorre com a ampliação das fontes, mas não somente via recursos públicos, privados, recursos de venda de mercadorias, de prestações de serviço, *endowments*, fundos patrimoniais, mas sim na ampliação das fontes da onde vem o dinheiro, conta a conta. A legitimidade das OSCs será reforçada se tiver uma grande rede de contribuintes e apoiadores e for independente. As entidades precisam ser independentes para representarem de fato a Sociedade Civil e terem a capacidade de dar voz a elas.

Essa situação fica reforçada pela atual lógica de projetos. O problema da cultura de projetos é o curto prazo e a necessidade de entregar aquilo que o financiador considera satisfatório, o que afeta de antemão a independência da organização que não pode realizar o projeto que deseja. Agrega-se a este fato a questão de que todo o processo de prestação de contas com relatórios, formulários, cópias de documentos implica mesmo que inconscientemente numa submissão, de maneira a criar um desnível de autoridade: as organizações não estão prestando contas para as autoridades, mas à quem está financiando, quem tem o poder de dizer sim ou não, de impor uma sanções. Há uma relação direta de autoridade estabelecida. Assim, as organizações da sociedade civil não tem a sua independência, nem igual status de autoridade no diálogo, são necessariamente submissas. Isso fortalece claramente a posição de quem dá o dinheiro e enfraquece a capacidade da Organização da Sociedade Civil de fazer o projeto da maneira mais satisfatória que entender.

Diante disso, é fundamental para as organizações obter o financiamento de várias pessoas da Sociedade Civil e é necessário pensar como isso pode ser feito. Em termos de marco regulatório é necessário desmontar a cultura de projetos, permitindo que os cidadãos possam ter condições de fazer doações diretas para as entidades sem fins lucrativos por meio de incentivos fiscais. É necessário transformar os incentivos fiscais que hoje operam pela lógica de projetos para facilitar as doações diretas para entidades abrindo a possibilidade de as organizações desenvolverem projetos da forma que melhor considerarem.

No entanto, a doação remete à motivação de um ato voluntário, sendo importante pensar nas razões pelas quais as pessoas doam dinheiro. Estes motivos são vários: quando há o comprometimento com uma causa, quando entendem que é necessário fazer alguma coisa para mudar aquela situação, porque se sentem tocadas por alguma situação, porque conhecem pessoas que trabalham em determinada organização. Subjacente a esses motivos, no entanto, a sustentabilidade da organização depende da capacidade dela mostrar resultados, porque quem vai fazer uma doação espera que a organização tenha bom uso do dinheiro que recebe. Nesse sentido, a prestação de contas se torna importante, e não nos referimos a prestação estação de contas de projetos, mas a prestação de contas de atividades, de resultados.

Diante disso nos perguntamos quanto as organizações representadas aqui se preocupam em demonstrar os seus resultados para a sociedade como um todo e se o nível de detalhes de descrição das atividades é o mesmo dado ao financiador majoritário. Questionamos se as organizações consideram a Sociedade Civil como alguém que de fato merece receber a prestação de contas. É possível fazer uma pesquisa empírica nos sites das entidades pra ver o tipo de relatório disponibilizado que indicaria, provavelmente, a falta de transparência. Falta uma preocupação maior com a prestação de contas - a prestação de contas de propósitos, de planos, de metas, de estratégias, de resultados - que é o que a Sociedade Civil financiadora quer ver.

Assim, ao trabalhar a ideia da sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil é necessário entender que para que as doações de indivíduos se tornem a principal fonte de custeio - já que essa é a única fonte de custeio que assegura a independência financeira, a capacidade de crítica das organizações - como contrapartida, as OSCs têm o dever de manter elevado o nível de transparência de resultados e metas. Se as OSCs derem as costas à Sociedade Civil, sempre serão reféns do financiador.

Considerando as democracias estabelecidas há mais tempo, vemos que o indivíduo tem um papel fundamental no financiamento das organizações Sociedade Civil. O Estado também é importante, assim como os organismos multilaterais, mas o financiamento do indivíduo

é fundamental. Para buscar esse tipo de financiamento é necessário estar preparado para ter uma melhor governança, um maior nível de transparência, de rotatividade, de poder na organização, porque ao nos abirmos a um escrutínio mais amplo da Sociedade Civil, nos abrimos também a uma maior possibilidade de crítica da organização quanto ao seu processo de planejamento, as formas de abordar as causas. A ampliação das fontes de financiamento depende de uma melhor governança, da melhor prestação de contas, ou seja, de um fortalecimento institucional, que traga as condições da sustentabilidade real. A governança também é fundamental para a melhor gestão desses recursos, já que são as metas, a estrutura da organização, que vão viabilizar a entrada de recursos.

Quando o Tribunal de Contas critica o repasse de recursos a uma entidade, muitas vezes esta pautado na incapacidade técnica e operacional da OSC para executar o convênio como, por exemplo, no caso de organizações que terceirizam todas as atividades que assumiram, o que mostra a incapacidade para receber o recurso financeiro e a falta de sustentabilidade administrativa para gastar o dinheiro a ela repassado pelo Estado. A sustentabilidade econômica das OSCs depende de vários fatores, e entre eles figura como mais importante o financiamento da Sociedade Civil. Este, no entanto, só virá com a capacidade de demonstrar prestação de contas e resultados, com a capacidade de demonstrar uma boa governança e uma boa capacidade de gestão do recurso. É isso, obrigado.

Silvio Sant'Ana

Nossa preocupação central nesta discussão não são as instituições chamadas de organizações da sociedade civil, mas o debate em torno da sustentabilidade da própria sociedade, da vida social, ou seja, o que nós como organizações da sociedade civil estamos fazendo, a capacidade da própria sociedade de garantir a fluidez, de avançar e ter progresso material e espiritual humano. Quando discutimos sobre sustentabilidade, discutimos a sociedade em si mesmo, ou seja, o nosso desejo e a nossa condição como sociedade humana de progredir, e se reproduzir.

Em segundo lugar, hoje, no interior das nossas organizações, está bastante claro que a sustentabilidade é uma resultante de uma combinação de elementos. Assim como colocou Eduardo Szazi, não se trata de uma questão de recursos, e os recursos não são só recursos financeiros. É necessário pensar na aderência das causas das organizações: há uma agenda real da sociedade e é importante pensar na capacidade das OSCs de responder adequadamente a esses desejos, ou seja, a capacidade das organizações de servir aos interesses da comunidade, da sociedade, do conjunto de pessoas, conjunto de interesses a que se relacionam. Nesse sentido, fica claro que a sustentabilidade é diferente de sobrevivência, é diferente de dinheiro. Se a agenda da sociedade não for politicamente adequada ao tempo da existência da minha organização, não existe

sustentabilidade, não existe dinheiro também, porque eu nunca vou conseguir nem captar recursos, nem captar aderentes. Ou seja, é necessário encontrar pessoas que aceitam ou se incorporam a causa que eu estou propondo, que eu como Organização da Sociedade Civil estou defendendo. Para mim esses dois elementos são o que cabe nessa discussão de sustentabilidade. Muitas vezes começamos a discutir sustentabilidade e imediatamente vamos logo para a questão financeira, mas acho temos que nos superar. É claro que a questão financeira é essencial e ninguém questiona isso, mas se não abordarmos com firmeza esses dois elementos, ou seja, a nossa capacidade de resposta, de estar produzindo resultado como disse o Eduardo Szazi, e à nossa aderência, uma agenda aderente a realidade social do momento, daquele momento que a sociedade está vivendo, não vamos a lugar nenhum, nem adiantaria pensar em sustentabilidade.

E recursos não são somente dinheiro. Vou dar um exemplo simples que controlo bem que é a Pastoral da Criança. Para cada R\$ 1 (um) real, que o Governo Federal, o Ministério da Saúde, colocam dentro da Pastoral da Criança, a Pastoral da Criança coloca R\$ 4, de recurso privado. Mas como isso acontece? A Pastoral tem 200 mil voluntários que dedicam parte do seu tempo para isso. São esses recursos, para essa causa, que nós estamos propondo efetivar. Esses são os dois elementos que devem presidir na nossa discussão sobre a questão e não só pensar sobre o dinheiro, como disse o Szazi, o que realmente, às vezes pode até colocar mais problemas do que soluções, dependendo do caso.

É interessante notar que, apesar das dificuldades que nós todos sentimos, nós das organizações, é impressionante que nos 10 (dez) últimos anos, o volume de recursos aplicado nas organizações da sociedade civil aumentou significativamente - numa velocidade maior que o aumento do crescimento da economia - com taxas de crescimento chinesas. Diante disso, pensei em primeiro lugar, que isso ocorreu em função da área de Assistência Social e da Saúde, Educação que foram privilegiadas pelo governo, que repassou mais recurso para essas áreas. Mas também na área de Defesa de Direitos, ocorreu o mesmo processo: houve um aumento importante na receita, houve também um aumento no número de entidades, ainda que, provavelmente, a receita média por entidade seguramente tenha caído ao longo do tempo. O que quero chamar a atenção é que considerando esse aumento do volume de recursos, a qualidade desse recurso não foi equivalente, ficou mais difícil, ficou pior.

Temos que nos perguntar porque muitas das nossas organizações que prestavam certos tipos de serviços e atividades agora já não estão mais realizando esses mesmos serviços. Por que isso ocorre? Por que o governo não definiu isso como uma política pública e começou a fazer alterações nessa área. Vamos pegar um caso bem simplesinho, o caso das creches, por exemplo. Grande número de organizações da

sociedade civil trabalham com creches e agora o governo definiu uma política nacional que tem um compromisso político e institucional de colocar 50% das crianças na creche, ora isso vai aumentar então a oferta de creches. Então é provado que muitas organizações da sociedade civil, que hoje são as únicas opções dentro de uma comunidade específica, passem ser uma opção. É muito provável que as organizações vão ter dificuldade inclusive de se financiar, por que o próprio governo financiará sua ação específica, ou seja, outro segmento institucional da economia, o governo, empresas privadas, estão atuando na mesma faixa de operações de muito das entidades, então fica complicado, ajustar o trabalho no seu foco.

Centrando mais sobre a questão financeira, eu gostaria de compartilhar alguns dados que vêm de um estudo recente. São dados meio assustadores, ou contra intuitivos, mais do que assustadores. Em 2006, por exemplo, o IBGE fez um estudo que mostrou que 33% das organizações da área de assistência social privada no Brasil, não recebeu “um tostão” do governo ou, seja, um terço das organizações de assistências social não recebia “um tostão” dos governos, em nenhum nível. Das que recebiam, somente um terço tinha como fonte da maior parte dos recursos uma origem governamental. Estudamos durante cerca de 10 anos as transferências dos governos para as organizações da sociedade civil e vemos que as transferências governamentais (somados governo estadual, federal e municipal) não chegam a 20% da sua receita. Então pensamos de onde vem a receita das organizações? Vem do setor privado, ou seja, da própria capacidade da cidadania, que contribui financeiramente. Isso pode acontecer de múltiplas formas, o que não vem ao caso discutir como isso acontece.

Na pesquisa que foi apresentada aqui, apareceu que a prestação de serviços por parte das organizações não são relevantes. No entanto, os dados que temos, que incluem informações da Receita Federal, mostram que não é bem assim: existe uma grande porcentagem de recursos que as entidades incorporam em seu lançamento, que vem do conceito de prestações de serviço. Ainda que as entidades não considerem certas atividades como prestação de serviço, os agentes financiadores consideram, trata-se de uma questão de terminologia.

Outro fator a ser considerado é a importância das empresas. As empresas no Brasil assim como nos Estados Unidos, contribuíram para as organizações no máximo 5% ao ano. Do total da receita das organizações, considerando todas as 300.000 (trezentas mil) organizações, isso não chega a 5%.

A participação da cooperação internacional nas receitas, por sua vez, não chega a 1%, então no fundo nós estamos falando que o que financia a Sociedade Civil é a própria Sociedade Civil, o grosso do financiamento da Sociedade Civil é a própria Sociedade Civil, e nós temos que usar isso em nosso favor. Nós negociamos as vezes muito mal, porque nós falamos que dependemos do governo. Nós não

dependemos do governo, mas nós dependemos sim do cidadãos. Então acho que temos que fechar as asas e tentar dizer, bom, se a sustentabilidade da organização é totalmente dependente da capacidade de conviver na cidadania, temos que dialogar com isso, estar dentro da cidadania, se não for isso, esquece. Não é um problema de saber fazer projeto, de saber gerenciar um projeto, tudo isso é *super* importante, mas não é suficiente. O que garante a sustentabilidade, a perenidade, a autonomia, a independência da organização é a participação do cidadão, por isso é *super* importante esse primeiro painel que a gente viu, por que ele coloca as dimensões do esforço que vem sendo feito no sentido de caminhar para realmente construir uma sociedade onde a democracia seja direta e participativa, e não somente representativa.

Muitas vezes os setores com os quais nos relacionamos têm uma abordagem diferente, o que dificulta a discussão. Eu gostaria de compartilhar com vocês essas descobertas, de que realmente o mais importante que nós temos, e é uma riqueza nossa, que já tá na nossa mão, só que nós não estamos sabendo nem explorar, nem utilizar adequadamente e podemos melhorar. Nessa direção, pensamos assim pra frente, temos que fazer algumas reivindicações básicas pela plataforma. Nós temos que garantir e incentivar a participação democrática ativa da cidadania, isso é uma pré-condição, independente da minha organização. Isso é um fator fundamental da cidadania, porque quando a cidadania vai participar, ela vai definir suas causas e ela vai se viabilizar na defesa dessas causas, nas proposições de novas causas. Temos que criar incentivos para que os cidadãos possam doar e serem reconhecidos e premiados para fazer isso. Hoje quem doa é otário, temos que mudar o padrão, incentivar as doações por parte dos cidadãos. Os incentivos fiscais, são uma forma, mas também existem outros incentivos que não são obrigatoriamente fiscais, mais são importantíssimos.

Temos também que trabalhar para a construção de um ambiente favorável pra que certas organizações da sociedade civil se construam e se organizem como entidades doadoras, que captem recursos para transferir para terceiros e também aumentar a participação do governo no financiamento, que é essencial. O governo está contribuindo muito pouco pra essa atividade da Sociedade Civil comparativamente a outros países. Se o governo não ajuda, que pelo menos não atrapalhe, ou seja, no âmbito da sustentabilidade econômica, muitas vezes o governo está atrapalhando ao criar novos mecanismos, novas dificuldades novas burocracias, reduzindo a nossa capacidade de arrecadação, de receber doações. São esses os cinco pontos da minha fala, que considero importantes para continuarmos nessa busca pela sustentabilidade. Muito obrigado.

Marcos Kisil

Boa tarde, é uma satisfação muito grande conseguir a chance de conversar sobre este setor. Quando ainda era estudante nas décadas de 1960 e 1970 nós vimos como a sociedade brasileira, de uma maneira bem vibrante, começa a assumir o seu papel protagonista na definição de políticas públicas que atendem uma sociedade com o maior justiça, uma maior sustentabilidade. Vários dos companheiros de jornada ao longo desse tempo e, especialmente os que estão nessa mesa, como o Silvio Sant'ana e o professor Singer, são pessoas que de alguma maneira são parâmetros comportamentais de todos nós que estamos nesse setor público.

Eu acho que o tema da sustentabilidade e fortalecimento da Sociedade Civil é um tema que tem uma importância enorme e, particularmente nesse momento, sabemos que é um dos eixos prioritários de trabalho da Secretária Geral. O nosso instituto, o IDIS tem 15 anos e nós nos dedicamos a estudar a questão de como se dá a participação do setor privado na questão da sustentabilidade das organizações da sociedade civil, no apoio das políticas públicas. Várias das coisas que eu vou dizer são baseadas nesses estudos realizados por nós, nas experiências que nós temos acumulado e depois nós podemos, se for o caso e alguém tiver interessado, detalhar com vocês um pouco as afirmações que nós vamos fazer.

Uma das preocupações que conhecemos é pensar na sustentabilidade financeira nas organizações: é verdade, é preciso de dinheiro pra fazer as coisas corretas. Mas nós percebemos que a sustentabilidade financeira é uma resultante de pelo menos três elementos críticos.

A primeira é a organização que se auto impõe uma missão. Quando se auto impõe uma missão, quer dizer que essa organização se compromete com determinado papel social, e isso quer dizer que ela se compromete em ser um elemento de transformação social naquele aspecto que ela definiu. Isso ocorre desde a preocupação com os direitos da infância, do idoso, do meio ambiente, da questão do clima, seja lá qual for a missão que ela se coloca, ao se auto proclamar como missão e representante de determinado grupo, ela traz para governança dessa organização uma grande responsabilidade, de se comprometer com aquela transformação que ela se propôs. Eu digo isso porque as Organizações Sociedade Civil correm sempre um perigo, como apontado pelo Eduardo Szazi, que se aparecer algum recurso que a sustenta e que possa ajudá-la a viver, ela tem grandes chances de se desviar da missão que ela se propôs, o que se faz exatamente porque a organização está tentando se sustentar. Se aparecer um benfeitor qualquer que possa induzir essa organização a mudar sua missão, o papel da governança da organização é ser sustentável na sua missão.

A segunda questão importante é que uma organização se propor a fazer atividades, trazer programas, projetos etc., ela tem que ter um compromisso com a qualidade do processo, qualidade do produto, de tal maneira que possa ser esse agente de transformação que ela se

propôs a ser para mudar alguns aspectos da sociedade. Isso coloca a necessidade da qualidade, a questão da eficiência, da eficácia, da efetividade que já foram colocadas aqui na seção anterior.

E o terceiro elemento que faz parte dessa equação - elemento importantíssimo - que é a maneira como a sociedade compra a minha organização, qual é uma relevância social que a minha organização alcança. É necessário ter esse aspecto em mente, por que se eu sou uma organização social eu tenho que responder a essa sociedade de uma maneira inteligente, de modo que faça com que a sociedade me veja como uma organização que ajuda a transformá-la, esse é um grande apoio que a sociedade pode dar, e esse pode dar representa uma preocupação em ser uma organização que tenha uma relevância social.

Esses três aspectos levam claramente a uma situação de preocupar com a parte financeira, e sobre isso queria aqui caracterizar um pouco: a parte financeira de uma organização pode ser entendida por meio de três grandes necessidades. A primeira necessidade que é a que dói mais e que é mais visível, é o que nós chamamos de necessidade dos custos recorrentes. Trata-se de como eu mantenho a minha estrutura, como eu mantenho meus afiliados, como mantenho a minha capacidade de existir enquanto organização, isso é custo recorrente.

Segundo tipo é quando estou interessado em algum projeto ou programa específico que tenha desenhado e para qual preciso de recursos para realizar. O terceiro elemento - elemento crítico - é quando eu como organização tenho em conta que preciso me capitalizar, então é necessário trabalhar uma mobilização de recursos que seja pra capitalização, o que é diferente de ter recursos para os custos recorrentes, diferente de quando você faz programa ou um projeto. Quando pensamos nesses elementos fica claro que é necessário ter estratégias diferentes para a sustentabilidade da tua organização de acordo com objeto.

Isso assim colocado, outra questão sobre a qual eu quero me concentrar um pouco nesse final da minha fala, é a questão pensarmos o que representa recursos de capitalização. Nós sabemos, e aí foi a enquete que nós fizemos aqui antes dessa seção - que mostrou como é importante pensarmos em múltiplos financiadores da minha organização - que o Estado sozinho não pode e não deve ter que se comprometer com ação e fortalecimento das organizações. Ele não é um mantenedor das organizações sociais e a iniciativa privada pode contribuir, mas não deve, não pode, não tem condições também de sustentar uma Sociedade Civil. A Sociedade Civil tem que se sustentar, ir criando estratégias próprias para o seu aparecimento, e um elemento crítico em relação a isso está em torno da criação de um fundo de capitalização que a gente prefere chamar de fundo patrimonial. O que é fundo patrimonial? Fundo patrimonial é você ter um capital cujo os rendimentos, extraída a inflação que ocorreu em

um determinado período, mantém uma renda que pode ser gasta ao longo da vida institucional. Isso quer dizer: ter fundo patrimonial permite o planejamento e a capacidade de olhar para o futuro. Sabemos que muitas organizações sociais estão sobrevivendo preocupadas com dívidas do passado ou estão sobrevivendo pra saber o que fazer hoje na sua vida institucional. O fundo patrimonial dá a chance da organização de olhar para o futuro. No caso brasileiro, nós não temos uma legislação específica para fundo patrimonial, ele precisa ser fundo vinculado, ou seja, a organização, seja vinculada a uma área específica de interesse, seja vinculada a uma específica área social, pode ter o instrumento em que ela recolhe recursos pra fazer esse capital que ela necessita. Esses recursos podem ter diferentes origens e o próprio governo pode ser uma fonte. O governo britânico por exemplo, tem um programa extremamente interessante, que no inglês se chama *netfunding* em que o governo dedica um “x” de dinheiro, e diz para a sociedade: olha, você pode usar esse dinheiro para fazer o seu capital, o seu fundo patrimonial, mas você tem que recolher na sociedade um “x” de dinheiro que complementa o meu dinheiro. Então se o governo põe R\$ 500.000 (quinhentos mil reais) para o fundo, a organização tem que contribuir com outros R\$ 500.000 (quinhentos mil reais). O *netfunding* mobiliza a sociedade ao mesmo tempo que o Estado faz uma contribuição importante para fundo patrimonial.

A segunda questão é que o Estado pode também legislar de tal maneira a criar certos benefícios sociais pra aquele doador privado colocar o recurso no fundo patrimonial. Hoje já temos uma experiência importante aqui no Brasil com os diferente incentivos fiscais que ocorrem na Cultura, no Esporte e, mais recentemente, começou ocorrer no setor da Saúde. Devemos pensar em mecanismo similar que facilita a vida do doador e facilita a vida da organização para ter acesso a um recurso em que Estado participa, facilitando essa aproximação com o capital privado.

O terceiro elemento que temos que levar em conta nessa história é baseado em um estudo recente foi feito pelo professor Lester M. Salamon da Johns Hopkins University (que eu tive o privilégio de participar), que mostrou uma coisa muito interessante. Observando 504 casos identificados no mundo inteiro, o estudo identificou que um número expressivo de países no mundo começou a pensar seriamente que o processo de privatização ou de concessão dos bens públicos poderia ser instrumento de capitalização desses fundos patrimoniais. O exemplo mais exuberante que nós temos nesse sentido, é a Fundação Volkswagen (que não tem nada a ver com a empresa Volkswagen). O governo britânico – que era responsável por aquele pedaço da Alemanha que depois da segunda guerra mundial ficou com os países que lutaram e ganharam a guerra contra a Alemanha – tomou uma decisão muito simples, de devolver esse complexo industrial à sociedade alemã. Mas ele não tinha confiança no governo alemão, que era um governo pós-nazismo, então ele criou

uma fundação comunitária para a qual foram distribuídas as ações do complexo industrial e deu um prazo para que essas ações fossem vendidas no mercado. Com isso, a fundação Volkswagen se capitalizou a ponto de se transformar na maior fundação europeia existente hoje. Essa fundação tem uma capacidade de doação tão forte, que sozinha se tornou o instrumento mais importante de financiamento de Ciência e Tecnologia na Alemanha. A criação da ideia veio de 1953. Eles conseguiram transformar essa fundação comunitária em lei em 1962 e deram o prazo até 1972 para as ações serem vendidas. A partir de 1972 a Fundação Volkswagen, que não tinha nenhuma relação com a empresa e não é sócia da empresa, se tornou o maior financiador da tecnologia da Alemanha e que reposiciona a Alemanha dentro das grandes nações do mundo em termos de inovação, de riqueza, de redistribuição da própria renda nacional.

Então o fundo patrimonial tem uma característica muito importante que é esse papel do governo. Às vezes em outros governos as coisas tomam um caráter muito interessante. Por exemplo, Portugal criou para as Santas Casa de Misericórdia - que seriam os hospitais comunitários - uma participação importante num fundo patrimonial da loteria nacional. Assim um "x" da loteria nacional vai pra este fundo que é administrado privadamente pela Sociedade Civil, por meio de uma federação de Santas Casas. É esse fundo patrimonial o que garante hoje grande parte do financiamento para inovação, para o crescimento, para gestão dos hospitais beneficentes portugueses.

Então existem esses processos, nós estamos em contato de forma muito especial com secretaria do governo [Secretaria-Geral da Presidência], trabalhando a possibilidade termos projeto de lei, esperamos que proximamente. Estamos trabalhando nesse instrumento de trabalho, nas casas legislativas para pensar em como se poderia incentivar as organizações da sociedade civil a terem acesso a esses recursos de um fundo patrimonial. É importante considerar que o fundo tem vários doadores e, portanto, responde ao próprio resultado da enquete que vocês fizeram [qual fonte de recursos deve ser o foco da sustentabilidade das OSCs?] cujo resultado apontou para múltiplas fontes. Eu paro por aqui, posso me colocar à disposição pro qualquer outro esclarecimento e agradeço bastante atenção dos senhores para comigo, muito obrigado.

Paul Singer

Boa tarde a todos e à todas, eu quero antes de mais nada agradecer o convite de participar dessa mesa e dessa discussão, principalmente porque não tenho podido me dedicar ao estudo das organizações da sociedade civil, de modo de que tudo que eu vi agora a tarde pra mim foi precioso. Por estar ouvindo essas exposições, eu de repente me dei conta, que durante 20 anos vivi em uma organizações da sociedade civil. Vou contar bem rapidamente sobre essa experiência porque, enfim, acho que tem a ver.

Eu era professor da Universidade de São Paulo e tinha bastante atuação política: era membro do partido socialista, tinha sido sindicalista metalúrgico. Aí fui para a Universidade (era professor naquele momento) quando veio o golpe militar. Em 1969, juntamente com um bom número de professores, não só da Universidade de São Paulo mas de todas as universidades públicas do Brasil, fui aposentado. Eu era uma pessoa relativamente jovem (tinha trinta e pouco anos àquela altura) e encerrava minha carreira universitária junto com grande número de amigos. Já esperávamos que isso fosse acontecer, era quase inevitável. Como a resistência ao regime militar tinha universidades como foco fundamental, principalmente a juventude estudantil, era inevitável de que em algum momento o regime fosse intervir nas universidades, que fizesse uma limpeza.

Bom, por termos previsto isso, discutimos e resolvemos juntos não sair do Brasil. Uma grande parte dos meus colegas que foram aposentados foram lecionar em outros países, mas conseguimos ficar aqui e criamos o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Durante cerca de 20 anos eu trabalhei lá, então alguma vivência eu tenho, embora nós nunca fizemos nenhum estudo do que acontecia com todas as organizações da sociedade civil. Esse conhecimento [sobre a questão da sustentabilidade econômica das OSCs] me falta. E por quê? Porque uma boa parte de nós tinha prestígio internacional, principalmente o Fernando Henrique Cardoso, que depois acabou sendo o Presidente do Brasil. Em função disso nós tivemos o apoio da Fundação Ford e, no fim de um bom período em que ela nos sustentou, a Ford nos fez uma doação patrimonial de modo que posso dizer a vocês que o que nós ouvimos aqui realmente faz todo sentido. Por que estou dizendo isso? Não por essas memórias. Eu só quero dizer de que o CEBRAP existe até hoje, é uma organização significativa no mundo intelectual brasileiro. Nós éramos uma trincheira de resistência ao regime militar, ainda que com muito cuidado, porque não tínhamos poder nenhum de defesa, mas nos empenhamos em certo papel de crítica a esse regime que o felicitou nosso país durante 21 anos.

O que me traz a esta tribuna é o fato de que agora eu lido com as organizações da sociedade civil, como conveniente, ou seja, das nossas políticas de Economia Solidária no Ministério do Trabalho, 5% são feitas em convênio com essas organizações das quais vocês estão tratando aqui. E para nós elas são essenciais, se elas não existissem não poderíamos fazer parte das nossas atividades. Teríamos que fazer concursos, contratar funcionários públicos pra fazer isso, pra enviar para todas funções de misérias do Brasil, para ver se podemos através da economia solidária, ajudar as comunidades muito pobres a sair dessas situações, que é o que nós fazemos.

Por alguma razão que eu não sei explicar, essa ampliação do funcionalismo público, que teria toda razão de ser, não se faz em nosso país, sinceramente não sei se isso ocorre em outros países. Nós

poderíamos, em vez de organizações da sociedade civil, contar com o dobro de funcionários que temos hoje. Mas porque o dobro? O que não é só o caso da economia solidária no Ministério do Trabalho, toda a parte de Saúde, toda a parte de Educação, toda a parte de Ciência e Tecnologia, tudo isso é feito em convênios com a Sociedade Civil. Ou seja, o governo brasileiro emprega uma fração das pessoas de que ele precisaria pra cumprir as suas missões através de convênios. Se é através de convênios – essa é uma realidade ao meu ver, um tanto idiota – na verdade, o que impede o governo de contratar o funcionalismo de que ele realmente precisa é o enorme pavor de nunca mais ser eleito, porque gastanças é um palavrão no Brasil, a ideia de que o governo é um ninho de empregos que não fazem nada mas ganham muito dinheiro, é uma crença profunda na nossa população. População que quer serviços do governo, precisa deles, mas não quer que o governo contrate.

Então nós estamos em uma situação, eu diria, muito curiosa, porque a principal atividade do governo não é feita pelo governo, é feito em convênio com as organizações da sociedade civil. Eu não sei se isso é bom ou não, mas é um fato pelo qual vamos conviver. Vejam os agentes de saúde foram contratados: os agentes de saúde familiar, poderiam em tese ser contratados por convênios, não é que eu proponha isso não, eu acho que o governo tem que ser capaz desenvolver suas próprias políticas, mas no momento não é possível. Há limitações políticas fortíssimas no funcionalismo, cada vez que o governo faz concurso e amplia o gasto público, isso dá um escândalo no Brasil, sobretudo pelos contribuintes, pelos os que pagam essa conta. A verdade é essa: o que o brasileiro mais detesta aparentemente, muito mais que a violência, muito mais que as mil coisas tenebrosas que infelizmente tem se revelando em nosso país, é pagar impostos, e é uma das coisas que também traz voto, traz prestígio e assim por diante. Três ou dois dos candidatos à presidência do Brasil, tem com bandeira cortar o Brasil público, “meu Deus do céu”.

Agora o que eu acho que o que nós do governo temos que fazer é cuidar com muito carinho das organizações que fazem nossas políticas. E aí eu acho que nós cometemos erros. Eu gostaria de francamente expor aqui pra ver se fazemos diferente. Nós estamos usando no Brasil, para as organizações, para as empresas seja lá o que for, não lucrativas, ou seja, que não produza um lucro, um conceito americano. Esse conceito americano não se aplica à realidade brasileira. É o conceito de que a pessoa ou as pessoas que organizam-se de uma forma não [lucrativa], para ter uma atividade econômica que não visa lucro, são filantropos que têm uma série de vantagens fiscais (não tem impostos e assim por diante), mas não podem tirar um dólar da sua própria atividade. É isso que nós estamos aplicando um pouco mecanicamente no Brasil. Quando eu faço um convênio com uma organização, os editais trazem muitos projetos, temos júris que examinam com todo cuidado e uma pessoa

que fez o projeto é dada como vencedora. Uma organização então é privilegiada, é o melhor projeto. Essa pessoa que fez o projeto não pode ganhar, por que é um filantropo, ele pertence a uma Organização Sociedade Civil, sem fins de lucros, esse ao meu ver é uma idiotice, me desculpem, essa pessoa vai viver de quê? Há trabalhos voluntários, não estou falando mal, pelo contrário, com todo respeito, mais quem faz trabalho voluntário, tem outra fonte de renda, perfeito, faça, eu tiro meu chapéu. Mas todos os outros que são 99% da população, tem que trabalhar e ganhar pelo seu trabalho e não têm outra maneira. É fato que estamos muito limitados a isso no que diz respeito aos nossos convênios.

Eu queria colocar duas propostas. Uma delas é efetivamente remunerar as nossas entidades da Sociedade Civil dentro, digamos, do mínimo que o mercado paga, e o mercado paga bem as atividades, não há motivo nenhum para não pagar. O fato de essas pessoas serem voluntárias, filantrópicas, não é motivo para que as pessoas passem fome, ou necessidade ou tenha que usar seus refúgios. Muitas coisas que estamos notando nas nacionais, é que a entidade, imediatamente depois de ganhar, contrata outra para executar. Isso deveria ser até proibido legalmente, porque cria enormes dificuldades para nós e mais ainda pra vocês que são das entidades. Eu estou lutando aqui para colocarmos as coisas às claras e agir nacionalmente a respeito disso. Esta é a meu ver é uma das reivindicações que nós devemos atender por interesse próprio do Estado, mas também fazer justiça às organizações da sociedade civil.

Eu me lembro quando eu trabalhei no CEBRAP, que nós trabalhávamos muito para o governo. Imagine os governos no regime militar. Trabalhamos no planejamento do recôncavo baiano, que começou a ser desenvolvido, fizemos grande quantidade de trabalhos para governos e éramos remunerados, não pelos governos militares, mas pelos governos locais, estaduais, municipais e assim por diante. Eu acho que nós temos que ir fazer um gasto para manter os nossos companheiros que executam vitalmente as políticas que nós não temos recursos humanos para executar diretamente.

Em segundo lugar, eu acredito que nós temos que dar mais formação as nossas sociedades, às nossas organizações da sociedade civil. Estou falando especificamente de economia solidária agora. A economia solidária é uma área, digamos, nada esotérica, mas não é ensinada na universidade, não há formados em economia solidária. Nos convênios, exigimos pelo menos três anos de atividade em economia solidária, acontece que economia solidária é muito novinha, não existem muitas organizações que tenham três anos de experiência comprovada. Eu acredito de que nós do Ministério do Trabalho deveríamos criar condições para que as pessoas se habilitem a fazer este trabalho mediante convênio de forma absolutamente respeitável, mas não é o que ocorre. O que nos falta? Em grande parte o trabalho de economia solidária, acredito que em outras áreas

isso não deve ser muito diferente, sofre por falta de experiência. Não se trata de má vontade, é falta de experiência nesse tipo de atividade. Nos últimos anos, ou seja, nos anos do governo Dilma, quase que exclusivamente a luta contra a miséria, é feita por organizações da sociedade civil. Nós estamos no [programa] “Brasil sem miséria” e é pra isso que nós recebemos recursos e nos dedicamos quase 90% do nosso tempo a essa questão. Vale a pena termos organizações da sociedade civil competentes pra ajudar a gente a esse nobre objetivo que é acabar com a miséria nesse país. Muito obrigado.

Adam Pickering

Pickering apresentou dados sobre as tendências do futuro das doações no mundo com foco na doações por parte das classes médias (“Future World Giving: Recognising the potential of middle class giving”). O debatedor procurou demonstrar as seguintes teses: (i) o potencial de crescimento das doações oriundas das classes médias; (ii) reforçar a importância do engajamento em massa para potencializar as doações; (iii) e algumas das barreiras existentes nessa matéria.

Para tal, Pickering apresenta pesquisa que revela as tendências mundiais no campo das doações em 2030, mostrando projeções que mostram um crescimento das doações nas economias emergentes (como China e Índia) e estagnação ou arrefecimento nas economias mais consolidadas (como os países europeus ou Estados Unidos), o que é compatível com o crescimento esperado da participação da classe média no total da população desses países. Baseado, sobretudo, no caso do Reino Unido, ele aponta para o forte potencial das doações da classe média.

Em sua opinião, os números mudam com o crescimento econômico mundial, mas no campo da doação também se trata de discutir sobre representar a visão, as aspirações do público, para além da questão financeira. Em relação as doações no Brasil, Pickering mostra que, nas projeções, o país tem se mantido estável, mesmo quando a economia apresentou crescimento. Segundo ele, a Sociedade Civil brasileira tem passado por transformações dramáticas, mas ainda precisa mudar.

Com base nos dados do Edelman Trust Barometer, Pickering comparou a confiança global entre OSCs, mercado, mídia e governo, revelando que a confiança nas organizações da sociedade civil e no mercado se manteve estável, enquanto que a confiança na mídia e no governo decaíram entre 2013 e 2014. No entanto, revela que a confiança nas OSCs tem aumentado nos diferentes países do mundo sendo que são estas as instituições estão entre as mais confiáveis em 20 dos 27 países pesquisados.

No caso brasileiro, a confiança no governo se manteve baixa enquanto que o mercado fica na liderança. As OSCs, por sua vez, tem recuperado confiança, passando de 59% para 62%, mas ainda

permanecem em terceiro lugar, só perdendo para o governo. Para Pickering é necessário o desenvolvimento contínuo de políticas para que o volume de doações acompanhem o crescimento econômico do país.

4.3. Painel. (Des)construção de narrativas sobre as organizações da sociedade civil

Observação da relatoria: Houve comprometimento no registro das falas desta atividade, pois a gravação foi insatisfatória.

4.3.1 Apresentação/ objetivos

Buscando ampliar e difundir o conhecimento sobre as organizações da sociedade civil no Brasil, este painel buscou contextualizar discursos que, baseados na falta de informação qualificada, criminalizam a ação das OSCs. O objetivo foi impulsionar processos de comunicação que construam narrativas que reconheçam o papel histórico e atual das organizações para a consolidação de direitos e da democracia do país.

4.3.2 Participantes

Suzana Varjão - Rede Andi

Pedro Abramovay - Diretor da Open Society Foundation

Anna Peliano - Coordenadora de Estudos de Responsabilidade Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Leonardo Sakamoto - Jornalista e coordenador da ONG Repórter Brasil

Oliver Herman - Gerente de parcerias e de relações internacionais do Conselho Nacional de Organizações Voluntárias da Inglaterra (National Council of Voluntary Organizations)

Moderação: Laís de Figueiredo Lopes (Secretaria-Geral da Presidência da República)

4.3.3 Resumo das apresentações

Os participantes do painel discutiram a maneira como as OSCs são retratadas pela mídia, muitas vezes pela abordagem da criminalização diante de casos pontuais de corrupção.

Suzana Varjão destacou que as narrativas midiáticas, ao denunciar casos de corrupção, em geral, não universalizam, falam de organizações específicas. Porém, apesar da mídia ser focada em casos individuais, há sim, generalizações. Disse ainda que há uma lacuna sobre um dos principais problemas das OSC – o financiamento.

Oliver Herman trouxe a experiência da Inglaterra para contribuir com o debate, enquanto Leonardo Sakamoto falou sobre a questão de o trabalho das ONGs, na maior parte das vezes, envolver luta, contestação, assim, segundo ele, é natural que isso resulte em reações negativas das grandes “neutralizadoras” do pensamento da sociedade – família, igreja, escola e mídia. De acordo com o jornalista, em nossa sociedade, há um discurso negativo contra as ONGs, justamente porque elas contestam o *status quo*.

4.3.4 Destaque de falas

Suzana Varjão

“Por detrás de um percentual de 17,6% de textos focando aspectos negativos, há milhares e milhares de pessoas tendo a sua mentalidade construída de modo equivocado sobre essas organizações”.

“A construção de narrativas se dá a partir da interação entre veículo de comunicação e interlocutores, portanto é importante ter ambientes como este para pautar a mídia em sentido positivo em relação às OSC”.

Pedro Abramovay [participação por meio de vídeo gravado]

Anna Peliano

“A maioria das organizações são de defesa de direitos e de interesses da população, da sociedade.”

“Nós temos dois 2,1 milhões de pessoas assalariadas nas FASFIL, nas 291 mil. Isso representa quase um quarto do total de trabalhadores na administração pública do país”.

“Um terço dos trabalhadores das organizações da sociedade civil tem nível superior. Isso é quase o dobro do pessoal ocupado em todas as organizações do Cempre do país com nível superior, quer dizer, 16% do total dos trabalhadores; 33% nas Fasil”.

Leonardo Sakamoto

“Nem sempre inovação agrada ao status quo. O trabalho das ONGs na maior parte das vezes envolve luta, contestação, e é natural que isso resulte em reações negativas das grandes “neutralizadoras” do pensamento da sociedade – família, igreja, escola e mídia”.

Ou: “Discute-se, inclusive, limitar o trabalho das OSC quando há casos de corrupção, mas quando há casos de corrupção em empresas, o argumento que surge é justamente que elas precisam de mais liberdade”.

4.3.5 Relatoria das falas

Suzana Guardia

Um dos aspectos mais negativos destacados pelas matérias jornalísticas, em cinco jornais de circulação nacional, é o desvio de recursos públicos. Cerca de 17% das notícias têm viés negativo - a maioria é positiva. A inclusão das OSCs na pauta das redações é fundamental.

As narrativas midiáticas, ao denunciar casos de corrupção, em geral, não universalizam. Falam de organizações específicas. Não obstante a mídia ser focada em casos individuais, há sim, generalizações.

Há uma lacuna sobre um dos principais problemas das OSC - o financiamento. Essa questão não é abordada nos jornais, e essa questão é muito vinculada ao enfoque da notícia. A mídia destaca 10,6% é uma prática comum os desvios de recursos [trecho incompreensível]. Apenas 23,7% dos textos analisam a questão do financiamento. O noticiário expõe que a prática da corrupção está relacionada à ausência de mecanismos atualizados.

Há narrativas individualizadas que compreendem a ausência de regulamentação atualizada sobre o tema, mas o assunto não é tratado de maneira global. A construção de narrativas se dá a partir da interação entre veículo de comunicação e interlocutores, portanto é importante ter ambientes como este, para pautar a mídia em sentido positivo em relação às OSCs.

O aspecto negativo do noticiário sobre as OSCs está intrinsecamente vinculado ao financiamento de determinadas organizações pelo Governo, realizado a partir de mecanismos de regulação defasados e distantes da atual realidade diversa. O aspecto positivo é que a imprensa tem a capacidade de influenciar a agenda pública, estimulando ou inibindo a adoção de políticas públicas de enfrentamento para diminuir práticas corruptivas.

Há o desafio de ultrapassar os limites de um noticiário centrado em ações e organizações específicas para ampliar, aprofundar e fortalecer o debate público para as organizações.

Pergunta para o público

Quais seriam as razões da falta de confiança pública nas OSCs?

[Pergunta respondida pela plateia]

- Falta de conhecimento - 35,7%
- Denúncias sobre desvios de recursos - 42,9%

- Crise de confiança nas instituições de modo geral - 21,4%

Oliver Herman

Na Croácia, por exemplo, tiveram que mostrar que têm uma política de participação popular para entrar na União Europeia.

Confiança nas OSCs na Inglaterra. Dados que mostram a realidade inglesa:

- O volume de financiamento de OSCs pelo Estado diminuiu. O Estado está estimulando o empreendedorismo social.
- A maior parte do financiamento vem da sociedade.
- De 2000 a 2010 vem caindo o volume de financiamento em geral.

Questões: é possível usar doações para políticas partidárias? Não. Já houve investigações de organizações que tentaram atuar de maneira partidária.

Há nova lei do lobby, reduzindo a possibilidade de *advocacy*, o que pode ser muito restritivo para OSCs. Outra questão frequente na mídia é o salário pago para os assalariados das ONGs, principalmente os diretores. Há ONGs de caráter global, com orçamentos enormes, e por isso é necessário remunerar bem os diretores, para terem pessoas capazes. Atualmente, há o debate sobre um limite para essa remuneração.

Reformas dos contratos para serviços públicos:

- Transparência das OSCs (EU Procurement rules): as organizações têm que ser registradas na agência reguladora (Charity Commission). O site da Agência reúne dados sobre todas as OSCs.
- Parcerias para grandes serviços públicos, inclusive Serviço Social.
- Consórcios para auxiliar as OSCs.
- Antes o Governo dava subsídios diretos e agora são contratos específicos. Há transparências registradas no site das organizações.

Para regulamentar existe:

- Compact Código de boas práticas.
- Office for Civil Society no Governo.
- Rede Nacional com o interlocutor: NCVO.
- Banco de Investimento Social – BIS Society Capital

Há uns anos atrás, durante a discussão do Código Florestal, foi muito discutida a internacionalização da Amazônia, que estava sendo levada a cabo por ONGs. Nessa discussão toda, os jornais repetiam

um discurso vazio sem atentar que a Amazônia já foi internacionalizada há muito tempo.

Pedro Abramovay

[Síntese de fala enviada por vídeo especialmente para o Seminário MROSC]

Deve-se entender que a democracia, está mudando, que se pode agregar pressões para a melhoria. Os indivíduos sozinhos podem realizar mudanças, construir mudanças.

A sociedade civil forte faz com que as organizações sejam ágeis, independentes, interferindo no debate do Governo para a democracia nova, aberta e plural.

As políticas públicas devem ser compartilhadas com o Governo e a Sociedade.

Pergunta para o público

O que é mais eficaz para a descriminalização das OSCs na mídia?

[Pergunta respondida pela plateia]

- Divulgação de histórias com mais impacto social para cada organização -39,31%
- Apuração dos fatos com maior rigor -28,62%
- Maior pluralidade de narrativas sobre as ações das OSCs nas redes sociais. -32,13%

Leonardo Sakamoto

Eterna vigilância do Estado brasileiro sobre as ONGs – mesmo espiã. As ONGs sofrem uma série de ataques à liberdade de associação.

Cargill, Bunge, ADM, e outras empresas que escoam a Amazônia para fora.

E, nesse contexto, por que é que as ONGs são responsabilizadas? Nem sempre inovação agrada ao *status quo*. O trabalho das ONGs, na maior parte das vezes, envolve luta, contestação, e é natural que isso resulte em reações negativas das grandes “neutralizadoras” do pensamento da sociedade – família, igreja, escola e mídia.

Na nossa sociedade, há um discurso negativo contra as ONGs, justamente porque elas contestam o *status quo*. Muitas vezes são soldados contra o próprio exército.

Discute-se, inclusive, limitar o trabalho das OSCs quando há casos de corrupção, mas quando há casos de corrupção em empresas, o

argumento que surge é justamente que elas precisam de mais liberdade.

Não é a natureza da organização que influencia sua honestidade ou corrupção, obviamente.

Quanto o público, como membros de uma sociedade civil, está contestando o discurso contra as ONGs, e quanto estão só reclamando das narrativas negativas construídas? O que estamos fazendo para efetivamente contestar essa opinião vigente?

4.4. Painel. Certificações das OSCs: por que e por quem?

4.4.1 Apresentação/ objetivos

Este painel teve como objetivo estimular a discussão sobre os sentidos da certificação para as organizações da sociedade civil e apresentar alternativas e propostas inovadoras. No Governo Federal, destacam-se entre os sistemas de certificação e acreditação: o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e o título de Utilidade Pública Federal (UPF), que possuem finalidades e objetivos distintos e vem sendo aprimorados nos últimos anos.

4.4.2 Participantes

Carolina Stuchi - Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social

Davi Ulisses - Diretor adjunto do Departamento da Justiça (Ministério da Justiça)

Jessica Galeria - Diretora Social de Desenvolvimento Estratégico da TechSoup Global

Moderação: Marcelo Estraviz - Presidente do Instituto Doar

4.4.3 Resumo das apresentações

Neste painel foram colocadas questões sobre os processos de certificação das organizações da sociedade civil. As falas apontaram para a hegemonia que tem se dado ao papel do Estado no processo de certificação no caso brasileiro. Como contraponto, foi trazida a experiência por Jessica Galeria, que atua na Techsoup Global - organização americana que certifica organizações da sociedade civil e conta com a maior base de dados do setor social no mundo - sobre processos de certificação oriundos da própria Sociedade Civil.

O moderador Marcelo Estraviz iniciou o debate perguntando se os participantes da plateia consideravam as certificações das organizações da

sociedade civil existentes no âmbito do Governo Federal insuficientes, suficientes ou excessivas, sendo a última opção a mais votada. Esta primeira pergunta ajudou a dar o tom do debate e orientar as discussões.

Além da discussão em torno da quantidade excessiva de certificações, foi trazida a questão dos motivos que levam as OSCs a buscarem estas certificações, questão que dividiu os participantes. Por um lado, Jessica Galeria trouxe a questão ética das OSCs. Para ela, a certificação serve para a organização mostrar quem é e o que faz e para que possa prestar contas quanto a sua legitimidade perante à sociedade. Nesse sentido, apontou que as certificações podem ser um diferencial na captação de recursos. O moderador Marcelo Estraviz concordou com a ideia de que as OSCs procuram “selos de qualidade”, especialmente para auxiliá-las na captação de recursos, citando como possível, o caminho da autoregulação entre as próprias OSCs.

Por outro lado, Carolina Stuchi trouxe a experiência à frente da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) levantando a questão da importância da certificação na aquisição de isenções fiscais. Neste sentido, foi debatido ainda se um possível caminho seria a isenção para todas as OSCs, independentemente de certificações.

Davi Ulisses, do Ministério da Justiça, por sua vez, discorreu sobre o conceito de utilidade pública, destacando a questão de como, na prática a utilidade pública das instituições chega de fato a um público universal. O debatedor trouxe ainda a problemática da burocracia na obtenção das certificações, tema também abordado por Carolina Stuchi, e trouxe um importante debate sobre a necessidade da certificação quando considerados novos processos de aperfeiçoamento e regulação das parcerias contidos da proposta do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil.

O painel, que apresentou formato diferenciado ao prever questões voltadas também ao público presente foi bastante enriquecedor para o debate, como pode-se observar nas falas dos participantes e do público geral.

4.4.4 Destaque de falas

Carolina Stuchi

“Parece-me que tem um acerto para que a certificação seja uma decisão desvinculada dos requisitos, o que tem a ver com a evolução na legislação. O que são requisitos para a certificação e o que são requisitos para a isenção? [...] deixando a questão da isenção para ser da competência da fiscalização da própria Receita Federal”.

“A gente não pode depositar no CEBAS e na política de Assistência Social toda expectativa de regulamentação de um Marco Regulatório que tem que ser muito mais amplo”.

Davi Ulisses

“As certificações são dadas pra entidades que se comprometem pelo seu estatuto a fazer coisas belas pra sociedades, mas não existe, por exemplo, uma penalização de perda dessa qualificação se elas descumprirem esse estatuto que é muito bonito”.

“(…) convém observar como essa utilidade chega para todo o público ou se chega para uma metade do público. Estas, então, são algumas coisas difíceis de precisar e eles acabam optando mesmo por conceder [os títulos] sem fazer um crivo discricionário muito grande com relação a essa titulação”.

“Então quer dizer, a certificação existe em função de uma cultura de certificação, a gente precisa de um selo, a gente precisa que alguém diga que a gente é bom, e é interessante isso”.

“De novo, eu acho que se a gente usar com transparência e tratar direito, não vai precisar de certificação mesmo, não vai precisar”.

Jessica Galeria

“Nós exigimos uma transparência por parte do governo e das empresas, então a sociedade civil também tem que ter esse compromisso com a transparência”.

“(…) as certificações são uma forma de comunicar a identidade das organizações da sociedade civil: quem você é, qual sua legitimidade, você é quem você diz que é e você faz o que você diz que faz”.

Marcelo Estraviz

“(…) as organizações estão carentes efetivamente de legitimação e de reconhecimento seja de onde venham, do Governo, de empresas e de outras ONGs”.

“Existem necessidades governamentais específicas para se conseguir determinada ação pública e reconhecimento, isto não é certificação e ao mesmo tempo podem existir outras certificações”.

4.4.5 Relatoria das falas

Marcelo Estraviz

Espero que a mesa seja rica de experiências e provocações, imagino que o tema seja de interesse de todos e quero iniciar essa provocação com uma pergunta para o debate. Colocarei os palestrantes na fogueira em função da resposta que pode ser escolhida. Pergunta: As certificações das organizações da sociedade civil existentes no âmbito do Governo Federal, nos diversos ministérios e órgãos, são insuficientes, são suficientes, ou excessivas? A gente tem mais certificação do que deveria?

[A votação deu quase empate, mas o resultado com maior porcentagem foi a opção “excessivas”. O moderador disse diante desse resultado era possível começar a discussão, dizendo que a partir dessa questão iria fazer mais duas perguntas. Pergunta aos palestrantes quem gostaria de iniciar, informando que cada um teria dez minutos para falar para que fosse possível abrir espaço para o debate, envolvendo os participantes].

Jessica Galeria

Sou representante de uma ONG localizada em São Francisco nos Estados Unidos e, por ser estrangeira, sei que meu ponto de vista vem de um padrão internacional. A TechSoup possui várias linhas de atuação relacionadas com a causa das ONGs e é a organização que trabalha com a maior base de dados do setor social do mundo, com cerca de sessenta mil organizações registradas. Vou compartilhar um pouco desta experiência internacional.

Em primeiro lugar, vou tentar responder a primeira pergunta colocada para os palestrantes: por quê certificações?

Por um lado, isso tem a ver com valores e ética. Nós exigimos transparência por parte do governo e das empresas, então a sociedade civil também tem que ter esse compromisso com a transparência, e as certificações são uma forma de comunicar a identidade das organizações da sociedade civil: quem você é, qual sua legitimidade, você é quem você diz que é e você faz o que você diz que faz. Comunica também que você presta contas de sua responsabilidade social como Organização da Sociedade Civil.

Ainda existe outra razão, que eu acho muito interessante, que é do interesse das pessoas que trabalham nas organizações da sociedade civil: a captação de recursos. Estamos em um momento interessante da captação de recursos no Brasil e no mundo. O Brasil passou por um processo de redemocratização e estamos em um momento interessante e necessário de democratização da captação de recursos, com muita ajuda da tecnologia [novas formas de financiamento mais democráticas aceleradas pelas TICS]. E por estarmos nesse momento da democratização da captação de recursos, precisamos das certificações para comunicar para os doadores e responder às suas perguntas, pois antes do indivíduo fazer uma doação para sua organização ele vai querer responder várias perguntas que foram apresentadas nos slides [identidade, legitimidade, transparência, responsabilidade social].

Como diz o [personagem do] Homem Aranha: com grandes poderes, vem grandes responsabilidades. Ou seja, estamos vivendo esse momento de empoderado (há grande poder da nossa captação de recursos), mas junto com grandes poderes vem também grandes responsabilidades, então com isso acho que respondemos o porquê das certificações.

A segunda pergunta colocada aos palestrantes é “certificações por quem” e prefiro pular esta pergunta para encurtar um pouco a minha apresentação e para dar mais tempo para o debate. No Brasil e no mundo tem muitas de opções e várias entidades que concedem essas certificações e entendo que é o caso do Brasil, que como foi visto, as certificações são excessivas [mostra slide mostrando quais os títulos e certificados presentes no Brasil, como OS, Oscip, etc. e em outras partes do mundo].

A organização Techsoup Global trabalha com essa temática há quase trinta anos. Somos uma Organização da Sociedade Civil que opera uma rede internacional de 53 ONGs parceiras no mundo, inclusive aqui no Brasil. Nossa missão é a capacitação tecnológica das ONGs para que elas possam servir melhor as suas comunidades.

Na temática das certificações, a forma de abordagem é baseada em dados abertos, dados interoperáveis, com retorno de valor para as organizações da sociedade civil. As informações são abertas por acreditarmos no poder

dos dados e da informação para transformar a sociedade e por isso tem que ser aberta, compartilhada e interoperável, porque assim os dados podem ser transferidos para outras bases de dados e não há necessidade das organizações ficarem fornecendo os dados várias vezes. Não existe coisa pior do que ficar colocando os dados muitas vezes nos sites. Entendo que a intercolaboração de uma base de dados é uma questão relevante aqui no Brasil. Se os dados fornecidos pelas organizações da sociedade civil retornam algum valor para elas mesmas, isso é uma parte muito interessante do modelo citado. O processo utilizado se resume a três fases: primeiro, agregam-se os dados fornecidos pelas organizações da sociedade civil, fazendo um processo de validação das ONGs – que é realmente se certificar que elas são quem dizem que são e fazem o que dizem que fazem e que estão cumprindo seu papel dentro do marco regulatório do país em que trabalham, mostrando que são consideradas organizações da sociedade civil – e, por fim, “ativa-se impacto”. E isso é feito de várias formas.

O primeiro programa, que geralmente é o mais conhecido, é o de doação de software. As organizações enviam os dados pra nós e dá-se a possibilidade de quem doou receber uma doação de software [TICs para o bem social]. Trabalhamos com o parceiro APL no Brasil e distribuimos licenças de software que são muito úteis para as organizações da sociedade civil, como o Windows da Microsoft e um software de antivírus.

A segunda forma de retorno de valor das organizações da sociedade civil é a criação de conteúdo. Pegamos matérias e blogs de importância para a comunidade e para as ONGs para uma aproximação dos hackers com as verdadeiras necessidades das organizações da sociedade civil. E, finalmente, oferecemos serviço de valor agregado através das certificações que fornecemos – um dos serviços não está disponível no Brasil, o outro é um serviço de certificação que as ONGs recebem pra poder ser consideradas habilitadas pra receber financiamentos de fundações Norte-americanas.

Uma das empresas que é reconhecida no Brasil, repassa dinheiro para as organizações do Brasil e as organizações irão passar por um processo de certificação pelo emissor para poder receber esse financiamento. Isso é para cumprir com as regras da Receita Federal dos Estados Unidos, pois como a maioria deve saber, as fundações recebem um incentivo fiscal para as doações que fazem para as organizações da sociedade civil.

Para aceitar esse serviço, as ONGs fornecem informações de acordo com as necessidades dentro de instituições. Tentamos não pedir para as organizações que eles forneçam informações a mais dentro do que seria necessário para que não gastem mais tempo preenchendo formulários, incluindo dados, mais do que seria necessário para a certificação que estão tratando. Então, por meio desses serviços ativamos o impacto, que é o objetivo principal. As certificações servem justamente para ativar o impacto e possuímos milhares de cargos de sucesso ao redor do mundo que pode ser conferido no site <http://www.techsoupglobal.org>. Muito obrigada.

Marcelo Estraviz

Tentaremos fazer uma primeira rodada para que possamos ter visões diferentes sobre certificações. Houve uma fala de experiência internacional

com exemplo de certificações que não são feitas pelo governo, mas por uma ONG. Passo então a palavra para a próxima fala para que depois possamos fazer mais perguntas. Se alguém tiver alguma pergunta sobre a Techsoup Global, anote para mais tarde.

Davi Ulisses

Agradeço o convite para estar aqui. Vou resumir minha fala, iniciando sobre os títulos que o Ministério da Justiça oferece e certifica.

Gostei da provocação de pensar se as certificações são suficientes, insuficientes ou excessivas e acho que para responder isso devemos perguntar e pensar para que elas são insuficientes e suficientes. Acho que falta fazer essa pergunta internamente no governo, no sentido de uma autocrítica mesmo: por que o Estado certifica Organizações Não Governamentais? E para quem? Acho que essa é uma questão fundamental, pois se elas são excessivas, é para uma determinada finalidade e essa finalidade é que não está bem clara.

Já estive inclusive dentro do próprio grupo de trabalho que trata das organizações da sociedade civil na Secretaria-Geral da Presidência da República e, afinal de contas, em algum momento temos que nos perguntar qual é o propósito do Estado com as ONGs, qual é o objetivo, o objetivo é cooperação? Qual é a ideia? A partir disso podemos estabelecer todo o caminho, ou seja, se soubermos onde queremos chegar fica bem mais fácil, então acho que faltam essas perguntas que se antecedem ao por que e o para quem.

Sobre os títulos que o Ministério da Justiça trabalha, as certificações são a UPF (Utilidade Pública Federal), Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e Organizações Estrangeiras (Organizações Estrangeiras não é propriamente uma certificação é uma autorização). O marco legal da UPF é uma lei de 1935, é a Lei 9.835. Os que gostam de história entendem um pouco melhor do que se trata o título de Utilidade Pública Federal. Foi criado num período de ditadura (de Vargas) e foi criado como um título para distinguir algumas instituições das outras, uma distinção que se dá de quem é [instituição] amiga do governo ou não é [instituição] amiga do governo. É interessante que esse título é o mais antigo que se dá as ONGs do Brasil, é uma titulação discricionária, ou seja, cabe às autoridades dizer se concedem ou não concedem.

Confesso que esse poder discricionário do Ministério da Justiça não é muito utilizado porque se as entidades cumprirem com os requisitos que a lei estabelece, ela terá o título independente de qualquer outra consideração. Os requisitos pra esse título são, de certa forma, burocráticos e imprecisos e nesse caso trabalha-se com o conceito de moralidade comprovada. Façam exercícios de como comprovar a moralidade, com documentos e declarações, declarações de autoridades e observamos como isso é frágil e impreciso.

A definição de Utilidade Pública, o que é útil para o público, o que merece um tratamento especial do Estado, do poder público, pode tanto englobar pequenas entidades como grandes entidades que mais parecem empresas privadas (entidades vinculadas à educação, à saúde). Pode englobar, dizendo aqui sem citar nomes, um grande hospital de ponta em tecnologia da saúde que é Utilidade Pública Federal. E a verdade é que essa é uma

grande utilidade para o público, mas também convém observar como essa utilidade chega para todo o público ou se chega para uma metade do público. Estas, então, são algumas coisas difíceis de precisar e eles acabam optando mesmo por conceder [os títulos] sem fazer um crivo discricionário muito grande com relação a essa titulação.

Outra coisa importante com relação às Utilidades Públicas Federais é que a prestação de contas é obrigatória e deve ser feita ao Ministério da Justiça. E o título só será caçado se ela [a instituição], ficar três anos consecutivos sem prestar contas. Outra certificação, a Oscip, tem um marco regulatório mais atual, é de 1999, sendo seu decreto também do mesmo ano. A qualificação é um ato vinculado e só recebe a qualificação quem apresentar a documentação. E o rigor dos requisitos está presente no estatuto, ou seja, é um juízo do dever certo. As certificações são dadas para entidades que se comprometem pelo seu estatuto a fazer coisas belas pra sociedades, mas não existe, por exemplo, uma penalização de perda dessa qualificação se elas descumprirem esse estatuto que é muito bonito. Então observem que existem algumas falhas com relação à lei das Oscips.

Outra coisa importante também é que não existe uma instância na lei e nem no decreto, de comprovação dessas informações. Com isso, esta é uma qualificação que se torna muito burocrática sendo que observam-se documentos e a intenção no estatuto social da entidade. Sobre as finalidades, é interessante, por que são doze os incisos no artigo terceiro da lei de Oscip que estabelecem as finalidades das entidades. É possível escolher todos, ou seja, nós temos entidades sociais qualificadas como Oscip que tem multitarefas e atendem todos os setores.

A prestação de contas no caso da Oscip não é obrigatória e essa prestação de contas está no estatuto, que diz que devem prestar contas anualmente e darão publicidade por qualquer meio eficaz sendo exatamente essa a expressão da lei. Pode-se pensar em diversos meios [de prestação de contas] que não são eficazes, mas pode ser entendido como tal, numa defesa da própria entidade.

Em relação às Organizações Estrangeiras a confusão é bem maior. O marco legal ainda é a antiga lei do código civil que é de 1942 e um Decreto de 2000, que passa a competência de processar a autorização ao Ministro da Justiça. Essa autorização de funcionamento é também um ato discricionário, os requisitos também são imprecisos e fazem certa confusão com outros conceitos que já existem em relação às organizações da sociedade civil, como por exemplo, para as organizações que se dizem estrangeiras e não tem fins lucrativos, a expressão que se usa não é que não tenham fins lucrativos e sim que tenham interesse coletivo.

As entidades públicas com atividade privada ou a atividade privada sem fins lucrativos são uma questão, então essas coisas fazem certa confusão e até hoje, às vezes, aparece uma entidade pública constituída com o recurso público, mas que tem uma situação privada, que busca atuar no Brasil. Outra questão importante das Organizações Estrangeiras é que não existe registro porque não são autorizadas, ou seja, atualmente existe pouco mais que noventa entidades estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.

Na Secretaria Geral de Justiça, onde se encontra o departamento que trata das certificações, foi preparada há dois anos uma minuta de um decreto para tratar das Organizações Estrangeiras que ainda está tramitando pelo

Ministério da Justiça e ainda não chegou a decisão da Presidência da República. Acredito que quando chegar, a decisão da Presidência da República ainda pode demorar mais algum tempo.

Para finalizar, principalmente com relação aos títulos do Ministério da Justiça, observa-se que nós convivemos pelo menos de maneira formal, com duas certificações, duas realidades opostas. De um lado há a filantropia caritativa, que é a ideia que se defende no título de Utilidade Pública Federal e, de outro, uma ação politizada e transformadora que era o que se esperava com as OCIPs. No mundo real, essas duas coisas não funcionam exatamente dessa forma: a filantropia caritativa na prática ocorre de forma diversa e a ação politizadora e transformadora que esperava-se das OCIPs também não existe de forma muito clara. E nesse meio todo está a certificação.

Por fim, não responderei à pergunta “Pra quê? Pra quem?”, mas que até o fim do debate podemos chegar a algumas aproximações.

Carolina Stuchi

Boa tarde. Antes de fazer meus comentários, como eu vou falar um pouco sobre as certificações e na minha fala eu vou usar o termo CEBAS. Vou falar das certificações em sentido mais amplo do que estamos falando aqui pra ficar mais fácil da gente compreender.

Quando falamos do CEBAS estamos falando de uma história que vem da década de trinta, de uma história das isenções fiscais. Das entidades, das organizações, que atuavam onde o Estado não atuava. O CEBAS incentivou a sociedade a atuar onde o Estado não tinha responsabilidade de atuação. Então, desde a década de trinta, e mais claramente a partir da Lei n. 3577 de 1959, é que começa a se falar do certificado de fins filantrópicos. Mas estamos falando mais de um certificado ligado a ideia de isenção e benefícios fiscais, mais especificamente da isenção de contribuição da seguridade social.

Na década de setenta começamos a ter uma história do CEBAS ligada à ideia de direito adquirido. Os requisitos já eram mais voltados à questão de garantir uma contrapartida financeira mensurada do ponto de vista financeiro das organizações do que a ideia de que elas representassem o mérito da sua atuação, que tivessem reconhecimento público daquilo que de fato era a sua missão, das atividades que estavam sendo desenvolvidas. Sempre teve nos requisitos desta certificação essa ideia de ter uma contrapartida financeira ou pedidos de isenção. E por muito tempo, nem isto. Se teve o direito adquirido praticamente na década de setenta até 2005. Toda a organização que tinha conseguido a sua certificação não precisava demonstrar mais nada para a isenção. Posso dizer que durante este período a gente não teve uma certificação neste sentido que estamos conversando aqui, mesmo tendo uma série de legislações sobre isto.

Em 1991, com a lei 8212, a gente já começa a ter algumas mudanças, momento em que entram muitas organizações. Mas aí começamos a nos questionar, já que mais uma série de requisitos ainda muito burocráticos vão se somando, quer dizer, sempre acrescentando mais um documento ou requisito. Agora, é muito presente a questão de 20% de educação e gratuidade. E aí me parece que neste processo de 20% você não trabalha com aquilo que a entidade está apresentando, mas esta entidade acaba

precisando organizar uma atividade paralela para provar [que possui] aquele requisito, para obter isenção na sua atividade principal. Neste período, ocorrem várias situações e a verificação dos requisitos que constam na legislação, é um processo muito burocrático e um número de processos muito grande. Havia prorrogações para que estas entidades não deixassem de usufruir desta isenção.

Mais uma vez não se tinha a análise de fato de mérito da atividade nestas organizações para que fosse prorrogado o CEBAS. Com a Lei n. 2101, de 2009, a gente retira [...]. As deliberações eram feitas diante de um conselho, sendo que você tinha requisitos praticamente vinculados, mas você tinha uma deliberação que não necessariamente estava atrelada à verificação de requisitos no nível de atividades, o que começou a prejudicar este processo do CEBAS.

Com a Lei n. 2101, houve um esforço muito grande de quem participava da sua elaboração, de tentar encontrar o melhor lugar para esta certificação, já que ela continua sendo uma certificação para o acesso à isenção e a Constituição Federal coloca a certificação de sociedade beneficente no capítulo da seguridade social. Se é ou não o melhor modelo, a gente pode discutir aqui, mas é este o objetivo desta certificação, do CEBAS. E cabe até questionar se o CEBAS emite a certificação no nível que estamos discutindo aqui. Nesse modelo da Lei n. 2101, a gente procurou colar a certificação com as políticas públicas, fazendo a certificação que reconhece que aquelas entidades têm atuação nas políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social, levando a competência para fazer esta verificação para os três ministérios [competentes].

Parece-me que tem um acerto para que a certificação seja uma decisão desvinculada dos requisitos, o que tem a ver com a evolução na legislação. O que são requisitos para a certificação e o que são requisitos para a isenção, deixando a questão da isenção para ser da competência da fiscalização da própria Receita Federal.

Me parece que só a partir de 2009 tivemos uma alteração da Lei n. 2101, e em outubro do ano passado também acabou de ser assinado um novo decreto. [É necessário] entrar numa lógica de ter o período em que é feita a análise de mérito destas entidades.

Como ainda estamos fazendo ajustes na legislação, a gente tem que avaliar isto. Mas a gente está falando do quê? Estamos falando de certificação do CEBAS. De todas as entidades no universo de 291 mil, a gente está falando de 7 (sete) mil organizações que têm esta certificação. Em torno de 4 (quatro) mil do Ministério da Educação (MEC) e 1.348 do Ministério da Saúde, ou seja, eu estou falando de um universo bastante restrito em relação ao universo total das organizações que a gente está discutindo aqui. Sabemos que o universo é bastante diverso e complexo, nós não temos uma expectativa que o CEBAS seja a certificação para todas estas 290 mil, e que destas, ainda existe o número que não deseja ter a certificação do CEBAS.

Temos uma cultura de certificação adequadas a estas [...]. Quando o CEBAS estimava ter este reconhecimento público, o lugar de transparência, esse lugar de reconhecimento que as organizações querem ter e merecem ter que o CEBAS acaba recebendo estas expectativas que não são para ele.

Proponho para a discussão: senão ele [o CEBAS], quem seria? Voltando à pergunta para quê, por que e para quem, quais são os objetivos da certificação. Eu acho que a gente tem talvez muitas certificações, mas com certeza são para poucas organizações e elas são complexas e não sei se elas têm seus objetivos claros, mas o Governo tem seus objetivos mais estratégicos de fazer esse reconhecimento do que consegue colocar hoje na sua agenda.

No Governo Federal a gente sempre se espelha nas boas experiências dos cadastros. Acabamos de implementar o Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social, fomos buscar conhecer o Cadastro Nacional do Ministério da Justiça, conhecer o cadastro do SUS e outros. A gente sempre procura conhecer os outros cadastros, mas temos alguns problemas de burocracia, de contratações de TI, de integrar estas coisas, mas é uma intenção clara não ter sobreposição, de poder integrar estes sistemas e de não gerar duplicidade na vida das organizações e dos nossos relacionamentos com elas.

Marcelo Estraviz

Fico contente com dois representantes do Governo com autocrítica e ao mesmo tempo com desejo de mudança. Vou fazer uma pequena colocação para explicar um pouco do meu papel aqui, pois temos um equilíbrio de força, dois representantes da sociedade civil e dois do governo. E explicar um pouco do Instituto Doar como uma iniciativa muito recente. Não vou falar muito, mas falar da certificação. Muito do que foi colocado aqui, é sobre as certificações feitas através do Governo. Num processo que para as organizações tem um desejo de isenção e de reconhecimento. Por outro lado, as organizações estão carentes efetivamente de legitimação e de reconhecimento seja de onde venham, do Governo, de empresas e de outras ONGs. Eu comento um artigo que escrevi há pouco tempo sobre este tema especificamente, em que colocava uma experiência que definia quais eram as melhores empresas.

Um programa de avaliação criou o prêmio Bem Eficiente. O que chamou muito a atenção foi que organizações utilizaram este prêmio como um selo de qualidade, usavam no site, nos seus folhetos e usam até hoje (e isto ocorreu em 2004). Isto é, nada mais nada menos que uma carência de selos que definam o que as ONGs poderiam ser. Existem necessidades governamentais específicas para se conseguir determinada ação pública e reconhecimento, isto não é certificação e ao mesmo tempo podem existir outras certificações.

Nos Estados Unidos, são oito ou nove [...] que trabalham ao mesmo tempo. Existe outro fator que precisa ser colocado que é o elemento da Sociedade Civil, ou seja, o que a Sociedade Civil pode ter como elemento identificador de legitimidade ou de reputação da [própria] Organização da Sociedade Civil.

Por que escutamos tanto, quando vamos entrevistar organizações, sobre as pessoas que doam e as que não doam? As que não doam dizem que é porque não conhecem ninguém, que não confiam nas organizações. Lá atrás, o certificado de utilidade pública pode ter tido esta função. Tenho certeza que não tem hoje. O sentido de utilidade pública era muito filantrópico e foi num determinado momento uma forma de certificar. Hoje

não existe algo que possa definitivamente definir de alguma forma, a partir de algum processo, como certificar.

Os estudos que fizemos demonstraram que o processo de auto-regulamentação é um processo que envolve de legitimidade e legislação de ONG para ONG, isto é, um processo rico, que permite que as organizações possam ganhar um selo que tenha uma capacidade limitada e que o fato de obter este selo é um reconhecimento inclusive das outras ONGs que tem determinados padrões de excelência e transparência na sua atuação.

Perguntas feitas para o público responder

Primeira pergunta - Como é que a gente pode colocar nesta lógica da certificação a Sociedade Civil promovendo isto ou desenvolvendo, se beneficiando destas certificações e não em uma mera relação Governo e Organização da Sociedade Civil?

Segunda pergunta - Para garantir a legitimação e o reconhecimento da existência histórica das OSC quem deve certificar:

- O Governo Federal?
- As próprias organizações?
- O Conselho Nacional correspondente?
- Não é necessário certificado para garantir reputação?

Terceira pergunta - As certificações deveriam servir para:

- As OSC provarem para o Estado como são honestas.
- Para as organizações provarem para a sociedade como são honestas.
- Para o Estado decidir quem irá se beneficiar com incentivos de isenções.

Quarta pergunta - Isto é certificação ou tem outro nome? Eu pediria uma fala bem curta de cada um para que possamos falar destas duas questões. Depois jogamos para a plateia.

Só queria colocar o seguinte. Conseguir isenções é uma certificação, ou tem outro nome? Deve ou não haver certificação? Fiquei curioso, pois tem uma contradição nas perguntas. Uma diz que deve haver e a outra não. As organizações que ganharam o prêmio Bem Eficiente duplicaram a sua arrecadação no ano seguinte. A maioria dos doadores eram novos doadores. Aqueles doadores que não doam, pois existe neles certa desconfiança para eles, para este perfil de doador, este processo funciona.

Passo a palavra para vocês.

Jessica Galeria

Eu vou colocar aqui algumas reflexões a partir do caso dos Estados Unidos. Com relação a se deve ser o Governo ou a Sociedade Civil [que certifica], nos Estados Unidos tem as duas coisas paralelamente. Tem uma certificação que o Estado dá às OSCs, que serve para fins de incentivo fiscal, e as

organizações têm que ter esta certificação para poder operar no país. É uma questão burocrática.

Tem agora uma coisa crescente e recente nos Estados Unidos que é uma variedade de selos e prêmios que vêm da Sociedade Civil, que também têm objetivos variados. Tem acessos a produtos, tem um selo da transparência. As ONGs vão colocando dados sobre os orçamentos e gestão e muitas informações, e quanto mais eles ganham prêmio de outro, isso serve para captação de recursos, pois dá confiança aos doadores individuais que estão procurando organizações, que estão querendo fazer doações.

Também tem outro tipo de selo que é uma espécie de avaliação colocada no site. É uma forma que permite você se engajar em uma organização que você tem acesso às informações. Então de um lado tem a certificação do Estado, e de outro, da Sociedade Civil.

Davi Ulisses

Bem, eu achei interessante, primeiro a ideia de [nos questionarmos se é preciso] haver certificação, que às vezes aparece em segundo [plano], não é? Primeiro, não deve haver. Eu acho que a gente também tem uma lógica, e é cultural, isso a gente observa, a lógica da certificação. Me parece muito mais lógico que o Estado estabeleça formas de contratação – e isso está presente na proposta do grupo da Secretaria Geral da República, que já virou projeto de lei, já tá aprovado em uma das casas – regulando bem a contratação. O Estado não precisa mais de certificação, regulando bem a prestação de contas, e a transparência dessa relação, principalmente a transparência dessa relação, não será possível[preciso] a certificação. O Estado irá procurar quem efetivamente chega no lugar onde ele não consegue chegar, quem faz o trabalho que ele não consegue fazer, e que realiza isso de forma proveitosa.

Então quer dizer, a certificação existe em função de uma cultura de certificação, a gente precisa de um selo, a gente precisa que alguém diga que a gente é bom, e é interessante isso. Eu acho que a gente vive em uma sociedade em que a comunicação está tão ágil, por exemplo, hoje a gente reserva uma acomodação num hotel, ouvindo ou vendo um comentário de uma pessoa que a gente não conhece, absolutamente não conhece, faz uma reserva naquele hotel ou outros parecidos com ele, e as opiniões sobre o quarto que tu vai reservar, pra ti serve, mas não é feita por um Estado, não é feita por uma ONG reconhecida, é feita por uma pessoa, que fez aquilo. Então quer dizer, é outro tipo de certificação, certificação mais ágil. E que é engraçado, uma resposta tão ágil quanto a que vocês deram agora, então eu acho que essas questões a gente tem que começar a pensar, até que ponto vale.

E a segunda pergunta, “As certificações deveriam servir para: provar para o Estado, provar para sociedade, ou para se beneficiar do Estado?”. De novo, eu acho que se a gente usar com transparência e tratar direito, não vai precisar de certificação mesmo, não vai precisar. Enfim, eu acho que esse é um caminho mais longo ainda, mas eu acho que vale como reflexão.

Carolina Stuchi

Dois comentários: me chamou a atenção essa resposta de não precisar da certificação. Eu só queria que ela não revelasse [...]. Eu acho interessante

sob o aspecto de não precisar do poder público, precisar de alguém externo, a ideia do reconhecimento, mérito, legitimidade, transparência. Mas que isso não significasse pra Sociedade Civil como um todo, que não há necessidade dessas organizações serem transparentes, aparecerem conhecidas por processo democrático brasileiro. Então, não é assim: não é que me deixem quieta no meu canto que eu funciono do jeito que eu quero, então que essa resposta não traduza isso, e a gente, como a gente não tem essa cultura de transparência, a gente precisa trabalhar um pouco isso.

Na segunda questão me chama a atenção a resposta sobre os incentivos, os benefícios, porque eu acho que essa discussão tem que ser muito colada com a discussão do financiamento das organizações – outro eixo da discussão do Marco Regulatório que é o financiamento. Porque no Brasil a legislação é toda de incentivos, dados diretamente à pessoa jurídica da entidade e não a política de incentivos aos doadores, então isso muda muito o sistema de certificação. Quer dizer, no sistema de certificação, quando se pensa na lógica de que somos doadores individuais, de que a própria sociedade vai financiar as organizações, faz sentido um determinado modelo. Aqui então a resposta vem muito colada nessa questão dos incentivos, exatamente por que o nosso modelo é de um incentivo direto pra buscar o incentivo, dando a isenção direta, a legislação diretamente a pessoas jurídicas.

Então eu acho que a gente precisa pensar nas duas coisas casadas, a gente vai repensar o nosso modelo de financiamento e nosso modelo de isenções. Nosso modelo de certificações precisa estar coerente com isso.

Marcelo Estraviz

Puxando um pouco o gancho da questão dos incentivos para indivíduos e empresas, é um dado importante colocar que existe uma sensação que os grandes financiadores da sociedade civil organizada já são os indivíduos do Brasil inclusive, e no resto do mundo. O que na verdade nos últimos anos esses dados não mostram – dados muito focados em discussões em outros momentos – mais a grande [maioria], os pequenos dinheiros, são os mesmos financiadores das organizações.

Porque também existe uma questão: muitas vezes, muitas pessoas que não doam dizem que não doam por que não existem incentivos para que eles doem. Essa é uma fala que também já se comprovou em pesquisas e testes que quando eles têm incentivos eles continuam não doando, ou seja, na verdade, é só uma desculpa. Então existe um processo aí que já existe, se prontificou, de doador de perfil específico muito consolidado. Claro que existem outros que se beneficiam, assim como existe sobre os incentivos fiscais da Cultura, do Esporte, tal, mas eu queria só reforçar a ideia de que, no meu ponto de vista, existe a relação que se estabelece, por exemplo, de um governo da sociedade civil, pra determinadas questões que, não necessariamente são certificações.

Eu acho que esse é o ponto de vista que estão colocando, é uma relação, um convívio que se estabelece. Basicamente, a certificação em si é a necessidade de uma isenção, é a necessidade de um recurso pra determinado setor ou ministério, e que o que a gente está colocando é que as organizações da sociedade civil também se interessam por certificações que tem outro olhar, que são dessas organizações com a Sociedade Civil novamente, com os doadores.

Vamos fazer um pacote de três perguntas e três falas da mesa, de algumas pessoas que podem responder.

Primeira pergunta de participante da plateia

Boa tarde, meu nome é Silvana, sou Fundadora da Ação Sustentável, que trabalha com inclusão social de dependentes químicos de forma sustentável e eu gostaria de fazer duas considerações e uma pergunta rápida. Primeiro, a questão da certificação: eu acredito que primeiramente para que haja uma legitimidade mesmo, uma certificação deve ser legitimada por meio do público com o qual você trabalha, porque ele mesmo que faz mensurar o retorno que você tá dando, desse investimento social. Eu acredito muito nisso. Com certeza aí deve haver uma certificação do Estado.

Outra questão: eu gostaria de deixar aqui um pedido, eu saí ontem do Palácio da Justiça, estou me qualificando como Oscip desde janeiro, e a questão da comunicação no SAC é muito difícil. Eu tive que ir pessoalmente falar na ouvidoria para que eu conseguisse resolver o meu problema, por que perderam as minhas documentações, e está muito complicado isso.

Agora uma pergunta direta: Em relação às organizações que trabalham com negócios sociais como Oscip. Posso trabalhar como empreendedora social? Eu tenho essa brecha dentro da Oscip?

Resposta do palestrante Davi Ulisses

Eu não entendi bem qual seria essa qualificação. É importante velar o artigo 3º e as finalidades, existe a possibilidade, por exemplo, de crédito solidário, não sei se é exatamente o que você está falando. Em termos de empreendimento social, pode ser, desde que ela não seja uma entidade vista como uma entidade financeira, mas ela pode fazer o crédito solidário. Enfim, é possível inclusive ter uma carteira de crédito pra isso, isso já está regulamentado inclusive junto com o Banco Central, há essa possibilidade.

E lamento muito essa perda de documentação, isso não é a regra. A Evelize, que tá aqui na primeira fila, é a coordenadora das entidades, depois se quiser pode conversar com ela. Inclusive, está funcionando aqui um *stand* de *tira-dúvidas*. E a Evelize veio justamente como coordenadora, veio para prestar estes esclarecimentos. Eu peço desculpa se você não foi bem atendida, mas utilize esse sistema, as formas que tem de reclamar pra ouvidoria, porque isso certamente chegará a nós. Vamos melhorar esse serviço.

Só uma questão: negócio social também não é algo regulamentado no Brasil, na verdade, ou você decide ser uma pessoa lucrativa, ou uma empresa. É um termo de fora que ainda não regulou no Brasil.

Segunda pergunta de participante da plateia

Meu nome é Pedro, eu só queria perguntar pra nossa colega do SUS se ela tem conhecimento, alguma novidade, do outro decreto que a presidenta assinou hoje?

Resposta da palestrante Carolina Stuchi

Eu vou falar bem rapidamente, bem resumidamente, sobre este decreto, depois se alguém tiver alguma dúvida a gente também pode estar com a

equipe aqui pra poder esclarecer. Mas a ideia é formatar a atualização do decreto aos três Ministérios. Já tinha uma série de ajustes a fazer no decreto 7237, antes mesmo da alteração da Lei n. 2868, em razão da alteração a gente tinha dispositivos que tinham que ser alterados, e nós optamos então por fazer um novo decreto, consolidando todas essas alterações.

As principais novidades [do Decreto] que dizem respeito a cada um dos Ministérios, [e que] está regulamentando cada qual o seu pedaço, [...] em avanço a área da assistência social que eu posso te falar, mas não tem novidade em relação aos requisitos o que tem uma certa padronização da forma de como deve ser feito requerimento. Há a obrigação de todos os ministérios em seis meses de informatizar seus requerimentos, o sistema de certificação, o estabelecimento de alguns outros prazos administrativos. É a grande alteração em relação ao prazo de validade, de certificação.

Para as renovações cuja receita bruta anual seja inferior a um milhão de reais, a validade da certificação pode ser de cinco anos. Os demais casos continuam sendo de três, também para as primeiras concessões, ou seja, a certificação continua sendo três anos. Então a gente vai ver validade de três a cinco anos, a lei possibilitava de um a cinco e o decreto veio alterar.

E cria também uma comissão interministerial para o MEC, Saúde e MDS, para que a gente uniformize e padronize os procedimentos, que era também uma demanda. Cada Ministério tem tomado decisões ou procedimentos que não estão sendo uniformes, então vai existir uma instância que vai coordenar isso. Entidades que já tiveram a validade estendida para cinco anos, pela Lei n. 2868, vão poder ter seus processos arquivados e apresentar a documentação mais recente, sem ter prejuízo da tempestividade dos seus requerimentos. Enfim, uma série de ajustes pra tentar ter uma serenidade das nossas decisões, mas não tem nenhuma grande novidade em termos de mudanças, de requisitos.

Terceira pergunta de participante da plateia

Eu queria fazer mais uma pergunta: você tinha dito que a finalidade do CEBAS não era dar incentivo fiscal, a finalidade do CEBAS seria certificar, teria uma outra finalidade. Qual finalidade seria essa, sem ser a do incentivo fiscal para as organizações?

Resposta da palestrante Carolina Stuchi

Não, eu não sei se eu fui clara, o que eu disse foi que a certificação de entidade beneficente, pela Constituição, está atrelada a uma certificação que surge na sua expansão para apresentar assim os incentivos, as isenções, a contribuição da seguridade social, mas a finalidade dele está dada pela Constituição. O que eu disse foi que a história da legislação da certificação não foi de verificar o mérito da atuação das entidades, para que, por conta dessa atuação, ela tivesse acesso a essas isenções. E que isso nós estamos tentando a partir da Lei n. 2101, tentando então colar os requisitos da certificação, a atuação dessas entidades como parceiras das políticas públicas, e aí ao reconhecer essa parceria, isso vai dar acesso às isenções. Não verificando requisitos da isenção, verificando os requisitos que estabelecem a parceria, compromisso que as organizações têm com essas três políticas. Não sei se agora ficou mais claro.

Quarta pergunta de participante da plateia

Meu nome é Dora Silva, boa tarde. Eu sou presidenta da Confederação Brasileira de Fundações. Mais uma perguntinha ainda sobre o decreto: se você tem ideia se ele vai ser publicado amanhã pra gente começar a trabalhar?

Resposta da palestrante Carolina Stuchi

Eu imagino que seja no Diário Oficial de segunda-feira, há menos que a Casa Civil tenha algum outro atraso.

Quinta pergunta de participante da plateia

Boa tarde meu nome é Gustavo, sou advogado, estou representando a Rede Evangélica Nacional de Ação Social. A minha pergunta também é sobre a certificação. O prazo legal para análise do processo é em torno de seis meses, certo? O que a gente tem observado é que o prazo se estende em mais ou menos três anos entre o requerimento e o efetivo despacho sobre a concessão ou não. A primeira pergunta é: por que o prazo é tão dilatado, nesse caso?

E se não seria, quem sabe, racional, se ultrapassar o prazo de seis meses, conferir ao menos uma isenção temporária disso, até uma finalização do processo, até porque, o Poder Judiciário tem ficado abarrotado de processos, depois pedindo repetição de débitos tributários. E existe um entendimento de que o efeito é declaratório, ou seja, ele retroage aí declara direitos pré-existentes. Então a minha pergunta é se não seria um pouco mais racional. Até a Procuradoria Geral está fazendo, já emitiu parecer de que os procuradores não devem contestar em relação a pedidos de efeito declaratório certificado, em relação à retroatividade dele no tempo, então minha pergunta é nesse sentido.

Resposta da palestrante Carolina Stuchi

Em relação ao prazo para análise, a legislação prevê que a gente teria seis meses pra definir os processos. Primeira coisa, quando a lei previu isso, inicialmente teve uma medida provisória 446 que foi rejeitada pelo Congresso Nacional. A gente também imaginava que teria zerado todos os processos pendentes na análise até o momento, para que a gente pudesse começar com a nova regra [...] ser passiva, só que isso não aconteceu, então todos os Ministérios começaram a história da certificação, com a Lei n. 2101 com passivo e não com passivo pequeno. No caso do MDS, foram aproximadamente 2.500 processos. Isso significa que não é que a gente demore seis meses para analisar o processo, significa que o processo fica na fila por muito tempo até ser distribuído para análise.

Essa é uma situação que interessa ser resolvida, não só para as organizações, muito mais no [próprio] Ministério. Nós estamos sendo auditados pelo TCU desde 2011, temos um “acordão” que a gente tem que apresentar um plano de trabalho, buscar uma solução, um acompanhamento dessa auditoria, publicado em abril desse ano. Nós temos até outubro pra achar uma solução de gestão para o TCU,

então nós estamos trabalhando nisso agora. O decreto vem trazer algumas coisas pra gente bastante importantes nesse sentido.

E vale dizer o seguinte: não são todas as entidades que são prejudicadas, por conta dessas demora de seis meses, porque aquelas que estão com pedido de renovação tempestiva não tem a certificação automática, por que a legislação prevê que elas têm o efeito da certificação, até uma decisão da publicação, de um eventual indeferimento, então mesmo que a gente demore e venha indeferir, essa decisão não retroage. Isso significa que as entidades estão tendo uma renovação automática. Se isso se trata de renovação, as entidades que estariam de fato sendo prejudicadas, nesse sentido, seriam aquelas que estão com pedido de concessão, que são a minoria dentro do universo do processo que a gente tem hoje.

Isso não significa que [esta demora] não seja um problema. Há um projeto de lei, exatamente no sentido que você comentou, de fazer essa certificação provisória após seis meses. A entidade teria direito à certificação provisória. Esse projeto de lei está tramitando, acho muito difícil que, no conjunto do Governo, a gente possa ter uma prestação favorável a isso, por conta dos impactos. Não vou entrar muito nos detalhes, você sabe que essa é uma decisão do Governo, bastante complexa, sempre tem algum impacto nas isenções. Mas acho bastante legítima. No entanto, estamos trabalhando no que nos cabe, que é um plano de ação junto ao TCU para tentar diminuir essa defasagem de análise, que a gente sabe que é um problema.

Em relação à questão de uma unidade, isenção, eu acho que é importante a gente lembrar que é essa a certificação, essa isenção, por isso que eu falava da relação que tem com uma política de financiamento, de sustentabilidade. Como é que nós vamos discutir no Marco Regulatório essa questão com as organizações? Porque esse é um incentivo fiscal específico da seguridade social, ele sai de um orçamento específico, e ele está atrelado a algumas políticas de proteção específicas: saúde, educação e assistência social. Não é à toa que essa certificação se fecha nessas áreas. A educação está um pouco de carona aí, porque na Seguridade social a Educação não está formalmente nesse tripé, mas como é uma política de proteção social, o entendimento que se tem hoje é de que então essas três políticas tem este benefício, tem essa isenção.

Agora, o que a gente precisaria era ter outras políticas de isenção mais gerais, talvez para todas as organizações, e aí a pergunta de todos vocês está relacionada, porque quando a gente constitucionaliza a Assistência Social como política, e um Conselho Nacional de Assistência Social começa a regulamentar essa política, dando uma cara, dando para o usuário o direito de saber qual é oferta que ele tem que cobrar do Poder Público, algumas organizações entendem que nós estamos fazendo o movimento de expulsão delas, desse Marco Regulatório existente no Brasil. Isso joga pra gente uma responsabilidade que não é da política nacional, quer dizer, é um

problema do modelo brasileiro, da ausência de um Marco Regulatório que a gente tenha, pra fazer o reconhecimento de uma série de organizações que tem a maior relevância, mas que não são entidades de assistência social. Quer dizer, num papel da assistência social acomodar todas essas organizações, mas nós estamos sofrendo essa pressão.

O que eu queria registrar aqui é o seguinte: essa certificação é um pedaço. A gente não pode depositar no CEBAS e na política de Assistência Social toda expectativa de regulamentação de um Marco Regulatório que tem que ser muito mais amplo.

Sexta pergunta de participante da plateia

Meu nome é Jandson, eu sou advogado e eu tenho uma pergunta que me incomodou por que ela fala sobre a certificação e eu entendo o seguinte: nenhuma entidade busca certificação do Poder Público pra ter reputação, confiabilidade, legitimação, não é pra isso. Todas buscam certificação por causa de um incentivo fiscal e por causa do financiamento, que também não é significativo. Nesse encontro aqui nós ouvimos que 20% do volume das ONGs no Brasil vem do Poder Público Estadual, Federal e Municipal, então as entidades buscam a Utilidade Pública Federal, Estadual, ou Municipal porque isso é uma condição para ter um contrato ou convênio, um termo de parceria com ela, então isso não é uma fala que procede.

Por outro lado, precisamos da isenção, as entidades buscam a certificação do Poder Público por causa de isenção. Então se o Poder Público reconhece que a entidade não vai mais pagar os tributos e reconhece isso, pronto, a sociedade não tem mais o que fazer esses recolhimentos que todos aí abarrotam principalmente o MDS, do atraso do CEBAS. Tá todo mundo atrás de isenção, então se o governo reconhece que ninguém tem que pagar imposto, e aí com respeito ali à fala da representante da MDS, esses dispositivos ou esse princípio constitucional é discutível, pra ter essa isenção ou se for imunidade, não teria que ter essa certificação, aí todo mundo teria, não teria essa procuração grande pela certificação do Poder Público e seria diminuído certamente. E falou muito bem o moderador: a doação da pessoa física individual no Brasil e no mundo, ela independe do incentivo fiscal e é ela que mantém as entidades, então todos os financiadores internacionais, muitas doações, não são de grandes doadores.

E para não deixar a pergunta, que por mim nós temos um problema da entidade pública federal e de Organizações Estrangeiras, abrir um processo de Organização Estrangeira e todos que vão para o Ministério da Justiça, eles demoram em abrir outra limitação, até talvez por falta de uma legislação específica. Ela é bem espaça, mas tem uma fundação estrangeira que é certificada como de Utilidade Pública Federal, há algum tempo, e ela não tinha saído do Brasil, é uma lei, e reconheceu essa utilidade pública, que conseguiu título de

utilidade pública para essa fundação. Não vou mais dar o nome, mas que, possivelmente, o representante do MJ deve saber. Por outro lado, as Organizações Estrangeiras, dependendo do seu estatuto, não vão conseguir o título de Utilidade Pública Federal, até porque tem que ser uma organização brasileira. A minha pergunta é: à luz da Constituição Pública Federal, como o Ministério Público está entendendo a concessão do título de Utilidade Pública Federal a tais organizações estrangeiras?

Resposta do palestrante Davi Ulisses

As Organizações Estrangeiras para serem organizadas, devem manter a sede mesmo no seu país de origem. Elas pedem autorização para estabelecer escritórios, sucursal ou filial. Agora, existem casos bem antigos, não são casos de agora, em que algumas Organizações Estrangeiras receberam o título de Entidade Pública Federal, a agora esse título de Entidade Pública Federal, não é da Lei 91 de 1935, é uma lei específica para aquela entidade. Já aconteceu da gente precisar cancelar o título e não pode porque existe uma lei e a lei só pode ser revogada, e aí teria que passar pelo Congresso Nacional. É uma dificuldade que existe, a gente olha com os olhos de hoje, qualquer uma dessas Organizações Estrangeiras terá título será negado. Pela Constituição também não poderia.

Comentário do moderador Marcelo Estraviz em relação a essa pergunta

Eu não consegui registrar quem foi que disse isso, mais foi uma fala muito objetiva, que as pessoas, as instituições solicitam o CEBAS porque querem isenções. Isso eu não lembro quem foi que falou, qual foi das pessoas, talvez já foi. Então eu acho que existe essa questão, que surgiu nesse debate, ou seja, o que essa certificação é e o que é um desejo de isenção? E acho que em nenhum momento aqui eles estão dizendo o contrário a esse processo, mas a minha sugestão é que tem outro debate. Daqui a um ano, nessa mesa talvez pudesse existir alguém do Ministério da Fazenda, porque acho que a decisão é justamente a questão do recurso estar na mão daquele Ministério. Eu acho que aqui me dá a sensação que existe um peso grande na mão dela, dessas pessoas para decidir, tratar de um assunto que no final das contas é um desejo das organizações. Que seja efetivamente uma isenção... bom eu queria encerrar, pra mim foi um prazer estar aqui com vocês nessa discussão muito rápida, e poder debater em mais um café, obrigada então.

Sétima pergunta de participante da plateia

Me chamo Edmundo, eu represento uma ONG da Bahia chamada CECUP - Centro de Educação e Cultura Popular, também sou diretor da ABONG e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda. Junto com os companheiros do Ministério, eu tenho duas perguntas e um comentário.

É o seguinte: o processo do CEBAS é um negócio que não dá para a gente entender porque que o Brasil aprova um negócio desse ainda. O CEBAS não funciona para as entidades, o processo de concessão, de obtenção da certificação é complexo, só pra entidade de grande porte, que vai movimentar, que vai um número muito grande de funcionários ou que vai fazer lidar com transportação, é que não justifica um negócio daquele. O trabalho é muito grande e só quem tem muito fôlego para conseguir, muita paciência. Então assim, o Brasil pensou uma legislação muito simples e muito rápida para as microempresas e para os microempreendedor individual, e de maneira muito rápida, porque que não pensa em algo parecido para ONGs? Se nós somos importantes, se nós somos indispensáveis para a sociedade brasileira, e pra democracia brasileira, porque não fez um processo, por exemplo... E aí a gente não vai entrar nessa, que todo mundo tem que ser isento. Porque tem, como você mesmo colocou, grandes empreendimentos que são empresas que são equiparáveis até a sociedades anônimas, que o movimento é muito grande. Mas poderemos criar, por exemplo, os parâmetros, de tantos funcionários, isenção automática, e aí os outros, sei lá, uma coisa desse tipo, ou isentar todo mundo, por que do jeito que tá, eu não sei pra quê que serve esse negócio, só pra grandes empresas, essa não é uma pergunta, é um comentário.

Agora, quando a gente faz um comentário sobre doações, eu que já estou lidando com o movimento social há muito tempo, a gente tem que lembrar o seguinte: quem doa no Brasil é que está ligado a créditos religiosos, doa por uma razão, doa, sei lá, porque quer ir para o céu, qualquer coisa que seja. Os doadores individuais, as pessoas físicas, não doam assim de qualquer jeito não, é muito complicado, eu vou agora aqui trazer o depoimento dos fundos da criança.

Com os fundos da criança no Brasil, as empresas podem ter inserção de até 1% e a pessoa física de até 6%. Eles só começaram obter um grande volume de recursos depois que as empresas puderam associar o seu nome à doação, então essa história de dizer que todo mundo doa no Brasil, isso é história, é uma coisa de pesquisador, na realidade, no campo real, no mundo real, isso não acontece não, doa quem quer ir para o céu.

Oitava pergunta de participante da plateia

Boa tarde a todos e a todas, sou a Edegeses. Eu gostaria só de levantar também uma discussão em relação ao CEBAS e o papel de mobilização que o Ministério do Desenvolvimento Social acabou desenvolvendo na efetivação da proposta, da questão dos direitos da Assistência Social como política nessa efetivação. Porque antes, o que não era de ninguém, era da Assistência, e é a partir, então, de toda essa movimentação que se busca a perspectiva do direito no sentido que a Assistência tem cara, ela tem voz, ela tem um corpo, e ela tem legitimidade. A partir de um patamar, de um status, como as outras políticas que nós temos ao longo da história, e aí eu gostaria de

perguntar do MDS, por exemplo, que agora nesse processo de certificação muitas entidades descobrem que não são de Assistência Social. E aí, como tem sido esse reflexo? Porque, na realidade, junto aos conselhos também, no processo de inscrição, há toda essa reconsideração para o processo de certificação, e como isso tem sido trabalhado, tem sido feito, esse retorno? Porque é toda uma mudança de paradigma na própria proposta da Assistência Social no Brasil.

[Apontamento do relator: devido o tempo reduzido, não foi possível os palestrantes e o moderador responderem todas as perguntas e anseios da plateia, porém foi um painel dinâmico e bem participativo, com muitas informações relevantes para as organizações da sociedade civil].

4.6. Painel. Panorama global sobre as organizações da sociedade civil

4.6.1 Apresentação/ objetivos

Neste painel foi feita uma contextualização da normativa internacional tanto do âmbito global, quanto da perspectiva da América Latina sobre as organizações da Sociedade Civil e suas relações com o Estado. Foram abordadas experiências de organizações internacionais, órgãos reguladores e institutos de pesquisa.

Observações sobre a relatoria:

Os limites da relatoria para este painel se deram, sobretudo, em função das falas terem sido feitas em outros idiomas além do português, como espanhol e inglês. As falas são transmitidas aqui por meio de tradução livre do relator responsável o que pode incorrer erros de entendimento. Tentou-se, ao máximo, preservar o sentido original das falas ainda que estejam aqui apresentadas de forma resumida.

4.6.2 Participantes

Nilda Bullain – Vice-Presidenta do Int. Center for Not-for-profit Law (ICNL)

Neville Brownlee – Diretor do escritório Charity Commission em Liverpool e coordenador da divisão de First Contact

Felipe Viveiros – Pesquisador da Universidade do Chile e consultor da Universidade de Harvard no Programa de Filantropia, Sociedade Civil e Mudança Social na América Latina

Robert Wigters – Fundação Gansos Selvagens da Holanda

Ladislau Dowbor – PUC-SP

Moderação: **André Degenszajn** – Secretário-Geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

4.6.3 Resumo das apresentações

Os participantes do painel apresentaram diferentes perspectivas sobre as organizações da Sociedade Civil e suas relações com o Estado, contribuindo para criar um panorama global, especialmente no que diz respeito à legislação vigente em cada país. O debate teve início com o moderador André Degenszajn perguntando para a plateia “Qual é o modelo de relação com o Estado que as OSCs deverem seguir em um futuro próximo?”. A resposta com maior percentual de votos foi “maior integração”, com 44%.

Nilda Bullain deu início às falas dizendo que a tendência geral para as OSCs não é boa, pois a regulamentação das OSCs tende a ser muito restritiva pelo mundo. Nesse sentido, apresentou exemplos de países como Camboja, Turquia e Egito. Porém, contrabalanceou, apresentando casos positivos, como os do Marrocos, Mongólia e Brasil que, segundo ela, tem tido um progresso incrível.

Seguindo caminho parecido, Felipe Viveros citou exemplos na América Latina que considerou desanimadores e que precisam ser melhorados e adaptados, mas também iniciativas otimistas, como no caso do México, do Chile, e do Brasil, que reformulou a legislação do novo Marco Regulatório das OSCs.

A fala de Neville Brownlee focou o caso do trabalho desenvolvido pela organização Charity Commission no País de Gales e no Reino Unido, situando historicamente o trabalho com caridade nesta região. Neville apontou o caminho da autoregulação das OSCs, afirmando que o trabalho da organização para a qual trabalha não é promover política de governo, e sim manter e defender a lei que determina o tipo de organização que pode ser de caridade. Contribuindo com a construção de um panorama global, relatou que esse modelo foi replicado na Escócia, na Inglaterra e no País de Gales, e a Irlanda está fazendo consultas para ver se irá adotar esse mesmo modelo.

Robert Wigers também focou sua fala em um país, a Holanda, situando o trabalho e regulação das OSCs historicamente. Robert contou que no processo holandês de institucionalização das OSCs, muito dinheiro foi gasto em informação e considera que esse sistema não seria possível em outros países da Europa.

Ladislau Dowbor finalizou as falas dizendo que o terceiro setor não deve ser visto como um tapa-buraco do que o governo não conseguiu fazer, é a área específica para as pessoas se organizarem, é o direito não só de ter um Estado ou um direito cooperativo, é o direito de construir um país melhor. Disse ainda que as políticas sociais no mundo estão se tornando os centros das atividades econômicas, e é preciso deslocar a economia brasileira para as políticas sociais, que vão ajudar o Brasil a se desenvolver.

5.6.4 Destaque de falas

Nilda Bullain

“O Brasil tem tido um processo incrível, que é de se espantar com o que foi alcançado. Porém, isso foi apenas um primeiro passo de um longo processo que se inicia agora. O importante é saber qual é o futuro das OSCs”.

“A tendência geral para as OSCs não é boa, a regulamentação das OSCs tende a ser muito restritiva pelo o mundo.”

Neville Brownlee

“Nosso trabalho não é promover política de governo, é manter e defender a lei que determina o tipo de organização que pode ser de caridade, que estabelece as expectativas”.

“Temos que promover confiança promovendo o máximo de informações possíveis, ajudando as organizações.”

Felipe Viveros

“O Marco Regulador das OSCs aponta dois aspectos em sua agenda política:

Reconhecimento: necessidade de um marco constitucional que garanta direitos básicos de regulação civil e penal comuns, de segurança jurídica, de autonomia e autoregulação com transparência.

Fortalecimento/Fomento: necessidade de uma legislação diferenciada para as organizações comunitárias de economia solidária, religiosas, sem fins lucrativos, para poder se beneficiar com os incentivos tributários e se aliar com o Estado e com os mecanismos de participação.”

Robert Wigers

“Com relação ao Brasil, é esperado que se aceite um escopo legal proposto pela sociedade civil e que o governo brasileiro consiga pagar não somente as OSCs que trabalham para o governo, mas também que tenha a possibilidade de financiar OSCs que criticam o governo. E que as OSCs levantem o máximo de fundo possível e evitem o risco de depender do governo, que é muito instável.”

Ladislau Dowbor

“Para um crescimento maior é preciso usar a integração da população com o governo para desenvolver o país melhor, com uma economia mais forte e igualitária.”

“O Terceiro Setor não é um tapa-buraco do que o governo não conseguiu fazer, é a área específica para as pessoas se organizarem em todos os seus ideais, em todos seus sonhos, é o direito não só de ter um Estado ou um direito cooperativo, é o direito de construir um país melhor.”

5.6.5 Relatoria das falas

O painel teve início com as boas-vindas e a apresentação dos participantes do painel. O moderador Andre Degenszajn propôs a seguinte pergunta para os participantes antes de iniciar o debate (a pergunta foi respondida pela plateia por meio de sistema eletrônico e o resultado foi apresentado na sequência):

Qual é o modelo de relação com o Estado que as OSCs deverem seguir em um futuro próximo?

- Autonomia (1%)
- Parceria (33%)
- Maior integração (44%)
- Algo diferente (22%)

Nilda Bullain

Existem duas perspectivas: uma visão internacional global sobre as OSCs, o governo e seus relacionamentos e a experiência europeia, relacionada aos diferentes modelos que existem na Europa.

A tendência geral para as OSCs não é boa, a regulamentação das OSCs tende a ser muito restritiva pelo mundo. No ano passado foram registradas mais de 85 iniciativas legais em mais de 60 países. Sessenta e oito por cento dos projetos de lei no mundo são negativos, por exemplo, restringindo acesso a financiamento estrangeiro ou não permitindo às OSCs seu cadastramento.

No início desse ano, em janeiro, uma lei foi adotada no Camboja para proibir diferentes formas de reunião pacífica, devido a embates violentos. Foi aprovado um pacote chamado “as leis da ditadura”, que depois foi retirado, porém, já era tarde demais. Assim, a legislação levou a uma situação muito instável.

No caso da Venezuela, é uma situação muito difícil. Na Turquia, foi bloqueado o Twitter, é uma questão de liberdade de expressão. No Egito, há protestos contínuos, um novo projeto de lei de combate aos protestos foi lançado e criou novamente conflitos sociais. Assim, o espaço cívico está sendo comprimido, do ponto de vista das associações e das liberdades básicas que estão sendo violadas pelo mundo.

Porém, existem alguns processos que dão esperança, com países como Iraque, em que há um processo com uma espécie de acordo de princípios entre as OSCs e governo, de como construir um país e o desenvolvimento da democracia. No Marrocos, pela primeira vez representantes do governo e das OSCs discutiram a lei sobre Sociedade Civil. Na Mongólia também se vê um grande avanço. No mês passado, foi organizado o TEDx Liberdade, em São Paulo. O

Brasil tem tido um processo incrível, que é de se espantar com o que foi alcançado. Porém, isso foi apenas um primeiro passo de um longo processo que se inicia agora. O importante é saber qual é o futuro das OSCs.

Neville Brownlee

O trabalho desenvolvido no País de Gales e no Reino Unido em relação à caridade é uma noção muito ampla que se pode observar dentro das OSCs. A primeira tentativa para desenhar um código legal foi um ato do parlamento da primeira Rainha Elizabeth, em 1601, quando foi feita a definição do tipo de organização que deveria ser considerada como caridade e estabeleceu alguns reguladores de caridade.

Em 1960 foi estabelecido o registro. A partir daí existem mais de 160 mil unidades de caridades com bens que chegam a 125 bilhões e uma receita anual de 55 milhões. Porém, isso não é muito bem distribuído, há um pequeno número de organizações que recebe a maior parte desses investimentos, mas a maior parte das outras organizações são pessoas que trabalham em comunidades locais, escolas, que muitas vezes não têm empregados ou funcionam em um nível voluntário. Nosso objetivo é tentar trabalhar com essas instituições.

Nosso trabalho não é promover política de governo, é manter e defender a lei que determina o tipo de organização que pode ser de caridade, que estabelece as expectativas. Nós temos bastante poder de intervenção quando percebemos que existem erros ou mau uso dos investimentos, no entanto, não somos uma autoridade de acusação. Porém, podemos congelar contas bancárias, podemos remover pessoas das suas posições de governo e somos responsáveis perante os tribunais e a lei e é para ela que devemos dar respostas. Esse modelo foi replicado na Escócia, na Inglaterra e no País de Gales, e a Irlanda está fazendo consultas para ver se irá adotar esse mesmo modelo. Nas Ilhas Britânicas esse modelo já está quase todo presente.

Temos que promover confiança promovendo o máximo de informações possíveis, ajudando as organizações. Existe um requisito de benefício público, e o nosso objetivo é tomar conta, promover conhecimento e a compreensão disso, de modo que as OSCs realizem o que tem que fazer de acordo com a lei. Temos que promover o uso efetivo e melhor uso dos benefícios, para não danificar o setor, e sempre fazer isso com transparência.

Existe um registro com várias informações das OSCs, que mostra todo seu histórico, balanço e história geral. Nós auxiliamos as OSCs em como usar esses recursos de uma forma colaborativa para ajudá-las a expandir. No Reino Unido é obrigatório que as OSCs apresentem seus balanços e façam prova das suas atividades. É feito de forma digital para as pequenas OSCs; já as grandes OSCs tem um processo muito

mais complicado, por conta do grande volume de operações. Isso dá para a Charity Commission uma grade gama de informações sobre as OSCs, e toda a população, governo e envolvidos têm acesso a essas informações.

Felipe Viveiros

Alguns projetos no Chile são realizados por Organizações Não Governamentais aliadas com a Sociedade Civil e patrocinadores da União Europeia. A América Latina é múltipla, existem países com executivos fortes, que se subordinam e se incorporam aos outros poderes e movimentos sociais [que caminham rumo] ao institucionalismo, com projetos transformadores, onde as organizações passam a estar dentro do Estado. Porém, ainda existem vários movimentos sociais autônomos, com poderes públicos independentes, com reformismo moderado e ideologia liberal, assim as sociedades civis são complexas e confusas. Os pensadores buscam elementos de regularidade, mostrando que toda sociedade é uma sociedade civil endêmica, respeitando a tradição histórica por meio do direito escrito garantido por lei.

As instituições com conceitos tradicionais, como filantropia associadas à religião, com teologias católicas, essas organizações sem fins lucrativos têm uma discrepância muito grande em relação às OSCs que encontramos hoje. Desde os anos 1970, essas OSCs ganharam mais com a expansão da ideologia neoliberal e com relação aos partidos da oposição.

O Marco Regulatório das OSCs aponta dois aspectos em sua agenda política:

Reconhecimento: necessidade de um marco constitucional que garanta direitos básicos de regulação civil e penal comuns, de segurança jurídica, de autonomia e auto-regulação com transparência.

Fortalecimento/Fomento: necessidade de uma legislação diferenciada para as organizações comunitárias de economia solidária, religiosas, sem fins lucrativos, para poder se beneficiar com os incentivos tributários e se aliar com o Estado e com os mecanismos de participação.

Na América Latina, ainda há vários exemplos desanimadores que precisam ser melhorados e adaptados. Ainda há casos isolados como a Argentina, onde não existe mais a contribuição dos benefícios públicos. Na Bolívia, o controle oficial é feito por meio de simples registros. No Equador existe uma grande perseguição às OSCs dissidentes. Na Venezuela há cooptação das organizações. E uma situação bem preocupante em países como Argentina, Chile, Peru e Colômbia que desconsideram e não incentivam a regularização das OSCs.

Porém, existem iniciativas otimistas, como no caso do México, que criou a lei federal de fomento às atividades das OSCs e adaptou a legislação estadual ou o exemplo do Chile, que criou em 2011 o fundo de fortalecimento das organizações de interesse público, e do Brasil, que reformulou a legislação do novo Marco Regulatório das OSCs.

Robert Wigers

A cooperação entre a sociedade civil e o governo holandês foi feita de uma forma diferente, no sentido de desenvolvimento e não de caridade. Após 1960 houve um sistema de co-financiamento introduzido, no qual apenas quatro organizações estavam dentro das exigências políticas e religiosas. Assim uma grande porcentagem do produto interno bruto [...] 70% do investimento para cooperação internacional foram fundos delegados entregues diretamente pelo governo. O crescimento econômico se desenvolveu muito rapidamente e esses valores chegaram a 3,4 bilhões de reais para apenas quatro organizações.

As vantagens desse sistema são que as correntes políticas estavam sendo representadas e asseguradas, oferecendo liberdade às OSCs que podiam gastar em qualquer país, sem qualquer limitação. Muito dinheiro foi gasto em informação; esse sistema não seria possível em outros países da Europa. As organizações que apoiavam o governo holandês e ao mesmo tempo organizações como SES[?], MST e sindicatos trabalhistas no Brasil, foram crescendo e se fortalecendo. Um dos resultados do investimento holandês no Brasil foi a eleição do Ex-Presidente Lula [?].

Em 1998, o sistema holandês começou a se ajustar, aceitando novos agentes, e finalmente em 2002 foi oficializado que todo agente poderia se candidatar dentro do sistema de co-financiamento. O governo adotou uma forma diferente e não introduziu novas regras, somente verificou a capacidade organizacional e melhorou o que já existia. Na Holanda não há uma preocupação de se gastar muito com [...] normais, assim mais OSCs surgiram com muito mais facilidade, e a sustentabilidade ganhou força e ajudou o crescimento econômico.

Com relação ao Brasil, é esperado que se aceite um escopo legal proposto pela sociedade civil e que o governo brasileiro consiga pagar não somente as OSCs que trabalham para o governo, mas também que tenha a possibilidade de financiar OSCs que criticam o governo. E que as OSCs levistem o máximo de fundos possíveis e evitem o risco de depender do governo, que é muito instável.

Ladislau Dowbor

O terceiro setor não é um tapa-buraco do que o governo não conseguiu fazer, é a área específica para as pessoas se organizarem em todos os seus ideais, em todos seus sonhos, é o direito não só de ter um Estado ou um direito cooperativo, é o direito de construir um país melhor.

Existe um profundo deslocamento político em termos de deslocamento de valores do que se quer construir, como, por exemplo, do Documento de Santiago “Pela hora da igualdade”, é vista [como] outra dinâmica, outra visão da economia. A economia nesse sistema está em decadência, gerando uma desigualdade crescente. Na área ambiental estão sendo destruídos os mares, florestas e bens naturais, perturbando o clima. Estamos destruindo o planeta, os recursos para o desenvolvimento dessas áreas estão sendo aplicados em uma ciranda financeira, na qual 25% do PIB brasileiro está em paraísos fiscais. É preciso recuperar o controle.

Existe uma grande oportunidade para controlar a receita, hoje o Brasil é o centro de atenção do mundo, e esse é um grande momento para se tomar o controle da economia. As políticas sociais no mundo estão se tornando os centros das atividades econômicas, e é preciso deslocar a economia brasileira para as políticas sociais que vão ajudar o Brasil a se desenvolver. A presença feminina no poder político tem sido muito grande e também ajuda esse crescimento. Para um crescimento maior é preciso usar a integração da população com o governo para desenvolver o país melhor, com uma economia mais forte e igualitária.

[O painel foi finalizado com uma rodada de perguntas da plateia].

5. Atividades paralelas

5.1 Atividade paralela: Experiências e diretrizes para as parcerias entre Estado e OSCs

5.1.1 Apresentação/ objetivos:

As parcerias entre Estado e Sociedade são cruciais para o aprofundamento da democracia e para o sucesso das políticas públicas. A criação de um ambiente favorável para essas parcerias, tanto jurídico quanto institucional, ultrapassa o debate sobre o Projeto de Lei do marco regulatório, ora em discussão no Legislativo.

Públicos específicos das políticas públicas só podem ser atendidos por meio da parceria com a Sociedade: (i) seja por tratam-se de populações que estiveram invisíveis historicamente para o Estado – caso de populações indígenas e quilombolas, por exemplo – (ii) seja por desconfiança em relação à ação estatal – o que, em muitos casos, foi sinônimo de punição e desapropriação como o caso de vários segmentos e povos tradicionais – (iii) seja por que esse público está configurando sua demanda e tentando entrar na agenda das políticas; (iv) seja porque diversos segmentos exigem uma abordagem mais acolhedora do que a que o Estado pode prover (caso do público LGBT, por exemplo); (v) seja porque o envolvimento substantivo dos públicos na implementação das políticas é crucial para o sucesso da

política, caso da implementação de cisternas no Semiárido brasileiro, por exemplo.

Enfim, por uma série de fatores, a parceria com a sociedade civil é imprescindível, não fosse somente pelo imperativo democrático, o que seria já suficiente, mas também por uma questão de efetividade e governança das políticas públicas nas suas diferentes etapas: planejamento e seleção, execução, prestação de contas e monitoramento e avaliação.

No entanto, é notória a distância entre as semânticas da burocracia e suas regras e a da dinâmica das organizações da sociedade civil. O objetivo dessa atividade é buscar experiências que venham tentando diminuir essa distância, criando mecanismos de estreitamento das linguagens e das parcerias, mesmo considerando o arcabouço legal vigente para as contratualizações.

O sentido das discussões, portanto, está em como a criação de canais de diálogo em diversas etapas do fluxo de contratualização pode favorecer a relação Estado e organizações da sociedade civil, destensionando o que antes era percebido como entrave para a parceria. São exemplos: escuta das OSCs para melhor compreensão e conformação das demandas, elaboração conjunta de critérios para as chamadas públicas, capacitação das OSCs para elaboração de projetos (oficinas) e para operar o SICONV, cadastro que mantenha um conjunto mínimo de documentos arquivados, formas diferentes e mais amigáveis para a inscrição nos editais, arranjos para melhor execução dos projetos, acordos sobre formas de prestação de contas razoáveis, etc.

O intercâmbio de ideias e a troca de experiências sobre essas parcerias podem, futuramente, constituir um pequeno acervo para disseminação e multiplicação por outras instituições, de forma a gerar um ciclo positivo de troca de ideias e práticas que engendrem o fortalecimento das relações Estado e sociedade Civil. Nesta atividade foram apresentadas algumas experiências de parcerias realizadas em diversos órgãos do Governo Federal, cujas alternativas e processos inovadores podem contribuir para uma melhor relação entre o Estado e as OSCs.

5.1.2 Metodologia da atividade

O encontro teve o formato de oficina, sendo que cada participante teve 15 minutos para apresentar suas experiências relacionadas à ementa acima referida e, em seguida, foi aberto o debate. Houve, portanto, o relato, a troca de dúvidas e registros de experiências de parcerias entre organizações da sociedade civil e o Estado. Ao final, foi deixado um formulário para os presentes preencherem, visando a coleta de informações que possam ser aprofundadas posteriormente. Com base nesse conteúdo pode-se criar uma rede de informações ou mesmo um banco de dados.

5.1.3 Descrição da atividade

Participantes

Dra. Adelle Schwartz Benzaken - Ministério da Saúde - Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (*Participação das organizações da sociedade civil nos critérios dos editais do departamento e prêmio Boas Práticas por bom desempenho financeiro e técnico para a OSCs parceiras*)

Luana Arantes - Diretora de Programas da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial (*Capacitação prévia das OSCs para elaboração de projetos e previsão de acompanhamento, orientação ao Siconv e prestação de contas nos projetos*)

Rocicleide Silva - Diretora do Departamento de Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (*Experiência do termo de parceria com a ASA*)

Carolina Stuchi - Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (*Cadastro das entidades simplificando contratualização pelos municípios*)

Carlos Humberto Campos - Associação do Semi-Árido (ASA) (*Trajetória da experiência de contratualização da ASA com o MDS para a execução do Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC*)

Helena Gomes Bonumá - Guayí Democracia, Participação e Solidariedade

Apoio a Organização de uma Rede de Economia Feminista: experiência de articulação de rede que otimiza a relação de parceria com o governo e a entrega de políticas públicas para a sociedade.

Moderação: Leticia Schwarz (consultora PNUD - Secretaria Geral da Presidência da República)

Relatoria das falas

Leticia Schwarz (mediadora)

Após a apresentação da metodologia da Oficina, a mediadora iniciou sua fala dizendo:

O que pede o Projeto de Lei do novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, que está em votação no Congresso, é que as relações de contratualização sejam mais tranquilas e fluídas aperfeiçoando o aparato legal que temos aqui hoje e o que os Ministérios podem fazer com relação às contratualizações [com as

OSCs]. O objetivo é que a relação entre os campos semânticos da burocracia e a sociedade civil consigam se aproximar um pouco, pelo menos em determinadas etapas da contratualização.

Dra. Adelle Schwartz Benzaken

Vou falar das experiências de premiação [prêmio Boas Práticas por bom desempenho financeiro e técnico para a OSCs parceiras], mas também mostrar um pouco de como se dá o processo de financiamento do Ministério da Saúde em parceria com a OSCs. Darei o enfoque à atuação do Departamento de Formação de Políticas Públicas com relação aos financiamentos que são repassados à sociedade civil nas resposta da sociedade brasileira em relação a epidemia da AIDS.

Sobre os espaços de participação da sociedade civil, nós temos um dos principais espaços, que é a Comissão Nacional de Articulação e Movimentos Sociais (CAMS). A feira institucional [?] funcionou intensamente, tem um caráter bastante positivo. Os representantes da sociedade civil trabalham em parceria com o Departamento para discutir formulações de políticas públicas, mas principalmente numa perspectiva de resolução de problemas.

Um segundo espaço é a representatividade na Câmara. A sociedade civil é quem decide, escolhe quem serão os representantes. Isso se dá em fóruns organizados pela sociedade civil e que nós, em parceria, ajudamos. Essas representações nas CAMS saem destes encontros e dos fóruns nacionais das instituições que trabalham com DST/Aids.

A Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais (CNAIDS) é outro fórum. A Comissão Nacional de AIDS foi criada no ano de 1989 e é mais consultiva e de assessoramento. Vinte e cinco por cento dos membros que constituem a CNAIDS são pessoas da sociedade civil. Existe uma prestação de contas por parte do Ministério e, no início de cada reunião, é apresentado o que foi realizado, e na sequência coloca-se em discussão essas atividades, mas a pauta para cada reunião é decidida pelos membros da CNAIDS e os representantes da sociedade civil discutem os termos.

Outro fórum é do Conselho Nacional de Saúde. É mais amplo e é neste fórum que se define a questão de atuação do controle social, como fazer o cadastramento, quais os efeitos e problemas. No Conselho, temos um grupo de trabalho que se modifica em função dos aumentos da epidemia da AIDS no Brasil. É uma representação da sociedade civil com uma demanda da própria sociedade civil pra se criar e para dar resposta a um problema. Alguns são técnicos, mas procura-se ter sempre um representante da sociedade civil neste grupo de trabalho.

Internacionalmente, é reconhecido o êxito do programa de DST e hepatites virais - o nosso diretor está em Genebra no Encontro

Mundial de Saúde e levou uma resolução brasileira no que diz respeito ao acesso universal ao tratamento da hepatite que foi aprovada. Esse relacionamento é um dos pontos que é tido como uma experiência de êxito do país. Com relação a financiamento, temos pontos de maior discussão no momento com a sociedade civil. No intuito de ter a transparência e de mostrar o que está acontecendo com relação ao financiamento, eu inseri nos slides diversos levantamentos históricos.

De 1994 a 2002 a passagem do recurso para a sociedade civil era feita de forma direta mediante convênios. O Departamento avaliava o processo e repassava o recurso. Depois de 1998 foi feito um acordo com o Banco Mundial, um empréstimo, na verdade. Os recursos aumentaram. O total foi de 73 milhões de reais repassados à sociedade civil. De 2003 a 2013 surgiram diferentes formas de financiamento para as organizações da sociedade civil. Manteve-se um acordo com o Banco Mundial (por meio de contrapartida), mas iniciou-se um processo de descentralização, no qual o recurso era repassado para os estados e municípios. Tinha uma carga para o estado e outra para o município, e o estado e o município não repassavam para a sociedade civil. O valor fixo era de 10 milhões de reais por ano. Além disso, 12 milhões foram também repassados. Foram repassados valores às Casas de Apoio, que servem para vários momentos e que fazem parte do tratamento, para os pacientes que vem de outros estados, além do apoio aos órfãos da AIDS. [Foi mostrado um quadro explicativo com todos os repasses ao longo destes anos.] Já para 2013 a 2014 existe um dado bastante positivo: o recurso passa a ser exclusivamente nacional. Nada adianta ter um empréstimo se ele vai acabar. O governo brasileiro assume isso, logicamente se mantém o empréstimo do Banco Mundial, mas os recursos agora são nacionais. No total foram 95 milhões repassados via Banco Mundial. Neste período de 10 anos, tivemos repasse de cerca de 100 milhões de reais à sociedade civil. [Foi mostrado um quadro com todos os repasses.]

Como isso se dá na atualidade? Todos conhecem esse sistema. Em 2013, das 41 propostas recebidas pelo Departamento, dezesseis foram financiadas. Em 2014 temos 102 propostas recebidas. Existe uma queixa muito grande da sociedade civil em trabalhar com este sistema. O Departamento tem tomado várias medidas, entre elas a capacitação para o trabalho e depois a seleção. Em 2014 temos quarenta OSCs selecionadas e capacitadas para trabalharem com populações-chave: usuários de drogas, travestis, sexo homem e homem e travestis. São iniciativas que pretendemos continuar, de atuar onde o problema está, fazer o diagnóstico, a testagem e iniciar o tratamento.

Consolidando todos os recursos que foram utilizados e que foi destino à sociedade civil, vemos que de 1999 até 2014 não houve queda na alocação do recurso. O que se observa é que o repasse que é feito

aos municípios às vezes não é repassado à sociedade civil. Os municípios não repassam as verbas para as OSCs. Mas, da parte do governo, não existe nenhuma redução no recurso destinado à sociedade civil.

Na nova administração do Departamento, quanto ao financiamento e em toda essa crise do financiamento das OSCs – que é uma realidade nacional e internacional –, decidimos criar o Fundo Positivo, uma forma autônoma de dar sustentabilidade às OSCs. O Departamento está pagando consultores e está em busca de cadastramento de empresas que possam querer trabalhar com o Fundo. Mas o papel do Ministério é dar a ideia de criar o Fundo, e não executar e nem administrar. Essa é uma ideia que surgiu nessa nova administração, para criar esses mecanismos que dão sustentabilidade à sociedade civil.

Com relação às premiações, que também foram uma demanda com relação a 2011, nós fizemos uma premiação às OSCs que executaram completamente o projeto, incluindo as diferentes etapas até a prestação de contas. Foram 43 projetos contemplados, o que equivale a 10% do projeto como um todo.

Para concluir, quero convidar a todos que tenham experiências positivas dentro da área de DST/Aids para escreverem suas experiências. No ano passado foi premiada a melhor e este ano são selecionados três projetos e os três serão premiados.

Luana Arantes

Na Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, temos um papel institucional de articulação com os orçamentos, temos uma atribuição de transversalizar o acesso às políticas. Nós trabalhamos com três públicos diferentes: os quilombolas, os ciganos e os povos africanos. Visamos o fortalecimento institucional deste público. Sabemos que houve uma relação tensa e violenta, por muito tempo, entre o Estado e essas comunidades. É recente a ação do Estado em promover o direito dessas comunidades.

Partimos de uma relação muito assimétrica, por que o Estado é muito impositivo nas suas regras e não dá conta de flexibilizar a condição burocrática, então temos que nos valer de formas de pensar, de como fazer estas mediações. Para acessar os recursos financeiros do Estado, você tem que estar cadastrado no SINCOV, você tem que ter CNPJ, e isso muitas vezes é um obstáculo. Muitas vezes, estamos em discussão com um público que é, em grande parte, analfabeto e não tem nenhum registro civil, e aí vamos falar de SINCOV com este público e me pergunto como fica esta questão. É algo muito desafiador e a gente vive estas questões cotidianamente.

Temos hoje dois marcos legais importantes que nós desenvolvemos. Um deles é a Convenção 169 da OIT. Essa convenção diz que toda e qualquer ação do Estado nestas comunidades deve ser resolvida em

uma questão prévia, que a gente tem que efetivamente construir com essas sociedades. Temos que ter acesso às políticas públicas e pensar que políticas são estas. É um exercício importante. Como trabalhar estes dois modelos de desenvolvimento? É um estudo dos modelos de desenvolvimento e como fazer isto trazendo para o jogo as perspectivas destas comunidades. As consultas não são deliberativas, mas precisamos efetivar a participação deste público nas decisões.

Nosso papel é também o de conseguir entender quais são as demandas, as prioridades e as políticas. E nós fazemos isto o tempo inteiro. Só conseguimos isso com diálogo intenso com a sociedade civil, e a gente fez vários encontros nesse sentido. O nosso dia a dia é estar com estas lideranças. Nós temos a chamada pública com as lideranças das comunidades para a formação institucional. Na primeira chamada lançada, não conseguimos o recurso todo que estávamos mobilizando justamente pela dificuldade da institucionalização dessas comunidades. Estamos falando de ações representativas de comunidades que tem dificuldades em se institucionalizar. Ficamos o tempo inteiro fomentando essa institucionalização das comunidades tradicionais e depois muitas vezes nem elas sabem o que fazer.

Começamos a fazer a capacitação do SINCONV com essas comunidades. Depois de 2013, nós capacitamos diversas entidades e com essas chamadas públicas, nós estabelecemos algumas coisas. Uma primeira, que já é comum nos editais das comunidades tradicionais, é a obrigatoriedade da entidade apresentar uma ata de reunião com as pessoas de dentro, com as necessidades dos projetos, com as pessoas dizendo que têm ciência daquele projeto e que aprovam o projeto. Se não trazer a ata, [o projeto] é desabilitado.

Outro mecanismo criado é que a gente exige que em todos os projetos estejam previstas três viagens à Brasília (uma no começo, uma no meio e outra no final da parceria). Temos uma reunião com todos os conselheiros e terminada a chamada pública a gente chamou a todos exatamente para ter um acompanhamento mais de perto, e faz a capacitação de todos de novo, quem executa, o que tem que fazer, o que não tem. São criados grupos na Internet pra que as dúvidas sejam colocadas, como um fórum. Uma reunião no início, no meio e no final para prestação de contas. Temos vinte convênios com entidades diferentes e fazemos um acompanhamento diário, nossos fiscais de convênios falam, no mínimo, uma vez por semana com essas associações, na perspectiva do próprio governo estabelecer o fortalecimento destas instituições. Já tivemos vários problemas por conta de, no final, as pessoas das entidades não conseguirem prestar contas. Se acontecerem problemas dessa natureza, acaba-se por fragilizar ainda mais essas comunidades. Investimos muita energia para ter o resultado de fortalecimento institucional, fortalecimento dessas relações com a sociedade civil.

Rocicleide Silva

O Programa Cisternas do MDS, é um programa bem sucedido que atende a demanda do Estado do ponto de vista de agregar as políticas públicas pensadas para essas populações específicas e atender às expectativas da sociedade civil organizada que controla essa solução. Na verdade, essa é uma solução que vem da sociedade, ela não foi criada no âmbito do Estado, é política nascida no coração da sociedade civil.

Tendo aqui a nossa grande parceira a ASA, nosso público são as populações rurais de baixa renda, e essa experiência de dez anos está sendo desenvolvida na região semiárida brasileira. O objetivo do programa é promover o acesso à água a todo ser humano e animal, e produção de alimento por meio da implementação de tecnologias sociais destinadas às famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou por falta regular de água. Esse é um pedido que está na Lei federal n. 12873/2013, recém criada. Está no eixo do Brasil sem Miséria, no programa de Água para todos, com o objetivo de universalizar o acesso, no primeiro momento, à água para o consumo humano, dentro das metas do Água para a Todos. Diferentes órgãos, como a Funasa, o Ministério da Integração e outros órgãos federais que atuam com a temática da água [estão articulados].

Até hoje [foram planejadas] no semiárido 750 mil cisternas de água para consumo e, destas, 370 mil já foram entregues. São setenta e seis mil famílias atendidas, e dentro do programa Água para todos, 136 mil [...] são do MDS. A tecnologia social é importante. O Estado atua nesse conceito de tecnologia social e atua na captação da água de chuva com equipamentos de fácil utilização para uso familiar, com baixo custo e simples manutenção e durabilidade. Trata-se de um reservatório de 16 mil litros de água de chuva para o consumo da família (para beber, cozinhar e para higiene pessoal).

Trouxemos os passos do novo marco legal, que foi a lei que citei anteriormente, que constitui um Programa Nacional de Apoio [...]. Já tem todos os normativos dos decretos que regulamentam as portarias que definem as regras e procedimentos do credenciamento. O programa agora passa a ser executado na ponta, por organizações da sociedade civil. As organizações hoje tem que passar por um credenciamento no MDS. Elas mandam a documentação e se credenciam no MDS e ficam aptas a atuarem no programa, seja na rede ASA, seja em outras formas nas quais via convênios com os estados e via consórcios municipais.

As instituições operacionais especificam as tecnologias e definem os valores unitários dessas tecnologias, ou seja, quanto custam as cisternas de 16 mil litros, de 52 mil litros. Isso é definido e publicado em Diário Oficial da União, constituindo uma memória de custos, não só os itens de padrão, mas também os itens dos processos de apoio que são feitos. Esse apoio se dá desde o computador, até rede de internet para que as informações cheguem até nós. A tecnologia social não é só a construção civil, ela tem várias fases. A primeira

fase é a de mobilização social de trabalho das famílias até chegar a fase de construção.

Todas as fases são pensadas e hoje são estruturadas numa instrução normativa publicada no Diário Oficial da União, estando disponível para todos conhecerem os custos. O programa atua por convênio com o Estado, por órgãos públicos, municípios e OSCs.

Nessa relação de parceria, o Estado tem um arcabouço legal que é a lei e as portarias para fazer a chamada pública, tendo posteriormente todo amparo legal para atuar. Faz a seleção das OSCs já credenciadas pelo MDS, dentro daquele rol de entidades que foram beneficiadas. O ponto fundamental é que foram feitas várias avaliações, com vários recuos e com a participação de outros. A avaliação não é só nossa. Atuávamos a partir da portaria 507, portaria interministerial que se relaciona com os programas sociais. A lei criou a dispensa das licitações para essas entidades que entram na chamada pública. O Estado está autorizado para a execução das cisternas, para poder dar sustentação ao processo de compra e sustentação.

Outro aspecto bem importante, que não existia antes, é que a partir disso é feito um adiantamento, previsto na lei, de 30% dos recursos para que as organizações possam iniciar este processo. Não estamos trabalhando com empresas, não estamos trabalhando com construção civil. As Organização Sociedade Civil não têm capital investido para utilizar, não tem poupança e então isso é um aspecto importante, que garante o início do trabalho, garante que seja colocado dentro das diretrizes do plano de trabalho que acordamos. Qualquer outro convênio irá requerer a prestação de contas e outras etapas.

Em relação à prestação de contas, nós temos um sistema que está sendo testado já há algum tempo, no qual a prestação é feita de forma simples. Tem que colocar no sistema o termo de recebimento assinado pela família com uma foto. A família vem do cadastro único, elas têm CPF e têm como serem achadas. Todas as cisternas já são referenciadas anteriormente. Nós somos capazes de identificar o local onde estão as cisternas mapeando nos municípios e conseguimos acessar a quantidade de cisternas.

A parceria com a ASA é uma experiência pioneira que já tem quinze termos de parceria desde 2003, com repasse de mais de um bilhão de reais por esses termos, 370 mil cisternas e 26 mil tecnologias sociais de produção. É uma ação com a sociedade civil de mais alta escala.

Sabemos que o Estado é mais forte. Mesmo que seja desorganizado, é sempre mais forte. Você não pode contribuir para quebrar as entidades. Dentro do processo dessa parceria com o Estado, nós aprendemos, nós achamos que dentro dos termos de parcerias e das nossas ações, nós também atuamos junto aos nossos conveniados para que eles atuem com a Sociedade Civil e nós damos o

direcionamento no monitoramento. O monitoramento é um processo de aprendizado conjunto, que é feito com vários instrumentos de gestão.

Neste momento, nós estamos iniciando com o mesmo tamanho, com desafio redobrado, a implementação de água para consumo na região Norte do país nas populações extrativistas que estão ainda mais longe. O Conselho Nacional dos Seringueiros está aprendendo como se presta contas, quais são os tipos de sistemas e os documentos. [Aprendendo] como é que eles podem trazer isto para a realidade deles para que a sociedade não seja enfraquecida.

Sobre a metodologia da implementação [do Programa Cisternas]:

1. Mobilização da sociedade
2. Capacitação
3. Construção participativa
4. Controle
5. Apresentar os termos

[Foram apresentadas diferentes fotos de antes e depois de como ficou o processo de colocação das cisternas]

Experiência que pode ser aprendida e adaptada. Aprender e depois adaptar. Compreender que isso tudo só pode ser feito com o Estado aberto para aprender com a sociedade civil. E mesmo com disputas, possa fazer a implementação de leis. Este processo exige muito esforço político.

Carlos Alberto Campos

No semiárido brasileiro, desde a chegada dos portugueses, tivemos 72 períodos de inverno irregulares. Destes 72, foram 43 períodos de estiagem. Isso são dados tecnicamente e cientificamente comprovados. Não podemos deixar de viver com estes períodos, é uma realidade histórica climática da região. Temos que conviver [com essa realidade] e não combater.

Com todos os planos, protocolos e projetos, com a criação de órgãos como o DENOCS [Departamento nacional de Obras Contra as Secas] e centenas de programas governamentais, nenhum destes tiveram tanto impacto quanto o programa de Formação e Mobilização Social para a convivência com o semiárido. A cisterna é somente o instrumento. É o meio e não o fim.

Essas experiências não foram construídas e nem gestadas em gabinetes. Elas foram forjadas e sistematizadas dos processos e práticas de cerca de 1.200 organizações da sociedade civil de nove estados e do norte de Minas Gerais que atuam junto aos agricultores.

E aí entram todas as nossas comunidades indígenas, quilombolas, arrendeiros e catadores. A ASA não fez nada de novo, só teve a capacidade de potencializar o saber e o conhecimento que existe nas comunidades. O nosso [papel é fornecer esse] caminho como referencial para este saber. Com base neste conhecimento que era desenvolvido nas comunidades, nós construímos uma proposta de projeto. Essa proposta permitiu a articulação e a possibilidade de levar [a tecnologia] para alguns espaços. Este não é um ganho da ASA. Temos que partilhar com todos os movimentos sociais brasileiros. Foram as redes que deram sustentação política ao projeto. O programa tem que ter o apoio político das associações.

A ASA é uma articulação de movimentos sociais que se articulam para defender políticas públicas, e nosso objetivo é defender política pública com os semiáridos. A ASA teve a capacidade de construir a gestão e o gerenciamento destes programas, o Programa Primeira Água [para consumo] e o Programa Segunda Água, que é para a produção. Não podemos deixar de reconhecer a abertura do MDS que foi o nosso grande parceiro na construção desse programa. Foi preciso o MDS conhecer o semiárido. Muitos governos não conhecem o semiárido e entendem que é uma região miserável de homens e mulheres preguiçosos. Nós queremos construir políticas públicas nascidas a partir das OSCs, e o MDS crê na capacidade de escuta. Tivemos diferentes conflitos e dificuldades até chegar a este projeto. O poder público, através do MDS, teve uma atitude de escuta. Teve esta atitude de construir juntos, de sentar e ouvir. É necessário conhecer a realidade do semiárido para estar aberto a ouvir e avançar este diálogo mantendo sempre o respeito e a autonomia. Não foi pensado em nenhum momento que estávamos negociando favores e esmolas. Nossa postura foi sempre a de estar negociando e construindo políticas públicas. Até então o governo não tinha conseguido construir políticas públicas a partir da realidade do semiárido.

Em 1999 nós tivemos dificuldade (...) [não foi possível captar a fala]. Em 2011 tivemos a surpresa que a presidenta anunciava o rompimento da continuidade desta ação do semiárido. O país todo foi mobilizado e, num período de oito dias, conseguimos mobilizar vinte mil pessoas (até 21 de dezembro de 2011). Assim fomos achados pela presidenta da República (entre o Natal e o Ano Novo) para abrir a negociação, e dois meses depois conseguimos continuar com os acordos. Foi uma vitória de todos os movimentos sociais.

A OSC tem capacidade de gestar, planejar, executar e controlar os recursos públicos e fazer chegar aos trabalhadores. No entanto, ainda temos dificuldades que permanecem até hoje como a insegurança jurídica (as normas deixam margens a interpretações diversas) e o conflito com o modelo jurídico das OSCs. Em todo momento são criados problemas e muitas auditorias são feitas. De seis em seis meses há auditoria do TCU querendo encontrar uma brecha. Até hoje,

durante esses quinze anos, nunca foi encontrado nenhum desvio nos recursos repassados para a Articulação do Semiárido. O modelo de gestão que a ASA tem hoje é um modelo exemplar e reconhecido. A Asa é reconhecida por vários outros órgãos do governo. Temos transparência e estamos hoje executando novos termos de parceria com o BNDS e com a Petrobras. Temos quase três milhões de pessoas atendidas hoje na parceria com o Estado e a ASA.

Entre as novas perspectivas são as de criação, aprovação e promulgação da Lei n. 12733 de 24 de outubro de 2013, que regula e reconhece as tecnologias sociais de convivência do semiárido com as políticas públicas. Uma lei que reconhece e institui as tecnologias sociais como uma política pública, as tecnologias sociais construídas e elaboradas através do conhecimento dos agricultores. Trilhar neste caminho só é possível com a aprovação e a implementação do Marco Regulatório. Mesmo tendo a lei específica para as tecnologias sociais, entendemos que para avançar na política de convivência temos que garantir este Marco Regulatório. Sem o Marco, as OSCs continuarão gradativamente excluídas da gestão de projetos públicos.

Nós queremos reconhecer a importância da parceria com o Estado, mas dizer que o Estado não fez nenhum favor à sociedade civil. O Estado que não reconhece o valor que tem a sociedade civil, sua capacidade de transformar as estruturas que nós temos. Futuro de garantir uma democracia participativa [...].

Carolina Stuchi

Vou falar do SUAS [Sistema Único de Assistência Social] e de como ele trata as parcerias para a prestação dos serviços assistenciais, da relação do SUAS com as entidades e algumas diretrizes.

O SUAS define a Assistência Social e a coloca nas mudanças políticas da Seguridade Social no Brasil. [A lei que o criou] já diz que [esta política] vai ser executada de forma descentralizada e coloca a importância das entidades de Assistência Social na prestação de serviço. Trabalhamos com uma rede na Assistência Social, na ideia de que todas as ofertas são articuladas. A Secretaria de Assistência Social mantém convênio direto com as entidades de Assistência Social e as parcerias vão sempre acontecer ou por estados ou pelos municípios. Temos na normatização do SUAS vários níveis de reconhecimento destas entidades de Assistência Social. A entidade pode ter uma inscrição, estar no cadastro nacional, pode ter certificação, ou ter o vínculo com o SUAS que é o maior nível de reconhecimento. A entidade pode escolher e precisa só comprovar que está funcionando, requerer certificação ou fazer somente a inscrição.

Vamos entender as relações das entidades de Assistência Social dentro do Marco Regulatório. A Assistência Social antes não era um política pública, era praticamente filantropia, e com a Constituição ela

se constituiu como um direito. A primazia da atuação era da sociedade civil. A sociedade civil se organizava para ajudar as pessoas que necessitavam, ajudar aos pobres. Entendia-se que em qualquer ajuda, em qualquer auxílio, você não tinha nem especificação do público e nem da oferta. Nem a perspectiva do direito e nem a perspectiva do Estado. A legislação que existia era uma legislação de incentivos fiscais e agora passamos para o modelo de ter um cadastro que organiza e identifica estas entidades e estabelece com elas um vínculo com a possibilidade de financiamento direto. Sai da ausência de planejamento e vai passar a um modelo de parceria que considera o diagnóstico do território, as demandas e as ofertas e também trabalha com a capacidade de atendimento das entidades.

O Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social é uma ferramenta de gestão que está estabelecida no art. 19 da LOAS [Lei Orgânica da Assistência Social]. Ele funciona articulado com os estados e municípios, pois quem dialoga e visita as entidades são os gestores locais. Estamos, em 2014, vivenciando o primeiro preenchimento do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social. Todas [as entidades] serão visitadas e todos os serviços serão verificados. Esta ferramenta de gestão possibilita que a gente conheça todos os serviços ofertados no Brasil pelas entidades de assistência social, e aí teremos os dados de infraestrutura, o público, os serviços, e a capacidade de atendimento. Teremos os convênios, as receitas e uma série de informações. O Cadastro possibilita o levantamento da oferta e as redes de serviços com referência com às outras unidades, como o CRAS e outros que os usuários podem ser encaminhados [para ter acesso] aos serviços que necessita. [Trata-se de] uma lógica de rede, sem fazer distinção [se o serviço] é estatal ou não. O cadastro vai possibilitar o conhecimento para o financiamento.

O significado do vínculo SUAS é o reconhecimento do BNDI de que a entidade integra a rede socioassistencial. São serviços que cumprem as normativas dos SUAS e, portanto, devem ser tratados como se fossem públicos. As entidades devem ser reconhecidas como entidades em acordo com a LOAS, devem estar inscritas junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social e integrar o Cadastro Nacional.

A grande novidade da LOAS [ocorreu com a] alteração em 2012. As entidades, a partir do vínculo SUAS, devem ter a garantia de financiamento integrais. Com o reconhecimento, surge no Estado o dever de financiar os serviços. São dezesseis mil entidades inscritas, 80% são exclusivas de Assistência Social com 9.504 serviços [?]. A experiência geral do cadastro mostra como os municípios já estão trabalhando nesta nova lógica. No município de Novo Hamburgo (RS) fizeram um diagnóstico e mapearam todas as entidades inscritas no Conselho e a disponibilidade orçamentária. Organizaram redes de serviços, fizeram planejamento, criaram conselhos para pensar sobre

a realidade. Fizeram na fase de implantação o vínculo SUAS e aprovaram todos os instrumentos, minutas de convênios, formatos padronizados, relatórios de monitoramento, fixaram as metas e valores que serão disponibilizados às entidades. Fizeram mapeamento, planejamento com estudos de possibilidades, foi criada uma comissão partidária e fizeram monitoramento de prestação de contas. Com base nas diretrizes bem definidas, eles fizeram um edital de chamamento e sentaram em uma mesa, mediados pelo Secretário de Assistência Social para discutir e partilhar as demandas conforme as suas condições de trabalhos. As próprias entidades discutiram a divisão de recursos públicos.

Avaliação das atividades e as metas [foram definidas em] reuniões nas prefeituras com todas as entidades. Com relação ao monitoramento, pensaram em visitas técnicas. As entidades e a ideia de partilha de experiências. Já implementaram a prestação de contas por metas. Não tiveram questionamentos de órgãos de controle.

Como proveitoso [desta experiência] vemos que o cadastro é um instrumento de diagnóstico e [permite] estabelecer um diálogo e formar redes. O desafio está na sustentabilidade financeira das entidades de Assistência Social que não podem cobrar pelos serviços. Portanto, é necessário manter os financiamentos dos serviços ofertados pelas entidades vinculados aos SUAS.

Helena Gomes Bonumá

[Foi apresentado um folheto com todas as notícias do Projeto de redes, sustentabilidade e solidariedade]

Vamos abordar a questão das políticas públicas. Primeira questão importante é que a Economia Solidária é [uma área] nova. Todo o esforço nacional de transformação do Brasil garantindo o direito a todos. Temos indicadores muito importantes aqui e também vivemos a reprodução da desigualdade. Temos um movimento forte e denso e está se estabelecendo apesar de ser novo.

Vivemos num mundo de desigualdade, e a experiência [trata de]de construir uma nova ideia de trabalho sem exploração e desigualdade. É uma contradição. A Economia Solidária dialoga com esta questão. O trabalho de cidadania visa a emancipação. Ninguém liberta ninguém, libertação é uma condição do sujeito.

Nós temos falado de um lugar que se associa o Estado num processo de contradição em todas as áreas. Construção do sujeito e emancipação dialoga direto com a Economia Solidária. E vem sendo [implantada uma] política pública a partir do Governo Lula, é uma política nova, de dez anos.

Não temos subsídios que sustentem as ações do Estado e as possibilidades de parcerias com o Estado. Nós temos um projeto de lei que está no Congresso Nacional, que não tem andado. Iniciativa do

momento de solidário [..]. Temos a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e um profundo reconhecimento pelo seu trabalho. [Mas trata-se de] uma demanda, um trabalho e uma articulação bem maior que a sua capacidade.

Está se desenvolvendo porque faz sentido. Está se desenvolvendo porque dialoga com o país. Nosso projeto está dentro de um conjunto de políticas da SENAIS que trabalham na área da comercialização, na área dos fundos solidários, na área das redes e de articulações das redes, articulação de comércio justo. Num conjunto de ações que se articulam em busca de uma política pública nova. Portanto, do ponto de vista do Estado, do financiamento e da parceria com a sociedade. Uma política que já nasce entrelaçada com os movimentos sociais. Política que dá conta de uma diversidade grande: mulheres, povo do Rio Grande do Sul, da Amazônia, índios, quilombolas, e outros. Uma amostra extremamente rica e significativa do que é o povo brasileiro. O Estado em contradição, onde se produzem diferentes interesses, que permita outra relação com a sociedade civil [...].

A economia feminista é uma construção do movimento feminista. Trazer a economia feminista para a política pública é um mérito da SENAES. Começou em 2010, abrangendo várias propostas e dentro está o nosso projeto de economia solidaria feminista. Nós tínhamos a meta de fazer o mapeamento das organizações de mulheres da economia solidária em nove estados com amostragem. A nossa amostragem era para ver onde as mulheres estavam. Foi de 358 [organizações]. Apenas 6% desta amostra estavam mapeada pelo Sistema da Política Pública da Economia Solidária. A grande maioria destes empreendimentos tem mais de cinco anos de idade e são informais. Mulheres são vulneráveis socialmente e as condições são difíceis e duras.

[Trata-se de] fazer toda uma reflexão sobre esta realidade para saber como as mulheres se organizaram nos empreendimentos. Fizemos [essa tarefa] por meio da construção da linha da vida, com rodas de conversas, e fizemos um diagnóstico produtivo destes empreendimentos, desta realidade. O último passo foi uma discussão da constituição de uma rede de Economia Solidária feminista. [Isso] foi necessário porque os empreendimentos, na maioria, são informais e vulneráveis. Não tem como a política pública trabalhar individualmente cada um. A orientação da SENAES e da própria sociedade é que se formem redes e cadeias positivas pra que se torne mais visível e mais forte para se integrar aos movimentos. [Trata-se de um] projeto de fomentação aos empreendimentos, fomentando as redes produtivas. A rede nacional, objetiva resgatar e dar visibilidade às organizações, mulheres fortalecendo as organizações de mulheres, dialogando com o poder público a partir destas ideias de fortalecimento. Estamos fomentando 24 redes produtivas. O objetivo é a sustentabilidade das redes femininas, autonomia das mulheres.

Uma questão importante é o que a gente precisa para a sustentação da vida, não só as relações de mercado. Transformar nosso país em um país democrático. Queremos um bem viver humano, o bem estar da sociedade, a sociedade como protagonista do seu desenvolvimento e a Economia Solidária para resgatar a cooperação e solidariedade na sustentação da vida. A atualização disso é um trabalho [grande]. A ideia que temos de Economia Solidária tem que ser revisada. Recuperar a política pública que fomenta a auto realização da sociedade protagonista de um novo modelo de desenvolvimento. A partir do Marco Regulatório a gente começa a constituir.

5.2. Atividade paralela: Experiências de Fundos no universo das OSCs

5.2.1 Apresentação/ objetivos:

Aprofundar o conhecimento sobre fundos nacionais e internacionais, públicos e privados, e promover o intercâmbio entre esses formatos contribui com a agenda de sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil. Nesta atividade, foram apresentadas algumas experiências nas áreas de Bancos, Fundos e Moedas Solidárias, Fundos Públicos, e Fundos Independentes.

5.2.3 Descrição da atividade

Participantes

José Eduardo Sabo Paes – Procurador de Justiça do DF;

Ricardo Leite Ribeiro – Fundo de Defesa de Direitos Difusos – Cade;

Ana Beatriz de Oliveira – Fundo Nacional de Meio Ambiente; Fundos públicos

Paula Fabiani – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)

K. K Verdade – Fundo social Ellas

Elias Lino – Banco Palmas

Ademar Bertucci – Cáritas Brasileira

José Eduardo Sabo Paes

O diálogo hoje é sobre um veículo de financiamento que garanta a sustentabilidade das organizações. Muitas vezes o patrimônio é uma ficção dentro de uma instituição. Sem recursos, nada se faz ou tem continuidade. Discutir o veículo para a sustentabilidade, ou seja, mecanismos para serem sustentáveis é fundamental, pois sem recursos nada se faz, não tem como ter continuidade. Estruturas patrimoniais servem para colocar os objetivos do instituto social a

que se dirige. Não se tem no Brasil uma cultura clara de sustentabilidade em que se pensa que se necessita de recursos públicos.

Os fundos - estruturas patrimoniais - são para permitir atingir os objetivos da organização. É normal que uma parcela dos recursos se destine a outras contingências, mas a ideia principal é a sustentabilidade.

No Brasil, é falsa a percepção de que as entidades são totalmente financiadas por recursos públicos, que só têm voluntários, que são grandes e bem estruturadas. Como inverter esse quadro? Um possível caminho é usar o modelo que já funcionou na Europa e EUA: usar pessoas que já foram desses grupos e que contribuem com as entidades para que possam se manter. Mas nesses países a ideia deu certo porque a questão foi tratada conjuntamente com a questão tributária. As pessoas não deixam de contribuir se a doação não for deduzida do imposto de renda. Mas o tratamento fiscal diferenciado de entidades e incentivos à doação também ajudam.

Houve a participação dos outros governos, em que todos contribuíram direta e indiretamente para a sustentabilidade das instituições, em que um dos casos foi da ONG Maria Cecília Souza Vidigal [trecho incompreensível]. Mas hoje temos a percepção de que é preciso criar formas de sustentabilidade. Uma delas é captar recursos e permitir a sustentação de entidades públicas e privadas por fundos patrimoniais. Não só universidades. Esses fundos precisam ser geridos com critérios de governança e participação, de tal forma que seu funcionamento e rentabilidade seja continuado. Hoje sabemos que muitas entidades só sobrevivem porque têm patrimônio. Como curador de fundações, senti isso de forma clara, acompanhando e autorizando fundações. O patrimônio alocado é, em geral, insuficiente para todas as atividades da entidade.

Além disso, é preciso que em cada um dos órgãos (dirigente, fiscal, diretoria) haja pessoas capazes, com conhecimento. Essa matéria [fundos] requer pessoas capacitadas em gerir e gerenciar esses recursos. A longevidade da entidade está ligada à sua capacidade de apresentar projetos, gerenciá-los e atrair investidores. Não se imagina, hoje, que haja sustentabilidade direta, seja de contribuidores sazonais, seja do governo. A ideia é que as entidades tenham fontes de recursos mais perenes e seguras.

Para implementar o sistema de financiamento de fundos, há duas necessidades: legislação que permita a existência dessa entidade (fundos) e uma parceria com o governo apoiando essa iniciativa - sem que as entidades percam independência. Tem-se a clara percepção que se deve criar formas de sustentabilidade do terceiro setor: criar recursos em que as entidades tenham recursos/fundos patrimoniais.

Não existem entidades sem sustentabilidade, só podem ter seguimento com base patrimonial. Os patrimônios alocados são insuficientes; em cada órgão dirigente deverá ter pessoal com conhecimento de causa em fundos para gerir e alocar recursos. Não se pode hoje imaginar que possa ter uma entidade que tenham pessoas sem o conhecimento em gestão. A entidade deve ter uma fonte mais segura.

Existem diversos fundos que foram criados de forma específica para atender às finalidades da entidade. A ideia de patrimônio é dar sustentabilidade para as instituições e o Código Civil de 2002 cita que se deve demonstrar aonde foi alocado e de onde vem os recursos.

Os fundos, para serem notórios, somente se fazem com uma legislação que permita a transparência da entidade e com parceria com o governo para a sua autonomia e independência.

Ricardo Leite

Venho explicar o que é o Fundo de Direitos Difusos, para ajudar a compreender o modelo institucional, para podermos avaliar os pontos positivos e negativos dessa experiência. O Fundo de Direitos Difusos é vinculado ao Ministério da Justiça e tem a finalidade de recolher recursos de entes que de alguma forma lesam direitos difusos, para restaurá-los, ou seja, busca guardar recursos contábeis, de fonte de multas e transgressões.

Direitos difusos são todos aqueles direitos que não podem ser atribuídos a um grupo específico de pessoas, pois dizem respeito a toda a sociedade. Assim, por exemplo, os direitos ligados à área do meio ambiente têm reflexo sobre toda a população, pois se ocorrer qualquer dano ou mesmo um benefício ao meio ambiente, este afetará, direta ou indiretamente, a qualidade de vida de toda a população. As fontes de multas são um recurso da sociedade, mas hoje ele repara a instituição de onde se originou a multa. No âmbito das punições dessas empresas [de violação aos direitos difusos], era necessário dar uma destinação aos recursos conseguidos.

Nesse contexto, foi criado um fundo que avalia projetos que a sociedade apresenta como demanda para a reparação de danos em diversos lugares no Brasil. A apresentação e seleção de projetos permite a liberação de recursos para a reparação desses danos. O desenho institucional é o de um fundo público contábil e tem um comitê gestor, composto por membros de diversos ministérios e OSCs. Para participar do fundo há um edital em que as entidades se cadastram no espaço eletrônico e apresentam projetos. Quando os projetos são aprovados o fundo é liberado.

Em 2013, [tivemos alguns exemplos de projetos voltados a]: modernização administrativa, ações educativas, consumo e responsabilidade socioambiental, direitos do consumidor, turismo, etc. que tinham como público alvo entidades sem fins lucrativos e

órgãos públicos (ex. prefeituras, secretarias, etc.). Hoje há projetos que variam de 100 mil a 500 mil reais – é uma forma de permitir a pulverização de mais projetos. Este é um recurso da sociedade brasileira.

As entidades têm que fazer credenciamento no SICONV, depois há envio das propostas e suas justificativas, é feito um convênio, os recursos são repassados e fiscalizados. Essa é uma forma possível de repassar fundos para as OSCs. Mas no caso específico é necessário que o projeto seja voltado a reparar lesões a direitos difusos. Estimular a participação da sociedade civil a apresentar projetos vai permitir a ampliação do espectro do comitê gestor e dos projetos abarcados. O dinheiro é da sociedade brasileira, não do governo, portanto deve ser aplicado pela própria sociedade.

Moderador Bruno Vichi

Já trabalhei com direito concorrencial, e me pergunto se os recursos desse fundo não são de alguma forma [aplicáveis] para a concepção de políticas públicas. Faria muito sentido, pensando na ordem econômica, imaginar que o fundo de Direitos Difusos pudesse pensar a reparação de uma prática anticoncorrencial no âmbito de uma economia solidária, a reparação econômica. Isso é pensado dentro do fundo? Essa perspectiva faz sentido é viável?

Ricardo Leite

Acho que faz todo o sentido. A atuação do CADE é de zelar por práticas que não sejam lesivas, e manter o ambiente de competição justo. Multas que são aplicadas por enganosidade, intempestividade e até má condutas, podem, sim, ser pensadas como forma de aperfeiçoar a ordem econômica e gerar mais bem estar aos [cidadãos].

Ana Beatriz de Oliveira

O fundo nacional do meio ambiente é semelhante aos fundos contábeis – tem sua arquitetura orçamentária regida pelo orçamento geral da União, e a operação do dinheiro contabilizado deve estar de acordo com o limite orçamentário. Por mais que arrecadem recursos por meio de multas e compensações, o dinheiro efetivamente recebido tem que dialogar com o limite orçamentário.

Arrecadado o recurso pela União, esse recurso, ao ser distribuído aos ministérios, é organizado por meio de limites definidos pelo orçamento. O recurso é organizado por limite orçamentário, sendo que é apenas uma mensagem de quanto cada ministério poderá operar.

Orçamento não significa dinheiro: significa autorização de gasto. Esse dinheiro sai da PLOA (Projeto de Lei Orçamentária) que cada ente manda ao Congresso. Dentro dessa autorização, há o dinheiro

(chamado limite financeiro). O limite de orçamento anual é sempre menor do que a arrecadação financeira.

O fundo nacional é assim também – essa é a diferença entre fundos contábeis e fundos patrimoniais. O fundo patrimonial pode aproveitar recursos não usados para o próximo ano – eles têm patrimônio financeiro. Os fundos contábeis, não: se não conseguem gastar o orçamento, ele é recolhido. Essa explicação serviu para entendermos a diferença entre fundos contábeis e fundos patrimoniais.

Os fundos, em boa medida, principalmente a partir de 1988, foram criados para a implementação de políticas públicas. No caso do Meio Ambiente, o Fundo Nacional foi criado em 1989, não por acaso. Em 1972 houve a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo. Em 1973 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1988 foi promulgada a Constituição Federal e em 1989 foi criado o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) por meio da lei n. 7797/89.

Assim, o Brasil começou a responder institucionalmente sobre a formulação de uma política para o meio ambiente, com status devido a sociedade civil. Os recursos são repassados para o Meio Ambiente e é importante que todos estejam interessados com este trabalho. Os editais são pulverizados para todas as regiões do país. Os fundos foram criados dentro do contexto do compromisso de aplicação de políticas públicas. O fundo pode operar recursos de empréstimos internacionais, de doações, mas o limite orçamentário não pode ser ultrapassado.

No caso da área ambiental, o Brasil só chegou aonde está (reconhecendo importância da discussão ambiental) por conta da sociedade civil e a pressão exercida por ela. O braço executor da política pública foi feito pela sociedade civil sendo que 66% do Fundo Nacional era operado pela sociedade civil. Assim, entenderam que o assunto era abrigado entre os motivos de se criarem ONGs [...]. [Essa foi uma] lição na agenda de descentralização de recursos: que a sociedade civil estava interessada, e que isso se espalha pelo Brasil. O recurso foi democratizado, levado a regiões mais pobres do Brasil o que aumentou muito o número de convênios.

Agora o fundo está avaliando a prestação de contas dessa capacidade operacional. E nesse momento é dado ao fundo (ao gestor do dinheiro público em geral) a possibilidade de ensinar e corrigir as entidades. Os recursos podem ser um problema ou solução. São um problema quando a entidade não sabe prestar contas devidamente. Para o projeto finalístico, é necessário, junto com o recurso, vir apoio financeiro para ensinar as ONGs a usar o dinheiro. A grande maioria das ONGs são pequenas entidades que têm dificuldades com a operacionalização de recursos.

O Fundo Nacional, resumindo, é contábil, limitado ao orçamento, e é possível obter seus recursos pelos editais ou demandas espontâneas. Ele financia 10 projetos por ano por demanda espontânea, e os editais são condicionados pela disponibilidade de recursos. Os requisitos para conseguir dinheiro estão disponíveis no site do fundo. O Fundo Nacional do Meio Ambiente é o mais antigo fundo socioambiental da América Latina, e ajuda os outros países a criarem seus fundos. O novo marco legal auxilia para empreender sem punição, com apoio financeiro e institucional [trecho incompreensível].

Momento de abertura para debates.

Pergunta do público

A Secretaria criada por Lula [?], desenvolve finanças solidárias, e há apoio aos fundos solidários e ao processo de criação de fundos. Do mapeamento que foi feito para aplicar a metodologia de fundos solidários, foram mapeadas mais de mil experiências com fundos. Qual a possibilidade para a sociedade/comunidade poder gerenciar ou ter um plano de aplicação com fundos locais na própria comunidade? O que eles querem é que a própria sociedade decida como usar o recurso - a ideia é que o governo ponha dinheiro em entidades que já conseguem arrecadar seus próprios recursos, para que eles decidam como aplicar, porque só eles sabem as demandas do dia a dia, de Brasília não podem decidir como gastar os recursos. Existe a possibilidade de combinação de esforços? Eles precisam de uma estrutura que pudesse financiar fundos comunitários.

Ana Beatriz Oliveira

Em 2006, o FNMA tentou algo semelhante - a rede brasileira de Fundos Nacionais - Fundos Locais. Um fundo central repassaria recursos para fundos locais, e estes repassariam às ONGs. O que falta é um desenho institucional. Problema: se um dos projetos pequenos atrasasse ou errasse a prestação de contas, pararia todo o repasse de recursos federal. Mas isso é um assunto que sempre volta à pauta: um projeto pequeno rende mais. Ele sugere radicalização, não necessariamente com a participação do governo.

José Eduardo Sabo Paes

Os modelos jurídicos podem ser criados, mas há falta de capacitação para aprimoramento desta questão. É possível o estudo da possibilidade [de personalizar] entes públicos e privados para que hajam responsáveis para receber estes recursos. Ou seja, capacitar pessoal adequado para este fim. Deveria ter normas mais claras. Juridicamente é possível, mas a complexidade é enorme.

Ademar Bertucci

O financiamento foi retirado do Marco para que fosse aprovado na Câmara. O nome 'difuso' já está perdendo a força, precisa-se de um Fundo Nacional de delegação. Os direitos são indissociáveis. Não há uma definição legal do que seja do terceiro setor, que deveria ter recursos maiores.

José Eduardo Sabo Paes

Não tem dúvida de que e com ação solidária é fenomenal, mas as regras do Direito público e administrativo demoram muito para serem alteradas. A regulamentação do Ministério da Justiça não vingou em razão da falta de capacidade das organizações para atender à prestação de contas. O governo teve postura de não levar adiante o projeto, porque ele tinha viés, inclusive, de renúncia fiscal. É possível estudar a possibilidade de entes públicos e privados que sejam personalizados (pessoas jurídicas) para que possam ser responsabilizados. É preciso ter normas mais flexíveis para minimizar as dificuldades de execução.

[Trecho do debate não foi captado]. Volta às apresentações dos palestrantes convidados

Paula Fabiani

Observação: A relatoria esteve centrada na apresentação de Power Point fornecida pela palestrante

Inicia a apresentação intitulada "Fundo Patrimonial: instrumento de sustentabilidade de uma OSC".

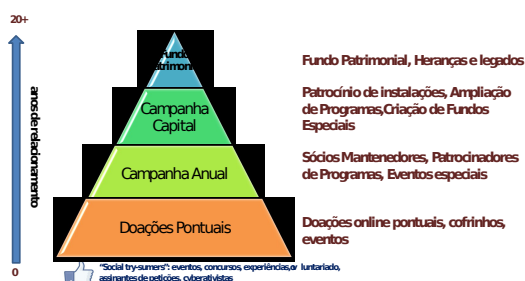
Fundo patrimonial é um "Um fundo composto por doações com a condição de seu principal (valor doado) ser mantido intacto e investido para criar uma fonte de recursos para uma organização. Doadores podem estabelecer um Fundo Patrimonial para financiar um interesse específico, assim como o Conselho de uma entidade sem fins lucrativos pode estabelecer um Fundo Patrimonial. Em qualquer um dos casos, um Fundo Patrimonial tem por princípio a manutenção do valor doado na perpetuidade (ex.: FMCSV), ou por um período de tempo definido (ex.: Fundação VITAE) ou até que recursos suficientes sejam acumulados para atingir um propósito específico (ex.: FBDH)".
Fonte: site nonprofit.about.com

Sobre a história dos fundos patrimoniais, entre mais famosos com mais de 100 anos e impacto relevante na sociedade encontramos o endowment da Rockefeller Foundation (US\$ 3,5 Bi em 2011) e o Carnegie Endowment for International Peace (US\$ 300 Mi em 2012). Outro exemplo é o do empresário Andrew Carnegie, que estava à frente de seu tempo. Ele disseminou o conceito de que os ricos têm uma obrigação moral de devolver à sociedade suas fortunas, e afastou-se do modelo assistencialista de filantropia prevalecente na época. O também empresário John D. Rockefeller também foi um dos pioneiros na filantropia estratégica. A Rockefeller Foundation

financiou, ao longo de sua história, mais de 170 indivíduos que receberam prêmios Nobel, além de apoiar inúmeros projetos que contribuíram para um desenvolvimento mais igualitário da humanidade.

Entre as razões para se criar um fundo patrimonial estão (i) perpetuar uma causa: educação, cultura, dentre outros; (ii) por interesse do instituto em perpetuar valores em sua família e na sociedade; (iii) em função de determinar um fim específico para ampliar os recursos; (iv) ter estabilidade operacional a longos prazos trazendo benefícios para a sociedade; (v) ter independência; (vi) profissionalização da governança e da operação, e para se ter margem para a excelência e não perder foco com captação.

A pirâmide de doações e o processo de cultivo ao doador



A estruturação de um fundo patrimonial passa pela discussão e entendimento das seguintes questões: (i) composição e missão do fundo patrimonial; (ii) perpetuidade ou período específico, doação no início; (iii) Quanto se pode gastar por ano (taxa de resgate); (v) definir regras de governança: definindo regras com os Conselhos, órgãos consultivos, operação e órgão deliberador.

Deve-se definir um modelo de gestão de recursos que seja ágil e contínuo. A estrutura de governança é testada, seguindo regras pela CVM que tem poderes de normatização e fiscalização, se apoiando nas orientações da ANBIMA, organização que representa as instituições do mercado de capitais brasileiro. Ela deve passar pela discussão das seguintes questões: (i) Composição e missão do Fundo Patrimonial; (ii) Quanto poderá ser gasto por ano (“taxa de resgate”); (iii) É preciso definir uma regra clara de utilização do Fundo Patrimonial para que o conceito de perpetuidade prevaleça; (iv) O valor do fundo a ser gasto anualmente deve considerar o potencial de retorno no longo prazo acima da inflação.

Em um fundo patrimonial, o valor a ser gasto por ano (“taxa de resgate”) pode ser observado de acordo com o exemplo a seguir baseado numa taxa de resgate de 5%. Para um patrimônio de fundo

de 1 milhão, o gasto anual seria de 50 mil; para 2 milhões, 100 mil, para 10 milhões, 500 mil, para 50 milhões, 2.5 milhões e para 100 milhões, 5 milhões.

Sobre a governança é necessária a definição de regras para a utilização do fundo, processos decisórios (revisão estatutária) e estrutura de governança da Gestão do Fundo patrimonial que deverá ter um órgão deliberativo (conselho), órgãos consultivos (como um Comitê de investimentos) e de operação (Consultoria de risco, Área financeira e gestores).

Maiores fundos patrimoniais no mundo

Rank	Organização	País	Sede	Fundos Patrimoniais (\$USD)	Ano de fundação
1°	Stichting INGKA Foundation	Holanda	Leiden, Netherlands	\$36.0 bilhões	1982
2°	Bill & Melinda Gates Foundation	Estados Unidos	Seattle, Washington	\$34.6 bilhões	1994
3°	Wellcome Trust	Reino Unido	Londres	\$22.1 bilhões	1936
4°	Howard Hughes Medical Institute	Estados Unidos	Chevy Chase, Maryland	\$16.1 bilhões	1953
5°	Ford Foundation	Estados Unidos	Cidade de Nova York, Nova York	\$11.0 bilhões	1936
6°	J. Paul Getty Trust	Estados Unidos	Los Angeles, California	\$10.5 bilhões	1982
7°	Mohammed bin Rashid Al Maktoum Foundation	Emirados Árabes	Dubai	\$10.0 bilhões	2007
8°	Robert Wood Johnson Foundation	Estados Unidos	Princeton, New Jersey	\$9.0 bilhões	1972
9°	Li Ka Shing Foundation	Hong Kong	Hong Kong	\$8.3 bilhões	1980
10°	The Church Commissioners for England	Reino Unido	Londres	\$8.1 bilhões	1948
11°	William and Flora Hewlett Foundation	Estados Unidos	Menlo Park, California	\$7.4 bilhões	1967
12°	Kamehameha Schools	Estados Unidos	Honolulu, Hawaii	\$7.3 bilhões	1887
13°	Lilly Endowment	Estados Unidos	Indianapolis, Indiana	\$7.28 bilhões	1937
14°	W.K. Kellogg Foundation	Estados Unidos	Battle Creek, Michigan	\$7.26 bilhões	1930
15°	Robert Bosch Foundation	Alemanha	Stuttgart	\$6.9 bilhões	1964

Na Área de Educação os fundos patrimoniais são mais conhecidos por sua gestão diferenciada e retornos expressivos, como é o caso dos fundos das Universidades De Harvard e Yale (Us\$ 32 Bilhões E Us\$ 19 Bilhões, Respectivamente). A existência desta estrutura permite que a entidade invista em pesquisa, construa melhores instalações e busque excelência nas suas atividades. Aquelas que se utilizaram desta estrutura ocupam atualmente posições de destaque nas suas áreas de atuação. Dentre as 10 melhores instituições de ensino do mundo, 6 são dos Estados Unidos e 4 da Inglaterra, e todas possuem *endowments*.

Rank	Universidade	País	Fundos Patrimoniais
1°	Harvard University	Estados Unidos	US\$ 32 bilhões
2°	Stanford University	Estados Unidos	US\$17 bilhões
3°	Massachusetts Institute of Technology (MIT)	Estados Unidos	US\$10 bilhões
4°	University of Chicago	Estados Unidos	US\$6,57 bilhões
5°	University of Oxford	Reino Unido	£3,9 bilhões
6°	University of Cambridge	Reino Unido	£4,3 bilhões
7°	California Institute of Technology (Caltech)	Estados Unidos	US\$1.747 bilhões
8°	Yale University	Estados Unidos	US\$ 19 bilhões
9°	Imperial College London	Reino Unido	£ 76 milhões
10°	UCL (University College London)	Reino Unido	£72 milhões

São desincentivos ao estabelecimento de fundos patrimoniais a ausência de previsão legal ou de um instituto jurídico específico; a

inexistência de incentivos fiscais à instituição e aos doadores para doações a fundos patrimoniais; cultura de doação atrelada a projetos; a incipiência de serviços especializados. As associações e fundações que conseguem manter fundos patrimoniais funcionando buscam enquadrar-se em legislação inadequada para o estabelecimento deste tipo de estrutura.

Existem grupo de estudos de fundos patrimoniais. Em 2012 o IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) e a Endowments do Brasil, com o apoio do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e do JP Morgan, criaram um grupo de estudos para desenvolver o tema de fundos patrimoniais no país.

Com a contribuição de representantes de 33 organizações da sociedade civil, Ministério Público, universidades e advogados, totalizando 90 participantes, o Grupo de estudos desenvolveu e apresentou um Projeto de Lei para os fundos patrimoniais para a Secretaria-Geral da Presidência que apoia a iniciativa. o objetivo do projeto de lei é regulamentar a criação de fundos patrimoniais vinculados (chamados de “*endowments*” em inglês), instrumentos que viabilizam a sustentabilidade e provêm recursos financeiros para uma instituição sem fins lucrativos. Entende-se que a sociedade civil brasileira precisa de mecanismos que promovam a sustentabilidade de suas organizações. Este projeto de lei é uma iniciativa que objetiva o fortalecimento de iniciativas que promovam o bem estar social, educacional, cultural e ambiental de nossas comunidades. O Brasil necessita de uma legislação moderna de fundos patrimoniais que promova a cultura de doação no país.

Os principais aspectos do projeto de lei são: (i) Fundo Patrimonial Vinculado (FPV) como figura jurídica autônoma, prevista no Código Civil, e com patrimônio segregado do da organização que o instituiu; (ii) previsão de incentivo fiscal para doações de PJ e PF aos FPVS criados por organizações qualificadas como de utilidade pública federal ou Oscip e isenção de imposto sobre rendimentos do FPV; (iii) transparência e segurança: os FPVS deverão ser definidos através de atos constitutivos específicos, estabelecendo regra de resgate, política de investimentos, vínculo permanente com a organização beneficiária e normas para sua governança e operação (incluindo transparência das informações), que promovam o foco no longo prazo.

K.

K.

Verdade

Sou diretora executiva de um fundo independente da sociedade civil que não é vinculado a nenhuma empresa ou órgão de governo. Este é o único fundo da sociedade civil destinado a apoiar o protagonismo das mulheres jovens e adultas. São 13 anos de experiência no investimento social em mulheres jovens e adultas em que já foram apoiados quase 300 grupos de mulheres em todo o Brasil. Através de 19 concursos de projetos, foram repassados mais de R\$ 4 milhões diretamente sendo a previsão de distribuição de recursos de 2014 em

torno de 1 milhão de reais. Acreditamos que meninas, jovens e mulheres são as principais agentes de transformação da sociedade e os investimentos feitos no protagonismo delas retornam em grandes e expressivas mudanças sociais nas comunidades em que estão inseridas.

O trabalho consiste basicamente na mobilização de recursos em âmbito nacional e internacional para o investimento social nas mulheres. Para tal são lançados, avaliados e selecionados, através de concursos-editais, projetos de organizações e grupos dirigidos por mulheres jovens e adultas. Por conta do SICONV e do fato de que a maioria das OSCs no Brasil não é de grande porte, muitas não têm a possibilidade de acessar recursos públicos.

Também oferecemos consultoria para fundações e empresas nacionais na temática de gênero, equidade racial e direitos humanos das mulheres através da implementação de programas de investimento social em mulheres, seminários específicos, workshops e materiais informativos que são meios para se captar recursos.

A captação é a mais variada possível. Captamos recursos nacional e internacionalmente através de participação em concursos e envio de projetos específicos. Temos um constante diálogo com as empresas para abrir espaço para o investimento social em mulheres no Brasil. Atuamos para criar no Brasil uma cultura de doações e filantropia focada na justiça social e buscar criar relações de longo prazo com os possíveis doadores. Isso é mais do que a caridade, que acontece de maneira pontual. Incentivamos projetos de transformação social a médio e longo prazo. Como prestação de serviços desenvolvemos metodologias de investimento responsável e sustentável sobre os direitos das mulheres, para as empresas que pretenderem fazê-lo e não sabem como.

Entendemos que existem muitas diferenças entre o assistencialismo e a transformação social. O assistencialismo está baseado na ideia de piedade, caridade, culpa, não está preocupado com cidadania, direitos, acesso a justiça e políticas públicas, cria relações de dependência não investe em transformação social, favorece ONGs de fachada e corrupção e não investe na construção de movimentos sociais e cria relações hierarquizadas. A transformação social, por sua vez, parte de oportunidades concretas e da mudança de realidade. Tem como princípio a cidadania e acesso à direitos e políticas públicas, o apoio no desenvolvimento de capacidades e educação, a transparência, traz diferenciais competitivos e agrega valor social a marca e aos produtos e trabalha com grupos de mulheres com impacto real em suas comunidades.

Em relação às linhas de atuação, o Ellas tem como eixo a não a violência contra as mulheres e meninas, o fim da violência doméstica, o fim da violência contra Aativistas, o enfrentamento do racismo e fortalecimento das organizações de mulheres negras e a autonomia

econômica das mulheres com foco no empreendedorismo, na economia criativa e solidária e nas trabalhadoras domésticas. Também existem linhas de investimento voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos (Mulheres e HIV/Aids e Direitos reprodutivos); preservação do meio ambiente (desenvolvimento justo e sustentável, Mudança climática e seus impactos) e Cultura, comunicação, arte e esportes (Campanha Ah, então aou feminista!).

O sistema de controle e administração de custos ocorre por meio de uma gerência administrativa-financeira e o conselho fiscal do Ellas. O fundo conta com contador e auditorias externas. São mecanismos de distribuição simplificada de recursos complexos às organizações. Entidades menores talvez não possam acessar recursos mais complexos, e aí vem a atuação desse fundo.

Hoje são muitas empresas e fundações internacionais que apoiam o fundo tais como a Fundação Ford, Action Aid entre muitas outras.

Moderador Bruno Vichi

Qual foi a estratégia usada para a diversificação de recursos, diante da dificuldade de financiamento?

K.K. Verdade

A atuação em rede é muito positiva, porque antecipa os problemas. Atuamos em diferentes frentes: mudamos o nome, fizemos uma marca mais suave depois de pesquisa realizada que demonstrou a necessidades das mulheres estarem a frente das ações devido o impulso da presidenta do país ser mulher. Também investimos no setor de comunicação para dialogar melhor com as empresas. Aproveitamos do momento de “ímpeto pró feminista” de empresas, impulsionado pelo governo Dilma trabalhando em prol da diversificação de fontes. O universo de captação deve ter várias frentes, incluindo a captação de recursos da própria sociedade civil. Há muita riqueza plural.

Elias Lino

A apresentação será um relato de uma experiência, a história de uma comunidade em Fortaleza, que é uma das cidades mais desiguais do mundo. Trata-se do Bairro Palmeiras, no extremo sul, onde antes [de ser instalada a comunidade] havia um lixão. Na década de 70 (em 1973), moradores de áreas mais nobres de Fortaleza foram deslocados pela especulação imobiliária, e despejados em uma região alagável e pantanosa, em que só havia palmeiras. Áreas que depois foram chamadas de “Conjunto das Palmeiras”.

Naturalmente surgiram lideranças comunitárias no bairro e uma associação de moradores, na década de 80/90, começou a mobilização social. Na década de 90, houve um seminário em que se decidiu urbanizar o bairro. Por mas de dez anos foram exigindo do

governo aquilo que era de sua responsabilidade, e também atuando por força própria. Recentemente, como exemplo, a juventude do bairro reformou a praça. Em regime de mutirão, foi feita toda a urbanização do bairro. No final da década de 90, o bairro estava totalmente urbanizado.

Verificou-se que as pessoas que contribuíram para construir o bairro estavam indo embora, e se questionaram por quê. Verificaram que isso ocorria porque o bairro estava ficando caro. Começaram, então, a pensar uma forma de permitir que essas pessoas usufruíssem de seu trabalho, e nesse contexto foi criado o Banco Palmas.

O princípio do Banco é ser simples. Trata-se de um banco comunitário tem que ter organização e o controle por parte da associação de moradores. Daí surgem crédito para produção e para consumo (para moradores) e prestação de serviços - correspondente bancário, pagamentos móveis (por celular), microsseguro, educação profissional e financeira (público típico das periferias) e feiras.

Notamos que o crédito, no Brasil, teve ascensão muito rápida, mas a educação financeira não acompanhou esse processo, gerando uma população endividada. A atuação ocorre por meio de *prosumatores* (produtores, consumidores e atores) solidários: todo o mundo tem que consumir, e tem também que produzir. Mas ser ator e solidário é uma questão de escolha. Em rede, é melhor e mais fácil conseguir os objetivos individuais, ocorre a relativização do objetivo de maximização do lucro.

Há um laboratório de inovação e pesquisa para bancos comunitários em que são feitas análises econômicas para auxiliar o trabalho do Banco.

O crédito ocorre para a economia informal, empreendedores e para empresas. Trabalham com microcrédito. No crédito para consumo, não cobram juros. No crédito para produção, cobram-se juros compatíveis com a capacidade financeira da empresa. Para a produção os juros são de 0,5% a 3%. Foi criada uma moeda própria (Palmas), que só circula no bairro e estimula a movimentação da economia, com potencialização da economia local em que a comunidade é autosustentável. O Banco trabalha com média mensal de 2 milhões de reais. O bairro tem 42 mil pessoas, e há processo de ampliação da área de abrangência, mas não muito, para não perder o caráter. Possui também um projeto com a Prefeitura de Fortaleza para o estímulo a bancos comunitários.

Ademar Bertucci

É fundamental a gestão com fundos administrados pela sociedade. Fundos solidários são a força popular na organização de um país mais justo e soberano [Exibe vídeo que tem panorama da atuação em rede dos fundos solidários]. Ideia de fundos pequenos, que sejam administrados pelas próprias organizações.

O trabalho que está sendo apresentado não é da Cáritas, mas de um levantamento dos fundos existentes no Brasil. Fundo não é financiamento, exclusivamente. Mais que isso, é a capacidade de ele criar formas organizativas – projetos políticos pedagógicos. Põe em questão a afirmação de que as organizações não têm capacidade financeira. Nova economia solidária: partilha, colaboração e valores culturais.

5.3. Atividade paralela: Relatoria especial da ONU sobre liberdade de associação, reunião e manifestação pacífica

5.3.1 Apresentação/ objetivos:

A Relatoria Especial das Nações Unidas sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação opera de forma independente e propõe recomendações ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas por meio de relatórios e sistematização de informações sobre este tema em diversos países. O atual Relator Especial, Maina Kiai, apresentou recentemente um relatórios sobre boas práticas na promoção das liberdades de reunião e associação (maio de 2012) e outro sobre o acesso da sociedade civil a fontes de financiamento e recursos que fortaleçam a sua sustentabilidade (abril 2013). Esta atividade, organizada por Jocelyn Nieva, assessora legal para a América Latina do International Center for Non-profit Law (ICLN), a convite da Secretaria-Geral da Presidência, teve como foco apresentar e discutir esses conteúdos e avaliar as possibilidades de incidência e atuação na garantia deste direito. Foram objetivos centrais da atividade:

- 1) Conscientizar o público sobre as normas internacionais sobre a liberdade de associação e as fontes disponíveis sobre o tema - os particularmente os relatórios de Maina Kiai.
- 2) Conscientizar os líderes das OSCs de outros países sobre o processo participativo, inclusivo e transparente produzido a lei brasileira para que possam replicar as lições aprendidas e reunir esforços para a promoção de reformas legais em seus países.
- 3) Conscientizar a respeito do impacto que marcos legais restritivos têm sobre a sociedade civil.

5.3.2 Metodologia da atividade

A atividade, em formato de painel, foi organizada de forma a cobrir sete pontos principais de discussão: (i) apresentação ao Direito Internacional da Liberdade à Associação; (ii) apresentação do MROSC; (iii) discussão em formato de painel sobre relatórios da Relatoria Especial das Nações Unidas sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação e da Comissão Interamericana de

Direitos Humanos; (iv) discussão em formato de painel sobre o impacto do quadro legal nas OSCs por meio do compartilhamento de experiências com participantes internacionais do “Sul Global” e discussão em formato de painel sobre desafios e abordagens para a criação de condições favoráveis de parcerias entre Estado e OSCs do ponto de vista das reformas legais por meio do compartilhamento de experiências com participantes internacionais e representantes do Brasil.

5.3.3 Descrição da atividade

Participantes

Carla Pinder (Panamá)

Antonio Velasco (Bolívia)

Beatriz Luna (Peru)

Adriana Luiz Prestepo (Colômbia)

Beatriz (Brasil)

Felipe Viveros (Chile)

Miguel de Lavega (México)

Seguindo o roteiro planejado, a reunião teve início com as boas-vindas e os agradecimentos dados pela palestrante Sra. Jocelyn Nieva, assessora legal para a América Latina do International Center for Non-profit Law (ICLN), quem apresentou as diretrizes a serem debatidas, quais sejam: as novas ferramentas e obrigações dos Estados para garantir a liberdade de associação e a forma como as leis afetam a sociedade civil de todos os países envolvidos.

A fim de fomentar os primeiros debates, a palestrante explanou sobre a Relatoria Especial das Nações Unidas sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação e os relatórios apresentados pelo relator Maina Kiai sobre as boas práticas na promoção das liberdades de reunião e associação e sobre o acesso da sociedade civil a fontes de financiamento e recursos que fortaleçam a sua sustentabilidade. Com intuito de reforçar a ideia de que todos têm direito à associação sem restrições, o palestrante se valeu da inteligência do artigo 16 do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos da Convenção americana dos direitos humanos.

Jocelyn Nieva

Têm ocorrido repressões violentas de protestos e intimidação de defensores dos direitos humanos. Essas ameaças demonstram a dissidências de governos quanto à sociedade civil. Esses controles atacam a sociedade civil e a capacidade dos indivíduos de melhorarem sua qualidade de vida.

Em sua relatoria, Maina Kiai defendeu a ampliação dos direitos de associação no contexto das eleições da repressão das pessoas que se associam. Os avanços no tema dependem da boa vontade estatal e nesse contexto a iniciativa do Marco Regulatório brasileiro é vista com bons olhos.

A sociedade civil deve ser encorajada a se unir para impedir a competição inter-organizacional e com o governo. Kiai apresenta uma ferramenta relativamente nova para entender o tema das OSCs. Em 2011, a CIDH criou uma nova relatoria especial sobre defensoras e defensores de direitos humanos quanto às OSCs. Em 2012, saiu um informe temático com um capítulo inteiro para a liberdade de associação.

Existem padrões sobre a organização das OSC. Em muitos países, é difícil conseguir legalizar uma organização. As associações não precisam ser legalizadas, mas ter personalidade jurídica se faz importante para uma série de coisas e conquistas para com o governo. Os procedimentos de legalização devem ser, então, gratuitos, rápidos e o menos onerosos possível. Existem condições limitadoras que determinam quais os interesses dos Estados que justificam restrições à liberdade de associação. Só pode haver limitações previstas por lei. Essas limitações serão estritamente interpretadas. Devem ser condizentes. Previstas por lei: Uma lei aprovada pelo parlamento, pela legislatura. Decisões administrativas e decretos não valem. A lei tem que estar escrita com suficiente especificidade para que as pessoas entendam quem está proibido e qual seria a consequência de uma violação. Os Estados devem se abster de leis vagas, imprecisas e amplas. Essa lei restritiva deve ser necessária em uma sociedade democrática, proporcional à sociedade democrática. Tem que considerar as práticas de diferentes países. Devem ainda seguir o interesse da segurança nacional pública ou da ordem pública a fim de evitar um perigo real e não apenas hipotético. Deve tomar medidas menos intrusivas e drásticas para a sociedade. Limitações em prol do interesse nacional contra perigos iminentes.

Existem algumas novas ferramentas para se entender melhor e se defender melhor o direito à liberdade de associação:

- Direito de admissão: É direito de todos participar de debates sobre todos os aspectos vinculados ao funcionamento harmônico da sociedade civil;
- Vigilância e controle das OSCs: Ponto chave das organizações interamericanas de direitos humanos;
- Relatórios de ação de promoção: o Estado tem o direito de exigir qualquer informação para investigar as OSCs;
- Transparência e prestação de contas: os controles devem ser justos, objetivos e não-discriminatórios. Não podem servir para silenciar as críticas, para invadir a privacidade;

- Participação na formação de políticas públicas: Muitos países não deixam OSCs influenciarem na legislação e políticas públicas.
- Ratificação em contextos eleitorais: em muitos países, há legislação ambígua sobre a participação em assuntos políticos.
- Direito de buscar, obter e utilizar os recursos financeiros doados: Estado pode definir em que serão usados os recursos.
- Incentivos fiscais para as OSCs: responsabilidade dos Estados ajudarem através da isenção de impostos para doações;
- Liberdade de associação à grupos marginalizados: marginalizados por sua identidade (minorias étnicas, LGBTs, imigrantes etc.) e marginalizados pelo campo de atividade (direitos humanos etc.).

Em seguida, foi lida a carta do sr. Maina Kiai (já traduzida para o português) que não pode estar presente no evento.

Sr. Maina Kiai [transcrição da carta enviada por e-mail]

Estou encantando com a oportunidade de, mesmo que de forma singela, fazer parte deste importante encontro aqui no Brasil. Eu gostaria de agradecer à Secretaria-Geral da Presidência da República por seu interesse e vontade na minha participação nesta conferência. “Obrigado”!

Nos três anos que ocupo o cargo de Relator Especial das Nações Unidas sobre os direitos de reunião pacífica e de associação, o espaço global para sociedade civil e ação cívica tem diminuído de forma contínua. De fato, o meu mandato foi estabelecido em 2010 devido à preocupação com o aumento das restrições que os governos foram colocando sobre indivíduos e grupos e suas capacidades de reunir-se e associar-se. Este fenômeno não se limita a uma determinada região geográfica ou país; mas é difundido e alimentado por meio da difusão de práticas ruins de um Estado para o outro.

Algumas das tendências observadas mundialmente incluem o aumento da restrição do acesso a financiamentos externos por organizações da sociedade civil, a repressão violenta de protestos, assédio, intimidação e perseguição de defensores dos direitos humanos, a redução de associação online por parte dos governos que controlam o acesso à internet, incluindo os meios de comunicação social. Estas ameaças indicam de claramente de dissidência por parte dos governos, que se traduz em uma necessidade de controlar forças opostas que existem na sociedade. Tais controles atacam a própria finalidade da sociedade civil: a capacidade de indivíduos e das comunidades para se unir e trabalhar para melhorar a sua qualidade de vida.

Um dos papéis centrais dos relatores especiais é identificar e documentar as tendências que impeçam o gozo destes direitos.

Compreender o que está acontecendo na vida real auxilia o desenvolvimento de leis que impeçam estes obstáculos. Nos meus relatórios temáticos anuais, identifiquei e compilei as melhores práticas no exercício do direito à liberdade de reunião pacífica e de associação. Argumentei que o acesso aos recursos, incluindo o financiamento externo, constitui um elemento integrante do direito a liberdade de associação. Eu defendi o aumento dos direitos para proteção dos direitos à liberdade de assembleia pacífica e associação no contexto das eleições; e no meu último relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos em junho, apelei para uma maior proteção destes direitos para grupos em situação de maior risco de ataques e represálias por conta do exercício de seus direitos de se reunir e associar livremente.

Da minha experiência até agora como Relator Especial e também como um defensor dos direitos humanos, estou convencido de que os avanços na proteção dos direitos humanos são em grande parte dependentes de uma boa vontade política. É por isso que estou entusiasmado que a Secretaria-Geral da Presidência da República organizou nesta conferência uma oportunidade para sentar-se à mesa com a sociedade civil para discutir formas de empoderar o setor para desempenhar um papel de importância no desenvolvimento.

O Brasil se está posicionado como liderança na América Latina em muitas destas áreas. Como tal, tenho confiança de que a ideia de uma conversa honesta entre governo e sociedade civil, exemplificado por esta conferência, vai repercutir em toda região, inspirando outros Estados em se engajar mais de perto e de maneira consultiva com a sociedade civil; assim, encorajando a sociedade civil, como parceiros nas áreas de desenvolvimento político, social e econômico, ao invés de competidores.

Uma das prioridades do meu mandato é fortalecer este engajamento na América Latina e, para isso, estou entusiasmado para oportunidades de encontrar a sociedade civil da região e representantes governamentais como vocês no futuro próximo. Neste meio tempo, eu os desejo ótimas deliberações, resultados produtivos e sucesso nesta conferência.

Em seguida, foi feita uma introdução aos artigos n. 16, da Convenção Americana de Direitos Humanos e artigo n. 22, da International Covenant on Civil and Political Rights. Então, os representantes dos diferentes países foram convidados para apresentar qual a influência dos relatórios em seus países respectivos bem como o processo de constituição e registro das organizações da sociedade civil.

Carla Pinder (Panamá)

A realidade no Panamá é muito diferente do que se apresenta na prática a nível internacional e do que recomenda Maina Kiai. No Panamá todas as organizações da sociedade civil precisam de um

advogado para conseguir sua personalidade jurídica. O Panamá é um país muito pequeno porém com várias cidades o que faz com que muitas organizações tenham que gastar com viagens até a capital para realizar todo o processo de registro na sede do Ministério do Governo. Além disso, é exigida uma documentação complexa, repetitiva e abundante, e várias vezes é necessário corrigi-las e reapresenta-la, o que dificulta ainda mais esse processo. Recentemente foi feita uma pesquisa que em 99% das solicitações apresentadas ao governo tem que ser corrigidas: o trâmite é muito complexo e tem um custo muito elevado. Com todas essas dificuldades, várias associações ficam inviabilizadas de fazer esse processo permanecendo na ilegalidade.

Antonio Velasco (Bolívia)

No ano passado na Bolívia foi aprovada a lei n. 351 e posteriormente o decreto supremo n. 1597 que regula a questão da personalidade jurídica das OSCs. As novas normas exigem que todas organizações novas e antigas façam um processo de recadastramento e reabilitação. Assim, instituições com mais de 100 anos de existência tiveram que realizar todo processo de ativação e atualização de suas inscrições para o cumprimento dos requisitos e documentos institucionais com caráter retroativo. Isso significa, praticamente, ter que começar do zero para muitas instituições, ter que se reinscrever.

Existem dois tipos de registro, de obtenção por parte das OSCs do acesso à existência legal para as organizações que tem atividade em todo território nacional. As organizações fazem um processo entre o Ministério de autonomias [incompreensível], que é um tramite mais simples e fácil do que aquele que é feito pelas instituições que estão fazendo a inscrição pela primeira vez. É nesse âmbito que se apresentam os grandes problemas, porque o levantamento da parte administrativa está atuando sem contar com uma norma de respaldo e suporte que se seria necessária, de uma norma macro. O principal problema das normas legais está na falta de uma definição clara dos atores jurídicos que estão sujeitos aos trâmites para a obtenção da personalidades jurídicas. As normas existentes são normas essencialmente administrativas que não são compatíveis com o Código Civil que é a norma-mãe do direito comum.

Beatriz Luna (Peru)

No Peru existe um Código de Direito Civil com muita flexibilidade no que toca o direito privado. Existem poucas regulamentação que são bastante flexíveis, fáceis e acessíveis a respeito da criação de novas associações. Porém, do ponto de vista do Direito Público, não há um marco regulatório favorável às organizações da sociedade civil no que diz respeito a aspectos básicos como benefícios tributários (as questões tributárias são limitadas assim como as parcerias). Não há regulação clara. A cooperação internacional tem uma ação de tutela que declarou inconstitucionalidade entre interesse público e privado

nesse campo no Peru. Porém, por exemplo, para que uma OSC receba dinheiro de um doador internacional é não necessário uma autorização do Estado.

Pedro Ressi (Argentina)

Atualmente existem cerca de cem mil organizações na Argentina e provavelmente a metade tem estrutura de forma a poder receber os benefícios que a cobertura legal deve prover a essas instituições. Porém, somente vinte cinco mil se qualificaria para realizar a exigências previstas no processo de regulamentação. Assim, em função de todo esse processo, apenas aproximadamente 12.500 organizações são as que finalmente alcançam a regularização. O processo ainda é obsoleto e não se adequa à realidade argentina e tampouco e ao crescimento e tamanho das diferentes organizações. Há poucos incentivos a doadores que queiram participar, mas pode-se doar a quem quiser, ainda que os benefícios só vão para as organizações reconhecidas/regularizadas.

Existem algumas regras em que entidades educativas, promoção de partidos políticos entre outras podem receber incentivos e entidades relacionadas à cultura, meio-ambiente, direitos humanos etc., não são contempladas como categorias beneficiadas com fundos que dão benefícios aos doadores.

Adriana Luiz Prestepo (Colômbia)

A liberdade de associação jurídica nada mais é do que a criação jurídica do instinto gregário dos seres humanos onde qualquer ser, até mesmo os animais, passa pela cooperação, a união e a associação para controlar a sua subsistência. Então é muito importante que os processos nesse sentido sejam simples e sem burocracias. O primeiro passo que tem que ser dado, a primeira coisa que devemos proteger é o horizonte de organizar-se para a defesa e a subsistência. Assim, com essa perspectiva, a leitura que é feita com relação à liberdade de associação e observando os grupos de riscos, é a que existe uma assimetria que marginaliza as pessoas. Essas assimetrias dizem respeito ao poder econômico ou a posturas político-sociais sobre a cor da pele, gênero ou quaisquer características que se diferenciam da maioria da população de um país. Essas assimetrias se traduzem em associações para que as pessoas tenham voz na democracia, para ações populares em busca de justiça, para o controle dos funcionários e para a inclusão na estrutura formal econômica.

Na Colômbia não existe nenhuma restrição a liberdade de associação. Desde 1955 não é feito o controle das personalidades jurídicas na Colômbia, o que faz com que qualquer pessoa possa ter uma organização, uma pessoa jurídica. O problema é a cooptação e a instrumentalização da sociedade civil por parte do governo e dos governantes para diferentes propósitos de forma a asfixiar a voz das

pessoas. A liberdade é para se associar. Existem três exceções a liberdade de se associar: a liberdade de deixar de se associar e a liberdade de não se associar e em qualquer umas delas tem que ter um fator civil, do cidadão. No momento em que o governo começa a criar uma organização civil, se perde o fator civil desta Organização da Sociedade Civil.

Beatriz (Brasil)

O Brasil chegou a esse momento em que a sociedade civil e o governo federal conversam sobre participação social e sobre o caso do Marco Regulatório porque existe um ambiente em que há ameaças à liberdade e à associação na perspectiva da participação social, sobretudo as questões ligadas ao acesso aos recursos públicos e ao uso das imunidades constitucionais das isenções tributárias que as organizações tem direitos. No entanto, o excesso de burocracias e todas as dificuldades descritas também fazem parte da realidade brasileira.

No Brasil tudo se iniciou a partir de uma demanda das próprias organizações da sociedade civil onde a partir do diagnóstico das dificuldades de associação e registros das instituições, as organizações se reuniram em uma Plataforma por um Novo Marco Regulatório cuja proposta foi a apresentada em nas eleições de 2010, uma proposta por parte da OSCs aos possíveis presidentes. A presidente Dilma aceitou a proposta antes de ser e eleita e está cumprindo com esse compromisso.

O fato político que motivou a criação do grupo de trabalho entre governo e as OSCs foram as denúncias de que algumas OSCs estavam sendo cooptadas para servir para fins de desvio de verba. Assim, foi publicado um decreto e instituído um grupo de trabalho em que participaram as OSCs e representantes do governo federal dando início às atividades do novo Marco Regulatório contexto em que foi criado uma agenda e uma proposta de mudança da lei.

Um ponto importante é a possibilidade de fazer uma política participativa também para dentro do governo, ouvindo os servidores e trabalhando em conjunto com as OSCs. Porém o Brasil ainda tem muito desafios e tem uma preocupação de como avançar para não correr o risco de retrocesso nesse sentido.

Felipe Viveros (Chile)

Com base nas experiências da veiculação entre as OSCs e os quatros últimos diferentes governos do Chile, é possível obtermos algumas lições que misturam o sentimento de otimismo e pessimismo. O ambiente que se vive no Chile é de grandes mudanças democráticas. No geral se tem um crescimento positivo em relação às OSCs, que permite termos uma experiência positiva de projeto de lei no Chile com apoio de segmentos da sociedade civil, que serviu como compensação política dos partidos políticos da mesma forma que a lei

de benefícios quanto às doações para as organizações que levavam a consciência dos legisladores [trecho incompreensível].

O novo modelo da reforma e regulação das OSCs no Chile foi criado há dois anos. Antes disso se tinha uma arbitrariedade no período da ditadura que havia muita demanda por recursos estatais, e trabalhar com Estado, com o governo federal chileno era visto com algo ruim, “sujo”. Para se aprimorar a relação das OSCs com o Estado é preciso mostrar espírito unitário entre as associações, um diálogo crítico com os legisladores, equilíbrio entre a negociação de interesses e os aspectos novos da legislação.

Miguel de Lavega (México)

No ano passado no México houve uma reforma fiscal onde foi colocado um limite para as doações para as OSCs que colocou em risco a existência de milhões de organizações. Após alguns meses de discussão, as OSCs conseguiram eliminar da Lei de reforma fiscal, onde qualquer organização ou cidadão tem direito de influenciar as decisões públicas para melhorar e complementar as decisões de políticas públicas. Eles tinham que colocar umas preocupações comuns para os legisladores usando as redes sociais. Também é necessário articulação entre as associações, redes de comunicação para que os meios e o presidente sejam pressionados. A questão deve alcançar a agenda pública e os funcionários públicos têm que querer dialogar. Políticas de incidência devem ser sustentáveis. As propostas têm que ser razoáveis para influenciar o governo também. Devem ser de interesse público e serem apropriadas. O México também está tentando modificar o Marco Regulatório que no México é chamado de “Marco de fomento”: as organizações precisam de um marco que garanta a transparência e que fomente as suas existências.

Em um terceiro momento foi aberto para o público e palestrantes discutirem sobre o que foi o que foi relatado pelos palestrantes convidados.

6.4. Atividade paralela: Oficina de criação de interface própria do Sistema de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV para as OSCs

6.4.1 Apresentação/ objetivos:

Esta atividade paralela integra as ações da agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil e faz parte do atual processo de aperfeiçoamento do Sistema de Convênios e Contratos de Repasse da Administração Pública Federal (SICONV). Teve como objetivo reunir sugestões para a criação de uma interface própria, que atenda de maneira adequada as especificidades das organizações da Sociedade Civil. Para isso, foi organizada de maneira a descobrir as fragilidades e os desafios do SICONV atual, no que tange a sua usabilidade e listar sugestões que sirvam de parâmetros

para a criação da nova interface. Estiveram presentes gestores, representantes de organizações da sociedade civil (OSCs), representantes da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MPOG), do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e responsáveis pela gestão e desenvolvimento do SICONV.

6.4.2 Metodologia da atividade

A metodologia aplicada nessa oficina foi dividida em duas etapas. Primeiramente os participantes se dividiram em 6 grupos com temas escolhidos para a montagem da dinâmica. A escolha dos grupos se deu de forma individual em que cada participante escolheu o grupo com o tema que mais lhe despertasse interesse. Os temas foram: cadastramento, credenciamento, programa, plano de trabalho, processo de compra, contrato e prestação de compras. Para cada grupo foi designado um facilitador (a) que apoiava e ajudava na dinâmica da metodologia. Após todos estarem posicionados em seus grupos, os participantes se apresentaram para o grupo e em seguida, foi orientado que as experiências fossem redigidas em pedaços de cartolina e fixados na parede, abaixo de um pedaço de cartolina escrita com o substantivo VIVÊNCIA. Para dar início aos debates, os participantes foram submetidos a duas questões, são elas:

1. Quais as dificuldades do uso das interfaces do SICONV pela OSC?
2. Quais as suas sugestões de melhoria na interface do SICONV para as OSC?

As questões passaram por um debate intenso, e as respostas eram escritas em pedaços de cartolinas coloridas e afixadas na parede (painel) para que todos os participantes visualizassem e continuassem opinando, se necessário, acerca daquela resposta. Além dos grupos, tivemos houve ainda uma mesa que simulava o Help Desk do SICONV, com o intuito de tirar dúvidas acerca do sistema. Compuseram essa mesa os senhores Amazico Josué Rosa (Secretaria-Geral da Presidência), João Batista Ferri de Oliveira e o José Antônio de Aguiar Neto (ambos da SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação).

6.4.3 Descrição da atividade

Abaixo estão descritos os posicionamentos de cada grupo em relação as questões colocadas.

Grupo 1 - Cadastramento, credenciamento e programa

Facilitador - André

Participantes: Marcelo Correia Leal de Melo, Vanessa Alves Conceição Ramos, Ivoneide Silva Bispo, Paulo José Santana e Rodrigo José Santos Lopes.

Foi observado que os participantes do grupo tinham em média três anos de experiência com o uso do atual sistema, entre acompanhamento e elaboração de projetos.

Entre as dificuldades apontadas pelos participantes das organizações da sociedade civil, encontram-se as seguintes:

- No cadastramento, quando há um erro, o SICONV não indica qual é, e nem onde está o erro, fazendo com que o usuário tenha que percorrer todo o formulário, na tentativa de solucionar tal problema. E quando tem uma mensagem de erro, essa não é clara e também não indica aonde deve ser consertado;
- Não existe um extrato da movimentação financeira on-line;
- Falta autonomia para inclusão de documentações legais da entidade;
- O sistema não emite comprovação de documento;
- O sistema não salva informações;
- Foi unânime entre os participantes do grupo a crítica da lentidão do sistema;
- O sistema não possui telas para termos de parcerias.

Diante de um debate produtivo em relação as críticas do SICONV, podemos destacar as seguintes sugestões de modificação e melhoramentos:

- Melhorar a ajuda no SICONV criando HINTS (dicas);
- Incluir atualizações das certidões negativas;
- Gerar de relatórios;
- Melhorar o fluxo de trabalho;
- Ter o apoio dos agentes que cadastram;
- Criar funcionalidades para inclusão e atualização de provimentos institucionais (ata, estatuto e procuração);
- Criar tela única para realizar o pagamento;
- Melhorar as mensagens de erro, para indicação precisa do que tem que ser feito;
- Criar um módulo específico para o termo de parceria;

- Implementar o sistema, para armazenar dados na nuvem¹;
- Implementar o salvamento automático, pois em uma eventual queda do sistema, o usuário continuaria do lugar em que parou;
- Criar uma tela única para inclusão do orçamento.

Grupos 2 - Proposta - Plano de trabalho

Facilitador - Gisela Gomes

Participantes: Zuleika de Fátima, Roberta Cardoso, Isaac E. Batista, Antônio Luiz Santos de Sena, Aline Luiz F. Ramos

A experiência dos participantes do grupo 2 em relação ao uso do Siconv foi variada. Havia participantes sem nenhuma experiência, outros que mal entendiam o sistema como parte da sua realidade. Por outro lado, havia participantes com conhecimento de cerca três anos na inclusão de propostas, pagamentos e prestação de contas e também participaram do grupo membros do corpo de formadores.

A discussão nesse grupo se iniciou de forma conturbada, principalmente pelo fato de um dos participantes denunciar que as pessoas que fizeram o curso de formadores (em outra oportunidade) não tinham tempo para atendê-los e depois de muita insistência, os mesmos queriam cobrar valores para passar o conhecimento adiante.

Após um debate caloroso, o grupo chegou as dificuldades abaixo relacionadas:

- O SICONV possui uma linguagem muito técnica e complexa;
- Os manuais existentes nos sistemas só atendem a um público avançado;
- Faltam caixas de diálogos explicativas no campo de formulários (usabilidade);
- Falta um apoio técnico, para atendimento de dúvidas on-line;
- Os dados não são validados em tempo real.

Diante dessas dificuldades, participantes chegaram as seguintes sugestões de modificação e melhoramentos para o SICONV:

- Necessidade de sintetizar (enxugar) o sistema, pois existem muitas abas repetitivas;
- Aumentar a capacidade de upload de arquivos;

¹ Computação nas nuvens é a tradução para o termo *cloud computing*. O princípio segue a linha do armazenamento de dados e informações na internet, acessível, assim de qualquer ponto. Por isso a utilização da palavra nuvem.

- Criar fóruns e chats (bate papo) com os monitores do SICONV para tirar dúvidas diversas;
- Aumentar a transparência na seleção dos multiplicadores, selecionando pessoas realmente comprometidas com as OSCs;
- Realizar cursos de capacitação presencial para alcançar o máximo de pessoas envolvidas com o sistema;
- Disponibilizar materiais educativos em diferentes plataformas;
- Validar dados em tempo real;
- No preenchimento de formulário, ter a capacidade de resgatar dados que já foram cadastrados no SICONV;
- Evitar preenchimento repetitivo de dados no campo dos formulários;
- Criar uma ferramenta de fiscalização e denúncia de multiplicadores que estão usando dos conhecimentos adquiridos publicamente para ganhar benefícios financeiros;
- Aumentar a fiscalização acerca das atividades realizadas pelos multiplicadores.

Grupo 3 - Plano de trabalho

Facilitadora - Silma Maria

Participantes: Pedro Lima Soares, Silvo L. Barbosa, Pamela Ieda Muniz, Fábio Gomes Pereira, Keila Barbosa de Menezes, Aldiza Soares da Silva

Em relação à composição do grupo, as experiências dos participantes estavam divididas entre dois segmentos: os que não tinham nenhum conhecimento e os que tinham um conhecimento sobre cadastramento, elaboração de plano de trabalho, acompanhamento de prestação de contas, execução de processos de compra.

De maneira harmoniosa, o grupo destacou as seguintes dificuldades do uso da interface do SINCOV:

- Lentidão na resposta para o concedente em qualquer solicitação;
- Necessidade de digitar várias vezes a mesma informação em um mesmo formulário;
- A navegação é confusa e as sessões expiram rápido demais, e quando expiram perde-se todos os dados que foram digitados;
- Responsividade das telas do sistema;
- Localização dos manuais;

- O sistema apresenta muitas quedas;
- Abreviatura de termos técnicos nas abas;
- Sistema fica parado enquanto não tem resposta do cedente, e nesse momento não se sabe se está em processamento ou o sistema travou;
- Dificuldade no registro de pagamento do servidor público, água, luz, processo de compra, contratos;
- Dificuldade de obter ajuda dentro do sistema, enquanto usa, sem perder o que já foi feito na tela.

Diante das dificuldades elencadas, o grupo chegou às seguintes sugestões de melhoria:

- Implementar um glossário de termos técnicos para leigos e iniciantes;
- Inserir algum tipo de animação que informa que o SICONV está aguardando uma resposta do cedente;
- Criar mecanismo automático que relacione as áreas de atuação da entidade com os editais;
- Criar lista de itens diversificados para compras com as suas especificações técnicas (SINAPI – caixa);
- Criar ferramentas que possibilite gerar relatórios de execução das metas e/ou de todo o sistema;
- Criar a possibilidade de preenchimento off-line e, ao final, enviar para a base de dados (de forma semelhante ao que acontece o sistema de preenchimento do imposto de renda);
- Disponibilizar novas unidades cadastradores ou permitir que as próprias entidades o façam;
- Na aba “Projeto básico”, acrescentar uma caixa explicativa com a diferença entre projeto básico e termo de referência.

Grupo 4. Execução - Processo de compra, contrato.

Facilitadora - Maria Célia

Participantes: Odilon Lucas de Brito, Tatiane A. Marques, Nair M. Barbosa Ribeiro.

A respeito das vivências com o programa SICONV, a maioria dos componentes deste grupo já possuíam experiência. Apenas um integrante não conhecia o funcionamento e o modo de utilização. Após as apresentações iniciais a respeito das organizações os

participantes representavam, descreveram quais eram as maiores dificuldades em relação ao sistema.

De maneira harmoniosa, o grupo sintetizou as seguintes dificuldades do uso da interface do SINCOV:

- Insuficiência de treinamento físico;
- Falta de capacitação *in loco*;
- Falta de ajuda quando ocorre erros no cadastro (que se repetem, na maior parte das vezes);
- Dificuldade de comunicação entre as entidades e os órgãos que financiam;
- Falta de retorno de prestação de contas;
- Falta clareza e maiores detalhes em relação aos relatórios financeiros;
- Alta exigência do sistema, evidenciada no nível de linguagem (muito complexo), muitas vezes inacessível ao nível de entendimento das entidades.

Diante das dificuldades elencadas, o grupo chegou às seguintes sugestões de melhoramento para o SICONV:

- Criar validação de prestação de contas;
- Criar links diretos com os órgãos concedentes e usar experiências de prestações de contas mais simples em outros órgãos;
- Usar uma linguagem mais simples para poder atender melhor as entidades;
- Ter uma explicação mais sucinta de alguns termos técnicos;
- Criar campos de ajuda, com notas explicativas.

Grupo 5 - Execução - Processo de compra, contrato (Continuação)

Facilitadora - Helena

Participantes: Marcos Borges de Souza, Marcio Daniel Becker, Graça Rosana Ferreira, Joelma Cunha, Pedro Oliveira da Cruz

A experiência dos componentes do grupo foi bem rica, variando desde o conhecimento total de todos os módulos do SICONV, até o acompanhamento da evolução do sistema. Ressalta-se que uma participante possuía 6 anos de experiência em prestação de contas e outro trabalhava exclusivamente no cadastramento no SICONV.

Diante de toda essa experiência do grupo e após vários debates em duplas e com todos os participantes, os mesmos chegaram as seguintes dificuldades:

- A linguagem do sistema é extremamente técnica;
- Não se pode alterar informações sem perder dados incluídos anteriormente;
- Não se pode alternar a tela sem perder dados. Um bom exemplo é quando, terminando a inclusão de um documento de liquidação, é necessário um número de CPF, nesse momento você tem duas alternativas: ou procura o CPF nos documentos ou volta a tela para anotar o CPF e começa tudo de novo;
- A quantidade de caracteres em algumas caixas de texto são limitadas;
- O tamanho do arquivo para upload é muito pequeno (anexos);
- A comunicação do SICONV com as instituições bancárias, não traz as informações como, por exemplo, o nome do favorecido, no caso do fornecedor de determinado produto ou serviço;
- Faltam cursos presenciais para as organizações da sociedade civil;
- Não há a possibilidade de realização de pagamentos com código de barra (contas de energia, correios, faturas de empresas vencedoras de licitação de passagens aéreas e etc.);
- Os manuais em pdf são produzidos em uma linguagem muito técnica e pouco acessível;
- Há necessidade de acesso online durante todo o uso do sistema.

Diante dessas dificuldades, o grupo chegou as seguintes sugestões:

- Criar de sub filtros (às vezes você seleciona um item e ele abre uma nova tela, mas com todos os itens, independente do filtro inicial que você escolheu);
- Melhorar a categorização dos itens de despesa de forma que não dependa da interpretação de cada técnico;
- Criar vídeos tutoriais que ensinem a manipulação correta do SICONV;
- Criar de caixas de ajuda para cada campo a ser alimentado, pois existem campos que não são auto-explicativos;
- Criação um aplicativo, aos moldes de uma rede social para favorecer a interação com usuários do sistema, para tirar as dúvidas;

- Criar uma base de dados que permita buscar fornecedores através do CNPJ quando for lançado novo documento para esse fornecedor;
- Incluir a função que permita pagar boletos com código de barra;
- Criar a função de acesso remoto para órgãos do governo;
- Disponibilizar os manuais em formato Html, com itens navegáveis;
- Criação de chat online para ajuda aos usuários;
- Agregar numa mesma aba ações semelhantes, documentos de liquidação e pagamento;
- Ter os diversos níveis de senha para ter uma segurança maior na execução.

Grupo 6 - Prestação de contas

Facilitadora - Celina

Participantes: Marialva Gonçalves Reis, Marta Volp, José G. Teixeira Lins Filho, Paulo José de Santana

No grupo 6, os participantes já possuíam experiência prévia no uso do sistema desde a formulação do plano de trabalho até a prestação de contas.

Após um debate sobre o SICONV com intuito de identificar as vivências de cada participante, o grupo elencou as seguintes dificuldades do sistema:

- Falta aba para inserir o processo seletivo simplificado no processo de compra;
- Não há uniformização dos conceitos e permissões;
- Não há uniformização de conceitos sobre OBTV conveniente;
- A cultura “SICONVIL” não está incorporada nas entidades;
- As melhorias do sistema dependem de alterações nas leis;
- Faltam abas com detalhes explicativos;
- Não existem tutoriais em vídeo;
- Não há o compartilhamento de perfil do conveniente/concedente;
- Falta centralização das demandas e direcionamento do atendimento;
- Falta treinamento em serviço;

- Equipe do 0800 não é capacitada e insuficiente para atender o número de atendimentos;
- Falta capacitação e estruturação do departamento de convênios nos órgãos.

Seguindo como parâmetro as dificuldades elencadas acima, o grupo sugeriu as seguintes sugestões de melhoramento no SICONV:

- Aumentar a rapidez na atualização de dados e reinicialização;
- Inserir cores e desenhos amigáveis e auto explicáveis;
- Montar rede de apoio com usuários;
- Inserir comprovação das despesas (regiões);
- Inserir documentos e conta bancária;
- Voltar ao sistema das telas;
- Criar abas para processo seletivo simplificado;
- Treinar a equipe do suporte do sistema, em relação a operacionalidade do mesmo;
- Tornar a plataforma mais amigável nas consultas no processo de visualização.

Considerações finais dos grupos

Ao final da oficina, os grupos, listaram as seguintes considerações que foram além das dificuldades e sugestões de melhoramento para o SICONV:

- A Sociedade Civil quer um sistema com menos burocracia;
- O que é necessário fazer para que o SICONV chegue a quem mais precisa?
- O que é necessário fazer para que o SICONV seja mais acessível para a Sociedade Civil?
- Metodologia de escolhas para os multiplicadores mas capacitações do SICONV;
- Ter um sistema mais simples;
- Desburocratizar o sistema;
- Criar modelo de Plano de Trabalho Padrão (termo de parcerias);

- Criar editais claros com a metodologia do SICONV;
- Inserir comprovante de pagamento para o fornecedor;
- Inserir extratos on-line;
- Inserir sistema de busca nos manuais;
- Criar fórum de participação aos usuários;
- Aumentar escuta e resposta das nossas dúvidas;
- Atualizar os manuais;
- Resolver a situação dos que não tem contas bancárias;
- Respeitar as especificidades de cada OSC;
- Dar atenção, zelo e respeito para com os beneficiários dos convênios (comunidade excluídas);
- Aproximar os gestores públicos para conhecer a realidade das OCSs;
- Seria legal ter convidado para esta oficina técnicas do SERPRO - sentindo nossas demandas;
- Discutir o tempo de publicação dos editais, buscando aumentar estes prazos para que seja respeitada a forma de elaboração de projetos das entidades;
- Liberar de pagamento de boletos com códigos de barra;
- Ressaltar que cada sugestão de melhoria seja realmente levada em consideração, pois são dificuldades reais, do dia-a-dia das entidades;
- Disponibilizar de projetos e seleções abertas no SICONV.

5.4.4 Conclusões e avanços

Durante a atividade foram arrecadadas, nos 6 (seis) grupos de debates, 54 (cinquenta e quatro) dificuldades que os usuários do SICONV percebem com o uso diário do sistema em suas organizações, frisando em muitas delas a demora de resposta do sistema; a linguagem técnica; a dificuldade de muitas entidades entender os processos que ocorrem no sistema; bem como a repetição de informações pedidas. Diante dessas dificuldades, foram arrecadadas 58 (cinquenta e oito) sugestões de melhorias.

É importante ressaltar que, apesar dos grupos abordarem temas diferentes, na maioria deles se repetiam as dificuldades e as sugestões, como por exemplo as sugestões de uma ajuda mais eficaz no sistema, que seja capaz de guiar o usuário e esclarecer de forma mais completa as dúvidas, seja por um 0800 ou por um sistema de

ajuda com manuais, com uma linguagem mais acessível, que separe o usuário avançado do usuário primário. Em relação ao atendimento do 0800, houve uma intensa reclamação nos grupos 2 e 5 que informaram que o atendimento é demorado e os atendentes desconhecem perguntas muito técnicas e operacionais.

No grupo 2, alguns participantes que trabalhavam com Quilombolas denunciaram que os multiplicadores escolhidos para fazer cursos, são difíceis de serem contatados, marcam atendimentos e não aparecem e, em muitos casos, querem cobrar o conhecimento que foi passado de forma pública.

Um ponto positivo nas considerações finais, foi com o grupo 5 que abriu um discussão interessante acerca dos manuais de ajuda do sistema. Foi sugerido que esses manuais, que são disponibilizados na plataforma em forma de hipertexto com a extensão em PDF, passassem a ser disponibilizados em páginas HTML, possibilitando com isso uma navegação dentro da página e que fosse implementado nesse manual on-line, uma ferramenta de pesquisa de dúvidas frequentes e um questionário de perguntas e respostas.

Por fim, conclui-se que a metodologia usada como forma de arrecadação de sugestões de melhorias, mostrou-se eficiente na identificação de novos aperfeiçoamentos do SICONV.

5.5. Atividade paralela: Lei de incentivo ao Esporte

5.5.1 Apresentação/ objetivos:

Esta oficina teve o intuito de contribuir com a melhoria na aplicação da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei n. 11.438/2006), que dispõe sobre o fomento de projetos desportivos e paradesportivos, o Ministério dos Esportes e a Rede Esporte Pela Mudança Social (REMS). No encontro, houve troca de experiências e debates sobre a evolução da legislação que rege o tema. A REMS reúne atualmente 52 organizações da sociedade civil que atuam com projetos incentivados e trabalham com esporte e educação para o desenvolvimento humano no país.

5.5.2 Metodologia da atividade

O encontro foi em formato de debate, no qual os participantes contaram suas experiências com relação à Lei de Incentivo ao Esporte, a partir de diferentes perspectivas. A ideia era ter um grande diálogo sobre as experiências.

5.5.3 Descrição da atividade

Participantes

João Tajara - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Esporte

Ricardo Vidal – Diretor executivo do Instituto Joaquim Cruz

Diogo Quitério – Coordenador do Instituto Votorantim

Moderação: Maristela Baioni – Representante residente assistente do PNUD

Maristela Baioni

Os palestrantes contarão um pouco de suas experiências, que serão trocadas com o público em forma de debate. Após a palestra de cada um, vocês têm quinze minutos e depois vamos para uma rodada de debate.

João Tajara

Colocar todos esses fatores na hora de pedir um patrocínio e tendo um projeto e levar em conta todas essas áreas antes de apresentar o projeto para a empresa.

O Prêmio Empresário Amigo do Esporte é feito uma vez por ano; o Ministério do Esporte promove em São Paulo um prêmio para as empresas que mais promovem em projetos esportivos em todos os estados do Brasil, e não existe nenhuma empresa premiada porque nenhuma investe, pois não há captação de recursos, existem até um, dois, três projetos, mas não há captação.

Muita gente reclama que paga imposto e não sabe para onde vai e não vê o dinheiro gerar resultado nenhum. O governo está dando oportunidade das empresas investirem e tem a oportunidade de ver os resultados daquele projeto que a empresa ajudou a bancar e, por que não utilizar essa oportunidade? É de graça, não custa absolutamente nada, a não ser que em alguns casos o depósito bancário seja cobrado um doc, e acredito que não.

Falando agora de doação e patrocínio de pessoa física e jurídica, muitos proponentes buscam patrocínio e projetos junto a empresas, e em empresa é muito difícil conseguir conversar com a pessoa que vai tomar decisões sobre patrocinar o projeto ou não, tem o outro lado, apesar da pessoa jurídica ter um volume maior, ela tem alguns limitadores. Pode patrocinar ou doar para projetos aprovados pelo Ministério do Esporte e deduzir do IR até 1% do valor devido (lucro real), não concorre com outros incentivos fiscais. A pessoa física pode fazer doações para projetos aprovados pelo Ministério do Esporte e deduzir até 6% do imposto devido (declaração completa), concorre com outros incentivos fiscais.

É o Ministério que faz toda a fiscalização, o proponente tem que vender a imagem de proponente como uma entidade séria. Quem pode propor projetos via Lei de Incentivo ao Esporte são as instituições de direito público, instituições de direito privado sem fins

lucrativos, com natureza esportiva expressa, com mais de um ano de funcionamento, sem registro de inadimplência com o Governo Federal.

Existem três tipos de projetos: o educacional, rendimento e participação. O educacional visa o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, sem seletividade e competitividade, envolve alunos de instituição de ensino de qualquer sistema, sendo que 50% devem ser da rede pública. O de rendimento visa a prática esportiva segundo regras nacionais e internacionais. O objetivo é a competição e o resultado. O de participação visa a prática voluntária, integração social, saúde, educação, e preservação do meio ambiente.

Todo projeto tem um objetivo, que é o que se pretende atingir com a realização do objeto do projeto. Procure responder à seguinte frase: aonde se pretende chegar com o projeto? E a metodologia é o planejamento organizacional, com detalhamento das atividades que deverão ser realizadas para atingir os objetivos propostos. O proponente deve também anexar, no mínimo, três entre os seguintes documentos: fases de execução, grade horária, quadro de horários dos profissionais, calendário de eventos e/ou atividades do projeto, atividades complementares e a justificativa que deve descrever objetivamente as razões que o levaram a propor o projeto, a situação-problema existente antes do projeto, a importância do projeto para o desenvolvimento do esporte, o motivo da escolha dos locais de execução do projeto, destacando indicadores sociais e econômicos que justifiquem as razões que o levaram a buscar recursos incentivados e um breve histórico das atividades da entidade proponente.

As metas são estabelecidas a partir do objetivo do projeto e podem ser consideradas subdivisões do objetivo, devem projetar melhorias em relação à situação atual. Meta não pode ser confundida com ação. Meta é o resultado que se espera de determinada ação, metas devem ser mensuráveis e realistas, ou seja, atingíveis. Cada meta deve ser acompanhada de um ou mais indicadores, cada indicador deve apresentar: linha de base, medição ao início do projeto e verificador, instrumento de coleta de dados. Como exemplo de meta temos: melhorar em 5% o recorde pessoal de cada atleta do projeto; indicador: marcas pessoais dos atletas nas competições oficiais disputadas durante o período de execução do projeto; linha de base: recorde pessoal de cada atleta antes do início do projeto; verificador: boletins com resultados oficiais das competições disputadas.

Existem também algumas vedações para os projetos, como: o uso de recursos incentivados para aquisição de espaços publicitários em qualquer meio de comunicação, com exceção de folhetos, cartazes e faixas de divulgação e afins, com necessidade devidamente justificada; projetos desenvolvidos em circuito privado, vínculo comercial ou econômico, com o patrocinador, doador ou proponente;

cobrança de valores aos beneficiários; e pagamento de remuneração de atletas profissionais.

Os documentos necessários são cópias autenticadas do: estatuto da entidade proponente e respectivas com alterações em todas as páginas, ata da assembleia que empossou a atual diretoria em todas as páginas, CNPJ (a emissão online feita pelo site da Receita Federal tem valor de cópia autenticada), CPF e RG do responsável legal, comprovação da capacidade técnica-operativa, carta de autorização de utilização do local, três orçamentos de cada item de despesa, carta de intenção de patrocínio/doação (se houver). Depois temos a análise e aprovação.

Uma vez cadastrado pelo proponente, a equipe do Ministério do Esporte analisa a regularidade documental e fiscal, capacidade operacional do proponente para executar o projeto e a viabilidade técnica e financeira do projeto. Após essa análise preliminar, o projeto segue para a Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, que o aprova ou reprovava e, sendo aprovado, o projeto é publicado no Diário Oficial e está apto a iniciar a captação.

A Lei de Incentivo ao Esporte tem algumas etapas a serem seguidas, primeiramente o proponente apresenta o projeto, depois a comissão técnica avalia o projeto, o proponente capta patrocínio e executa o projeto, o Ministério monitora o projeto e por fim o proponente presta contas.

Para patrocinar ou doar, apenas projetos que já tenham sido analisados e aprovados pela Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, e publicados no Diário Oficial, estão aptos a receberem recursos via Lei do Esporte. Uma vez escolhido o projeto, o interessado deve fazer o depósito identificado na conta corrente bloqueada (vinculada ao projeto) aberta pelo Ministério.

Existem benefícios para as empresas com isso, como marcar presença no universo dos grandes eventos esportivos no Brasil, investir em marketing esportivo, investir em responsabilidade social, beneficiar seus próprios empregados e consumidores, patrocinando um projeto em sua região de atuação, concorrer ao Prêmio Empresário Amigo do Esporte, decidir onde serão investidos seus recursos do IR e, finalmente, é de graça.

Temos uma evolução da doação de Pessoa Física, onde mais de 1,2 bilhão de reais foram captados desde a criação da Lei, em 2007, e mais de 2 mil pessoas e empresas doaram ou patrocinaram projetos apenas em 2012. A captação de Pessoa Jurídica, nos últimos anos, tem mostrado grande potencial de crescimento, o número de doadores de Pessoa Física e valores por eles aportados cresceram significativamente e em 2012. O número de doadores Pessoa Física ultrapassou aquele de doadores ou patrocinadores Pessoa Jurídica pela primeira vez desde a criação da Lei de Incentivo ao Esporte.

Fazendo um comparativo de captação Pessoa Física na Lei Rouanet, foram 16.482 doadores Pessoa Física em 2012 e na Lei de Incentivo ao Esporte, apenas 1.090 no mesmo ano - defasagem de mais de 15 mil potenciais doadores em projetos esportivos. O total de doações Pessoa Física na Lei Rouanet foi de 22 milhões de reais e na Lei de Incentivo ao Esporte foi de 4,35 milhões de reais. Dos recursos captados em 2012, foram investidos 211,3 milhões de reais no esporte, o que representa um aumento de 315% em relação ao período de 2007 e aproximadamente 1,04 milhões de pessoas foram beneficiadas de forma direta.

Diogo Quitério

A Lei de Incentivo ao Esporte orbita em dois ambientes: o da responsabilidade social e o do marketing. Eu trago a visão da responsabilidade social, que foi a escolha do grupo Votorantim para aportar seus recursos incentivados, o que não desqualifica as diretrizes e o uso da lei que fazem as empresas que optem pelo marketing.

O primeiro tópico a ser falado é sobre o esporte educacional, o quanto é importante trabalhar os valores do esporte educacional e na perspectiva da Votorantim. O que eu posso trazer desse diferencial é que a gente enxerga o esporte dentro de um conjunto de uma estratégia de atuação social com um território, então dentro de uma perspectiva de desenvolver o capital humano. O esporte nunca é visto como um investimento isolado, mas como um dos eixos do desenvolvimento do capital humano no território, por isso esperamos uma sinergia entre o esporte e outros temas como educação, cultura, garantia de direitos, fortalecer a cultura da prática esportiva, de forma orientada.

O esporte é sempre bom, mas se for regular, espelhado num plano pedagógico, melhor! Aprendi com o IEE que se o esporte por si só fosse sempre bom, não teríamos exemplos de violência e uso de drogas entre atletas. Ao invés de formar um grupo ou um time, forma-se uma gangue.

Um dos pontos críticos dos indicadores do milênio (ODM) é que eles foram centrados como uma agenda governamental. Os objetivos de desenvolvimento sustentável tem o desafio de integrar o setor privado e o Terceiro Setor para responderem/colaborarem com a mesma agenda de desenvolvimento. É importante acompanhar como esses sistemas dos objetivos estão se desenvolvendo pra gente saber se o esporte educacional é a melhor resposta para esses objetivos também, então o instituto Votorantim acompanha essas evoluções e temas como obesidade, qualidade de vida na terceira idade, estrutura básica dos centros urbanos. E os objetivos que o desenvolvimento sustentável trazem são interessantes também para o desafio do esporte educacional, então aqui já nos dá uma segurança, de certa forma, que a escolha que fizemos no esporte educacional foi a certa.

Sobre o mecanismo da Lei: dinamizou, diversificou e profissionalizou o setor do esporte no Brasil, estimulou e sustentou o surgimento de OSCs, ampliou a oferta de atendimentos, fortaleceu o tema na agenda empresarial. O patrocínio esportivo faz sentido como estratégia de marketing independente da lei e o mecanismo tem imperfeições, na sua concepção e operação, mas não deve ser descartado, mas aprimorado.

O esporte educacional não gera um vínculo/uma experiência direta com o cliente, por isso precisa ser estimulado. Da mesma forma que se discute na lei de cultura, é legítimo que se tenha benefícios diferentes para patrocínios que gerem visibilidade diferentes, fazendo um alinhamento com a política pública. A lei de incentivo deve estar a serviço do plano e ser avaliada, de forma mais direta, pela sua contribuição em relação a essas metas.

As transformações de direitos humanos passam necessariamente pela política pública, por isso é preciso ter clareza do planejamento nacional para o tema do esporte, para que se possam concentrar esforços de todos os setores em objetivos comuns. O desafio é ter mais organizações proponentes, é ter mais organizações proponentes em algum estado ou região específica, é ter mais atendimentos em alguma região, é desenvolver algumas modalidades, é integrar com a agenda escolar, é garantir um mínimo de aparelhos esportivos?

Há uma expectativa de investimento na geração de conhecimento, na capacitação de proponentes, em gestão de projetos, institucionalização de organizações, mais importantes do que discutir para onde vai a lei, é ter clareza de para onde vai o esporte. Queremos acompanhar uma onda de investimento público, há uma tendência cada vez menor de deixar o discurso do “eu fiz” para “eu ajudei a fazer” e celebrar o benefício público, a melhora do atendimento e o fortalecimento do direito.

A empresa patrocina/contrata um projeto e todo o custo da organização não deve estar centrado em um projeto, para não gerar dependência, como garantir ações de pesquisa, formação, diversificação, dentre outras. Dessa forma, qualificar a oferta. Eu tenho uma visão territorial que identifica a demanda e mensura o problema, eu gostaria de saber que organizações poderiam me dar a resposta que eu espero, então deveria haver um banco de organizações parceiras, de certa forma já chancelada pelo ministério a quem eu poderia procurar para apresentar um diagnóstico e construir uma solução, ter parâmetros/indicadores indicados pela lei para apoiar a análise do projeto, na chegada, e a avaliação dos resultados, na saída.

A Lei gera um conhecimento que deveria ser sistematizado: boas práticas, tabelas de custos gerais, avaliação de custo médio por aluno, estratégias de mobilização e parcerias e outros. Olhando a sinergia direta entre a Lei de Incentivo ao Esporte e a iniciativa

privada, existe uma expectativa do setor privado que ele faça um investimento. A empresa é de fato uma garantia e ela entra com recursos para dinamizar o setor do esporte, mas eu acho que poderíamos ser mais bem amparados pela lei em relação ao alinhamento com a política pública. Mas também na discussão de sustentabilidade das organizações e, querendo ou, não a empresa contrata um projeto, é muito difícil pensar que uma organização sobreviva só de projetos e projetos de atendimento. E espera do Plano Nacional de Esporte, além do esporte, como a organização se mantém independente de uma aprovação de projetos em sequência, como a organização pode expandir a sua atuação, em frente de capacitação, formação de pessoas, de pesquisa, produção de conhecimento. Esses são os desafios que a lógica de projetos da Lei de Incentivo, de certa forma, não olha. Claro, não estamos desmerecendo a lei, ela foi muito importante pra gente colocar o projeto na rua, mas nós temos uma oportunidade de evolução.

O segundo ponto que a empresa pode apoiar é na qualificação da oferta. Porque a empresa realiza uma série de diagnósticos no município pra tentar identificar as prioridades, os desafios, o valor do capital social, a qualidade dos parceiros, da Prefeitura, da política pública e de certa forma a gente consegue formatar que tipo de projetos, que metodologia seria importante para aquela comunidade, para que uma determinada organização pudesse oferecer a ela e aí nós sentimos uma certa dificuldade de tentar encontrar esses proponentes, essas organizações para que a gente possa conversar, formatar projetos, discutir questões que consigam balancear pontos relevantes para a empresa, para a comunidade.

Existe uma operação chamada Primavera, no Pará, e lá a política tem uma demanda muito direta: que a gente fizesse um trabalho de qualificação com os professores de educação física das escolas públicas e criasse uma agenda de esporte com uma programação esportiva. Mas não sabemos nem por onde começar, porque quem está discutindo o tema esporte educacional nesse território?

Tentamos sair desses grandes centros para que pudéssemos encontrar bons parceiros que pudessem construir com a gente uma lógica na qual eles já entendem, porque eles estão imersos nessa realidade, e trocar mais experiências com esses parceiros. Talvez o Ministério e a Lei de Incentivo ao Esporte pudessem promover mais uma troca, e nós teríamos acesso a proponentes que aprovaram o projeto, mas talvez se tivéssemos acesso a pessoas que tenham interesse em promover projetos. Seria melhor.

A terceira perspectiva é fortalecer a gestão. Sei que as organizações tem um compromisso com os Ministérios de prestação de contas, mas é impossível negar que se você tem uma empresa acompanhando e que tenha seus próprios relatórios de monitoramento, a qualidade da prestação de contas ou da gestão dá um salto. A iniciativa privada leva alguns aspectos para a lógica de um projeto do Terceiro Setor

que são muito benéficos. Essa troca de experiências é uma coisa que nós gostaríamos de ter do Ministério do Esporte e da Lei: que eles nos ajudassem a ter parâmetro, indicadores pra aprendermos fazer a realização de projetos.

A Lei de Incentivo pode-se dizer que é o maior plano de projeto de incentivo que o Brasil tem nesse momento, e por que não fazer uma leitura crítica em cima de plano de projeto pra gente tentar buscar um projeto de atendimento em basquete em um centro urbano? Ele pode ser visto dessa forma, de frequência, de resultado na escola, de certa forma uma metodologia, outra metodologia de forma a fazer certa troca, para que as organizações possam amadurecer juntamente.

E o que eu chamei de parâmetro, temos que entender: o que é um parâmetro de custo de um projeto? O que é um custo por aluno esperado para um projeto de esporte educacional dentro de uma escola rural que atende vinte pessoas? Qual o parâmetro do coordenador? Temos que ter indicadores de base. Pelo olhar do setor privado eu entendo que se faz necessário uma aproximação do Ministério, do Ministro ou de outras pessoas do emblemático empresariado. E vamos acompanhar o processo, a Lei.

Ricardo Vidal

A ideia é a de ver um pouco sobre a visão do proponente, e além dela temos visão de expectativa do patrocinador, que coloca o dinheiro no meio disso, e o proponente nesse meio vai executar. Existe muitos desafios que a Lei colocou para o proponente executar tarefas. Em princípio, o espírito da Lei era para incentivar o esporte, a conversa que se escutava primeiramente era que a Lei incentiva o empresariado. Até agora o empresariado gostou tanto que colocou o dinheiro para dentro da Lei, então como podemos fazer para mudar um pouco essa história?

Fazer o projeto não é trabalhoso, ele é igual para qualquer dimensão. O esporte educacional ainda é novo e as pessoas ainda não sabem como se posicionar, mas as empresas ainda veem um esporte de auto rendimento, por causa de um marketing imediato, e também uma forma mais rápida de retorno do dinheiro que investiu, mas não adianta dar um teto que está na metade, então temos que dar mais benefícios pra eles. Se para o esporte educacional eu posso dar 2%, eu dou 1% para o de competição. E eu estou falando em percentual, não da Lei como um todo, mas de equilíbrio para incentivar o parceiro que irá entrar, porque ele está dando o mesmo dinheiro para o mesmo retorno, e aí vale quem tiver o peso maior.

João Tajara

São dois pontos que eu considero muito importantes nessa questão do esporte educacional de rendimento e de participação. Hoje, a receita autoriza um teto de quatrocentos milhões de captação de

incentivo ao esporte, e na hora que esse valor for atingindo teremos que parar de autorizar ou parar de efetivar captação. Não sei ainda nem como isso acontecerá, porque estão em 220 milhões, ainda existem 280 milhões. Mas o que ocorre hoje é que cada uma dessas manifestações tem um teto individual e a manifestação de esporte educacional pode captar até duzentos milhões de reais, e o esporte educacional que tem duzentos milhões de possibilidade de captação não chegou nem na metade.

É mais difícil desenvolver um esporte em um projeto educacional e de participação, por que normalmente as pessoas buscam, ele demanda tempo, estudo, é trabalhoso, mas na minha experiência pessoal, e do que eu analiso no Ministério, é muito mais fácil desenvolver um projeto que envolva competição. Pra você desenvolver um projeto que não tenha competição, dá muito mais trabalho e esse é um problema.

Segundo, é muito mais fácil você fazer a captação de um projeto de rendimento por que você tem geralmente um atleta de uma equipe de ponta que vai te trazer, teoricamente, mais credibilidade. A questão do esporte paraolímpico eu tive pouca experiência, e a partir daí foi que eu comecei a perceber que tem coisas que a gente acaba não falando, é um ponto que facilita a captação se o proponente souber abordar esse aspecto.

Para você patrocinar um César Cielo, hoje em dia é basicamente impossível, outro atleta do nível dele tem poucos por aí com essa visibilidade. O Clodoaldo Silva, no entanto, tem uma visibilidade não tão grande quanto o Cielo, mas ele tem um apelo muito maior até do que o do Cielo, e a superação dele é infinitamente maior. Claro que os resultados e categorias são diferentes, mas se você souber explorar esse ponto de superação, ele vai dar um retorno em termos de marketing e imagem para a empresa que patrociná-lo muito grande. E hoje em dia isso é muito pouco explorado.

As empresas tem que deixar o fácil de lado e pegar um projeto mesmo que seja mais trabalhoso, mas que dará resultado lá fora. Os projetos paraolímpicos que existem são poucos, mas são de nível superior aos outros projetos mais difíceis, são projetos que em relação à qualidade e excelência... indicam sempre de cinco, três projetos paraolímpicos para quem pedir. Não é muito trabalhado, mas os que hoje trabalham, aprenderam a fazer e atualmente fazem muito bem.

Com relação aos processos e renovação da Lei, nós sabemos dos gargalos da Lei, não vou dizer que conhecemos todos, como estamos do outro lado não sabemos de todas as dificuldades que os proponentes enfrentam, mas nós escutamos opiniões e estamos abertos a isso. E uma ideia que temos é abrir mais essa discussão da Lei, de uma forma a facilitar o trabalho. Então existem certas coisas que precisam ser melhoradas e temos que incentivar. O Ministério já

sabe disso, que o foco tem que ser nesses esportes, o paraolímpico, educacional e de competição, sendo muito importante.

Existem projetos que chegam lá e que eu pessoalmente não concordo, projeto de arrancada que queima gasolina, literalmente contra a sustentabilidade disso, e o Ministério aprova, porque não existe lei que veta isso. Então peço a colaboração de todos para que pressionem, deem sugestões, porque não o Ministério não é a lei. Cabe a gente pensar no que queremos, estudar o assunto e se a Lei será renovada ou não, ninguém sabe, queremos a continuidade da Lei.

Não sou muito envolvido com a execução de projetos, mas geralmente quem consegue executar o primeiro projeto conseguirá elaborar outros e é fundamental manter a mesma equipe, por que você já treinou durante o ano e essa equipe já está familiarizada com os processos e o ideal é não trocar, mas é um ponto burocrático que já está sendo visto.

Foi um prazer e espero que tenham aprendido com tudo com que eu falei e que usem isso para pensar nos problemas que enfrentam, mas que vocês coloquem em e-mail e enviem com sugestões, com que pensamos sobre a lei de bom e de ruim. Nós sabemos que tem muita coisa boa na Lei e outras não e, às vezes, porque não sentimos na pele esse problema, não damos a devida importância para ele. Preciso que vocês sempre nos lembrem disso, para que tenhamos mais em mente no nosso dia, para usarmos as sugestões de vocês na renovação da Lei. Obrigado pela presença.

Maristela Baioni

Acho que tem um avanço muito grande na instituição do novo Marco das OSCs, e podemos nos inspirar sobre a prioridade e aprimoramento da nova Lei de Incentivo ao Esporte fazendo com que essas duas leis possam conversar.

Quero fazer duas sugestões relativas ao Marco Regulatório: permite a construção de uma rede com outros estados e talvez essa seja uma boa solução pra gente de novo beber daquela fonte e trazer pra cá, permite a gente formar uma teia. Outro ponto é que é bom nós registrarmos as lições aprendidas aqui com pessoas que tem anos de experiências, e ficou claro pra mim no debate que há um problema de comunicação, solução, de formulação, de capacidade nas entidades e há um problema de gestão, na concentração regional do rendimento. E tivemos um elenco muito grande, lições aprendidas e que devemos sistematizar, criar mecanismos de diálogo e trabalhar em conjunto pra gente poder construir um futuro melhor.

5.6 Atividade paralela. Cenário futuros da Sociedade Civil organizada no Brasil - 2023

Observações da relatoria: Houve comprometimento total da relatoria das falas desta atividade, pois o material de áudio recebido foi insatisfatório.

5.6.1 Apresentação/ objetivos:

Um grupo diverso de representantes de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais, do governo, empresas, universidades, mídias e coletivos de jovens de todas as regiões do Brasil, expressaram suas visões sobre o presente e o futuro da sociedade civil organizada para 2023 por meio de entrevistas, oficinas presenciais e mensagens pela internet. O grupo desenhou quatro cenários possíveis os batizando com nomes que remetem a brincadeiras infantis: “O mestre mandou”; “A amarelinha; “O passa anel” e “A ciranda”. A partir da perspectiva de que o futuro não é dado, mas construído, esta atividade buscou estimular a reflexão sobre as possibilidades de atuação nos cenários da sociedade civil para os próximos anos. Home page do projeto: <http://ventures.reospartners.com/sociedadecivil2023/o-projeto/>

5.7 Atividade paralela. Pensando as organizações da sociedade civil: a formação de uma rede de pesquisa.

5.7.1 Apresentação/ objetivos

A atividade “Pensando as organizações da sociedade civil: a formação de uma Rede de Pesquisa”, foi uma iniciativa da Secretaria-Geral da Presidência da República, com apoio da União Europeia (Diálogos Setoriais União Europeia/Brasil) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A atividade – que ultrapassa o encontro realizado neste seminário – tem como objetivo fortalecer os elos entre pesquisadores, pensadores e articuladores das OSCs, potencializar a produção científica a ser construída nessa perspectiva e promover a estruturação de uma plataforma colaborativa de atuação em rede. Da mesma forma, busca a identificação de temas para pesquisas futuras nos campos da relação entre Estado e OSCs e dos eixos da agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC): contratualização, certificação e sustentabilidade. Como objetivos específicos da presente atividade podemos mencionar:

- Criar de encaminhamentos práticos, no âmbito da pesquisa acerca da relação entre a Sociedade Civil e o Estado;
- Fazer uma reflexão de como criar e como estruturar formas para que os pesquisadores trabalhem conjuntamente;
- Debater e promover troca de experiências entre os pesquisadores;
- Coletar ideias sobre as temáticas selecionadas.

5.7.2 Metodologia

A atividade contou com uma preparação prévia ao evento para estruturar o seu desenvolvimento. Antes da realização do encontro foram identificados e selecionados pesquisadores-chave para a agenda de conhecimento do Marco Regulatório com base nos critérios de produção científica, diversidade geográfica, engajamento com a agenda de encontros e pesquisas, indicações de especialistas e atuação em rede. Também foram selecionados representantes de organizações e observatórios da sociedade civil, além de pesquisadores de diversos países latino-americanos convidados. Ao todo, foram 37 respondentes que afirmam desempenhar trabalho relevante de pesquisa em 69 instituições, entre universidades, centros de estudos, *think tanks*, observatórios e institutos de pesquisa entre outros.

A todos, foi enviado um formulário de consulta com o objetivo de mapear as pesquisas já realizadas em prol da construção de uma agenda prioritária de pesquisas futuras. A partir das indicações de temas de pesquisa que (i) já são abundantes ou que (ii) são escassas na literatura científica pertinente à agenda normativa do Marco Regulatório e às políticas de participação social, foram construídas nuvens de palavras que contemplam as contribuições dos pesquisadores a respeito de temas que ainda fazem falta na produção científica. Estes temas são aqueles, menos privilegiados, itens não muito destacados nos estudos científicos e acadêmicos, como financiamento de OSC, prestação de contas, planejamento participativo e que apresentam o potencial de fomentar a agenda normativa do Marco Regulatório e as políticas de participação social. Outros temas foram sugeridos por meio da pesquisa como temas complementares à pauta, mas é importante notar que os assuntos principais a serem discutidos foram escolhidos juntamente com participação dos pesquisadores, muito dos quais presentes no momento da atividade.

O encontro foi estruturado por meio de uma metodologia de comunicação colaborativa, sem o requisito prévio de preparação de apresentação ou textos. Ela foi baseada em estudos sobre formação de redes e inspiradas em diversas abordagens inovadoras de trabalho distribuído, horizontal e autogestionário. Os participantes puderam, assim, engajar-se ativamente nas várias etapas do desenvolvimento de propostas.

A atividade foi iniciada com a explanação da metodologia que foi usada para chegar aos temas que foram debatidos, bem como falas iniciais de representantes do governo da agenda do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. As mesas, descritas a seguir, eram de livre escolha do pesquisador, sendo que o mesmo poderia percorrer e participar de todas as mesas que se interessasse e julgasse necessário.

Ressalta-se que as discussões foram divididas em dois momentos. O primeiro, um levantamento de ideias, buscava entender quais eram as lacunas entre as parcerias das OSCs e Estado. Ao final, já visando o fechamento de soluções dadas pelo grupo, buscou identificar a prioridade dada a cada um dos problemas, ou seja, sua hierarquização, e identificação das hipóteses.

Para reconhecimento inicial dos participantes, houve uma rápida apresentação em que cada um deveria escrever em um pedaço de papel seu nome e três palavras-chave de seu interesse na discussão.

Divisão em mesas

As Mesas foram divididas de acordo com os seguintes temas:

1. Sustentabilidade econômica das OSCs
2. Parcerias entre OSCs e Estado (contratualização)
3. OSCs e participação social
4. Plataforma de colaboração em rede e viabilização técnica de pesquisas em rede

Observação: De acordo com plano de relatoria compartilhada para a melhor cobertura da atividade – já que se tratava de quatro mesas redondas dentro do mesmo espaço, com temas diferentes e debates diferentes – foi adotada uma técnica que consistia de cada relator ou dupla de relatores, anotasse os pontos-chaves de cada mesa de debate. Dado a quantidade de participantes, houve dificuldade em identificar nominalmente o autor de cada uma das ideias. Sendo assim, a autoria das mesmas não está identificada, no entanto, cada ponto mencionado diz respeito às falas individuais dos mesmos.

5.7.3 Desenvolvimento da atividade

Apresentações iniciais

Diogo Sant'ana (Secretaria-Geral da Presidência da República) colocou a importância de se criar uma ampla rede de pesquisadores, que acompanhem as experiências que estão se desenvolvendo no governo, para o desenvolvimento da democracia. Segundo ele, pesquisar é fundamental para a democracia, mas principalmente para o governo. Por mais que o governo tenha evoluído, ainda tem muita dificuldade na identificação e sistematização de dados sobre sustentabilidade das OSCs, parcerias com governo, etc. No caso da agenda do MROSC, isso ganha ainda mais relevância do ponto de vista da visibilidade do tema e usou do exemplo dado por Vera Masagão (Abong) que descreveu o MROSC como uma obra de saneamento: que é estruturante, mas ninguém vê.

Diogo mencionou a necessidade de se criar mais espaço para a publicação de textos contemporâneos sobre os temas em questão sendo a revista Democracia e Participação [cujo lançamento do último número foi feita na ocasião desta atividade] um exemplo nesse sentido (e alguns dos autores de artigos publicados estão aqui hoje). Segundo ele, houve uma busca ativa por pesquisadores e, para o evento, a buscou-se convidar pesquisadores que já tivessem alguma relação com a Secretaria-Geral. A ideia da atividade é que comece a se movimentar essa rede de pesquisa sobre participação social, democracia e movimentos sociais. Nesta importante tarefa, a Secretaria-Geral vê como muito conveniente estimular essa rede de pesquisa, ainda que este não seja a sua principal frente de trabalho ou mesmo função. Terminou a fala dizendo que, daqui para frente, a Secretaria-Geral pretende ter relações muito mais estreitas com os pesquisadores.

Brisa Ferrão (Secretaria-Geral da Presidência da República) falou rapidamente sobre a linha editorial da Revista Democracia e Participação, convidando a todos os presentes para submissão de artigos na próxima edição da publicação.

Laís Lopes (Secretaria-Geral da Presidência da República) também falou rapidamente sobre a ideia da atividade de construir uma rede de pesquisadores que seja capaz de potencialize as redes já existentes.

Cássio Aoki (consultor do PNUD para Secretaria-Geral contratado para ajudar a desenvolver a rede de pesquisa) fez uma rápida apresentação da agenda e do resultado da consulta pública feita com pesquisadores, que ajudaram a formar o programa da atividade, relatando a metodologia de trabalho empregada (e descrita anteriormente nesse documento). Em seguida, explicitou o objetivo de cada uma das mesas iniciando a abertura dos trabalhos.

1. Mesa: Sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil

Participantes

1.1 Recolhimento de ideias e identificação de lacunas de pesquisa sobre a sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil

- Não há pesquisas, há uma leitura da realidade
- Sustentabilidade econômica /política
- Tema novo
- Doação de pessoas físicas maior que a do governo
- Retirada dos aportes das organizações internacionais

- Renda bruta das OSCs foi de 120 bilhões de dólares
- Sustentabilidade econômica não é só de fundos
- Falta de diversificação
- Pesquisas locais
- Dificuldade das organizações para se reproduzirem
- Transparência /accountability das OSCs
- Balanço social
- Modelo de gestão /democracia interna
- Certificação /título
- Falta de dados /FASFIL
- Falta de modelo no Brasil (cada ministério faz de um jeito)

Critérios:

- Temas que viabilizam outros processos prioritários
- Relevância atual
- Factibilidade
- Afinidade

1.2 Eleição de temas prioritários

1. Taxonomia das organizações da sociedade civil

- Tipificação
- Pactuar taxonomias
- Pesquisa diferente para cada taxonomia

2. Efeitos de sustentação

- Indicadores
- Transparência
- Accountability

3. Acessos a dados sobre as organizações

- Pesquisas qualitativas / quantitativas

4. Identificação das Organizações produzem dados
5. Recursos não financeiros /parcerias institucionais e voluntariado
6. Desigualdade e competição
 - Sustentabilidade coletiva

1.3 Hierarquização dos problemas / hipóteses e soluções (relatoria agrupou esses dois momentos)

- Pactuar, na REPOSC, critérios técnicos e tipificação.
- Definir indicadores de sustentabilidade que considere as diversas variáveis da sustentabilidade financeira.
- Constituição de software / plataforma que reúna dados de várias fontes governamentais (RFB, SICONS, GN,...)
- Desenvolvimento de software / plataforma que permita a coleta de dados de cada OSC (autoalimentar)
- Pesquisa sobre necessidades de formação na área de sustentabilidade das OSCs
- Pesquisa nacional sobre perfil e sustentabilidade das OSCs
- Recadastramento das OSCs
- Constituição de núcleos universitários tocados em OSCs
- Lançar edital: “Pensando a sustentabilidade das OSCs” (linha de pesquisa)
- Criar “Plataforma de sustentabilidade” para adesão das ONGs
- Linhas de financiamento público priorizando pequenas organizações
- Divulgação de “ondas” de recuperação de pacientes e família
- Pesquisa e divulgação de dados de desnutrição do Brasil
- Transparência no valor de investimento em saúde: ONG e público.
- Taxonomia: criar um GT misto entre órgãos de governo e órgãos de pesquisa
- Indicadores: resultado do trabalho da plataforma do Marco Legal
- Documento inicial da plataforma
- Consulta pública
- Espaço no portal da transparência
- Transparência: balanço social

- Accountability
- Sistemas de gestão integrada
- Dados de dinheiro para núcleos de pesquisas das universidades e observatório
- Medição do impacto social
- Definir blocos de pesquisas (objetos, conceitos e tdr.)
- Acessibilidade de Banco de dados
- Turbinar cadastros CNPJ
- Turbinar declaração DIPJ /RAIS

2. Mesa: Parcerias entre OSCs e Estado

Participantes

2.1 Recolhimento de ideias e identificação de lacunas de pesquisa sobre as parcerias das OSCs e Estado

A. Necessidade de segmentar o conhecimento das parcerias entre OSCs e Estado de acordo com os três níveis de governo (federal, estadual e municipal); as diferentes regiões do país, os diferentes governos

- É necessário dividir o problema [do relacionamento entre OSCs e Estado] em três níveis: federal, estadual e municipal já que a maioria das OSCs faz parcerias com o governo municipal e estadual, e não federal. De forma geral, há uma falta de abertura dos governos municipais, o que dificulta a pesquisa qualitativa nesse nível de governo devido a falta de dados. Mas é necessário que o Marco Regulatório das OSCs seja vinculante a todos os níveis de governo;

- É importante conhecer as diferenças regionais nas parcerias (como ocorrem em diferentes regiões do país), analisar nos diferentes territórios as semelhanças e diferenças na condução de parcerias;

- É necessário estudar a relação entre o Governo Federal e as OSCs em diferentes governos: “Será que de 2002 para cá a relação entre governo e OSCs é a mesma dos governos anteriores?”;

B. Ampliar os estudos para entender também as parcerias governamentais que envolvem relação do Estado com empresas e universidades

- Há um excesso de estudos de caso na área das parcerias entre OSCs e Estado, em detrimento de projetos mais estruturais, que contemplem pesquisas comparativas mais amplas: é importante incluir não só o relacionamento das OSCs com o Estado, mas também

das OSCs com as empresas, ou seja, ter uma abordagem intersetorial. Da mesma forma, é importante identificar e reforçar o papel das universidades frente às OSCs, já que têm um papel fundamental para interagir na relação Estado e Sociedade Civil; Nesse sentido, é possível haver parcerias em pesquisas mais pontuais (por projetos) e parcerias de longo prazo.

- Três importantes agendas de pesquisa seriam “Por que o Estado faz parcerias com as OSCs?”, “Qual o papel do Estado e das OSCs nas parcerias?” e “Como esta participação [das OSCs] impacta na gestão pública?” [Os membros da mesa sugeriram estudos de caso entre uma mesma política em dois cenários, uma sendo desenvolvida por meio de parcerias, e a última sendo executada pelo próprio Estado];

C. Ampliar o conhecimento sobre monitoramento e avaliação das parcerias

- É necessário sair de uma lógica formal para pensar as parcerias em uma lógica de resultados e há pouca produção acadêmica sobre isso. Além disso, falta transparência no processo de parceria. Há uma disputa de forças que não é considerada;

- O que deve ser avaliado na execução das políticas públicas?

D. Ampliar o conhecimento a respeito das especificidades das políticas públicas

- Cada política pública tem um histórico diferenciado e características específicas com relação as parcerias entre OSCs e Estado. Seria interessante fazer uma comparação entre as diferentes políticas executadas com estas parcerias e sem estas parceria;

- É necessário conhecer quais são as áreas que mais fazem parcerias: há uma lacuna na participação em alguns tipos de políticas públicas enquanto que esta participação está mais fomentada nas políticas de Saúde, Educação e Assistência Social. Áreas importantíssimas, como Infraestrutura e Transporte público, por exemplo, apresentam uma baixíssima absorção da participação social;

E. Execução X formulação de políticas e papeis das OSCs e Estado

- No âmbito das parcerias, há um grande problema de terceirização de serviços públicos por meio das OSCs;

- Muitas vezes as OSCs não participam da formulação das políticas públicas, mas somente de sua execução: quando as OSCs contribuem com a formulação das políticas, a mesma é mais efetiva. As parcerias pontuais têm menos efetividade;

- Aproveitamento da “expertise” das OSCs pelo governo;

- É necessário haver cuidado na redefinição dos papéis entre Estado e OSCs.

- Há um mimetismo entre as parcerias para políticas públicas.

F. Construção de capital social e sustentabilidade

- Ressalta-se a dificuldade de sustentabilidade das OSCs de entrarem nas parcerias. Há um problema na construção de capital social em que deve-se saber como se cria este capital social;

G. Ausência de regulação e política específica/ excesso de regulação.

- Há ausência de uma política de relação entre Estado e OSCs gera reflexos negativos.

- Há um problema no desenvolvimento da política de participação, pois onde não há OSCs mais atuantes, são justamente as áreas que mais necessitam ter as políticas públicas mais efetivadas;

- Não há no Brasil uma política eficiente de Estado para a participação social com parcerias.

- “Por que há diversidade nas normatizações para contratualizações em um mesmo órgão do governo?”;

- Os instrumentos que existem para a certificação das entidades são muito burocráticos e pouco efetivos;

2.2 Eleição de temas prioritários

- Dimensão Política e consequências para o Estado e Sociedade Civil

- Desenho/arquitetura da Sociedade Civil

- Papéis/identidades indefinidos

- Política de fomento e descentralização diferentes

- Avaliação de forma transversal de temas para parcerias

- Pesquisa de alcance nacional para experiências com arquitetura setorial e interdisciplinar

- Criação de um observatório interdisciplinar

2.3 Hierarquização dos problemas / hipóteses e soluções (relatoria agrupou esses dois momentos)

A. Meios e métodos de fomento à Rede de pesquisa

- Criar de edital público de financiamento de pesquisas sobre parcerias com chamamento público (que seja formulado de forma participativa) e pensar em editais integrados (ensino, pesquisa e extensão);

- Atuar de forma interdisciplinar na rede de pesquisa;
- Criar de um Observatório das Relações entre Estado e OSCs, a nível nacional;
- Observatório das relações Estado-sociedade em três vertentes de eixos: políticas públicas e parcerias; dimensão política das parcerias; e dimensão técnica de parcerias.
- Abrir o conhecimento do currículo e pesquisas desenvolvidas por cada um dos participantes da Rede;
- Criar um grupo virtual para interação do grupo;
- Realizar momentos de interação entre os pesquisadores, sobretudo por meio de encontros presenciais em forma de eventos para discussão de pesquisas;
- Abrir a Rede a novos participantes (o que deve ser estimulado) desde que sejam feitas restrições a quem não contribui efetivamente para a mesma;
- Determinar se haverá foco em alguma revista, congresso, etc.;
- Fazer um levantamento sobre as redes que já existem, as fortalecer e integrar os núcleos de pesquisa já existentes;
- Viabilizar recursos e financiamento para a manutenção da rede;
- Estimular os estudantes de graduação e pós-graduação por meio de bolsas e prêmios;
- Instituir mestrados profissionais;
- Estimular aos agentes públicos para se formarem (pós-graduação) nesta temática;
- Mapear de cursos que abarquem essas temáticas (sobretudo os de pós-graduação);
- Formalizar uma linha de pesquisa nesta área;
- Pensar em novos formatos de articulação da rede [foi sugerido o uso do Facebook, e/ou fóruns em formato de chats];
- Destacar alguns representantes do grupo para serem representantes do mesmo e identificar interlocutores do governo para realizar negociação da ampliação do fomento a essa linha de pesquisa;
- Levantar e difundir projetos em andamento sobre a temática;
- Envolver universidades, as ONGs e empresas nas pesquisas;
- Dar ampla publicidade, participação e análise dos resultados das redes.

- Permitir melhor acesso as bases de dados.
- Melhorar sistema de prestação de contas.
- Propor edital de pesquisa em Rede de pesquisa “Democracia e horizontes”.
- Já existe um processo comunicativo comum, deve-se formar grupos de pesquisas com experiências. Um fórum de comunicação, um espaço de interlocução. Ter um depósito de artigos que seja aberta, mas seletiva.
- Criar premiações específicas e editais integrados.
- Atualizar o Seminário com a rede dos programas de pós-graduações com editais integrados com algumas provocações. E ainda com redes sociais dinâmicas e com mais comunicação.

B. Temas que podem ser pesquisados

- Estudar a “Arquitetura das políticas públicas e parcerias”;
- Identificar se as parcerias são uma política de fomento às OSCs, ou mera política de descentralização administrativa por parte do Estado;
- Pensar sobre as políticas setoriais;
- Definir qual será o campo de estudos.
- Definir qual é a política pública que está sendo pautada;

3. Mesa: Participação social e OSCs

Participantes

3.1 Recolhimento de ideias e identificação de lacunas de pesquisa sobre participação social e OSCs

A. Partir de modelos de redes e editais com experiências exitosas

- Série “Pensando o Direito” da Secretaria de Articulação Legislativa do Ministério da Justiça que já produziu 50 volumes de pesquisa empírica em direito desde 2007, sendo que 3 volumes dialogam diretamente com a participação social, e o próprio programa é uma forma de participação social.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Um observatório que abrange mais de 200 organizações organizadas para construir uma metodologia do valor gasto por cada aluno no Brasil, para tentar diagnosticar as desigualdades sociais e a igualdade de oportunidades. Trata-se de uma rede que se articulou com os movimentos da sociedade para produzir esse relatório o que foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC).

- Observatório da Universidade Católica de Brasília que valoriza a democratização do conhecimento e visualização de dados e tem como desafio teórico e prático tornar dados mais acessíveis, favorecendo a transparência e a participação social.

- Grupo de pesquisa de Democracia Participativa em parceria com a Secretaria Geral que realiza estudo de entidades e instituições participativas em nível municipal e produz pesquisas em municípios de porte médio avaliando as áreas de Saúde, Assistência e Criança e Adolescente, do ponto de vista dos sistemas de participação e a efetividade das entidades participativas. A proposta agora é pensar em como articular as diversas instituições participativas.

- Centro de tecnologias alternativas na UFV (agroecologia) que presta assessoria para pequenos agricultores. A partir da parceria com sindicatos e inúmeros trabalhadores do campo, foi feito um mapeamento na região da Zona da mata identificando um mapa de conflitos ambientais e fortalezas agroecológicas em Minas Gerais. Cada representante veio falando dos problemas na sua região, do conflito. Logo após foi feito um seminário (Caravana ecológica) visitando esses locais para complementar e ampliar os dados em um mapa construído de forma participativa. O Mapa está no Google, mas não sabe se está disponibilizado. O modelo foi aplicado em todo o Brasil.

- Núcleo de pesquisa em Natal em que levanta dados sobre consciência cívica, associativismo, mobilização realizando pesquisas sobre lideranças comunitárias, a partir do Observatório das metrópoles. Um dos estudos comparativos entre Natal e Porto Alegre que revelou que, ao contrário do que se esperava, Porto Alegre apresentou uma média baixa do ponto de vista da consciência cívica do cidadão enquanto que Natal teve uma média bem alta, ainda que nas práticas observa-se o contrário. O dado quantitativo sobre participação mostrou que lideranças são altamente ativas (as lideranças tinham 99% de interesse por política e questões públicas e os cidadãos comuns têm 0,1% de interesse). Na pesquisa qualitativa, contudo, foi identificado este engajamento estava voltado à promoção política, que a maior parte das lideranças estava interessada em alcançar algum cargo político (vereador, prefeito). O interesse pelo bem comum, interesse coletivo, portanto, é geralmente condicionado pelo interesse individual de promoção política e não aquilo que se esperava ser. Há a reprodução de uma cultura política vigente (“hegemônica”), sendo que a estrutura de participação popular reproduz, em alguma medida, a “grande política”.

- Núcleo de Participação Social e Democracia, em Santos e Núcleo do CEBRAP [dúvida – escutar áudio]. Uma das agendas de pesquisa é de tentar ver a forma de ação de grupos da Sociedade Civil e movimentos sociais – para pensar a ação coletiva desses grupos e os tipos de interações produzidas, além de pensar as instituições participativas em si (participação e representação no interior dessas

instituições). Outra linha de pesquisa é discutir a efetividade dos movimentos sociais e das instituições participativas no sentido de qualidade das políticas públicas e na gestão pública.

B. Especificidades teóricas inerentes na pesquisa sobre o tema da participação e novas agendas de pesquisa

- Ao estudar conselhos, orçamentos participativos, dentre outros, observa-se que a participação requer a vontade política do gestor. Muitos membros da comunidade não sabem quais são as instâncias de participação existentes. Falta informação sobre as formas de participação, como forma de incentivar a vinda dos cidadãos.

- O tema da participação social é filho do tema dos movimentos sociais, que teve arcabouço teórico muito bem definido por pensadores de esquerda. Hoje, algumas análises são repetitivas, mas já há novos pesquisadores e enfoques - seria necessária uma plataforma para identificar como os novos pesquisadores estão estudando, com base em quê, quais são as metodologias usadas e uma descrição dos movimentos sociais existentes. P.e.: um ano atrás, as manifestações de junho pareciam *super* em prol da democracia, mas isso trouxe muitas novas questões que demandam reflexão. Movimentos sociais, antes, tinham politização / participação da vida pública clara. Hoje, há uma “energização do civismo” - dá para ter participação sem necessariamente querer virar um vereador?

- Havia um apoio muito teórico nos movimentos sociais brasileiros, no que diz respeito à produção acadêmica. Hoje, há falta de referenciais teóricos e metodológicos para pesquisa da participação social, além da falta de descrição da pluralidade dos diversos grupos sociais. Movimentos sociais buscam a conscientização para a participação na vida política. Hoje discute-se a energização do civismo (é possível participar da vida política sem estar na política).

- Há debate sobre o que é a participação social e o desafio da radicalização da democracia, num país em que nem o direito é efetivado nem a informação sobre os direitos tem incidência decisiva sobre a política. Boa parte das pesquisas sobre participação e democracia está centrada na academia, e há lacuna sobre como tornar esses estudos uma influência real sobre a construção política. O Observatório de Favelas fez estudo sobre violência com mapeamentos em 11 regiões metropolitanas, e identificaram a dificuldade do gestor público de lidar com a violência. Desenvolveram um guia para fazer diagnóstico da violência na sua cidade. O desafio, portanto, é fazer com que as pesquisas realmente incidam sobre gestores públicos (ferramentas sobre a gestão pública) e sobre a realidade. Há um desafio nesse sentido, na mediação entre a pesquisa e a difusão desta.

- É preciso pensar como potencializar a ação coletiva e enxergá-la de acordo com suas peculiaridades. Há a contestação das ideias

homogeneizantes (participação instrumental etc.), mas é preciso ampliar a compreensão da heterogeneidade das organizações da sociedade civil e padrões mais autônomos. Há diversos movimentos (ex: movimentos ambientalistas, sanitaristas, direitos humanos) e a diversidade de formas de atuação gera diferentes formas de incidência sobre as políticas públicas. É necessário desvendar como a heterogeneidade permite incidências diversas sobre o Poder Público, que seria uma agenda importante.

- Estamos indo além de salientar pontos de falta, estamos pautando questões teóricas. Abaixo do guarda-chuva da participação estão coisas muito diferentes: a participação decorrente de movimentos sociais é muito diferente daquela existente dentro de um conselho ou de uma política pública. Por isso é necessária a existência de uma plataforma e de aparatos metodológicos. Talvez uma plataforma seja uma coisa muito bruta - é necessária alguma coisa muito inteligente. Última falta relevante é de informação e a possibilidade de as pessoas de exercerem seu direito à participação. Uma das temáticas mais críticas é a falta de capacitação das ONGs e dos cidadãos comuns sobre a participação.

C. Dificuldades para a pesquisa nesse campo

- Faltam plataformas de acesso às pesquisas existentes, com critérios de identificação e busca por artigos por meio de filtros.

- Há a dificuldade de constituir no interior das universidades (ambiente acadêmico como um todo) núcleos que tenham interesse por discutir a participação; a centralização das pesquisas temáticas, o despertar por essa temática (pouco pesquisadores se dispõem a isso). Cabe aos professores informar e estimular os alunos a se interessar por esses temas.

- [No Observatório, artigo 19 - não dá para entender], pesquisa sobre os dados do Governo Federal sobre educação, há uma questão sobre a transparência dos dados. Já pediram ao MEC muitas vezes o catálogo de dados e não conseguiram pois os dados estão desorganizados. Encontraram o limite da transparência passiva e da transparência ativa. Há o obstáculo de acesso a informações que já foram produzidas e deveriam ser públicas. Quando existe, o acesso é lento e não permite a formação.

- Observatório de desenvolvimento social - só observa? Temos leitura de que pesquisa e ação (extensão) se separam - é preciso pensar uma cultura que integre pesquisa e extensão.

- Falta de um compromisso da rede de disponibilizar publicamente as pesquisas no campo da participação social.

- É necessário destacar a importância de plataforma de acesso à pesquisa – SIS Sistema de Informações Sociais (ANPOCS). Há diversos entes disponibilizando publicamente dados relevantes, e uma publicação maior potencializaria/contribuiria para as pesquisas.
- Faltam incentivos ao professor para a pesquisa (políticas de fomento a esta área da pesquisa).

Retomada da discussão realizada

- Efetividade das instâncias participativas (quais são as repercussões das deliberações dos conselhos, por exemplo?).
- Governança democrática (controle social, transparência, accountability, efetividade, eficácia).
- Transparência de dados e informações
- Falta de conexão entre pesquisa acadêmica e gestores
- Falta de conexão entre pesquisa e extensão (no sentido da ação) e necessidade de incentivo à pesquisa e extensão.
- Falta de referenciais teóricos e energização do civismo
- Falta de plataforma global
- Falta de incentivos ao estudo da participação dentro da universidade.
- Falta descrição da diversidade de participações sociais, de referencial teórico, de link entre a práxis e a pesquisa – banco de dados com: descrição dos tipos de participação (...) dados quali e quantitativos das formas de participação existente.
- Capacitação: módulos de capacitação para ONGs, conselheiros,
- Metodologias colaborativas de diálogos – o diálogo visto como ferramenta de participação. Interação entre Poder Público, Sociedade Civil.
- Relação entre esse levantamento e o MROSC: possibilidade de o governo fomentar a interação que não necessariamente esteja compreendida dentro de seus planos de governo. O fomento é chave. Atividades de formação da Sociedade Civil (está compreendido no Marco, é importante que o governo disponibilize ferramentas para isso).
- Faltam pesquisas desembocarem em ferramentas para a gestão
- Fomento a formação da sociedade na cultura política participativa

- A formação vinda do Estado molda e oprime o pensamento autônomo. A criatividade social não deve ser suprimida.
- Articulação entre Estado e práticas de participação social sem tutela - fugir do que aconteceu com os sindicatos.

3.3 Eleição de temas prioritários

Fazendo uma reflexão sobre a viabilidade dos temas e dos processos (o que é possível ser feito?), a relevância atual dos temas dentro do nosso contexto (MROSC), a factibilidade e afinidade (se nos sentimos contemplados dentro) desses temas, o grupo chegou aos seguintes temas prioritários:

- 1) Articulação entre Estado e práticas de participação autônomas;
- 2) Metodologia de diálogo
- 3) Plataforma de acesso a pesquisas de participação; efetividade das instâncias participativas; interações sócio-estatais e pesquisas como ferramentas para gestão.

3.4 Hierarquização de problemas e hipóteses e busca de soluções, para contribuir para melhorar as lacunas:

- O trabalho agora é aproveitar, dentro dessas prioridades, contribuições para trazer isso para uma rede e para a realidade.
- Metodologia de diálogo é fundamental, aponta para a capacitação. Há a falta de clareza do lugar da organização da Sociedade Civil, de um diálogo efetivo
- Há uma diversidade muito grande de formas de trabalho - grupos de pesquisa, atuação prática, projetos. Como articular essas práticas e vinculá-las?
- Pensar numa rede que possa pensar na metodologia
- De repente uma plataforma como a Scielo para a participação social seja uma boa.
- Rede Fomentar empreendedores sociais, experiência num universo pequeno.
- Aqui temos pesquisadores com vontade de por em prática seus estudos.
- Observatório de favelas: é uma OSC, e tem o desafio de esclarecer o que é, exatamente, a OSC. Têm clareza do papel do Estado e do Mercado na realidade existente. Mas há um desafio de encontrar

exatamente qual é o lugar da Sociedade Civil organizada, que é diferente dos movimentos sociais.

- Refletir sobre o papel da academia e da universidade deveria ser uma pauta prioritária.

- Processo de democratização da própria academia

- Na UFV, foi criado o curso de educação em cultura do campo - curso por alternância (1 semana na universidade e 3 na comunidade). Na comunidade, recolhem observações e criam propostas de aperfeiçoamento. Entendem que o que eles estão fazendo é um diagnóstico da realidade visitada, que complementam o mapa da caravana. Isso é um espaço de formação, de descoberta.

- Outro ponto importante é como fazer a universidade dialogar com a realidade.

- Estreitamento dos laços entre os núcleos de pesquisas

- Em relação à autonomia, os últimos protestos de junho não têm liderança formal nem estrutura formada. Nesse contexto, como dialogar com esse movimento?

- Problema das OSC: querem muitas vezes atuar com as mesmas ferramentas dos movimentos sociais.

- Nova aproximação da tarefa - leitura dos pontos levantados e tentativa de formulação de propostas concretas.

- plataforma de práticas e conhecimentos - também práticas populares. ABONG tem uma iniciativa: criar um banco de dados com publicações acadêmicas, dados sobre a Sociedade Civil e links para outros sites - observatório da Sociedade Civil. Ideia de algo como comunidade de Facebook - um ambiente para discussões e outro para armazenamento e consulta de artigos e dados.

- Experiências de pesquisas participativas e politicamente formadoras

- Políticas que se orientam a partir de demandas da Sociedade Civil, no sentido da pesquisa

- Editais específicos para pesquisadores

4. Mesa: Plataforma de pesquisadores

Participantes

Talita Montiel - Instituto Sincronicidade, São Paulo

Cristiane Lucena Barros - CEPAN/UFPE, Pernambuco

Joaquim Rubens Fontes Filho - FGV/EBAPE, Rio de Janeiro

Evorah Lucci Costa Cardoso – CEBRAP, São Paulo

Daniel Moraes Pinheiro – UDESC/Administração Pública, Santa Catarina

Felix Lopes – IPEA, Rio de Janeiro

Relean Avida – ISSO, São Paulo

Tânia Fescher – Fórum MPA/CAIDS/UFBI

Antônio Peres – Fundacion Construir, La Paz/Bolivia

Beatriz Paradi Luna – BP9MN Consultores, Peru

Monica Bose – CEATS/USP, São Paulo

Sueli de Lima, Rio de Janeiro

Paulo Haus Martins – RITS, Rio de Janeiro

Ana Maria Peliano – IPEA, Brasília

Miguel de LaVega – Alternativas, México

Pedro Gecik, Argentina

Romuzia Corado Setúbal

Lilian Arruda

4.1 Cenário atual: recolhimento de ideias sobre Plataforma de pesquisadores

A. Experiências existentes de rede onde os participantes estiveram envolvidos e que podem inspiradores

- Empresa RITS, que esteve dedicada a veicular suas notícias por meio de pesquisa normativa, veiculação de textos jurídicos, administração e gestão do terceiro setor, sobre Sociedade Civil organizada, sobre ONGs. Ao todo, foram mais de 200 textos publicados (hoje a RITS é uma instituição praticamente distinta, o site não funciona a algum tempo).

- Comissão de assuntos jurídicos das ONGs – Rio de Janeiro;

- Empresa GIFE (Eduardo Szazi) – Pesquisa sobre alterações legais; como colocar o dinheiro na responsabilidade social e etc.

- Rede Latino - Pesquisas em Multinacionais (Institutos de Pesquisa) em que fazem parte o Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México. A empresa trabalha em uma rede nacional, construindo uma metodologia que sirva para todos os pesquisadores. Para tornar isso possível a reunião da rede é feita pelo Skype, por ser

uma alternativa barata. A rede é financiada pelo BGB-BW Central Sindical Alemã.

- Organização Alternativas e Capacidades (da cidade do México) que pesquisa, entre outras coisas, como o Brasil faz para incidir as políticas públicas nas Organizações da Sociedade Pública. Importância da nossa plataforma SICONV que pode ser modelo para o México (que no ano passado eles teve um processo muito similar com a reforma fiscal do e há duas semanas, ocorreu o primeiro Encontro Nacional sobre incidência das ONGs em políticas públicas). A troca de informações é muito importante, pois essa é uma maneira de criar uma ponte entre o conhecimento acadêmico e a ação das organizações, para fortalecer o seu próprio Marco de fomento. Procuram parcerias e tem muita documentação para compartilhar espanhol.

- CIAGS/EAUFBA - Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social que possui um projeto de 10 anos no Ministério de Ciência e Tecnologia de estudo de modelos e formação de gestores sociais (desde a Educação de base, o atendimento habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, até o mestrado profissional).

- Rede SEKN: rede formada por 11 universidades da América Latina.

- Rede CEATS/USP: nos ciclos de pesquisa o protocolo de pesquisa, a definição do tema da pesquisa, os objetivos de pesquisa (de uma forma bem realista, bem pé no chão) e o propósito comum eram muito alinhado entre os pesquisadores, o que é fundamental para funcionar bem. A criação da rede foi financiada pela fundação AVINA e, ao longo do tempo, a fundação foi tirando o recurso financeiro, e a rede foi se sustentando por meio das colaborações laterais, que foram estabelecidas por afinidade entre grupos de pesquisas. Mas sem recursos, a rede foi perdendo força.

- Pesquisa do CEBRAP sobre advocacia popular, fazendo o levantamento de redes de advogados populares. O SSP e Secretaria Geral da Presidência da República, abriram editais que podem ser utilizados por essa rede. Aprendizado da academia com o governo, com pesquisas acadêmicas.

- Pesquisa, em nível nacional, encomendada pelo Governo Federal, pelo Ministério da Educação e Cultura, voltado para compreender como que as organizações sociais, que atuam com educação estavam trabalhando com as escolas. Para isso, foi criado uma grande rede de pesquisadores, das diversas universidades do país, em cinco capitais, tentando concentrar experiências em torno dessa capital. Essa experiência mostrou a necessidade de construir ciência e ao mesmo tempo responder demanda política, que é um campo interessante também.

- Núcleo de pesquisa em governança de organizações do setor público e o terceiro setor. Essa rede tem vieses distintos e alguns interesses

distintos e diferentes, dando margem para pensar em uma arquitetura de uma plataforma. Pensar: qual a utilidade da pesquisa, prioridade para produção de pontos, e a contribuição social?

- CNPq: Incorporar pesquisas na Plataforma Lattes, utilizando essa plataforma. A participação social é fundamental para a formação de grupos de pesquisas menores, para poder fomentar ações que ajudariam a criação dessas redes. Importância de fomento e fortalecimento dos NCPs, que são mais pulverizados ao longo do País. É necessário conseguir mais recursos para esses núcleos, com isso a rede conseguirá mais desenvolvimento e mais capilaridade para alcançar as regiões e verificar o que elas realmente precisam.

- Proposta de uma Rede de Estudos Empíricos em direito.

- ENAPEGs, FOPROF - redes que já existem na Academia, e talvez fosse interessante articular com estas redes existentes.

4.1 Identificação de lacunas sobre Plataforma de pesquisadores

Após conversas paralelas e debates sobre as experiências dos participantes, o grupo identificou as seguintes lacunas e sugestões sobre o tema Plataforma de pesquisadores:

- Disparidade entre regiões;

- Disparidade no acesso a recursos (exemplo: grandes universidades - CNPq);

- Necessidade de refletir a amplitude do debate sobre OSCs: restringir ao âmbito nacional ou tratar como um debate mundial?

- Necessidade de refletir sobre como a legislação atual afeta a distribuição de recursos;

- Necessidade de refletir sobre recursos tecnológicos: como ter uma plataforma? Como ter acesso às plataformas existentes nas universidades?

- Fazer como que o conhecimento não se restrinja ao universo acadêmico (criar acessibilidade ao público em geral);

- Pensar de que forma a Sociedade Civil se identifica e de que forma o governo vê a Sociedade Civil;

- Inserir a transversalidade como princípio para a formação de rede;

- É necessário ter um olhar retrospectivo e ao mesmo tempo com vistas ao futuro: pensar quais são os movimentos contemporâneos, os

novos formatos, a institucionalização e as possibilidades de formação para estes novos gestores;

- Aumentar a periodicidade da Fasfil para ser realizada a cada 2 anos;
- Agregar informações sobre as redes que já existiram estruturando as informações já geradas
- Aportar conhecimento metodológico para nortear o trabalho das OSCs, para que os casos e as pesquisas tenham fundamentação metodológica;
- Chegar aos aspectos transversais que podem estruturar uma rede;
- Pensar em Pesquisas Aplicadas para acessar mecanismos de fomento da Academia;
- Preocupação com o QualisTec – produção científico-tecnológica. Ter relevância social = quais são as métricas e valores que asseguram isso?
- Reflexão: devemos fazer pesquisa para a Academia, para a Sociedade Civil ou para Políticas Públicas? É um desafio ter um programa que contemple isso.
- Realidade que os institutos de pesquisa têm enfrentado, os que recebem dinheiro de fora, é que os europeus não querem mais financiar o Brasil, pois no ponto de vista deles, o Brasil não é mais um país importante para financiar.
- Usar conhecimento metodológico para Projeto de pesquisa, Pesquisa e Análises da Academia e dos Institutos de Pesquisa (IPEA) e transformar em pesquisa aplicada. Ganha-ganha = artigos, livros, capítulos; conhecimento aplicado – implica em trabalho conjunto com as OSCs;
- Encontro com o setor público (que preza pelo Controle);

4.3 Eleição de temas prioritários

A. Estrutura

- Usar conteúdos que já existem nas redes, por meio de plataformas que trabalhem o conteúdo (algoritmos) e o transformem em conteúdo a ser difundidos (infográficos, por exemplo);
- Criar redes que não sejam as redes acadêmicas. Que tenham cunho político.

B. Fomento

- É necessário criar um edital para criar recursos livres e financiar coletivos (hoje os editais tradicionais – do CNPq, FAPESP, dentre outros – estão voltados para pesquisadores individuais)
- Linha do IPEA pode ser interessante porque é menos burocrático e financia professor-coordenador e equipe;
- Considerar no edital: a inclusão de temas mais abrangentes, agrupar em grandes temas, estipular parcerias entre 2 ou 3 atores (academia, OSC, governo);
- Horizonte temporal da Rede: 2015 (janeiro). Então temos este tempo para estruturar;
- Fontes: Academia, Governo, Sociedade Civil – Ter uma plataforma tecnológica que congregasse os saberes produzidos por estes três atores (saberes que já existem) e permitisse criar bases para a geração de conhecimento futuro, construção de editais;
- Pesquisas devem contribuir concretamente com as práticas – relação de troca entre ambos. Ter espaços de qualificação;
- Pesquisa tem que contribuir para a qualificação da Sociedade Civil, para que a Sociedade Civil tenha reflexão;
- Ter a plataforma e valorizar as práticas que estão na plataforma. Mas ter concretude sobre isso.
- O que seria interessante ter nessa plataforma? Por exemplo: Para Sociedade Civil - Ter acesso a tecnologias sociais, inovações, que podem ser acessadas e compartilhadas entre as organizações.
- O que seria interessante para o pesquisador? E para o Governo?
- Fomentar lógica colaborativa de funcionamento da plataforma. Por exemplo: balcão de projetos. (Pensar em “Meu Rio”);
- A ONG pode ser um vetor para pesquisa – o interesse partir do objeto para o pesquisador;
- Abrir possibilidade de colocar no balcão de projetos os interesses na ONGs, e os pesquisadores buscam os temas para desenvolver (por exemplo, iniciação científica);
- Quando organizações querem ou precisam de alguma coisa, elas vão atrás de informação, e a plataforma pode facilitar este acesso. Considerar, entretanto, que muitas vezes as organizações precisam ir além do conhecimento disponível;
- Estabelecer trocas com outras universidades, por exemplo:
- Propósito da Rede – Compartilhar experiências e aumentar conhecimento existente.

- Propósito da Rede – Compartilhar conhecimento, mas também deixar acessível ou gerar conhecimento conjunto pela rede ou por pessoas da rede. E a plataforma pode sinalizar os temas emergentes. Exemplo: REDDIT – ferramenta para transmissão de notícia e fotos – Facilita o acesso aos temas mais recorrentes;

- E isso pode facilitar o acesso a editais diversos, por meio do acesso a pessoas de diferentes regiões e com diferentes interesses. Mas é importante considerar que isso envolve outros tipos de funcionamento e interação (pró-atividade, colaboração etc.).

3.4 Hierarquização de problemas e hipóteses e busca de soluções, para contribuir para melhorar as lacunas:

A. Cenários

- Pensar em cenários: para que queremos isso, para que usaremos?

- Cenário ideal: ter um grupo que crie a plataforma.

- Cenário possível: pesquisadores decidiram mantêm contato, através de e-mail e redes sociais para irem pensando na plataforma, criando funcionalidades e etc.

- O tema estratégico deve ser discutido antes do desenvolvimento da parte tecnológica.

B. Próximos passos

- Montar um grupo virtual para evoluir na discussão:

- LOOMIO – software que ajuda a chegar a decisões deliberadas. Lança uma pergunta, uma enquete, e ele chega à conclusão ou reabre a discussão.

- MOODLE – Plataforma EAD que abre para discussões.

5.7.4 Conclusões e principais resultados

Ao final da atividade houve a apresentação das mesas para o grande grupo. Os principais avanços foram apresentados e organizados por temas:

1. Sustentabilidade das OSCs

- Ponto principal: construção de indicadores que possam definir critérios indicativos do impacto econômico e sustentabilidade das OSCs.

- Proposta concreta: constituição de um GT entre OSC, Estado e Sociedade Civil para iniciar-se um processo de pesquisa.

2. Participação Social e OSCs

- Levantou-se iniciativas de participação e lacunas na pesquisa.
- Proposta concreta: criação de uma plataforma de conhecimentos que não esteja restrita a dados, mas a descrição de processos, práticas sociais, atores.
- Há uma demanda por editais específicos para o tema de participação social e a necessidade de avançar na temática da metodologia de diálogos entre os pesquisadores e institutos.

3. Parcerias entre OSCs e Estado

- É preciso o investimento de recursos no estudo da contratualização, para que a articulação feita em Brasília não se desfaça.
- Linha de pesquisa: Arquitetura de modelos de gestão do Estado, das parcerias e Sociedade Civil.
- Proposta concreta: a ideia é fazer ponte entre acadêmicos e praticantes – mestrados profissionais – olhar a formação das equipes de governo e ver como elas implementam políticas de participação.

4. Viabilização de uma rede de pesquisa

- Discussão da forma de criação e viabilização de financiamento para a rede.
- Existe uma forma de colaboração com as redes já existentes, não necessariamente deve-se criar uma nova.
- Operacionalização e pesquisas aplicadas: necessidade de aplicação do conhecimento acadêmico, como traduzir a academia em estudo aplicado.
- Proposta concreta estruturada em três pontos: Agenda, estruturação e fomento. Entre as ideias mais concretas está a necessidade de criar uma plataforma tecnológica que seja repositório de conhecimento. Uma plataforma acessível à Sociedade Civil, espaço onde possam dialogar, apresentar suas demandas, compartilhar experiências e conhecimento.
- Estratégia de articulação.

5.8 Atividade paralela. As organizações da Sociedade Civil e o Movimento Global por Transparência e Participação Social

5.8.2 Participantes

Roberta Solis Ribeiro - Assessora para Assuntos Internacionais da CGU

Pedro de Carvalho Pontual - Diretor de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República

Roberto Senderowitsch - Gerente de Projetos do Banco Mundial

Moderação: Milton Rondó Filho - Itamaraty

5.8.3 Resumo das apresentações

O painel trouxe para o debate as temáticas da transparência, participação social e accountability. Os convidados apresentaram exemplos de instrumentos e metodologias que vem sendo desenvolvidos e utilizados para aumentar e qualificar a participação da sociedade civil na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como no monitoramento dos gastos públicos.

Roberta Solis Ribeiro trouxe sua experiência na CGU e apresentou o site participa.br como importante ferramenta de participação social, citado também por Pedro Pontual. O convidado destacou a importância do decreto para a Política e o Sistema Nacional de Participação Social (assinado pela presidente Dilma Rousseff durante o evento), apresentando-o como um sistema institucionaliza a política de participação social e legitima esse direito que foi conquistado pelos cidadãos.

Pedro situou o Sistema Nacional de Participação Social junto a outras iniciativas: o já citado site participa.br, um compromisso nacional pela participação social (assinado por estados e municípios) e o Marco Regulatório das OSCs.

Roberto Senderowitsch trouxe para o painel a reflexão do por que a transparência e a participação social serem um movimento global atualmente, lembrando que esta importância da temática é recente. Segundo ele, a transparência e a participação têm sido vistas como importantes porque produzem resultados concretos na redução da pobreza e desenvolvimento.

Questionado por um participante da plateia sobre como o Banco Mundial lida com a sociedade civil em relação aos seus projetos, Roberto trouxe a experiência do Banco Mundial, explicando que essa relação do Banco com a sociedade civil vem evoluindo nos últimos tempos e atualmente contam com a participação de conselhos e parceiros.

5.8.4 Seleção de falas

Roberta Solis Ribeiro

“(...) Então, nós temos exemplo sim, de que a participação social tem caráter, embora em uma estruturação consultiva, leve a um poder deliberativo sim.”

Pedro de Carvalho Pontual

O que nós estamos fazendo ao institucionalizar a política de participação social é legitimar esse direito que foi conquistado pelos cidadãos. Eu acho que isso dá uma qualidade à política extremamente importante. (...) nós fizemos o caminho da sociedade civil para o Estado. E, portanto, a assinatura da política nacional amanhã é o reconhecimento do Estado desse direito do cidadão, e a transformação desse direito do cidadão em política do Estado. Ou seja, daqui pra frente, a gente espera que não dependa mais da vontade política, ainda que ela seja importante, mas que não dependa dela, do governante de plantão. Que seja efetivamente uma política incorporada como política de Estado.”

Roberto Senderowitsch

“Há uma lógica não somente de direito, que é muito importante, mas também tem uma lógica instrumental. A participação, a transparência, o empoderamento da cidadania, ajudam a resolver os problemas. E, com o crescimento mundial da classe média, um fenômeno que vocês conhecem muito bem no Brasil, há uma expectativa muito maior sobre os governos e sobre as democracias para terem melhores níveis de desempenho. Desempenho é resolver os problemas das pessoas, todos os dias.”

5.8.5 Descrição das falas

Roberta Solis Ribeiro

(...) Esses mecanismos estão disponíveis no site da CGU, assim como todos os documentos, os planos de ação e todos os demais documentos da própria OGP internacional. Tanto em inglês, quanto em português, para dar acesso a todos. E convido a todos para participar desse processo, porque agora estamos no momento paralelo à implementação do segundo plano, mas também da construção da metodologia e dos compromissos com um terceiro plano de ação brasileiro. Então convido todos a participar desse processo, no qual nós também utilizamos a ferramenta do participa.br. Um compromisso do governo brasileiro também é um segundo plano de ação da OGP. Um compromisso já entregue, e devidamente implementado.

Eu deixo a apresentação depois à disposição da organização do evento, para quem quiser ter acesso.

Convido todos também a participarem de uma consulta que nós incluímos no site participa.br, para escolher uma iniciativa brasileira de participação social que vai concorrer a um prêmio internacional da OGP criado esse ano. É um prêmio que pretende dar visibilidade e premiar iniciativas inovadoras que já estão institucionalizadas no País para participação social e que já demonstram um grande impacto positivo no aumento da participação no país. Convido a participarem dessa consulta, que é a consulta para escolher qual vai ser a iniciativa brasileira candidata a esse prêmio da OGP internacional, cujo resultado vai ser anunciado em setembro, em Nova York, às margens da Assembleia Geral da ONU.

Em nome do tempo, eu termino por aqui, mas fico à disposição para perguntas, e depois para qualquer outro contato sobre a iniciativa. Obrigada!

Milton Rondó Filho

Quero agradecer muito à Roberta, e dizer que o nosso sistema ou sigma, que segmenta a cooperação humanitária, está se inscrevendo nesse prêmio. Vocês podem votar na gente!

Vou passar para o Pedro.

Pedro de Carvalho Pontual

Boa tarde a todos e todas! À Roberta, nossa parceira não só na OGP, mas na CGU também. Na conferência que realizamos sobre transparência e controle social - na Consocial - se tratou de muitos temas relativos a essas temáticas, accountability e controle social sobre as políticas de Estado. Nós estamos aí por caminhar no sentido de buscar a implementação das resoluções daquela conferência. E gostaria de cumprimentar o meu recém conhecido, Rob, do Banco Mundial, que vai nos apresentar uma proposta que, pelo que me antecipou, é bastante estimulante.

Na verdade, eu queria dizer para vocês, em linhas bem gerais, o que amanhã a nossa presidente Dilma Rousseff deverá assinar, e o significado deste ato, da assinatura do decreto da Política e do Sistema Nacional de Participação Social. Na verdade, nós estamos falando de uma tríade. Talvez mais do que uma tríade, porque temos o Marco Regulatório, que é o nosso irmão gêmeo, com quatro pontos muito importantes. O primeiro deles é justamente a questão da Política Nacional de Participação Social. A história recente da redemocratização da sociedade brasileira consagrou aquilo que já estava na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, quando falado do direito humano à participação na vida pública, nos negócios públicos. Nossa Constituição consagrou isso em diversos de seus artigos, a começar do primeiro artigo, quando associa o exercício da democracia representativa ao exercício direto da democracia pelo cidadão. De lá para cá, foram se desenvolvendo experiências e práticas. Talvez a mais conhecida delas, inclusive reconhecida pelo

Banco Mundial como uma das práticas mais importantes, seja a experiência dos orçamentos participativos, desenvolvidos originalmente no Brasil, e que hoje se espalha pelo mundo inteiro.

Constituímos os sistemas setoriais de políticas públicas, como, por exemplo, o SUS - Sistema Único de Saúde, o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, o sistema de segurança alimentar, e depois outros mais recentes. O filho mais recente é o Sistema Nacional de Cultura. E eu diria que tudo isso foi fortemente amplificado e fortemente densificado, tomou corpo, tomou força, tomou energia, sobretudo a partir de 2003, quando esses mecanismos foram multiplicados.

De 115 conferências da história da sociedade brasileira, que começou em 1941, nós realizamos a primeira conferência na área da saúde. Das 115 feitas de 1941 a 2010, 84 foram feitas no período de 2003 a 2010. Dezoito conselhos nacionais foram criados. Sete foram reformulados, na perspectiva da ampliação da participação da sociedade civil. Saímos de 45 ouvidorias no âmbito do Governo Federal (antes de 2003), para 265 ouvidorias em 2010. Então, no início do governo da presidente Dilma, nós estávamos colocados diante de um desafio: de um lado, de dar continuidade a esta herança, dos oito anos de governos anteriores, e a essa herança mais remota da luta da sociedade civil brasileira. E aqui é preciso dizer que uma característica importante do processo de institucionalização da participação social no Brasil é que, na verdade, é um processo de institucionalização, que nasceu das lutas da sociedade civil e se conquistou como direito frente ao Estado.

O que nós estamos fazendo ao institucionalizar a política de participação social é legitimar esse direito que foi conquistado pelos cidadãos. Eu acho que isso dá uma qualidade à política extremamente importante. Eu já tive a oportunidade de conhecer, certamente o Poppi conhece também, outros países onde, muitas vezes, leis de participação social são tomadas como iniciativa governamental, antes mesmo da sociedade civil ter desenvolvido lutas por esse direito. E muitas vezes elas ficam esvaziadas. Na sua implementação, se tornam inócuas. No nosso caso não, nós fizemos o caminho da sociedade civil para o Estado. E, portanto, a assinatura da política nacional amanhã é o reconhecimento do Estado desse direito do cidadão, e a transformação desse direito do cidadão em política do Estado. Ou seja, daqui pra frente, a gente espera que não dependa mais da vontade política, ainda que ela seja importante, mas que não dependa dela, do governante de plantão. Que seja efetivamente uma política incorporada como política de Estado.

Ela tem um segundo significado, que é extremamente importante, que é a questão de que nós estamos convencidos de que participação social é método de governo. Tem que se transformar cada vez mais em método de governo. As melhores políticas e os melhores programas que nós desenvolvemos nos últimos doze anos, no âmbito

do Governo Federal, foram aquelas que foram construídas em parceria, em interlocução, em diálogo, e com a participação da sociedade civil. Existe, muitas vezes – e a gente ouviu em alguns momentos neste seminário –, um questionamento, uma pergunta sobre a efetividade desses instrumentos de participação. Nós temos uma associação com o IPEA bastante forte, e há vários estudos do IPEA em desenvolvimento que vêm mostrando o quanto na verdade as decisões tomadas em conselhos e em conferências, são muito mais levadas em consideração, são muito mais levadas em conta, de verdade, são muito mais incorporadas do que parece. Infelizmente – e é uma autocrítica que nós temos que fazer como governo – nós nem sempre tivemos a capacidade de comunicar-lhes, de fazer ver ao cidadão, que muitas das coisas que nós tornamos políticas, e tornamos programas, foram frutos de processos de participação, de processos de conferências, de conselhos.

Então, amanhã, o que o decreto fará? Ele apresentará os objetivos gerais dessa política, diretrizes que a gente pretende que orientem o conjunto dos órgãos de governos da administração indireta, direta. Ele descreverá, pelo menos, nove dos principais mecanismos que já têm algum nível de institucionalidade no âmbito do Governo Federal, que são: os conselhos de políticas públicas, as comissões de políticas públicas, as conferências nacionais, a ouvidoria pública, as mesas de diálogos, os fóruns, o fórum interconselhos, as audiências públicas, as consultas públicas, e – isso que é a grande novidade desse nosso século XXI – os ambientes virtuais de participação, e a participação através das mídias e redes sociais.

Bem, nós enunciamos esses nove mecanismos, conceituamos cada um deles, definimos. E definimos aqui também os requisitos mínimos para cada um deles, que garantam o seu efetivo funcionamento. Ou seja, neste sentido, buscando aperfeiçoar os mecanismos já existentes e procurando fazer avançar naquelas áreas que ainda não instituíram uma clareza de que a gente possa dizer que tenha um conselho naquela área. Você precisa ter determinados requisitos a serem estabelecidos, como, por exemplo, a paridade de seus membros, ou resoluções sobre temas que sejam relevantes para as políticas, publicização das resoluções. Assim como as conferências devem ter seus resultados tornados públicos, e deve haver uma devolutiva e monitoramento de seus resultados.

Bem, o que ficava faltando ainda? Ficava faltando aquilo que a gente pode chamar de uma sinergia, que pudesse articular todos esses instrumentos no âmbito do Governo Federal. E é isso que nós estamos chamando de um sistema de participação social. É um sistema que possa fazer com que, por exemplo, o trabalho das ouvidorias seja um insumo efetivo de produção de informação que ajude os conselhos em seu trabalho de fiscalização e de controle das políticas. Que os conselhos cada vez mais se responsabilizem pelo monitoramento e resultado das conferências. Que, por exemplo, os conselhos, que são

mecanismos representativos, quando forem tomar decisões que devem ser escutados em um leque mais amplo de cidadãos, possam promover consultas públicas via Internet. Assim como as conferências já fazem o uso de mecanismos virtuais para a participação dos cidadãos.

Então, vejamos, é quase como se fosse uma teia, uma rede. Nós nunca pensamos um sistema de uma forma burocratizada, nem hierarquizada, nem centralizada. Nós sempre pensamos o sistema na sua forma de rede. E uma rede, que não só institucionaliza esses mecanismos, mas que deve estar aberta a novas formas de participação, que vão surgindo ao longo da luta social, ao longo da prática social. Nós estamos vendo aí, a partir das manifestações que estão nas ruas, que surgem novas práticas, que surgem novos atores, novos sujeitos. E esse sistema tem que estar aberto à incorporação dessas novas formas, dessas novas linguagens.

Bem, mas nós tínhamos ainda outro desafio. E eu falo do segundo ponto, do nosso quadrado, que é o termo nacional, que chamamos de Compromisso Nacional pela Participação Social. O Brasil é um estado federativo e, portanto, o Governo Federal não poderia impor aos estados esse processo todo de fortalecimento dos instrumentos de participação social como método de governo. Então o que nós fizemos? Nós construímos coletivamente, com secretários de vinte estados da federação, pluripartidários, das mais diferentes forças políticas, e com secretários de diversas prefeituras, um conjunto de compromissos. E por um processo de adesão, os estados e municípios se comprometem a executar, a partir da apresentação inclusive, depois do momento da assinatura da adesão, após 120 dias, a elaboração de um plano de cinco anos, para fortalecimento dos mecanismos de participação social nos estados e municípios, a partir de um guia orientador, de um acompanhamento, de um suporte técnico, que a Secretaria Geral pretende oferecer. Para vocês terem uma ideia do quanto o sistema da participação já é hoje sensível. O quanto a voz das ruas trouxe isso com tanta força. Antes mesmo da presidente lançar de manhã esse compromisso nacional pela participação social, nós já temos onze estados da Federação, das mais diferentes forças políticas, que já assinaram esse compromisso, e temos mais de 35 municípios que também previamente já assinaram o compromisso. E acreditamos que a partir de amanhã, no lançamento nacional, nós teremos mais um sem número, de municípios e outros estados que farão por adesão.

O terceiro ponto é o nosso participa.br. Como já foi lembrado aqui pela Roberta, ele já está sendo utilizado. Na verdade, ele não vai ser lançado amanhã, ele vai ser consagrado amanhã. É um portal de participação social, constituído não para ser um repositório de informações, ainda que ele possa conter, e deva conter, informações, mas para ser um instrumento de diálogo efetivo com a sociedade civil brasileira, nos seus mais diferentes temas. Então se a OGP quer fazer

uma consulta a respeito de experiências mais exitosas, ela pode organizar uma comunidade no participa. Recentemente, para preparar a conferência da Arena NET Mundial, que se realizou em São Paulo e discutiu os princípios da governança da Internet, nós fizemos uma consulta que teve 290 mil acessos e votações daquilo que as pessoas acreditam que deviam ser os princípios a orientarem a governança da Internet. Se transformou em uma carta política, que foi entregue aos participantes da conferência multi-setorial. O próprio projeto, da Política Nacional de Participação Social e do compromisso, foi objeto também de consulta pública, no processo que a gente fez de construção. E assim sendo, outros temas, como mobilidade urbana, agroecologia, educação. Aquela comunidade que tiver interesse em propor um diálogo com o governo, pode ter no participa.br um instrumento para travar esse diálogo.

E o quarto ponto, que é o nosso Marco Regulatório das relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil, que pretende criar uma nova era para essa relação. Estabelecendo, por meio do PL que está na Câmara, um novo termo de fomento e de colaboração. Através do decreto que será assinado amanhã em um processo de simplificação, de desburocratização do processo de prestação de contas, e transformando de fato, esta parceria que nós reconhecemos como da mais alta importância para o Estado brasileiro, que são as OSCs, que são as ONGs, como parceiras nossas, na construção de políticas, na execução de políticas, na avaliação de políticas, e na correção de fundos do nosso governo. Tem, como pano de fundo disso, o quê? O pano de fundo disso é o fortalecimento, o aprofundamento e a radicalização no sentido de ir à raiz da democracia participativa.

Bem, chegamos até aqui. Temos muitas tarefas para tornar isso cada vez uma realidade mais efetiva. Mas, uma delas, que está colocada de forma imediata, para que a gente possa fazer com que a democracia participativa efetivamente se incorpore como um mecanismo de estado, uma política de estado, é a reforma política. Nós devemos jogar todo o nosso empenho na reforma das instituições políticas. E assim construir um Brasil e um futuro melhor para os nossos cidadãos e cidadãs! Obrigado!

Milton Rondó

Obrigado Pedro. Queria saldar, está aqui a minha ex-chefe Ana Pelliano. E a gente estava falando de participação em políticas públicas, e a Ana, em um movimento muito mais difícil desse País, teve a coragem de trazer o MST para participar de políticas públicas, quando muita gente não tinha coragem de fazer isso. Queria dizer também que você falou dos conselhos, hoje posso falar com orgulho que o Itamaraty também está formulando o seu conselho. É um dos poucos Ministérios que não tem. Graças a vocês, à cooperação de vocês. E acho que assim até o Itamaraty vai conseguir chegar ao século XX. Passo para o Rob, do banco mundial.

Roberto Senderowitsch

Obrigado a Secretaria Geral da Presidência pelo convite em estar aqui. Eu começo com um pergunta geral: o que vocês preferem que eu faça? Fale um português muito ruim ou um espanhol perfeito? Português ruim! Houve um consenso aqui, então ok!

Para começar, não vou perder muito tempo. Falarei apenas 10 minutos, para sobrar tempo para perguntas. A primeira pergunta para vocês: levantem a mão quem aqui trabalha para o estado ou para uma instituição do governo? Quem aqui trabalha para a sociedade civil? Acadêmicos? Outros? Outros como o que? [Empresário]. Os outros são sempre muito interessantes. Quem aqui são brasileiros ou brasileiras? Estrangeiros? Ok.

Isso é muito importante para saber com quem está falando, porque isso ajuda o diálogo também.

Então, o nome dessa apresentação é "o movimento global pela transparência e a rendição de contas - *accountability*". Há uma suposição que existe um movimento global, internacional, pela transparência e rendição de contas.

Quem aqui tem mais de 30 anos? Então vocês se lembram quando vocês eram meninos, 10 anos atrás, quando se falava de movimento global pela transparência e pela rendição de contas? Quando vocês eram meninos se falavam disso? [Não]

E porque não? Porque todo mundo aqui está convencido que isto é muito importante para o sucesso do movimento internacional e o empoderamento dos pobres, erradicar a pobreza e compartilhar a prosperidade. São coisas que o banco mundial disse, não? Mas, por que não? Há uma condição no mundo que visa o trabalho no governo aberto, mas o que mudou no mundo? Mais abertura, uma hipótese aqui. Então, aqui há uma hipótese possível. O que foi que aconteceu, o que mudou no mundo? [As lutas sempre existiram, mas também as crises do capital. As suas contradições cada vez mais perigosas, cruéis, ameaçadoras. Isso faz com que mais gente abra os olhos]. Mais gente quer, vendo a contradição do capitalismo, mas uma força da sociedade civil, das massas em participar e se sentirem incluídas no desenvolvimento internacional. É uma hipótese possível. Alguma outra hipótese? [Democracia]. Democracia, mas a democracia existia no mundo há muitos anos. [Mas aqui era ditadura]. Era ditadura. Aqui não. Em meu país também, eu sou argentino. Conheço isso. Mas como movimento internacional tem que ser exposta ao alibi. As coisas acontecem por alguma razão. [Transição mundial.] Uma resposta, transição mundial. Mas digo, porque os governos têm uma tradição de não serem muito abertos e participativos, por isso que existe a OGP, para fazer isso. Por que esses governos decidem um dia dizer: a é importante agora a gente ser mais transparente e participativo? [Pressão social]. Pressão social, mas pressão social por quê? [Para

mais acesso a informação] mais acesso a informação para que? [Para julgar se concordam com as decisões que estão sendo tomadas?] Para empoderar-se, para exercer a cidadania, não? Ser um cidadão completo. O que mais? [Comprovar por que a sociedade participa das decisões do governo. Com isso o governo tem suas políticas mais efetivas e bem sucedidas].

Então já estamos começando por uma área que eu me sinto mais confortável, porque eu trabalho para o Banco Mundial. A transparência, a participação, a prestação de contas produzem resultados. Produzem resultados concretos. Reduzem a pobreza. Ajuda que os meninos tenham vacinas. Há uma lógica não somente de direito, que é muito importante, mas também tem uma lógica instrumental. A participação, a transparência, o empoderamento da cidadania, ajudam a resolver os problemas. E, com o crescimento mundial da classe média, um fenômeno que vocês conhecem muito bem no Brasil, há uma expectativa muito maior sobre os governos e sobre as democracias para terem melhores níveis de desempenho. Desempenho é resolver os problemas das pessoas, todos os dias. Não é que todos os cidadãos estejam pensando "como posso exercer meus direitos de cidadãos hoje?". Mas eles estão pensando: "como faço com que meu filho aprenda na escola?", "como faço que o trabalho que eu tenho seja um trabalho digno?", "como faço para que a próxima geração tenha mais oportunidades que as oportunidades que eu tive quando menino?". Isso é o mais importante. Não esquecer que o movimento global pela transparência e participação tem a ver com a satisfação das necessidades dos pobres e cidadãos em construir sociedades mais equitativas para todos. É por isso que também provooco o Banco Mundial. O Banco Mundial é uma organização internacional cooperativa de países. Um banco, trabalha com governos, trabalha com o setor privado também. E agora também está trabalhando com a sociedade civil diretamente. Eu sou gerente, líder de um projeto novo, que se chama aliança global para a prestação de contas.

E porque o banco trabalha nisso agora? Por que não trabalhava antes com a sociedade civil? Porque o Banco Mundial se deu conta de que os problemas do desenvolvimento tecnicamente são todos os problemas que podem ser resolvidos. Todos os problemas. Ou seja, um problema que vocês sofrem no Brasil? [Falta de comunicação]. Falta de comunicação. Problemas de comunicação, conectividade. Vocês sabem como resolver esse problema hoje em dia? Há soluções técnicas? Outro problema [Com relação a comunicação mesmo. Comunicação de confiança. Que você realmente pode confiar. Tudo aquilo que foi dito pelo palestrante anterior. Como é que isso chega na sociedade? Como é que a sociedade fica sabendo que são políticas que foram discutidas nos conselhos, através das conferências?]. A relação sociedade e Estado, e a confiança entre eles. Mas, podemos lembrar, falta de educação. Educação de má qualidade. Falta de serviços médicos para as crianças. Caminhos e lugares não mantidos,

onde produtores não podem destinar suas produções para os mercados. Quantidade de coisas que são problemas do desenvolvimento. Todos esses problemas têm soluções técnicas. E por alguma razão não conseguimos, no mundo de hoje, dar uma solução definitiva para esses problemas. E o que a gente pensa é que o problema principal não é um problema técnico, mas é um problema político, de governabilidade. E, quanto mais damos uma resposta, uma solução técnica, há um problema que não é técnico, mas político, e não chegamos há uma resposta que necessitamos. O Banco Mundial, o BID e outros órgãos internacionais continuam fazendo o mesmo. Vamos trabalhar com o Ministério da Educação. Então o Ministério da Educação pode elevar a cobertura da qualidade dos programas.

Outras organizações começaram a trabalhar com os cidadãos. E temos que trabalhar com as organizações da sociedade civil. E começaram muitas fundações a dar dinheiro, a dar capacidade técnica aos cidadãos para poderem participar. Mas não havia, até agora, um mecanismo que pudesse unir as duas partes juntas. Governos e sociedade civil, para resolver um problema de governabilidade. Para resolver a educação através da transparência e a rendição de contas, a *accountability*. Exemplos que eu posso compartilhar com vocês. No caso da República Dominicana. Temos dominicanos aqui? Um país que vocês conhecem, no Caribe, na América Latina. Eles tinham um problema sério na compra de medicamentos. O Estado dominicano comprava medicamentos de maneira muito fragmentada. Então, o resultado disso era pouco eficiente, pouco transparente, fragmentado. Dois anos atrás. Mais de dois anos atrás. Cinco anos atrás. Eles teriam uma decisão política. Um funcionário do Estado estava acabando de implementar a compra consolidada de medicamentos. Mas não podia implementar o programa pelo lobby que teria das farmacêuticas. Então não era um problema técnico, eles sabiam como fazer. Mas não podiam fazer por um problema político. Dois técnicos fizeram um observatório social para a compra de medicamentos. Então, com esse observatório social, repentinamente tem uma base na sociedade civil demandando que a compra de medicamento se dê de maneira consolidada, e exigindo que esse funcionário faça esse trabalho. Esse funcionário não se sente ameaçado com essa participação. Se sente empoderado, porque agora tem uma solicitação social para isso. Implementaram o programa. Só no ano passado, em 2013, eles economizaram 25 milhões de dólares na compra de medicamentos. É muitíssimo! É muito para um país como a República Dominicana, com alto índice de pobreza.

Então, quando vocês têm cidadãos que governam trabalhando juntos, não em uma lógica ingênua, mas em uma lógica política, de que a participação social pode empoderar não somente os cidadãos, mas também os atores do governo que querem fazer as coisas bem, isso funciona.

Já para concluir, isso é exatamente o que a gente faz com o GPEC, com essa nova aliança global. Estava aliada uma quantidade de países, identificando quais são os seus problemas, que precisam da participação social, em separar informações, para que os tomadores de decisões, implementadores de políticas, possam fazer seu trabalho também. Hoje temos 39 países em todo o mundo que se somaram a essa nova modalidade. Temos 22 organizações da sociedade civil implementando projetos, entre meio milhão de dólares e um milhão de dólares por projeto que o Banco Mundial aporta por executores. Temos 165 parceiros da sociedade civil, do setor privado, da academia, que se somaram a essa iniciativa também. E temos também uma plataforma de conhecimento, que vocês também podem encontrar informações sobre isso, mas também compartilhar suas próprias experiências, sobre *accountability* e rendição de contas. Afinal, o objetivo do Banco Mundial é erradicar a pobreza e seguir construindo sociedades com mais equidade e oportunidade para todas. Muito obrigado!

Milton Rondó Filho

Foi muito claro. Eu digo que a gente queria abrir imediatamente para perguntas. Por favor, se puder dizer o nome e de onde vem.

Guer Fux - Rede Evangélica Nacional de Ação Social - Curitiba - PR

Eu tenho uma pergunta, essa última palestra me instigou. Porque nós temos no Brasil vários tipos de povos. E a gente sabe que para ter o desenvolvimento, há a necessidade de geração de riquezas, e a geração de riquezas depende do trabalho. Mas nós temos povos no Brasil que não valorizam o trabalho, como a gente o entende, como os povos indígenas. Então, possivelmente, soluções técnicas não sejam suficientes para erradicar a pobreza entre esses povos. Então, queria saber se o Banco Mundial tem esse nível de aprofundamento, de reflexão. Como lidar com povos que não valorizam o trabalho, como nós o entendemos?

Valdir - Cáritas Brasileira/Pastoral Social - RS

Pedro, eu concordo que realmente os espaços de participação são vários. Não tenho nenhuma dúvida disso. Porém, a capacidade deliberativa que tem incidência na efetivação das políticas decididas. A Maricato chega a dizer: "nunca participamos tanto e decidimos tão pouco", talvez isso seja uma frase de efeito, mas é isso. A pergunta é um pouco isso. Na prática, o poder econômico hoje, cada vez mais mundializado, tem se imposto. O orçamento da União, quarenta e poucos por cento, vai para pagar... não sei. Enquanto nós das organizações sociais estamos tentando aumentar as migalhas. Então, não sei, acho que nesse sentido a luta das organizações hoje deveria ser realmente ser uma luta que amplia não só os espaços de participação, mas a nossa capacidade de efetivamente incidir para

que as políticas decididas sejam efetivadas na prática. Isso significa hoje começar a cortar ou exigir o arrancar do grande capital. Esse sistema, acho que é importante, faz parte, mas é muito mais do bem do movimento social ter um papel indispensável que todos os governos sociais e populares, e aí eu concordo realmente que a reforma política tem hoje duas ferramentas importantes. Um é o projeto, um abaixo-assinado que já está rodando, e o próprio processo para a constituinte exclusiva.

Milton Rondó Filho

A primeira coisa, Fux, eu acho que, na verdade, precisa ser discutido o conceito de trabalho. Não é que os indígenas não valorizem o trabalho. O conceito de trabalho deles é que é diferente.

E com relação ao que você colocou Valdir, tem uma coisa interessante. Acho que ele tem que ir para o miolo das coisas mesmo. A gente aprovou na última conferência de segurança alimentar e nutricional uma petição pedindo que o Concea ingressasse no Copom. Tem dois anos... Vamos ver se a resposta vem.

Roberta Solis Ribeiro

Eu queria somente responder essa segunda pergunta, Valdir, só para dar um exemplo. O nosso processo da parceria para o governo aberto, no primeiro plano de ação realmente a participação social ficou devendo, e muito. Nós mesmos no governo fomos os primeiros a fazer *mea culpa*, e buscar outras organizações para melhorar esse processo, buscar outros parceiros no governo, como a Secretaria Geral. Mas acho que um dado interessante é que no segundo plano de ação, toda a metodologia de consulta, a metodologia de elaboração do plano, como que as propostas seriam elaboradas, como que seria a devolutiva para a sociedade, isso foi elaborado junto com um grupo de trabalho da sociedade civil, com dez organizações da sociedade civil. E a proposta inteira desse grupo de trabalho foi aceita sem mudar uma vírgula pelo governo. Então, nós temos exemplo sim, de que a participação social tem caráter, embora em uma estruturação consultiva, leve a um poder deliberativo sim. Eu acho que esse é o grande papel da participação social nessa colaboração, na criação de compromissos de governo, de planos de ação, de políticas públicas. E que esse diálogo, da forma que ele é estruturado, como se torna um diálogo rico, essa proposta acaba se tornando a decisão do governo. Então, eu acho que também nessa discussão sobre participação social, pensar não só nos conselhos deliberativos ou consultivos, mas tentar na própria participação, de como é esse diálogo. Porque, da forma como ele pode ser estruturado, dessa forma muito positiva, muito construtiva, ele pode levar a situações em que, fugindo de qualquer conselho, tornam-se decisões de governos. Tornam-se questões, uma participação efetivamente deliberativa. Eu acho que o Pedro e outros sabem disso muito melhor. Nós temos também o modelo deliberativo, em que na

verdade nada é deliberado, decisões são adiadas. Então eu acho que é conversar muito mais sobre o modelo de participação. A participação como método de governo. De realmente construir em conjunto as políticas públicas. Eu acho que é muito mais efetivo na prática, do que nos atermos a essas discussões de conselhos serem deliberativos, serem consultivos, ou não. Às vezes precisa desse pragmatismo um pouco, não só na OGP, porque nossa obrigação é apresentar ações muito concretas, muito delimitadas. Às vezes é até difícil em um processo de participação estabelecermos todos esses limites, todos esses parâmetros, mas eu acho que é muito importante a gente pensar por esse lado.

Pedro de Carvalho Pontual

Eu queria comentar também a pergunta do Valdir, porque eu acho que é muito importante sua pergunta, pertinente. Nós temos ainda situações, como disse a Roberta, bastante diferentes. Espaços que incidem mais sobre as políticas, espaços que incidem menos. Por isso que quando nós falamos que participação tem que se tornar método político, está todo mundo falando exatamente disso. Nós estamos falando no sentido de que todas as áreas, e todas as políticas de um governo devem estar permeáveis. Devem estar porosas ao processo de incidência e de integração da sociedade civil.

Nós encomendamos uma pesquisa ao IPEA exatamente sobre essa questão da participação social como método de governo, e eles nos deram uma boa notícia, e uma notícia para a gente melhorar. A boa notícia é que olhando o sistema de planejamento do governo, lá onde está escrito todos os programas e ações, em mais de 90% dos programas e ações do Governo Federal tinha previsto alguma forma de interlocução, de incidência, de participação da sociedade civil nos programas. Mas ao mesmo tempo o IPEA nos alertou para o seguinte: a incidência de verdade. A incidência efetiva está muito mais consolidada, muito mais estruturada, nas áreas das políticas sociais. E está muito menos presente, nas políticas ligadas a infraestrutura e à política econômica. E esse eu acho que é o nosso grande desafio. Como é que nós estendemos isso, que nós já conquistamos nas áreas sociais? E nas áreas sociais eu afirmo com muita convicção que esse grau de incidência é muito maior do que parece. Eu acho que o exemplo que o Vitor falou, do conselho de segurança, o Consea, é muito importante. O Consea hoje é quem formula a política governamental de segurança alimentar. Eu asseguro isso, é o conselho que assegura. É o conselho que realmente pauta o governo. E isso foi um processo de consulta. A recém-criada Comissão Nacional de Agroecologia também foi um processo de conquista, e de consulta. Outras áreas estão menos permeáveis, menos porosas. Mas para isso nós precisamos estabelecer uma aliança entre nós. Respeitadas as autonomias de cada uma das partes, da sociedade civil, dos movimentos sociais e do governo, e a compreensão dos devidos papéis.

Como sempre diz o ministro Gilberto, que certamente vocês já ouviram dele isso, para a gente poder entrar nessas áreas que a gente ainda não conseguiu e transformar participação social em um método de governo, nós precisamos que vocês nos pressionem, que vocês venham para cima. Como vocês têm feito, apresentando pautas, apresentando demandas, fazendo mobilizações. Porque é isso que nos dá forças. Aí ele traz um conceito do Hobbes, do setor do governo que quer transformar de fato as políticas em políticas de igualdade, políticas de equidade, políticas de um desenvolvimento social integral, sustentável, com superação das desigualdades social. E nós, do nosso lado, temos que fazer a nossa parte, que é travar a luta interna. Muitas vezes difícil. Dentro do próprio governo, para fazer com que todas as áreas se sensibilizem de fato para que esses mecanismos e esses espaços de participação social possam se tornar mais efetivos. Mas, eu insisto, há diversas áreas do governo, e há muitas políticas.

Quando nós fizemos o PPA (2012-2015), nós criamos um fórum interconselhos, que acho que você deve ter participado, inclusive. Lembrem-se do estudo que o Ministério do Planejamento fez das trezentas e tantas propostas apresentadas para a sociedade civil, para o PPA 2012-2015. Onde ela respondeu uma a uma, e mostrou que praticamente 90% daquelas propostas foram incorporadas parcial ou integralmente. E quando não foi, foi explicado porque que não foi. Então eu penso que isso é um processo. É um processo de consulta, como bem lembrou a Roberta, menos preocupado em estabelecer essa disjuntiva se é deliberativo ou consultivo. Na lei, no papel, nós temos que transformar na luta. Ou seja, fazer com que de fato esses espaços sejam espaços de congestão, de incidência sobre as políticas.

Roberto Senderowitsch

Muito breve: dois comentários mais uma resposta aqui ao Fux. Dois comentários. Primeiro: a sociedade civil sempre está muito focada em encontrar os aliados no governo, para fazer o que eles querem fazer. É uma boa agenda, não? Eles sempre mapeiam possíveis aliados no governo. O que você falou agora é exatamente o outro lado da moeda, que é o governo buscando aliados na sociedade civil para fazer o que eles querem fazer, quando se encontra uma agenda comum. E eu acho isso uma maturidade no diálogo entre governo e sociedade civil. Mas a sociedade civil tem que estar à altura desse diálogo também. Segundo, é que as três funções principais que os governos e Estados têm. Uma é o gasto público, a segunda é a arrecadação pública, e o terceiro é a regulação. Em cada uma dessas funções há um papel para a sociedade civil. Mas é certo e verdade que, tradicionalmente, a sociedade civil está muito mais focada nos gastos públicos e na formulação de políticas para os gastos públicos, do que em outras áreas das funções do governo. E aí está a grande

oportunidade para ser deste tipo de trabalho, não estamos fazendo isso com nossos aliados já.

E o terceiro ponto em resposta a uma pergunta muito provocativa, que é se os pobres não querem trabalhar, e por isso são pobres. Quase uma lição de vida. E uma pergunta provocativa que tem diferentes aspectos. Primeiro, é que acho que há um risco de estigmatizar os pobres. Tem muitos ricos que não querem trabalhar também. Não são só os pobres que não querem trabalhar. E são os ricos que capturam a renda da sociedade. São os 2% da população que têm 20% da riqueza. É muito, não? Então, essa estigmatização dos pobres pode ser um pouco perigosa. Número dois, a evidência de que quando há processos de crescimento econômico inclusivo, os pobres saem da pobreza. Eles optam por trabalhar e sair da pobreza. Isso não quer dizer que não haja casos de pessoas que não querem trabalhar, que escolhem não trabalhar, que não há cultura do trabalho. Tem que ver com gerações de pobreza no país, de exclusão social. E a pobreza não está no DNA, não é genética. Não é que nascem pobres geneticamente, concebidos pobres. Então, eu acho que há saídas para isso. Um exemplo é que o Brasil foi um dos precursores no que está fazendo no mundo inteiro. O programa Bolsa Família, Bolsa Escola, suspende as condicionais da pobreza, não? O objetivo desses programas não é um objetivo imediato de tirar a família da pobreza com vinte dólares por mês. É romper, quebrar a reprodução intergeracional da pobreza. Porque quando os meninos vão à escola, quando a mulher vai ao centro de saúde, isso rompe a reprodução intergeracional. E tem uma expectativa diferente, para que a próxima geração não caia na pobreza pela cultura do trabalho. Eu acho que essa é uma pergunta provocativa. É verdade que tem esse caso também. Mas eu acho que a evidência mostra o contrário. Os pobres que têm a possibilidade de sair da pobreza saem.

Milton Rondó Filho

Só para complementar, há a noção de diferentes trabalhos, não é? Quem foi que manteve a maior floresta tropical do mundo? Foram eles! Isso faz parte de sua cultura, que é quem mantém a terra. É o trabalho deles. E é um trabalho muito árduo, manter a maior biodiversidade do mundo. As coisas não caem do céu. Aquilo foi criado por eles. Aquilo foi mantido por eles.

E a questão do Bolsa Família, estava dizendo isso um pouco antes, tem tudo isso que você disse mesmo. Mas o Olivier de Schutter, o relator especial sobre o direito à alimentação, coloca um pouco isso. Ele diz “Milton, essa coisa da condicionalidade quebra um pouco o que está por trás, que é o mais importante, que é um direito humano. As pessoas têm direito humano à vida. E tendo direito à vida, elas também têm direito à alimentação. E em um país capitalista, ninguém recebe voucher”. Se 147 milhões de pessoas passam fome no mundo hoje, é porque não tem acesso, não tem renda mínima para ter acesso a esse alimento. Setenta por cento dos recursos do Bolsa

Família vão para compra de alimentos. Então, isso é um direito humano, todo mundo tem que receber isso. Constitucionalidade ou não, o programa tem constitucionalidade, e eu acho bom. E, de fato, o que está por trás disso é que os direitos humanos tem que ser protegidos, promovidos e providos. E são fundamentais, são universais. Se alguém passa fome na Faixa de Gaza, é responsabilidade mesmo brasileira, do povo brasileiro. Se alguém passa fome no chifre da África, é responsabilidade do governo brasileiro, do povo brasileiro. E isso está na Constituição brasileira, não sou eu que estou dizendo. A política externa brasileira deve ser regida, em primeiro lugar, para a promoção da soberania, e em segundo, pelos direitos humanos. Está lá. E nós inserimos, graças ao Consea, no art. 6º da cf, o direito humano a alimentação. Então, fundamental e universal.

Gente, por favor, se não eu começo a fazer discurso aqui. E eu falei que não ia fazer.

Gilberto Rodrigues - Professor do Curso de Relações Internacionais da UFABC

Gostaria de cumprimentar os painelistas. E eu gostaria de indagar ao nosso colega argentino, do Banco Mundial, o seguinte: como o Banco Mundial lida com a sociedade civil em relação aos seus projetos? Por exemplo, existe o modelo dos grupos construtivos da sociedade civil do BID, do qual eu faço parte aqui no Brasil, do Consort. O Banco Mundial parece que não conseguiu implementar isso ainda. Gostaria de ouvir um pouco de você sobre quais são as dificuldades, quais são os desafios que o próprio Banco Mundial tem tido para ter esse canal de comunicação mais institucionalização com a sociedade civil, principalmente em relação aos projetos do próprio Banco.

Alex Complona Rede de Educação Cidadã/Conselho Nacional de Juventude - Belém - PA

Boa tarde a todos e a todas. Algumas preocupações em relação a esse debate e, de repente, também alguns caminhos que a gente pode percorrer em relação ao fortalecimento da sociedade civil impondo essa relação no governo para uma gestão mais próxima da realidade. Primeiro, porque eu acho que a gente tem que, e aí o governo está fazendo isso e a sociedade também está fazendo isso, é identificar os públicos dessa sociedade civil organizada. Porque isso mudou um pouco o cenário a partir das mobilizações de junho, não é? A gente começa a ter outra visão, outro formato, do que é esse modelo de organização tradicional da sociedade civil. Então, isso precisa ser incorporado nesse debate, inclusive quando a gente começa a pensar em um marco, em um modelo também de aproximação. E outra coisa, eu acho que a gente tem uma referência no Brasil, e ela é muito importante para a participação, que são as conferências. Mas eu acho que a gente tem um limite nas conferências, um limite da participação, que ela vai até a proposição,

com a exceção desse importante espaço, que o Pedro falou, que é esse fórum interconselhos. Mas vamos ficar aqui com as conferências, porque tem uma mobilização ampla, geralmente começa em âmbito municipal, em âmbito estadual, depois vem para a esfera nacional, para construir um conjunto de ações e propostas, encaminhando ao governo. Então a questão número um: como a gente consegue, nesse conjunto de conferências, ter um quadro que possa, minimamente, confluir propostas? Porque a gente tem um monte de conferências. Então alguma dessas propostas que são discutidas em uma ou outra conferência, em dado momento, ou elas são muito parecidas, ou elas tem algum tipo de conflitos. Então como é que a gente consegue resolver isso? Os conflitos geralmente são conflitos ideológicos e muito pesados, que não tem outro espaço que você possa resolver isso.

E a outra questão: por que eu acho que as conferências têm as suas limitações? Ela termina muito ali no campo da proposta. No campo do monitoramento desse espaço, enquanto de repente, inclusive do próprio PPA. Como que eu consigo, enquanto sociedade civil, nessa relação com o governo, criar um ambiente de gestão compartilhada? E aí quando eu falo de gestão compartilhada não se limita apenas a construir propostas. Porque essas propostas vão se consolidar a partir do momento que eu crio um ambiente de gestão compartilhada, em que eu inclusive tenho o poder de definir para onde vai o recurso, o que não é prioridade. Porque me parece, e eu posso estar enganado, mas nesse campo da gestão e do direcionamento do recurso, que a gente fala em política pública, fala em ação e fala em recurso. O que está em disputa agora? Mas no campo do direcionamento do recurso, isso ainda está muito distante da sociedade civil. A gente se limita muito nesse campo da proposição. De repente uma pergunta, como é que se consegue fazer essa confluência, do que é construído nessas conferências, tanto do aspecto de que algumas propostas se encontram, quanto do aspecto de algumas propostas serem conflitantes? E como a gente pode aprimorar mais a gestão compartilhada das políticas públicas?

Silas Vieira - Vitória - ES

Quero parabenizar as falas que ouvimos. Dentro desse processo de construção de uma transparência da gestão pública, a minha questão é a seguinte: nós falamos em multicomposição, nós, a imprensa, a mídia. E se vê os desvios do dinheiro público, seja através de licitação de obras, de vários caminhos, mas se fala muito do neoliberalismo. Cobra muito do Estado, um Estado grande, pesado, com altos custos, e as taxas de tributos, impostos. Sempre esse discurso do neoliberalismo. A gente não vê nada, ninguém falando, de nossa parte, governo, e dos movimentos sociais, não do dinheiro que se tornou tesouro, erário, da União, mas o dinheiro que foi sonogado, que deveria ter entrado no erário e não entrou, porque foi sonogado. E segundo dados: isso chega a 400 bilhões, de reais por ano! E não

estoura um escândalo na mídia. E não vemos ações de nossos movimentos sociais, que não se apropriaram muito disso, dessa grande corrupção que é feita antes do recurso se tornar público. E não se chamam isso também de corrupção. Corrupção é quando o dinheiro já se torna público e é mal usado, é desviado, é roubado de alguma forma. E esse que é roubado antes, mas deveria ter entrado, porque faz parte dos tributos? Como trabalhar esse tema que tem sido muito esquecido? Muito esquecido! E o neoliberalismo, a grande mídia, não toca nisso. Ou toca de relance, muito por cima.

Milton Rondó Filho

Pastor, muito obrigado! Faz parte dessa história de construção do Consea. Teve um papel muito importante lá no Consea. E, só para dizer, eu, pessoalmente, tenho trocado essa expressão neoliberalismo por neocolonialismo, porque eu acho que é mais ajustado. Pelo menos em política externa. Vou passar aqui...

Pedro de Carvalho Pontual

Em primeiro lugar, ao Alex: você fez perguntas muito importantes. Primeiro essa sua constatação de que nós precisamos ampliar o nosso conceito de sociedade civil. E, sem dúvidas, as manifestações de junho e tudo que se seguiu de lá para cá, contribuíram muito nesse processo. No decreto que a presidenta fará amanhã, da participação da sociedade civil, nós estamos aqui entendendo por sociedade civil o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais, institucionalizados ou não, suas redes e suas organizações. Exatamente para ampliar esse leque, essa compreensão da sociedade civil, para esses novos atores emergirem na sociedade brasileira. Você falou do monitoramento dos resultados das conferências, do possível choque, conflito, intersecção desses resultados. Eu te diria o seguinte: primeiro, nós estamos propondo nesse decreto, e cada vez mais, que a gente fortaleça os conselhos como a sua necessidade pela sua permanência institucional, como os órgãos responsáveis pelo monitoramento dos resultados das conferência. E, ao mesmo tempo, estamos fortalecendo a ideia do fórum interconselhos, não apenas como um mecanismo ligado ao problema do planejamento do orçamento público, mas como um fórum que pode integrar diversas políticas. Então acho que esta sua ideia é muito interessante, como, por exemplo, que áreas temáticas que são afins, que realizaram conferências afins, podem fazer um fórum interconselhos institucionalizado. Institucionalizar os resultados das diversas conferências daquela área, e partir para um processo de priorização. Nós estamos criando também neste decreto o que a gente chama de mesa de monitoramento das demandas sociais, que inicialmente foi criada para um acompanhamento e uma agilização das pautas pelos movimentos sociais, o grito da terra, a marcha das margaridas, as reivindicações das centrais sindicais. E nós estamos incluindo agora, na mesa de monitoramento, o monitoramento também das resoluções das conferências. Procurando fazer um cruzamento das

pautas dos movimentos sociais e as resoluções das conferências. O que pode nos dar indicativos importantes de quais são as questões prioritárias que nós devemos atacar.

No que se refere ao fórum interconselhos, no aspecto do planejamento e do orçamento público, eu diria que nós estamos em um processo progressivo de alargamento da incidência. Em 2004 e 2007 fizemos um processo, eu diria praticamente consultivo, a respeito do PPA. A partir de 2011, nós criamos um fórum interconselhos, que efetivamente se tornou propositivo em relação ao PPA. E, mais que propositivo, se tornou um instrumento de monitoramento e avaliação da implementação do PPA. A cada 6 meses nós realizamos o fórum interconselhos, com relatório de prestação de contas, com avaliação. E mais, o que é muito importante, conseguimos o que não tínhamos nos oito anos anteriores: estender a discussão do fórum interconselhos para a lei de diretrizes orçamentárias, e para a lei de orçamento anual. Nós sabemos que esse é um tema difícil. Esse é um tema que ainda vai exigir a gente abrir muitas portas, mas, sem dúvida, é um tema medular da construção de uma política nacional de participação social. Porque imerso naquilo do que é um elemento essencial do governo. Eu acho que a sua pergunta é aqui para o Rob.

Roberto Senderowitsch

Como trabalha o Banco Mundial com a sociedade civil, como foi evoluindo essa relação, de grupos consultivos não vinculantes. O banco perguntava coisas para a sociedade civil, e a sociedade civil participava. E depois dizia “muito obrigado, até mais”. Até que hoje temos esse GPSA, que é muito diferente disso. Só para dar três elementos disso. Primeiro, o GPSA tem um conselho diretivo, que tem dez pessoas. Só uma dessas dez pessoas é do Banco Mundial. Depois tem três governos do sul, três [inaudível], por fora do Banco Mundial, dos governos, como é uma fundação privada, e três representantes da sociedade civil também. Então, de maneira conjunta e colegiada eles passam todas as decisões do GPSA, incluindo o financiamento que vai para a sociedade civil. Então, isso são as decisões conjuntas, que são muito diferentes de uma consulta não vinculante.

Segundo, são os parceiros que temos. Cento e sessenta e cinco parceiros, incluindo o Banco Mundial, onde todo mundo é igual nessa parceria. Atrás de você está outro, o Gilberto de Paula, do Instituto Ágora, de São Paulo. Nós tivemos um primeiro fórum global da GPSA. Cento e sessenta e cinco parceiros falando com o presidente do Banco Mundial, acerca do futuro dessa agenda para o desenvolvimento. Então, mudou a relação entre o Banco Mundial aqui e a sociedade civil lá. Então, estamos falando pelo menos entre programas entre pares de igual para igual. E finalmente, temos uma relação, que não tínhamos antes, que é a relação de funding, financiamento. O GPSA dá dinheiro direto às organizações da sociedade civil sem passar pelos governos. Então, as organizações

que postulam, que apresentam projetos para o GPSA, o FPSA pode aprovar esses projetos sem ter uma trava do governo, que tem que dar uma autorização para que isso aconteça. Só nos casos em que os governos já se somaram de alguma maneira dizendo "você pode trabalhar em meu país", não tem que por que o financiamento, mas tem que haver uma autorização geral para operar nesses países. Então há decisões conjuntas que não tínhamos antes, financiamento direto, sem interferência dos governos, que não tínhamos antes, e o conhecimento dessa parceria, onde todo mundo é igual.

Roberta Solis Ribeiro

Bem rapidinho, só para terminar, eu não sei se exatamente eu tenho respostas às colocações e às perguntas feitas, mas talvez para trazer duas proposições, ou talvez provocações. Nos casos das conferências, eu convido também a todos aqueles engajados nas diferenças realizadas, a participarem também da construção do plano de ação da parceria do governo aberto, aqui no Brasil, e trazer para esse processo também diversas dessas resoluções que podem ser adaptadas. Nós fizemos isso no segundo plano de ação brasileiro na parceria com os resultados da primeira conferência nacional de transparência e controle social que foi realizada a etapa final, a etapa federal em 2012. Nós também passamos um pente fino nas oitenta propostas que saíram dessa conferência, para adaptar a esses parâmetros de concretude, viabilidade, mensuração no tempo, equilibrar os desafios da parceria com o governo aberto aos temas, e incluir essa proposta da conferência de transparência e controle social a esse plano de ação. Então eu também convido a todos a se engajarem nesse processo da parceria e também trazer outras demandas.

Porque transparência é um tema que corta todos os Ministérios, a todos os temas. A gente não está falando só de transparência de gastos públicos, mas também transparência de dados de educação, de saúde, meio ambiente, então trazer também todos esses outros temas para o bojo do governo aberto. E, finalmente, nos casos de corrupção, nas entradas, a CGU é um órgão de controle interno. A gente trabalha realmente com a saída, com o gasto público. Mas, então, para quem tem interesse no monitoramento no gasto público, auxiliar o governo a prevenir e combater os casos de corrupção, eu convido também a acessar o portal da transparência, da Controladoria Geral da União, que tem todas as informações do gasto público. São informações que são atualizadas diariamente. Então tudo que o governo gastou até ontem a noite, hoje de manhã já está no portal. É uma iniciativa que foi criada em 2004, e vem sendo aprimorada todos os anos, com a participação, com as demandas da sociedade. Então eu também convido a acessar o portal, a nos ajudar no combate a corrupção e também a melhorar o portal. Obrigada!

Milton Rondó Filho

E é importante o que você está colocando, que é exatamente o que o Rob tinha colocado antes. A sociedade civil participa muito mais do gasto, mas da parte de arrecadação, nem falam. Você pega o comitê do Codex alimentar, por exemplo, eu estava falando na Cáritas hoje de manhã, e eu colocava isso. Quem define rotulagem de transgênicos, por exemplo, são cinco pessoas. Ora, em cinco pessoas fica muito fácil, não estou mencionando, eu te dar um envelope, e você levar um parecer bastante favorável a minha empresa, não é? Fica... Infelizmente fica. Então, a gente precisa ter esse cuidado da abertura da regulação do Estado, democratizar isso, que é um cuidado que a gente tem menos, infelizmente. E as entradas também, os ingressos também. A Hillary Clinton, em determinado momento, propôs até uma parceria ao Brasil, e o Brasil, caladinho. Faço *mea culpa* aqui pelo Itamaraty. Não respondemos, não respondemos positivamente. Porque justamente, você pega os países da América Central, por exemplo, esse é o grande problema. Como é que eles vão? Guatemala, hoje em dia, tinha lá um representante da Guatemala na reunião da Cáritas: 50% das crianças até cinco anos desnutridas, num país com um enorme potencial agrícola. E aí, como é que você vai ter programas de saúde, programas de educação, se você não tem ingresso? Não é? Então, eu acho que esse é um tema que nos estimula a trabalhar mais, porque aí está realmente a sangria junto ao que você dizia, que hoje quase 40% do nosso orçamento vai para pagamento de juros da dívida pública. Quando, na verdade, a inflação é do preço dos alimentos, ela não é inflação de demanda, como é em 90% dos países.

Gente, eu acho que nós vamos ter que encerrar, e aí agradecer a todos vocês, acho que foi super útil, e vamos continuar conversando sobre isso. Acho que é assim que a gente consegue realmente democratizar o estado e não permitir que haja promiscuidade em determinados setores com o estado. Então, muito obrigado!

6. Encerramento da “Arena da participação social”

6.1 Apresentação/objetivos

Arena da Participação Social celebra agendas políticas prioritárias para Sociedade Civil Brasileira, consolidando processos desenvolvidos ao longo do governo com ampla participação social. Nos três dias de atividades, a Arena reuniu representantes da Sociedade Civil, gestores públicos, especialistas e convidados internacionais nos diálogos sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e no II Seminário Internacional do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. Seu encerramento ocorreu em 23/05. O início da cerimônia foi feito convidando os participantes da mesa plenária e, em seguida, todos foram convidados a ficarem em posição de respeito para ouvir o Hino Nacional Brasileiro.

Em seguida foram convidados os representantes de organizações da sociedade civil vencedores para receber o prêmio por suas práticas sociais das mãos da Presidenta da República.

Premiados

- **Programa Jovem Empreendedor Rural**, representado por Wagner Gomes, Diretor Executivo da Agência de Desenvolvimento Econômico Local de Pentecoste, Ceará.
- **A prática Esperança Verde**, representada pela Rosicleide do Socorro Soares, tesoureira da Associação Bujaruen dos agricultores e agricultoras de Bujarú - Pará.
- **Projeto Mulheres rurais autonomia e empoderamento no Cariri Paraibano**, representado por Maria Verônica de Oliveira da Associação Cocene Universal Brasil de João Pessoa, Paraíba.
- **Rede de Mulheres para comercialização solidária**, representada por Maria das Neves Caldas de Souza, presidenta da Associação da Rede de Mulheres produtoras do Pajeú de Flores, Pernambuco.
- **Prática mais Música, mais Leitura, mais Esperança**, representada por Telem Aparecida da Costa, presidenta da Associação de Amigos da Criança com Câncer de Mato Grosso, Cuiabá.
- **Programa de atendimento a criança e ao adolescente**, representado por Sandra Dolores de Paula Lima, presidenta da associação Fênix de Curitiba, Paraná.
- **Setor de Educação e Cultura do Hospital Pequeno Príncipe**, representada por José Alvaro da Silva Carneiro, diretor corporativo da Associação Hospitalar de Proteção a infância Dr. Raul Carneiro de Curitiba, Paraná.

6.2 Participantes da mesa plenária

Dilma Rousseff - Presidenta da República

Eleonora Miricuti - Secretária de políticas para mulheres da Presidência da República

Marcelo Nery - Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal

Ricardo Berzoini - Ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Vinícius Nobre Lage - Ministro do Turismo.

Isabela Teixeira – Ministra do Meio Ambiente.

Tereza Campello – Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Henrique Paim – Ministro da Educação.

Luiz Alberto Figueiredo – Ministro das Relações Exteriores.

Aloízio Mercadante – Ministro-chefe da Casa Civil.

Gilberto Carvalho – Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

Rodrigo da Rocha Luz – Diretor do movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

Maria do Socorro - Presidenta do Conselho Internacional de Saúde

Gilvanildo Vieira de Souza (“Hulk”) – jogador de futebol do Brasil, apoiador da plataforma do ODM.

Jorge Chediak – Coordenador residente do sistema Nações Unidas do Brasil e representante residente do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento no Brasil.

Vera Masagão – Diretora executiva da Abong

6.3 Resumo das falas

O painel de encerramento da “Arena da participação social” contou com as falas de Jorge Chediak, Maria do Socorro, Vera Masagão, ministro Gilberto carvalho e presidente Dila Rousef. Todas as falas tiveram tom de valorização e comemoração pelo alcance das metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e pelas políticas sociais e pelo Sistema Nacional de Participação Social, implementados pelo Governo Federal.

Jorge Chediak iniciou o painel celebrando o alcance das metas, e pontuou o fato de o Brasil ser um exemplo mundial, dando o exemplo do Peru, que inspirado pelo Brasil, implementou um programa de transferência de renda. Disse ainda que a presidente Dilma implementou uma série de programas para expandir e aprofundar os resultados sociais do Brasil.

Maria do Socorro, falando em nome da sociedade civil, destacou alguns aspectos essenciais da Política Nacional de Participação Social, como o fato de apontar para um caminho de um projeto de país

participativo, de ser uma política que não escuta só quem está organizado formalmente, mas também o “cidadão comum” e também a importância de se ter um instrumento que dá voz que também aos que discordam do Governo.

Destacou ainda a importância de prefeitos, governadores e outras autoridades estarem no evento e fez a provocação de que muitos setores precisam ainda ser democratizados, setores ainda muito refratários à participação da sociedade, na área econômica, na área de infraestrutura e na área da comunicação social.

Gilberto Carvalho também valorizou a adesão dos estados e municípios ao Sistema Nacional de Participação Social, informando que, até a data do evento, mais de dez estados e dezenas de municípios já tinham aderido ao Sistema também já aderiram. Destacou que o Sistema visa a construção de um método de governar, que é o método da participação. O ministro disse ainda que a presidente Dilma deve ter orgulho de um legado muito concreto que irá deixar, incluindo neste legado o Marco Regulatório das organizações da sociedade civil.

Vera Masagão, também representando a sociedade civil, pontuou que não há desenvolvimento sem participação e que a sociedade civil organizada luta para realizar uma espécie de obra de infraestrutura social sem a qual não há democracia, nem desenvolvimento. Ela cita a bem sucedida experiência da ASA – Articulação do Semiárido, que se dedica à construção de cisternas em parceria com o Governo federal – parceria também citada na fala da presidente Dilma.

O painel foi finalizado com a fala da presidente Dilma Rousseff, que comemorou o alcance das metas dos ODM, explicitando as políticas sociais implementadas em alguns dos casos. A presidente ainda destacou a Lei da Informação e o Marco Civil da Internet como importantes passos em direção à participação social, além do próprio Sistema Nacional de Participação Social. Reforçou a fala de Gilberto carvalho, ao dizer que o Governo Federal tem “um compromisso democrático, que é intrínseco, um compromisso profundo com a participação social como método de governar”.

6.4 Destaque das falas

Jorge Chediak

“Os programas ‘Brasil sem miséria’, ‘Pronatec’, ‘Mais Médicos’, mostraram que não só a retórica era real, mas também que era

possível melhorar aquele extraordinário programa que tinha sido implementado antes”.

“Porque se todos nós tentássemos seguir o nível de consumo, de gastos dos ricos dos países desenvolvidos, precisaremos de nove planetas e temos um só”.

“O exemplo do seu país, senhora Presidenta, é uma fonte de esperança, [mostrando] que é possível para todos nós sonhar e concretizar a realidade do mundo melhor”.

Maria do Socorro

“Depois que o Brasil ultrapassou 50 anos pós ditadura militar e 30 anos de democracia, para nós, a Arena da Participação é um espaço, onde estão agentes da mudança, somos todos agentes da mudança”.

“Primeiro, para nós, para além de um sistema de participação, eu acho que a gente aponta um caminho para ter um projeto de país participativo”.

“Queria colocar que essa política expressa o respeito e fortalecimento das formas de participação já existentes, mas ela reforça, significativamente o poder da sociedade de, junto com o governo, escolher o rumo do país. Respeita e reconhece também, outras formas de participação, sobretudo as novas participações que a sociedade vem resignificando. Não são só as redes sociais, mas comitês, fóruns, inúmeras marchas pelo Brasil afora, que vem resignificando a agenda da sociedade e que esse governo, em boa medida, vem incorporando. Queria colocar também aqui, que essa política é importante porque não escuta só quem está organizado formalmente, ela escuta também que está como cidadão comum precisando de um canal de diálogo direto com o governo. E queria inclusive destacar [a importância de] instituir um mecanismo onde, tanto a voz que é igual a nossa, coma a voz que é dissidente da nossa, também possa ser ouvida”.

“Que esse passo seja mais um no sentido também de democratizar ou redemocratizar outros poderes instituídos, sobretudo o Legislativo. Acho que tem diversas situações que, por mais legítima que seja também a democracia representativa, a gente não autoriza, a partir do voto, que autoridades sirvam-se dessa representação para fazer disputa, esquecendo do compromisso com o povo brasileiro. (...) E para além de governo democrático, queremos um Estado Brasileiro democrático”.

Vera Masagão

“É que a luta por um novo Marco Regulatório mais adequado, que crie um ambiente favorável a atuação das organizações da sociedade civil, se parece um pouco, Presidenta, com aquelas obra de saneamento básico, que nenhum político quer fazer, porque fica embaixo da terra e não rende tanto visibilidade e apelo político, mas é essencial”.

“Lutamos para realizar essa espécie de obra de infraestrutura social, sem a qual não há democracia, nem desenvolvimento, não há participação social efetiva”.

“Não há desenvolvimento justo e sustentável sem que todos os setores da sociedade possam refletir sobre seus rumos no desenvolvimento, experimentar alternativas, influenciar efetivamente em seus rumos, ou seja, não há desenvolvimento sem participação, não há participação sem uma Sociedade Civil organizada, engajada na educação cidadã”.

“É papel do Estado democrático apoiar os setores sociais que se encontram em situações de desvantagens vulnerabilidade, para que possam, além de viver com dignidade, educar-se, organizar-se e incidir nos rumos do desenvolvimento do país, mesmo quando isso implica em crítica às ações dos governos”.

“Uma Sociedade Civil organizada, forte e atuante, não se opõe a um Estado forte atuante, pelo contrário, um é condição do outro”.

Gilberto Carvalho

“Mas, é uma gente, Presidenta, que presta muito para uma entrega generosa das suas vidas para as causas nas quais acreditam, que presta muito pra descobrir que a sua felicidade está na construção da felicidade do outro, que presta muito para ter uma relação autônoma, forte e muitas vezes tensa com o nosso governo, que presta para nos pressionar, para a gente avançar cada vez mais nos nossos projetos e na construção da democracia”.

“Agora, esse ponto de chegada é também um ponto de partida, e a Vera disse bem, nós temos ainda enormes desafios, o barulho, o canto, as manifestações das ruas nos lembram de que nós temos que criar novas fórmulas de participação, novas formas de exercício da cidadania, que já se afirmam. Que nós temos que encontrar canais para que ele se expresse”.

“Eu acredito que agora, com a mobilização dessa gente, nós vamos alcançar e possuir de fato, os novos patamares essenciais de um

novo Estado, capaz de dar vazão e de ser um parceiro fundamental na construção dos nossos sonhos”.

Presidenta Dilma Roussef

“O Brasil é feito por milhares e milhões de movimentos de organizações de pessoas anônimas que lutam para construir um processo de participação, de defesa dos seus interesses”.

“Nós temos um compromisso democrático, que é intrínseco, nós temos um compromisso profundo com a participação social como método de governar. Ela foi, ela continua sendo e ela será sempre um processo de conquista da sociedade na sua relação com o governo, uma conquista que tem que ser renovada cotidianamente pelo diálogo constante. O que significa que não é uma relação passiva entre a sociedade e o governo, a sociedade tem uma autonomia que faz com que ela exija sempre mais, e nesse processo de renovada o compromisso com o diálogo é fundamental, a discussão é fundamental, as manifestações são fundamentais. O processo em que a prestação social se expressará, serão os mais variados possíveis, o meu governo representa um projeto não de governo, mas um projeto de Nação, que nasceu a partir de uma costura, que vem lá atrás, quando a sociedade brasileira reagiu aos anos de ditadura e, portanto, juntos com esse projeto de Nação, nasceu simultaneamente, fazendo parte integrante dele, como o sistema respiratório faz em cada um de nossos organismos, nasceu a necessidade de diálogo com a sociedade. Esse diálogo tem nos permitido construir e implementar políticas de inclusão social e de promoção de direitos, um diálogo que nos permitiu crescer e nos permitiu gerar oportunidade para todos, nos permitiu entender as prioridades, e o que deveria ser o caminho principal no nosso país”.

“Celebrar o diálogo que é inerente à questão da participação popular significa celebrar a democracia, eu quero dizer que, além disso, em alguns processos significa celebrar a única condição de transformar. Não há duas, há uma condição de transformar, e a participação social tem esse caráter inerentemente transformador, porque ela mostra o rumo que o povo do país, que a população do país, quer trilhar”.

“Se é necessário que nós trilhemos para um caminho, em que o arcabouço institucional desse país seja cada vez mais democrático, e que as pessoas sejam ouvidas, e que a representação do povo brasileiro tenha padrões de desempenho, padrões de ética e padrões de condução adequada, no sentido do benefício da população, eu quero dizer para vocês: sem participação social não há reforma

política. Não é apenas uma opção, não é uma questão de opção, eu tenho essa opção ou outra, e a gente respeita a outra opção e aí não faz consulta popular, nem leva a questão a discussão da população brasileira. Não se trata disso, se trata da impossibilidade da transformação sem a participação popular”.

“Celebrar o diálogo e a participação social, significa para mim celebrar a democracia, e há algumas questões que exigem a participação social para ocorrer. Quando a gente fala que significa celebrar a democracia, significa também celebrar a possibilidade de transformações profundas, quando elas são requeridas por um país. Não haverá - e vocês podem ter certeza disso, eu tenho isso arraigado nas minhas convicções - não haverá reforma política se não tiver nesse processo participação social”.

6.5 Relatoria das falas

Jorge Chediak - Coordenador residente do sistema Nações Unidas do Brasil e representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil.

Excelentíssima Presidenta da República senhora Dilma Rousseff, senhor Ministro Chefe da Secretaria da Presidência da República Gilberto Carvalho, na pessoa através da qual parabenizo a todas as senhoras e senhores Ministros presente na mesa, caro amigo Rodrigo da Rocha Luz, na pessoa através da qual parabenizo a Sociedade Civil presente na mesa, senhor jogador Hulk, na pessoa meio da qual parabenizo a todos esportistas engajados pela construção de um mundo melhor, amigos, colegas, senhoras e senhores.

Quando a senhora Presidenta tomou posse em 01 janeiro do ano de 2011, o Brasil já tinha alcançado as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Milênio. Isso representava um lucro extraordinário, em um país com um histórico de exclusão, com grandes passivos de exclusão e discriminação, mas a senhora e seu governo, não ficaram contentes por atingir esses objetivos e estabeleceram metas que vão muito além desses objetivos. Metas extremamente ambiciosas, metas audaciosas, metas que representam o exemplo, e não ficaram só no compromisso verbal e político. Seu governo, senhora Presidenta, implementou uma série de programas para expandir e aprofundar os resultados sociais do Brasil.

Quando a senhora colocou no logo do seu governo “País rico é país sem miséria”, estava mandando uma mensagem muito forte. Os

programas “Brasil sem miséria”, “Pronatec”, “Mais Médicos”, mostraram que não só a retórica era real, mas também que era possível melhorar aquele extraordinário programa que tinha sido implementado antes. Então eu realmente queria parabenizar o Brasil, seu governo e as entidades da Sociedade Civil, o Setor Privado, porque vocês estão mostrando ao mundo, que é possível construir esse mundo com menor inequidade, com mais recursos sociais, com maior participação. Realmente, para nós, o Brasil representa uma esperança (e isto é um argentino falando). Quando muitas vezes vocês ouviram falar do Brasil como um exemplo a nível mundial, eu quero explicar pra vocês que realmente é assim. Antes de vir para o Brasil eu servia no Peru, e quando o presidente Toledo – graças a intervenção do presidente Lula – decidiu implementar um programa de transferência de renda condicionada (e aqui está a Ana Fonseca, o presidente convidou a Ana Fonseca e o José Graciano, para desenhar este Programa), nós das Nações Unidas decidimos apoiar esse esforço. Tivemos todas as críticas que vocês conhecem e algumas novas também: (...) era um programa para aumentar a preguiça, que os pobres não iriam saber o que fazer com o dinheiro, tinha muita resistência (...). Milagrosamente, o programa saiu do papel foi lançado, com a oposição de todos os partidos políticos, o governo, e um grupo de 4 ou 5 mosqueiros, que estavam brigando lá. Presidenta, eu queria agradecer ao Brasil pelo trabalho que vocês estão fazendo, não só em nome das Nações Unidas, mas em nome daquelas 800.000 crianças peruanas que hoje, pela primeira vez, tem uma mão aberta do Estado. Porque o Peru teve a coragem de seguir o exemplo do Brasil, meus parabéns, senhora Presidenta.

Mas quero aproveitar esta ocasião para cobrar algo do seu país, senhora Presidenta. Hoje muitos estão engajados no projeto extremamente complexo de construção de uma agenda para além do ano de 2015, agenda que repassaria ou complementaria essa agenda dos ODMs que foi apresentada no ano 2000. Jorge (??) fez uma contribuição extraordinária sobre a liderança do embaixador Figueiredo, da diplomacia brasileira apoiando, por exemplo, o seu país no Rio + 20, estabeleceu essas bases dessa agenda, uma agenda que precisa mudar os padrões do mundo, os padrões de consumo, os padrões de produção [frase sem sentido]. Porque se todos nós tentássemos seguir o nível de consumo, de gastos dos ricos dos países desenvolvidos, precisaremos de nove planetas e temos um só. Realmente queria fazer essa solicitação a todos vocês Sociedade Civil Brasileira, ao Governo Brasileiro, para apoiar na construção do desenvolvimento dessa agenda, porque o Brasil tem muito a contribuir.

O exemplo do seu país, senhora Presidenta, é uma fonte de esperança, [mostrando] que é possível para todos nós sonhar e concretizar a realidade do mundo melhor. Muito obrigado.

Maria do Socorro - Presidenta do Conselho Internacional de Saúde que aqui (representando os Conselhos de Políticas Públicas do Governo Federal) e representante da plataforma do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil.

Bom dia a todas e todos. Haja coração. Meus cumprimentos honrosos e respeitosos a presidenta Dilma e também fraterno, porque não é fácil a luta diária para fazer desse país, um país melhor. E eu quero em seu nome completar também todas as autoridades nacionais internacionais que se fazem presentes, em nome também da Vera Ribeiro, pedir permissão para representar todas as Organizações da Sociedade Brasileira. Eu tenho que agradecer essa oportunidade porque é muito desafiador falar em nome da Sociedade Civil, dos Movimentos Sociais, dos Conselhos de participação. Porque a gente criou uma democracia muito plural e muito diversificada, mas a minha referência, o lugar de onde falo, é da luta dos Movimentos Sociais, os movimentos dos historicamente mais excluídos desse país. A minha militância vem junto aos povos dos campos, às mulheres, aos negros, aos trabalhadores rurais. E também é um reconhecimento, do quanto o Conselho Nacional de Saúde e o SUS, como uma política pública, faz a diferença na democracia e na cidadania brasileira e acho que eu o “Mais Médicos” foi uma grande expressão também do quanto governo e sociedade podem fazer mais melhor e melhor.

Eu queria ainda colocar aqui que a gente está muito feliz por essa atividade, e este não é só o evento, tem uma simbologia política. Depois que o Brasil ultrapassou 50 anos pós ditadura militar e 30 anos de democracia, para nós, a Arena da Participação é um espaço, onde estão agentes da mudança, somos todos agentes da mudança. Eu quero dizer que eu tive a honra também de integrar o júri dos Objetivos do Milênio junto com outras autoridades militantes e especialistas que aqui estão, quero pelo menos citar (...) de Sato, que aqui se faz presente e a Ana Fonseca. Então [esta foi] uma forma [de mostrar] que a sociedade e o governo juntos podem resolver os problemas desse país.

Queria destacar, Presidenta e demais autoridades, alguns aspectos essenciais da Política Nacional de Participação Social. Primeiro, para nós, para além de um sistema de participação, eu acho que a gente aponta um caminho para ter um projeto de país participativo. Nós

temos nesse sentido, um apelo popular, para que o Estado seja mais forte, para que a sociedade seja mais forte, para que a gente consiga ter mais moralidade na política e mais moralidade das coisas públicas. Queria colocar que essa política expressa o respeito e fortalecimento das formas de participação já existentes, mas ela reforça, significativamente o poder da sociedade de, junto com o governo, escolher o rumo do país. Respeita e reconhece também, outras formas de participação, sobretudo as novas participações que a sociedade vem resignificando. Não são só as redes sociais, mas comitês, fóruns, inúmeras marchas pelo Brasil afora, que vem resignificando a agenda da sociedade e que esse governo, em boa medida, vem incorporando. Queria colocar também aqui, que essa política é importante porque não escuta só quem está organizado formalmente, ela escuta também quem está como cidadão comum precisando de um canal de diálogo direto com o governo. E queria inclusive destacar [a importância de] instituir um mecanismo onde, tanto a voz que é igual a nossa, como a voz que é dissidente da nossa, também possa ser ouvida. Quero destacar ainda, a importância de prefeitos, governadores e outras autoridades estarem aqui, porque a gente precisa muito da presença do Estado, das ações de governo, dos estados, dos municípios, nas nossas cidades, nos nossos bairros. O apelo que vem da sociedade nas mobilizações de 2013, gritam exatamente isso: enfrentar problemas que ainda não conseguimos superar, como a violência social, como a necessidade de uma política de transportes, a desestruturação, o discernimento. E de fato, ter esse compromisso, Presidenta, com a assinatura do compromisso nacional, junto com a gestão, é exatamente tudo o que nós precisamos. Porque é lá na ponta que a gente sente a necessidade de ter um Estado mais forte para garantir a segurança social.

Queria ainda colocar, que tem muitos setores que precisam ainda ser democratizados, tem setores ainda muito refratários à participação da sociedade. Na área econômica, na área de infraestrutura e na área da comunicação social. Que esse passo seja mais um no sentido também de democratizar ou redemocratizar outros poderes instituídos, sobretudo o Legislativo. Eu acho que tem diversas situações que, por mais legítima que seja também a democracia representativa, a gente não autoriza, a partir do voto, que autoridades sirvam-se dessa representação para fazer disputa, esquecendo do compromisso com o povo brasileiro. Que esta política seja mais um passo no processo da reforma política que o país precisa, porque nós precisamos resgatar a credibilidade do poder Legislativo, a crença no Judiciário, que a gente tenha acesso. E para

além de governo democrático, queremos um Estado Brasileiro democrático. Muito Obrigado

Palestrante Vera Masagão

Diretora Executiva da Associação Brasileira das Organizações não Governamentais (Abong) e representante da Plataforma do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil

Minha saudação carinhosa a Presidenta Dilma Russeff e a todas mulheres e homens aqui presentes nesta mesa e nesse plenário bonito. Como membro da Plataforma para um novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, eu gostaria de manifestar profunda satisfação de ver nosso II Seminário Internacional sobre Marco Regulatório, fazendo parte dessa Arena, onde se lançam também a Política e o Compromisso Nacional pela Participação Social, o Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas, e onde se realizam diárias sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e a construção da agenda pós 2015, e onde premiamos e aplaudimos, com tanto orgulho, as organizações da sociedade civil e administrações pública, que estão fazendo esse país melhor.

É que a luta por um novo Marco Regulatório mais adequado, que crie um ambiente favorável a atuação das organizações da sociedade civil, se parece um pouco, Presidenta, com aquelas obra de saneamento básico, que nenhum político quer fazer, porque fica embaixo da terra e não rende tanto visibilidade e apelo político, mas é essencial. E é por isso que nós, da Plataforma por um novo Marco Regulatório, temos travado essa luta, há mais de 20 anos, enfrentando o desafio de explicar para a opinião pública, para muitos gestores públicos e legisladores, que a nossa luta não é uma luta corporativa de importância menor. Lutamos para realizar essa espécie de obra de infraestruturasocial, sem a qual não há democracia, nem desenvolvimento, não há participação social efetiva. Sem que os sujeitos da participação, a Sociedade Civil, seja respeitada em sua autonomia, fortalecida em sua capacidade de diagnóstico, proposição e avaliação de políticas públicas, não acontece a genuína educação política pela cidadania. Se não na organizativa dos movimentos sociais e na ação coletiva. Não há desenvolvimento justo e sustentável sem que todos os setores da sociedade possam refletir sobre seus rumos no desenvolvimento, experimentar alternativas, influenciar efetivamente em seus rumos, ou seja, não há desenvolvimento sem participação, não há participação sem uma Sociedade Civil organizada, engajada na educação cidadã. Por isso a

lutar por um novo Marco Regulatório para as organizações da sociedade civil, que viabilize, incentive a participação cidadã, por meio de organizações, articulações e movimentos sociais é tão relevante. Por isso é tão oportuno esse encontro de agendas, projetos de futuros, que realizamos aqui, nessa grande Arena da Participação Social. Sabemos que o conceito de desenvolvimento está sempre em disputa, em num país tão desigual ainda como o nosso, é papel do Estado democrático, promover a inequidade, criar condições para que a negociação se dê em bases mais justas. É papel do Estado democrático apoiar os setores sociais que se encontram em situações de desvantagens vulnerabilidade, para que possam, além de viver com dignidade, educar-se, organizar-se e incidir nos rumos do desenvolvimento do país, mesmo quando isso implica em crítica às ações dos governos. Há no senso comum uma visão equivocada, muitas visões equivocadas sobre as organizações da sociedade civil que precisamos superar. De um lado, a perspectiva do Estado mínimo que usa as Organizações Sociais, para baratear serviços, colocando-as a reboque das administrações públicas. Essa visão enfraquece ao mesmo tempo a cidadania e o Estado, afastando ambos de suas responsabilidades recíprocas.

No extremo oposto, temos que condenar também a visão de um Estado que pode tudo, e que detenha o monopólio do interesse público. É outra visão perniciosa que asfixia a cidadania e deixa os governos vulneráveis a influência somente dos setores que detêm o poder econômico. Uma Sociedade Civil organizada, forte e atuante, não se opõe a um Estado forte atuante, pelo contrário, um é condição do outro e temos muitos exemplos de países democráticos, onde governos com capacidade de garantir direitos básicos, de fomentar o desenvolvimento e implantar políticas redistributivas, interagem intensamente com as organizações da Sociedade Civil. Mas não precisamos ir longe para buscar bons exemplos do que pode resultar de uma Sociedade Civil criativa, lutadora, com governo comprometido com as causas sociais e disposto ao diálogo. Temos, por exemplo, a experiência da ASA - Articulação do Semiárido, que se dedica à construção de cisternas. A inclusão da iniciativa da Asa no programa Água Para Todos, no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, permitiu que a universalização das cisternas se colocasse como uma meta alcançável, porém a necessidade de ampliação das ações do programa, começou a esbarrar nos entraves burocráticos, criados pela falta de um Marco legal e adequado.

Nos atrasos e suspensões de convênios e as desconfianças mútuas, a Sociedade Civil organizada, porém, não desistiu, foi para rua protestar

e veio ao Ministério do Desenvolvimento Social negociar. E como havia genuinamente um objetivo comum maior de acabar com a miséria e com a exploração da população do Semiárido, prevaleceu à disposição para o diálogo, e a ASA e o Governo Federal conseguiram modernizar as formas de contratualização e gestão compartilhada do programa, garantindo mais eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos. Poderíamos citar na mesma linha a relação sobre os resíduos sólidos, construídos em diálogo com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, além das várias iniciativas que integram a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, com a política de fomento da agricultura familiar. Por outro lado, Presidenta, temos ainda iniciativas também socialmente relevantes que ainda estão emaranhadas no ambiente de burocratismo, de insegurança e de desconfiança. Por isso é que precisamos agora, Presidenta, fazer com que esses êxitos setoriais se consolidem num Marco Regulatório abrangente, constituído por legislações políticas estruturantes, que colocam a democracia ou desenvolvimento brasileiro em um novo patamar.

Em 2010 quando ainda candidata, a Presidenta Dilma assinou um compromisso com a Plataforma por um novo Marco Regulatório para as organizações da sociedade civil, comprometeu-se com a reformulação da legislação atinente e com políticas de fomento às organizações da cidadania. Ao longo do seu governo além desses avanços setoriais, tivemos uma importante ampliação das oportunidades de debater e formulação de propostas, um grupo de trabalho interministerial, sessões de diálogos, seminários, oficinas de pesquisas, com a liderança importante do Ministro Gilberto Carvalho. Mas agora é chegada a hora de concretizar os compromissos assumidos e propostas debatidas em ações concretas, em prática política e num Marco legal que fomente a participação cidadã como política de Estado, tal como previsto em nossa Constituição. No que se refere à regularização de repasse de recursos públicos para as organizações da sociedade civil, temos um projeto de lei tramitando no Congresso, que felizmente conta com o envolvimento e apoio de congressistas de diversos partidos, e que esperamos que a Presidenta Dilma Rousseff apoie e que venha a sancionar brevemente. Sobre isso, Presidenta, eu vou entregar para a senhora, logo mais, uma carta contendo a mesma mensagem que está escrita nessas plaquinhas levantadas, mas que tem muitas assinaturas em punho, está amarrotadinho, mas porque representa esse desejo das pessoas manifestarem a sua expectativa pessoal, de que a gente tem o apoio também do seu time, para conseguir esse avanço no legislativo. *Põe*

o Ministro Berzoini para trabalhar pela cidadania lá no Congresso, tá bom?

Esse passo é apenas um passo, mas ele é muito importante, porque nós temos muitos ainda a dar para frente. Depois de aprovada essa lei nós vamos ter que trabalhar de forma colaborativa, numa regulamentação que considere também as características dos outros entes federados, Estados e Municípios. Temos que propor um Sistema Tributário adequado às organizações da Sociedade Civil, temos que democratizar os incentivos às doações de pessoas físicas e jurídicas, fortalecer fundos públicos e privados de fomento a ação cidadã. Por isso esperamos com tanta ansiedade e saudamos com muito entusiasmo a presença da Presidenta Dilma Rousseff, aqui na nossa Arena da Participação, obrigado por estar conosco Presidenta. Esperamos que essa presença, revigore o seu compromisso com Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, que revigore seu compromisso com a educação popular, com a justiça e com os direitos humanos, fundamentos e horizontes do desenvolvimento. Nós estamos com um problema, porque o Brasil está mais exigente, e o governo precisa avançar, e nós vimos ontem nos debates que a Sociedade Civil Organizada também precisa avançar. Se nós tivermos juntos, nós vamos mais longe, nós vamos mais longe se a gente superar nossas desconfianças, nossas intransigências. Eu acho que a Sociedade Civil, a Sociedade Brasileira na verdade que está na rua, que está exigindo mais ação e que avancemos, então avancemos juntos, avante Presidenta, Governo da Presidência, avante Cidadania Brasileira, viva a democracia, viva a participação social.

Gilberto Carvalho - Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República

Querida presidenta Dilma, meus queridos companheiros Ministros, a presença de vocês aqui, além do apoio afetivo, representa o compromisso do nosso governo com esse caminho de parceria com a sociedade. Senhores parlamentares presentes, queria saudar o nosso Jorge Chediak, que representa a ONU no nosso país e tem sido um parceiro fundamental para os avanços. Queria cumprimentar a cada uma, cada um de vocês, que representam a sociedade civil, que representam essa nossa militância generosa, extraordinária, em destaque particular a presença aqui do Hulk e do Fagner, porque eles representam a generosidade também daqueles que são nossos ídolos, que são os nossos músicos, que são os nossos artistas, que são os nossos jogadores, justamente nesse momento em que a gente está com o coração na mão, torcendo pelo Brasil.

Mas, eu queria dizer, Presidenta, que hoje é um dia muito esperado e um dia sonhado, do seu encontro com esses que representam aqui nessa Arena a nossa sociedade civil brasileira, engajada nas causas sociais. É um dia sonhado, construído, e quero homenagear os seus funcionários, os funcionários das nossas Secretarias e Ministérios que trabalharam com tanto amor, com tanto desvelo para construir esse processo que hoje encontra a sua culminância, a sua celebração.

E eu queria dizer, Presidenta, que não faz muito tempo, uma autoridade da República do Parlamento, disse que o seu governo tinha um problema: no seu governo era [...] tudo que não presta. Eu quero dizer, Presidenta, que tudo que não presta está aqui, representado, essa é gente que não presta. Eles representam um segmento enorme da sociedade brasileira que não presta. Agora, não presta para quê? Não presta para explorar o outro, não presta para ignorar o sofrimento alheio, não presta para praticar o silêncio omissivo, não presta para a indiferença frente ao outro.

Mas, é uma gente, Presidenta, que presta muito para uma entrega generosa das suas vidas para as causas nas quais acreditam, que presta muito pra descobrir que a sua felicidade está na construção da felicidade do outro, que presta muito para ter uma relação autônoma, forte e muitas vezes tensa com o nosso governo, que presta para nos pressionar, para a gente avançar cada vez mais nos nossos projetos e na construção da democracia. É uma gente que presta muito para construir esse nosso projeto, que não é do Governo, é do conjunto da sociedade. Eles não são os únicos, mas nós tivemos aqui pequenas amostras, por meio dos prêmios, do que é essa generosidade espalhada pelo Brasil todo, e que constrói uma verdadeira rede generosa, que salva vidas, que salva destinos, que reconforta, que estimula, que acalenta os sonhos, enfim, que mantém viva e acesa a chama da nossa esperança de um mundo melhor. Uma sociedade brasileira de fato justa, fraterna e igualitária.

E eu queria dizer Presidenta, já que caminhamos para o final desse seu primeiro governo, que você pode ter orgulho de deixar um legado muito concreto. Esse Sistema Nacional de Participação Social, com tudo o que ele significa – também da adesão de estados e municípios. E eu quero informar que mais de dez estados já aderiram ao Sistema – esperamos que os 27 o façam –, dezenas de municípios também já aderiram. Dá essa estabilidade e essa organização necessária para a participação social efetiva, na construção de um método de governar, que é o método da participação.

Da mesma forma a senhora pode ter orgulho, senhora Presidenta, de que nós vamos entregar (esperamos que o Congresso Nacional na próxima semana, de fato, aprove) o Marco Regulatório, que vai nos dar também o necessário rigor e a necessária generosidade para que as entidades possam, de fato, construir parcerias semelhantes a tantas essas que nós vimos aqui hoje. Da mesma forma, foi importante as crianças entregarem o relatório, pois elas representam o presente e o futuro, por isso elas entregaram o relatório. A senhora tem que ter muito orgulho desse relatório, Presidenta. E todos nós, porque ele significa o resultado desse esforço extraordinário, que a senhora e todos nós fizemos para mudança efetiva, concreta da situação das vidas dos Joãos, das Marias, dos Pedros e dos Alércios, e assim por diante, por esse Brasil afora. E tudo isso Presidenta, acrescido ainda do processo de educação popular, que cresce e que cria uma nova cultura na nossa gente.

Agora, esse ponto de chegada é também um ponto de partida, e a Vera disse bem, nós temos ainda enormes desafios, o barulho, o canto, as manifestações das ruas nos lembram de que nós temos que criar novas fórmulas de participação, novas formas de exercício da cidadania, que já se afirmam. Que nós temos que encontrar canais para que ele se expresse. Por isso a importância também do participa.br, que agora pode agregar essa novidade extraordinária que é a participação via redes sociais.

E eu queria, para concluir, senhora Presidenta, lembrar da sua coragem quando, depois das manifestações de 2013, a senhora não determinou nenhuma repressão, mas, pelo contrário, abriu as portas do Palácio para receber a sociedade, e anunciou os cinco pactos, dos quais eu quero ressaltar um, que é essencial para o nosso avanço a sua coragem em ter afirmado a importância e a necessidade da reforma política. Eu acredito que agora, com a mobilização dessa gente, nós vamos alcançar e possuir de fato, os novos patamares essenciais de um novo Estado, capaz de dar vazão e de ser um parceiro fundamental na construção dos nossos sonhos. Muito obrigado a todos e muito obrigado pela sua presença.

Palestrante Dilma Rousseff - Presidenta da República Federativa do Brasil

Bom dia a todos, bom dia a todas, eu quero primeiro dirigir um cumprimento muito especial aos agraciados da quinta edição do Prêmio ODM Brasil, às lideranças dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, aos gestores municipais, aos acadêmicos e representantes de organismos internacionais. Nós aqui

somos todos democráticos, vocês têm todo o direito de se manifestar e o restante tem todo o direito de ouvir também, então vamos negociar. Qual é a melhor forma?

Queria completar aquilo que cada um dos doze que ganharam o prêmio [inaudível], porque a gente sabe muito bem que o Brasil não é feito por aquilo que aparece na mídia. O Brasil é feito por milhares e milhões de movimentos de organizações de pessoas anônimas que lutam para construir um processo de participação, de defesa dos seus interesses. E, de fato, esse conjunto de pessoas não aparece. Então um prêmio como o ODM, que é um prêmio de dimensão nacional, mas tem implicações internacionais, ao reconhecer aqui [inaudível]. E o Gilberto me contava a imensa dificuldade que foi escolher os premiados entre o imenso conjunto de pessoas e de organizações. Inclusive, visitaram as experiências para constatar e para ver naquele nível de quantidade, mas, sobretudo, de qualidade de experiência de projetos, aquelas que mereceriam o prêmio. Muitas poderiam ser premiadas [inaudível], aqui elas estão nítidas, na frente de todos nós, e nós todos devemos reconhecer a iniciativa desses homens, dessas mulheres. Aliás, muitas mulheres que levaram a cabo algo significativo para o nosso país.

Queria cumprimentar os Ministros que me acompanham - e vocês podem ver a importância que nós damos a essa questão pela presença de Ministros estratégicos.

[Cumprimentos a todas as autoridades presentes na mesa]

Agradeço as palavras e, sobretudo, a parceria do Jorge Chediak, Coordenador Residente do Sistema da ONU no Brasil e representa o programa da ONU para o desenvolvimento no Brasil. Considero essa uma parceria que tem sido muito importante, na medida em que não só recebemos com grande interesse as opiniões sugestões da ONU, como agradecemos por toda a sustentação à nossa transferência de políticas sociais para o resto do mundo, principalmente para os países da África e da América Latina.

Cumprimento os prefeitos, pois considero que eles têm um papel fundamental nesse processo, eles são, de fato, onde o Brasil, na sua institucionalidade, se contata diretamente com a população. Prefeitos do nível do Paulo Roberto Casteglione Dias, de Cachoeiras do Itapemirim, a prefeita amiga Elisa Maria Costa, de Governador Valadares, o prefeito de Maracanaú, José Firmo Camurça Neto, o prefeito do Rio Branco, Marcos Alexandre da Silva. É muito importante

que prefeitos com a qualidade das políticas definidas por eles sejam premiados.

Nós demonstramos que no Brasil tem sim padrões e experiências muito disseminadas e, entre elas, as melhores foram essas quatro escolhidas. Queria cumprimentar a presidenta do Conselho Nacional de Saúde, a Maria do Socorro, que sempre premia os ouvintes com palestras muito importantes, tanto do ponto de vista da sua compreensão da importância da participação social, mas também sobre quais são os problemas fundamentais desse país.

Queria também agradecer a Vera Masagão, diretora executiva da Associação Brasileira de ONGs (Abong), representando a Plataforma do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. Vera, é sempre melhor quando nós concordamos, nós ouvirmos uma reivindicação, então é ótimo que vocês estejam todos empenhados na questão do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil. Quando nós decidimos, ao invés de enviar o Marco Regulatório como Lei para o Congresso, emendar um processo que estava em andamento, nós decidimos pela rapidez que isso representaria para a aprovação do Marco Regulatório, então cada vez mais eu acredito que nós caminhamos no mesmo rumo.

Queria cumprimentar também o Rodrigo da Rocha Loures, diretor do Movimento Nacional pela Cidadania e pela Solidariedade, e dirigir o cumprimento especial para duas pessoas aqui, que representam uma parte do nosso espírito, da nossa alma. O Hulk, que é grande apoiador da plataforma ODM, que representa aqui um momento fundamental do nosso país, que é a nossa excelência esportiva, viva Paraíba. E o nosso querido Raimundo Fagner, nosso artista do coração. O Fagner representa também a nossa alma cultural, e aí, viva o Ceará e viva todos nós, que afinal, somos todos brasileiros e compartilhamos os paraibanos e cearenses. Viva o Nordeste, viva o Brasil.

Senhoras e senhores jornalistas aqui presentes, fotógrafos e cinegrafistas, eu queria dizer para vocês que celebrar o diálogo e a participação social, significa para mim celebrar a democracia, e há algumas questões que exigem a participação social para ocorrer. Quando a gente fala que significa celebrar a democracia, significa também celebrar a possibilidade de transformações profundas, quando elas são requeridas por um país. Não haverá - e vocês podem ter certeza disso, eu tenho isso arraigado nas minhas convicções - reforma política se não tiver nesse processo participação social. Não haverá.

Se é verdade que todos nós aqui acreditamos que é chegada a hora do Brasil ter o arcabouço institucional e político que corresponda aos avanços que nós tivemos nas lutas sociais, na afirmação da democracia em nosso país, que corresponda às exigências que a nossa sociedade e os nossos governos tem que ter, em relação às práticas transparente, às práticas que contemplem o uso adequado e absolutamente honesto do dinheiro público. Se é necessário que nós trilhemos para um caminho em que o arcabouço institucional desse país seja cada vez mais democrático, e que as pessoas sejam ouvidas, e que a representação do povo brasileiro tenha padrões de desempenho, padrões de ética e padrões de condução adequada, no sentido do benefício da população, eu quero dizer para vocês: sem participação social não há reforma política. Não é apenas uma opção, não é uma questão de opção, eu tenho essa opção ou outra, e a gente respeita a outra opção e aí não faz consulta popular, nem leva a questão a discussão da população brasileira. Não se trata disso, se trata da impossibilidade da transformação sem a participação popular.

Nós, o meu governo, enviou para Congresso uma proposta de transformação que tinha como ponto base a consulta popular. Não foi aprovada e acredito que esta é uma questão que todos nós temos que agarrar com as duas mãos, governo e sociedade, e levarmos à frente com base na consulta popular.

Então quando eu digo que celebrar o diálogo, que é inerente à questão da participação popular, significa celebrar a democracia, eu quero dizer que, além disso, em alguns processos significa celebrar a única condição de transformar. Não há duas, há uma condição de transformar, e a participação social tem esse caráter inerentemente transformador, porque ela mostra o rumo que o povo do país, que a população do país quer trilhar, e quando ela se estrutura e se vai, ela não deixa pedra sobre pedra e nem dúvidas nos corações e nas mentes. Por isso, é com grande alegria que venho a essa Arena me encontrar com vocês, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, mundo acadêmico, representantes de organizações internacionais e gestores públicos de todo o País.

Nós temos um compromisso democrático, que é intrínseco, nós temos um compromisso profundo com a participação social como método de governar. Ela foi, ela continua sendo e ela será sempre um processo de conquista da sociedade na sua relação com o governo, uma conquista que tem que ser renovada cotidianamente pelo diálogo constante. O que significa que não é uma relação passiva entre a

sociedade e o governo, a sociedade tem uma autonomia que faz com que ela exija sempre mais, e nesse processo de renovada o compromisso com o diálogo é fundamental, a discussão é fundamental, as manifestações são fundamentais. O processo em que a prestação social se expressará, serão os mais variados possíveis.

O meu governo representa um projeto não de governo, mas um projeto de Nação, que nasceu a partir de uma costura, que vem lá atrás, quando a sociedade brasileira reagiu aos anos de ditadura e, portanto, juntos com esse projeto de Nação, nasceu simultaneamente, fazendo parte integrante dele, como o sistema respiratório faz em cada um de nossos organismos, nasceu a necessidade de diálogo com a sociedade. Esse diálogo tem nos permitido construir e implementar políticas de inclusão social e de promoção de direitos, um diálogo que nos permitiu crescer e nos permitiu gerar oportunidade para todos, nos permitiu entender as prioridades, e o que deveria ser o caminho principal no nosso país.

Por isso nós conseguimos construir, sem dúvida, um novo tempo, um tempo no qual foi colocado no centro dele a importância de combater a desigualdade social, que era o maior mal que a que infringia o nosso País, decorria de trezentos anos de escravidão, decorria de anos e anos de privação de direito aos trabalhadores, decorria da falta de acesso à terra de forma democrática. Portanto, o diálogo e a participação política nasceram enquanto projeto, por isso nós fomos capazes de construir um novo tempo, por isso o Brasil hoje é reconhecido por suas práticas sociais, suas políticas sociais e suas práticas de participação, e como um grande laboratório de inovações para aperfeiçoar a relação do estado com a sociedade.

Nos últimos onze anos, nós trabalhamos fortemente para aprimorar e para fortalecer os nossos mecanismos de transparência, de diálogo de participação social. De 2003 a 2012, mais de sete milhões de brasileiros e brasileiras participaram de 97 conferências nacionais para debater e definir políticas públicas em diversas áreas. Muitos dos projetos que adotamos saíram desses debates, muitos dos objetivos que nos colocamos, saíram deles. Somente no âmbito do Governo Federal, nós temos vários conselhos, várias conferências e centenas de ouvidorias públicas que auxiliam diretamente o cidadão nas suas relações com o governo. Nós adotamos um princípio como prática de gestão: receber com idêntico respeito representantes de todos os segmentos da sociedade.

Temos muito orgulho de termos promulgado a lei de acesso à informação, porque a lei de acesso à informação acaba com uma

assimetria básica, a assimetria entre o que sabe do governo e o que sabe o cidadão. Tornar o acesso à informação uma lei implica em assegurar a redução dessa assimetria, na medida em que o cidadão terá direito de saber aquilo que ele quer saber. Além disso, eu tenho muito orgulho de ter criado a Comissão Nacional da Verdade, para virar uma página na história desse País. Sem ela nós não viramos. Nós não somos as pessoas que querem vingança, mas tão pouco estamos discutindo o perdão, o que nós estamos discutindo é outra questão chamada a verdade, e essa questão é uma questão fundamental para todos aqueles que querem que jamais aconteça outra vez.

Por isso, eu acho e considero que as duas leis são condições fundamentais para o fortalecimento da democracia, da prestação de contas, da transparência do nosso País, porque o Estado tem que ter sempre a postura de prestar contas à sociedade, não é nem um favor, nem pode ser olhado como algo que se faz em alguns momentos e outros não. A prática sistemática da prestação de contas é crucial para que nós possamos deixar límpido, deixar claro, todos os meandros de um Estado na sua relação desigual com a sociedade, por isso eu quero dizer para vocês que toda a experiência, que toda a prática que nós acumulamos nos últimos anos, justifica e dá como base na relação com todos vocês, a decisão de implantar a Política Nacional de Participação Social, razão de um dos decretos que eu assinei hoje aqui. Com ela nós vamos consolidar avanços conquistados nos últimos anos onze anos, vamos elevar a um novo patamar a participação social nas políticas públicas federais, nós estamos definindo diretrizes claras para as instâncias e mecanismos de participação social, em toda administração Pública Federal. E algo muito importante, como já foi dito pelo Gilberto e enunciado aqui: por meio da adesão de estados e municípios ao Compromisso Nacional pela Participação Social, nós acreditamos que essas diretrizes serão adotadas em todos os cantos do Brasil. É um processo, mas, depois de dez adesões, nós acreditamos que mais dezessete não serão tanto problema.

Uma das inovações que muito nos orgulha, e também faz parte de um histórico de várias iniciativas dessa direção, é a inclusão do ambiente virtual de participação social entre os mecanismos participativos existentes no governo, a criação do portal Participa Brasil. Será fundamental para acrescentar mais um portal na presença do diálogo do governo na Internet, para assegurar a participação social em todas as esferas. Por meio desse portal, que é o Participa Brasil, temas

relevantes poderão ser debatidas numa plataforma aberta, interativa e construída em software livre de origem nacional e editável.

Aliás, é importante lembrar que o governo federal vem tendo ações variadas nessa direção, da visão da rede da Internet como um dos instrumentos fundamentais de participação da população nas questões decididas dentro do governo ou a serem encaminhadas ao Congresso. Assim foi com a lei do Marco Civil da Internet. Para discutir a lei, fizemos um novo processo de consulta popular, e quando fizemos a sanção da lei na reunião da net mundial assumimos que, quando da promulgação, a regulamentação também seria feita da consulta popular pela Internet.

E eu quero aqui destacar a importância do Marco Civil para a participação social ampla, porque o Marco Civil que nós aprovamos é o Marco Civil que garante e consolida a rede como um espaço livre e democrático, mas, sobretudo um espaço multissetorial, multilateral como espaço neutro, que significa um espaço no qual não pode haver obstáculos à livre circulação de ideias ou obstáculos a toda rede, seja do ponto de vista comercial, ou seja, por interesses comerciais, seja por interesses políticos, seja por interesse de qualquer natureza. E isso torna o nosso Marco Civil adequado para o debate, para a garantia inclusive daqueles que divergem de nós, que é assim que se mede uma democracia: como é que é que as pessoas que discordam tenham direito de falar, e acho que o Brasil tem que defender o direito dos que discordam de falar. E isso explica porque, de fato, o Marco Civil é um espaço livre, ele é livre nesse sentido, a opinião de todos é a opinião de todos.

Mais dois outros decretos que eu assinei hoje vão permitir aprimorar as relações entre o Estado Brasileiro e as organizações da sociedade civil. Primeiro, o decreto que tem como princípio a aplicação correta dos recursos públicos. Esse decreto em dois objetivos: um dos objetivos é reduzir a burocracia e simplificar os processos por meio dos quais se relacionam o Estado e a sociedade, os convênios do Estado com a sociedade. Primeiro reduzir a burocracia, segundo, garantir que a aprovação de conta se dê de forma mais exigente quando se tratar de maiores recursos, proporcionalmente aos maiores recursos.

E, finalmente, eu acredito que o outro decreto tem uma importante característica, que é reconhecer não só a importância, mas valorizar o trabalho das organizações da sociedade civil. Foi descrito aqui pela Vera, se eu não me engano, uma questão muito importante. A Vera relatou, como no caso do Água Para Todos, que nós tínhamos imenso

interesse em levar as cisternas para o semiárido nordestino, no montante que tivesse a altura das necessidades do semiárido e que no Brasil o montante não pode ser dois mil, não é três mil, não é quatro mil. No Brasil, montante que seja adequado está na faixa de um milhão e esse montante que nós queríamos de levar de cisternas para todo o semiárido, então se você passar pelo semiárido você vai ver uma porção de coisas brancas, ou coisas cinzentas, que não são mais que as cisternas de reserva de água, a primeira água ou água para a produção. Como que nós fizemos isso? Nós fizemos isso, não só com ela, mas, sobretudo com uma organização muito importante chamada ASA. Primeiro, tivemos que adequar: de um lado o Governo queria um milhão de cisternas, do outro, no início assusta, 750 mil, por exemplo, que era o primeiro objetivo, aliás, do meu governo. Porque as um milhão eu estou contando com as do Lula, que são 350 mil. Nós somos 750, dá um milhão e cem, somando eu e o Lula, porque estamos somamos as mesmas coisas. A ideia era que a gente pudesse fazer essas 750 mil cisternas, porque, como eu disse aqui para uma representante de uma organização premiada, que chama, se eu não me engano, Adapta Sertão, eu disse pra ela que adaptar é melhor. Nós chamamos de convívio com a seca, e não combate à seca, pois seca ocorre todos os anos, você tem que superar as condições que o abandono do semiárido produz na população nordestina.

A gente queria fazer esse processo o mais forte possível, e acertamos. Acho que esse acerto foi um acerto muito rico, um acerto que beneficia a nossa compreensão sobre o processo e que permite também uma grande eficiência, e aqui eu queria reconhecer em público uma grande capacidade de realização da ASA. Aliás, eu já reconheci em outras oportunidades, nas quais nós entregamos cisternas. Eles foram, sem sombra de dúvidas, cruciais para a gente atingir as metas.

Mas, voltando às nossas novas regras, com elas nós vamos garantir uma coisa importantíssima, que é mais clareza e mais segurança jurídica para os gestores das ONGs, e vamos reconhecer algo que é fundamental, nós vamos reconhecer o papel das ONGs na execução das políticas governamentais, de uma forma explícita. Porque você sabe muito bem que, muitas vezes, o governo tem que responder, só porque é difícil essa resposta, se nós não tivermos a clareza e a consciência da importância dela, nós temos que responder o seguinte: mas por que as ONGs? Por que o governo tem que fazer essa parceria com ONGs?

Quando eu descrevia aqui o caso da ASA, era para deixar claro, para mostrar em alto e bom som o que significa uma ação eficiente governo/ONG. Mais do que isso, lutar para esclarecer para todos aqueles que, bem ou mal intencionados, criam questões a respeito dessa relação. Outra questão que eu quero dizer, que vou repetir, é que nós somos a favor do Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, e quero lembrar que esse Marco está em uma emenda porque o governo decidiu, para torná-lo mais ágil. Portanto, nós jamais iremos deixar de ser a favor de algo que nós defendemos e articulamos no Congresso, seria um absurdo da nossa parte. Por isso nós estamos certos que o PL 7168, em fase de votação no plenário da Câmara dos Deputados [inaudível] nós temos certeza que vocês os ajudaram, e nós ajudaremos vocês a aprová-la no Congresso Nacional. Marco Regulatório já, eu também acho, estou com vocês, eu não abro.

Minhas amigas e meus amigos, agora chegou a hora da questão dos ODMs, e eu acho que todos nós aqui temos que ficar muitos felizes. Primeiro - agora, ao mesmo tempo, muito determinados a avançar -, de fato, nós temos bons resultados. Quando a gente olhar pelo método dos ODMs, por exemplo, o quinto relatório mostra principalmente que tivemos resultados muito importantes. Eu acredito que uma parte desses resultados se deve ao fato de que nós também criamos o prêmio, e o prêmio funciona como uma forma não só de visibilidade do trabalho, mas também de exemplo de como é que se pode atuar, como se pode ser generoso, como se pode ser solidário, enfim, como uma política, principalmente, uma política social, é feita por seres humanos que se mobilizam, que dedicam o melhor da sua energia, o seu amor e todas aquelas sensações e sentimentos que fazem com que a gente coloque paixão naquilo que se faz. Então, mais uma vez, eu cumprimento os ganhadores. Eles são responsáveis junto com todas as outras ONGs que participam desses cinco prêmios, são responsáveis pela energia, pelo combustível também de tudo isso.

Eu vou fazer um rapidíssimo balanço sobre os ODMs. O primeiro ODM, que é o combate à fome e à pobreza, eu acho que neste ODM o Brasil de fato mostrou uma grande mudança. Nós, de fato, reduzimos a desigualdade. Não reduzimos a desigualdade tirando de ninguém, reduzimos a desigualdade aumentando o crescimento da renda dos mais pobres. Quando você olha o resto do Brasil, a diferença é a seguinte: os mais ricos do Brasil, a renda deles cresceu, só que ela cresceu muito menos do que cresceu a renda dos mais pobres e, com isso, era como se fosse, e ainda é como se fosse, uma onda, como diz

Marcelo Neri, que vai empurrando de baixo para cima todo mundo, e a onda é mais forte naqueles que pega primeiro, que são aqueles que a gente quer pegar primeiro, que são os eternamente excluídos da riqueza desse país. Então nós temos muito orgulho disso. Primeiro o Bolsa Família, instituído pelo presidente Lula no primeiro governo e expandido no segundo, e, por toda experiência que acumulamos, o programa Brasil Sem Miséria, que permitiu uma coisa fundamental: focar o Programa. Primeiro focar nas crianças, depois, como criança não sai sozinha de nada, foca na família da criança, depois, percebendo que era possível focar na criança e na família da criança, estender para os adolescentes e, no segundo momento, estender para todo mundo. Essa é a história do Brasil Sem Miséria, é a história de que nós mudamos o critério e tiramos 22 milhões de pessoas da pobreza.

Então o que nós fizemos? Nós zeramos o cadastro. E aí é importantíssima a busca ativa, porque nós sabemos que nem todos estavam cadastrados, temos que fazer a busca ativa. A busca ativa é o reconhecimento de que é obrigação do Estado brasileiro correr atrás e não do cidadão e da cidadã mais pobre correrem atrás do Estado brasileiro. Nós invertemos a lógica, e por isso eu tenho muito orgulho desse programa, e tenho orgulho porque sempre vocês escutaram isso, inclusive nosso representante da ONU que falou, nós éramos muito criticados: “ah não tem porta de saída”. E nosso problema não é porta de saída, é a porta de entrada, entrada para o mercado de trabalho, entrada por uma vida que não é só apenas a redução de renda, mas é a melhoria de acesso a serviço de educação, de saúde, enfim, todos os serviços que as populações têm direito. Então eu tenho muito orgulho do primeiro ODM, de tê-lo cumprido e, de certa forma, mais que cumprido. E porque, afinal de contas, o nosso representante da ONU vai me permitir um paralelo, nós do ODM é que nem nós da Copa. Vou explicar porque.

Nós do ODM, nós cumprimos muito mais, porque cumprimos para nós a questão da redução da desigualdade e do combate à fome, por isso que nós não cumprimos a meta, nós cumprimos muito mais do que a meta, porque estamos cumprindo não por conta de um padrão. Esse padrão do ODM é importantíssimo para mundo, porque mostra que nós estamos acima. Agora, a Copa é a mesma coisa, nós não estamos fazendo aeroporto para Copa, nós estamos fazendo aeroporto porque tenho que fazer aeroporto para um país que teve 33 milhões passageiros em 2002, virando para 2003, e que hoje tem 112 milhões de passageiros. É pra eles que nós vamos fazer aeroporto. Vocês lembram que o aeroporto de Brasília é para eles, porque eu me

lembro da época em que o aeroporto era coisa de privilegiados, a gente ia bem bonito, botava salto alto, pintava a cara e era considerado realmente um dia festa, porque você não ia para o aeroporto toda hora. Hoje não, hoje todo mundo tem acesso ao aeroporto, tem muita gente que pode ficar incomodado com isso, como disse o Gilberto, estão no aeroporto todos aqueles que não prestam, não é Gilberto? Todos aqueles que não prestam para serem excluídos do aeroporto, é pra isso que nós não prestamos, então eu estou fazendo esse paralelo porque a gente quer cumprir metas, mas sempre que possível você faz para seu país e para as necessidades dele.

Há outra questão que nós cumprimos, que é universalizar o ensino fundamental, que é o segundo ODM. Nosso sistema educacional alcança 98% das crianças e adolescentes em idade escolar e 83,5% desse total em escolas públicas. Aqui também tem outra coisa que é para nós mesmos com muito carinho, o caminho do Brasil. Outro dia me perguntaram: “Presidenta, para você, qual é o futuro? Qual é o caminho do futuro do Brasil?”. E aí eu disse uma resposta simples, até acharam, você conhece quando uma pessoa olha para você e acha a resposta simples demais, faz uma cara assim meio ressabiada. Eu respondi: “para mim, o caminho do futuro é a educação”. Por que eu respondi que é a educação? Porque a educação cada vez mais cumprirá nesse país um duplo papel, e aí nós precisaremos de educação de qualidade. Vou dizer o duplo papel. Primeiro papel: nós temos que transformar em uma situação perene a redução das desigualdades, porque a redução da desigualdade nem sempre é perene, nós estamos vendo que houve uma grande redução da desigualdade nos países desenvolvidos, até determinado ano do século passado, e a chance de repetir a desigualdade despontou feroz nesses países. No Brasil, além de a gente reduzir a desigualdade, nós temos que fazer outro movimento, que é educação, para tornar perene essa mudança.

Como, educação? Nós temos de fazer educação desde a creche até a pós-graduação, acabar com aquela história que já houve no Brasil, que você fazia uma coisa ou você fazia outra, aí não faziam nenhuma das duas. Nós temos de valorizar o professor, por isso que nós aprovamos a lei dos royalties e do fundo social. Não chama só de lei dos royalties, porque o dinheiro maior sai do fundo social, nunca se esqueçam disso. E é daí que virá o dinheiro para que a gente tenha, de fato, uma política de valorização da educação, valorização do professor, garantia de creche, garantia de alfabetização na idade certa, garantir educação em dois turnos, ampliar o PRONATEC e

garantir acesso ao ensino superior. Aliás, uma notícia muito interessante é que hoje acabam as inscrições para o ENEM. Nós já chegamos a oito milhões, não sei a qual número chegaremos, mas é um recorde o ENEM chegar a oito milhões.

Seguindo, o ODM três é a meta das mulheres na educação. Nós cumprimos essa meta, porque as mulheres já são a maioria nos níveis de ensino, mas eu acho que essa nós temos que cumprir mais, viu gente? Temos que cumprir mais, pois essa é uma questão crucial para o Brasil, não é só que as mulheres tenham acesso aos níveis superiores e a mais educação em todas as instâncias, mas também que nós possamos garantir também salário igual para trabalho igual, porque essa é uma grande distorção ainda no que se refere às mulheres. Outra questão que está fora do ODM, mas é nossa questão, é a da violência contra as mulheres. Além disso, o ODM quatro, que é a redução da mortalidade na infância, que nós também reduzimos pela metade a mortalidade materna. Em ambos nós não podemos deixar de reduzir ainda mais.

No que se refere ao ODM seis, que é o risco de transmissão de malária e incidência de mortalidade por tuberculose, também nós reduzimos o número de municípios e, portanto, também diminuimos bastante essas duas modalidades.

Outra questão importante é a questão ambiental, com a redução do desmatamento do Brasil em todos os biomas. É outra coisa também que nós temos que pensar, principalmente na Amazônia legal, jamais deixar de reduzir. Hoje está quase cinco vezes inferior ao nível registrado em 2013. Estamos próximos da universalização do acesso ao abastecimento de água, mas ainda há muita coisa a fazer na questão do saneamento, principalmente do tratamento de esgotos e da universalização do tratamento de esgoto e também do esgotamento em todo território nacional.

Eu tenho muito orgulho da questão habitacional, principalmente porque o Minha Casa Minha Vida tem sido uma das melhores respostas que o governo dá à exclusão da moradia, o caminho do sonho ao acesso à casa própria, vocês podem ter certeza. Com o Lula, nós fizemos o Minha Casa Minha Vida, no meu governo nós fizemos a Minha Casa Minha Vida 2, e agora nós estamos deixando claramente o nosso compromisso com a Minha Casa Minha Vida 3. Esse programa é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores programas habitacionais feito no Brasil.

Nós nos submetemos aos parâmetros de avaliação comuns a toda a comunidade internacional e temos defendido esses parâmetros. E concordo com o nosso representante da ONU: é necessário avançar, e não só por meio do que foi lançado lá na Rio+20, que são os ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, é o que sintetiza na expressão “é possível e necessário crescer, incluir, conservar e proteger”. Então eu quero dizer para o nosso representante da ONU que eles contem conosco para cumprir e ultrapassar os ODS.

Antes de encerrar eu quero dizer porque eu estou falando isso, eu vou secar o cineasta argentino Fernando Birri que disse o seguinte: “A utopia está lá no horizonte, me aproximo dois passos e ela se afasta dois espaços, caminho dez passos e o horizonte corre dez passos, por mais que eu caminhei, por mais que caminho, jamais alcançarei, para que então serve a utopia? Serve para isso, para que eu não deixe de caminhar”.

Por isso eu quero concluir aqui dizendo que nós temos que manter essa busca permanente por nossa utopia realizável, mas sempre que a gente a encontra, ela caminhe dois passos, ela caminhe dez passos, porque nós vamos correr atrás, juntos. Continuo contando com vocês. Muito obrigada!